SANDRA MARIA ARAÚJO DE AMORIM

A PÓVOA DE VARZIM. OBRAS PÚBLICAS E CRESCIMENTO URBANO (1791-1836)

I VOLUME

TEXTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DE ARTE

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1997

SANDRA MARIA ARAÚJO DE AMORIM

A PÓVOA DE VARZIM. OBRAS PÚBLICAS E CRESCIMENTO URBANO (1791-1836)

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 56159 (I)
EX. 2
Data 21 / 09 / 1998

I VOLUME

TEXTO

043M
A 545 p
v. 1 ex. 2

567613

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DE ARTE

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1997

I VOLUME - TEXTO

AGRADECIMENTOS VIII

ABREVIATURAS E SINAIS IX

APRESENTAÇÃO. FONTES E METODOLOGIA XI

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO: AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DA PÓVOA DE VARZIM ATÉ AO SÉCULO XVII

1. DOS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO AO SÉCULO XV 2
2. O SÉCULO XVI E O DESPONTAR DO NÚCLEO URBANO 10
3. A CONSOLIDAÇÃO SEISCENTISTA 22

CAPÍTULO II - O SENTIDO DO CRESCIMENTO DO SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO XIX: ESPAÇO E POPULAÇÃO

1. O QUADRO ESPACIAL: DELIMITAÇÃO DO NOVO TERMO 30
2. O QUADRO DEMOGRÁFICO: O AUMENTO POPULACIONAL 38

CAPÍTULO III – A CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

1. O QUADRO ECONÓMICO E SOCIAL 55
2. A ESTRUTURA SÓCIO-PROFISSIONAL DA POVOAÇÃO 107
3. O QUADRO ADMINISTRATIVO E ASPECTOS DA VIDA DA COMUNIDADE 115

CAPÍTULO IV - A EXPANSÃO URBANÍSTICA ENTRE 1791 E 1836

1. A EXPANSÃO URBANÍSTICA ENTRE 1791 E 1836
   RECONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO 120
2. OS LUGARES RÚSTICOS DO TERMO 171

CAPÍTULO V - O QUADRO URBANO

1. O CONJUNTO EDIFICADO 184
2. OS ESPAÇOS VIÁRIOS: RUAS E PRAÇAS 202
3. OS RIBEIROS. AS PONTES E OS MOINHOS 221
4. OS LOGRADOUROS: A PRAIA DA RIBEIRA E OS AREAIS DA AREOSA E DA CAVERNEIRA 228
5. A HIGIENE DO ESPAÇO PÚBLICO 231

CAPÍTULO VI - AS OBRAS PÚBLICAS

1. A PROVISÃO DE 1791 E AS OBRAS A REALIZAR
   A INTERVENÇÃO DE REINALDO OUDINOT 236
2. O ABASTECIMENTO DE ÁGUA 242
3. O PAREDÃO 252
4. A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E ARQUITECTÓNICA 257
5. O HOSPITAL 263

CONCLUSÃO 268

FONTES E BIBLIOGRAFIA 272

ÍNDICE DO TEXTO 299

PLANTAS

PLANTA 1 - A VILA DA PÓVOA DE VARZIM E SEU TERMO NOS INÍCIOS DO 2.º QUARTEL DO SÉCULO XIX 305

PLANTA 2 - A ZONA URBANA DA PÓVOA DE VARZIM NOS INÍCIOS DO 2.º QUARTEL DO SÉCULO XIX 306

II VOLUME – APÊNDICE DOCUMENTAL

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

NÚCLEO NOTARIAL - doc. n.º 1 a doc. n.º 933 7

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

PROCESSO DE REINALDO OUDINOT - doc. n.º 1 a doc. n.º 6 319

ARQUIVO MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM

A) ACTAS DE VEREAÇÕES - doc. n.º 1 a doc. n.º 70 323

B) REGISTOS GERAIS - doc. n.º 1 a doc. n.º 21 358

C) REQUERIMENTOS - doc. n.º 1 e doc. n.º 2 372

III VOLUME - ANEXO

QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1: A POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM ENTRE 1720 E 1836 8
GRÁFICO 1: A POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM ENTRE 1720 E 1836 9
QUADRO 2: TAXAS DE CRESCIMENTO ARITMÉTICO DA POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM 9
QUADRO 3: A POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM (ZONA URBANA) ENTRE 1732 E 1824 10
QUADRO 4: A POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM E DE OUTRAS POVOAÇÕES DO LITORAL EM 1801 10
GRÁFICO 2: BARCOS E PESCADORES NA PÓVOA DE VARZIM (1736-1856) 11
GRÁFICO 3: EMBARCAÇÕES E PESCADORES NAS POVOAÇÕES DA COSTA NOROESTE EM 1821 12
QUADRO 5: ESTRUTURA URBANA DA PÓVOA DE VARZIM EM 1792 (PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS DA VILA) 13
QUADRO 6: PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS DO TERMO (LUGARES RÚSTICOS) EM 1792 27
QUADRO 7: ESTRUTURA URBANA DA PÓVOA DE VARZIM EM 1828 (PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS DA VILA) 31
QUADRO 8: PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS DO TERMO (LUGARES RÚSTICOS) EM 1828 55
QUADRO 9: DISTRIBUIÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO 61
GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE 63
GRÁFICOS 5.A E 5.B: PROFISSÕES MAIS REPRESENTATIVAS 64
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DA PRAÇA 65
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DE S. PEDRO 65
GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DA MOUTA 65
GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DO MONTE 66
GRÁFICO 10: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA NOVA 66
GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DA QUINGOSTA 67
GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DA AMADINHA 67
GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DO BOÍDO 67
GRÁFICO 14: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NO TERREIRO DE S. SEBASTIÃO 68
GRÁFICO 15: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DE S. SEBASTIÃO 68
GRÁFICO 16: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DO CIDAL 69
GRÁFICO 17: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DA CONSOLAÇÃO 69
GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DA MADRE DE DEUS 69
GRÁFICO 19: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA TRAVESSA DA MADRE DE DEUS 70
GRÁFICO 20: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DOS GAIOS 70
GRÁFICO 21: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA PRAÇA NOVA DO ALMADA 70
GRÁFICO 22: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA PRAÇA DO PELOURINHO 71
GRÁFICO 23: EVOLUÇÃO DO N.º DE CASAS NA RUA DOS FERREIROS 71

Gráfico 24: Evolução do n.º de casas na Rua da Poça da Barca 72
Gráfico 25: Evolução do n.º de casas na Rua da Areia 72
Gráfico 26: Evolução do n.º de casas na Rua de Trás-os-Quintais 73
Gráfico 27: Evolução do n.º de casas na Rua da S.ª da Lapa 73
Gráfico 28: Evolução do n.º de casas na Rua do Fieiro 74
Gráfico 29: Evolução do n.º de casas na Travessa do Fieiro 74
Gráfico 30: Evolução do n.º de casas na Rua da Caverneira 74
Gráfico 31: Evolução do n.º de casas na Rua da Bandeira 75
Gráfico 32: Evolução do n.º de casas na Rua da Fortaleza 75
Gráfico 33: Evolução do n.º de casas na Rua do Esteiro 76
Gráfico 34: Evolução do n.º de casas na Rua das Trempes 76
Gráfico 35: Evolução do n.º de casas na Rua da Ponte 76
Gráfico 36: Evolução do n.º de casas na Rua Nova da Junqueira 77
Gráfico 37: Evolução do n.º de casas na Rua do Norte 78
Gráfico 38: Evolução do n.º de casas na Rua da Areosa 78
Gráfico 39: Evolução do n.º de casas na Travessa da Areosa 78
Gráfico 40: Evolução do n.º de casas na Rua da Senra 79
Gráfico 41: Evolução do n.º de casas na Rua dos Engeitados 79
Gráfico 42: Evolução do n.º de casas na Rua da Silveira 80
Quadro 10: Terrenos e chãos de areia na malha urbana 81
Gráfico 43: Crescimento urbano da Póvoa de Varzim entre 1780 e 1832 83
Quadro 11: Casas e propriedades nos lugares rústicos (1792-1832) 84
Gráficos 44 e 45: Distribuição das profissões nos lugares rústicos 85
Gráficos 46.a e 46.b: Casas térreas e sobradadas 87
Gráficos 47 e 48: Distribuição das casas térreas e sobradadas na malha urbana 88
Gráfico 49: Distribuição dos pescadores pelas ruas da Póvoa em 1792 e 1828 90
Gráficos 50 e 51: Distribuição das profissões pelas ruas da Póvoa 91

Fotografias

Figura 1: Rua da Consolação 94
Figura 2: Travessa da Madre de Deus 94
Figura 3: Viela da Rua do Cidral para a Rua dos Gaios 95
Figura 4: Viela da Rua dos Gaios para a Rua Nova 96
Figura 5: Rua da Quingosta 97
Figura 6: Rua da Amadinha 98
Figura 7: Casa térrea na Rua das Trempes 99
Figura 8: Casa na Praça Velha 100
Figura 9: Casa Coentrão (Rua da Consolação) 101
Figura 10: Casa dos Carneiros (Rua Nova) 101

FIGURA 11: CASA DO CAPITÃO FRANCISCO LEITE FERREIRA (RUA DA PRAÇA) 102
FIGURA 12: CAPELA DE S. SEBASTIÃO (ANEXA À CASA DO CAPITÃO LEITE FERREIRA) 102
FIGURA 13: IGREJA MATRIZ 103
FIGURA 14: ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO 104
FIGURA 15: IGREJA DE N.ª S.ª DAS DORES 105
FIGURA 16: IGREJA DA MISERICÓRDIA 106
FIGURA 17: IGREJA DA MISERICÓRDIA E CASA DO DESPACHO 107
FIGURA 18: VISTA DO SITIO DO MONTE: IGREJAS DA MISERICÓRDIA, DA S.ª DAS DORES E HOSPITAL 108
FIGURA 19: RUA DOS FERREIROS 109
FIGURA 20: RUA DA CORDOARIA 110
FIGURA 21: CASA TÉRREA NA RUA DOS FERREIROS 111
FIGURA 22: CASAS DE PESCADORES JUNTO À PRAIA 112
FIGURA 23: FORTALEZA DE N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO 113
FIGURA 24: IGREJA DE N.ª S.ª DA LAPA 114
FIGURA 25: VISTA DA ENSEADA 115
FIGURA 26: FONTE DA BICA 116
FIGURA 27: PRAÇA NOVA DO ALMADA 117
FIGURA 28: NOVOS PAÇOS DO CONCELHO 117

MAPAS

MAPA 1: O TERRITÓRIO DA PÓVOA DE VARZIM NA IDADE MÉDIA 119
MAPA 2: O TERMO DA PÓVOA DE VARZIM NOS SÉCULOS XVI E XVIII 120

AGRADECIMENTOS

Dedicamos as primeiras palavras ao Prof. Doutor António Cardoso, orientador científico desta dissertação, pelas sugestões, pronta disponibilidade e enorme apoio.

Aos professores que orientaram os Seminários do I Curso de Mestrado em História da Arte, Prof.ª Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves, Prof. Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves e Prof. Doutor Agostinho Araújo que souberam transmitir o gosto pela investigação. Lembramos a memória do Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a quem muito devemos pelo incentivo dado na escolha de um tema de história local.

No Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim / Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, encontrámos o maior apoio por parte do seu Director, Sr. Manuel Lopes, e por parte de todos os funcionários, com especial destaque para a Ana Maria Costa. Aos funcionários do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim e à Sr.ª D.ª Valentina, funcionária do Arquivo Distrital do Porto, estamos igualmente gratos pela incansável colaboração.

À Escola Profissional de Esposende e à Fundação de Serralves, onde vimos desenvolvendo a nossa actividade profissional, agradecemos as facilidades concedidas para a concretização deste projecto. Aos colegas, por toda a compreensão revelada.

Ao Pedro, pela preciosa ajuda na parte gráfica, na montagem final e, acima de tudo, pelo interesse sempre demonstrado e incentivos constantemente transmitidos.

A todos aqueles que nos ajudaram e apoiaram na realização deste trabalho, com um reconhecimento especial a Cesário Alves, Cristina Osswald, Deolinda Veloso Carneiro, José Flores Gomes, Manuel Costa, Monsenhor Arcipreste Manuel Amorim, Roger Amorim e Samuel Guimarães.

À Família, pela compreensão e apoio.

ABREVIATURAS

Ap. Doc. - Apêndice Documental
art. - artigo
Bol. Cult. - Boletim Cultural
cart. - cartório
cf. - confira
cit. - citado(a)
col. - colecção
direc. - direcção de
doc(s). - documento(s)
ed. - edição
Ed. - Editor(a)
Fig(s). - figura(s)
fl(s). - fólio(s)
in - em
lv. - livro
mç(s). - maço(s)
n.º - número
ob. - obra
P.e - Padre
p(p). - página(s)
s/ - sem
s/d - sem data
séc(s). - século(s)
sep. - separata
s/l - sem local
v. - verso
vd. - vide
vol(s). - volume(s)

SIGLAS

A.D.P. - Arquivo Distrital do Porto
A.D.F. - Arquivo Distrital do Funchal
A.H.M. - Arquivo Histórico Militar
A.M.P.V. - Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim

SINAIS

[...] - palavra(s) correspondendo a fragmento reconstituído por leitura do Autor.
(...) - palavra(s) do doc. transcrito, de citação ou de título de uma obra que foram omitidas.

"Mais une ville n'est point un assemblage de rues et de maisons, celles-ci ne sont que les carapaces, les coquilles, d'une société de personnes. Une ville est une oeuvre d'art à laquelle ont coopéré des générations d'habitants s'accommodant plus ou moins de ce qui existait avant elles. Parce qu'elle est dans un perpétuel devenir, sous l'effet de la succession infiniment changeante des êtres qui l'habitent et la font et refont, la ville ne se ramène nullement à son plan, schéma graphique, ni même à l'ensemble des creux et des pleins architecturaux qui la définissent".

Gaston Bardet, *L'urbanisme.*

APRESENTAÇÃO

São cada vez mais numerosos os estudos no campo da história urbana, cuja utilidade é por demais reconhecida, não só no sentido de permitir um melhor conhecimento da época abordada, mas também por fornecer orientações para o presente, esclarecendo e apoiando as actuais linhas de intervenção urbanística.

A escolha do tema prende-se, pois, com uma vontade de contribuir para o esclarecimento deste período de incontestável desenvolvimento urbano e marcantes obras públicas, valorizando-o como arranque para a formação da Póvoa balnear e, ao mesmo tempo, proporcionar um entendimento dos espaços e formas Setecentistas e Oitocentistas, no seu carácter de memória e valor enquanto Património a defender.

O objecto de estudo, a Póvoa de Varzim entre 1791 e 1836, centra-se nas questões do crescimento urbano e obras públicas, suportadas por um enquadramento socioeconómico e demográfico, antecedido pela abordagem da evolução histórica. Foi uma opção que não integrou o estudo da arquitectura, a que gostaríamos de nos dedicar em pesquisas posteriores.

Entendemos fundamentais, como suporte de um trabalho de história urbana, a abordagem do comportamento demográfico ao longo do período em questão, assim como um investimento, relativamente alargado, na definição dos pilares da economia. Conhecer quem habita o espaço e quais as actividades desenvolvidas permite compreender melhor a ocupação urbana desse mesmo espaço. É a própria especificidade da história urbana, como parte integrante da investigação em História de Arte, que reclama como base o conhecimento da realidade socioeconómica. Procuramos, assim, encontrar os traços específicos e os ritmos que caracterizaram os aspectos dinâmicos - a população, o crescimento económico e a expansão urbana.

Ao tratarmos da expansão urbanística, procuramos perceber quais os sentidos da ocupação do solo e os ritmos desse crescimento. Preocupamo-nos em conhecer o perfil físico da povoação, através da conjugação dos vários elementos que compõem a paisagem urbana: ruas, praças, pontes, moinhos, fontes e tanques, igrejas, casas e edifícios públicos. A descrição e análise arquitectónica realizada deve ser entendida, não como um estudo dos edifícios como objectos arquitectónicos, mas como elementos estruturadores da paisagem urbana. Apresenta-se, assim, uma visão da arquitectura que não considera a organização espacial, as tipologias ou os materiais, já que orientamos o nosso estudo para a reconstituição da evolução do espaço urbano e para a aproximação ao cenário do aglomerado e aos percursos então existentes.

A realização de um vasto programa de obras públicas foi uma das questões que mais preocupou a administração municipal ao longo do período abordado, apoiada pela acção dos Corregedores da Comarca e pelo próprio interesse do poder central. Trata-se de um amplo projecto que visou a criação de infra-estruturas (paredão e aqueduto) e de modernas estruturas espaciais e arquitectónicas (edifício da Câmara e Praça Nova), a que se juntou um importante equipamento, o hospital. Interessa-nos conhecer também toda a actividade relacionada com a manutenção e construção das estruturas vitais do quadro urbano: espaços viários, pontes e fontes.

As barreiras cronológicas definidas encontram a sua justificação na Provisão Régia de D. Maria I, datada de 21 de Fevereiro de 1791, que permitiu a realização das obras públicas do aqueduto, paredão, Casa da Câmara e Praça, e na Reforma Administrativa de 1836, que alargou a realidade espacial pertencente à jurisdição da Câmara da Póvoa.

FONTES E METODOLOGIA

Para documentar o crescimento urbano entre os limites cronológicos demarcados partimos do levantamento sistemático e exaustivo dos *Livros de Arruamentos*[1], onde consta o lançamento da contribuição sobre os prédios urbanos e rústicos da Vila. A nossa principal intenção foi, a partir dos registos da décima predial, estabelecer, entre 1792 e 1832, a quantificação das casas por ruas e lugares rústicos do termo e conhecer as propriedades rústicas ou áreas livres de construções dentro do perímetro considerado urbano e fora dele.

Os chamados prédios urbanos dizem respeito às habitações da Vila enquanto núcleo urbano e ainda, às casas distribuídas pelos vários lugares mais ou menos periféricos em relação a esse centro, dominados por certo carácter de ruralidade, ao ponto de serem apelidados de "lugares rústicos". Os prédios rústicos são os campos, as leiras, as hortas, as cortinhas ou outras propriedades livres de edificações e que se podem localizar nos referidos "lugares rústicos", mas também junto das casas, como parte integrante da malha urbana. A fonte não nos dá a delimitação precisa do início e do fim de cada rua, nem permite desenhar o plano urbano, pois não define com clareza o posicionamento dos dois tipos de propriedade.

[1] Existentes no A.M.P.V. (mços. 46 a 51C), cobrem, de forma descontínua, os anos entre 1762 e 1846. Para o nosso período de estudo, o primeiro data de 1792 e até 1810 só faltam os anos de 1798 e 1800. Desaparecidos todos os exemplares da época das Invasões, voltamos a contar com esta fonte, de forma contínua, entre 1814 e 1832. Embora tivessemos indicações da existência do livro de 1833, não localizamos o seu paradeiro.

Para os primeiros, os prédios urbanos, os *Arruamentos* fornecem para cada ano o número de casas por rua ou lugar, o nome do contribuinte, o valor da contribuição a pagar por este (proprietário ou locatário) e, para alguns anos, podemos ainda obter informações sobre a profissão ou a condição social (entendam-se as referências à viuvez, à pobreza ou à doença - cegos, mentecaptos e entrevados), a avaliação da casa, o seu tipo (térrea, sobradada ou torre e de dois andares) e a indicação da sua função quando distinta da habitacional (armazém, loja ou forja) e, por vezes, o material de construção, quando se trata da madeira ("caza de pau"). Quanto aos segundos, os prédios rústicos, quase sempre se torna difícil chegar à localização precisa destas propriedades, pois a fonte indica-as nas ruas onde habitam os seus proprietários e não no local onde verdadeiramente se situam, já que o objectivo da fonte é somente a colheita da contribuição predial.

O imposto da décima incidia sobre os bens imóveis, mas também sobre ordenados e rendimentos, cujo registo se fazia nos *Livros de Maneios*[2]. Esta fonte fornece-nos os dados para a caracterização sócio-profissional da povoação. Quanto à sua estrutura, apresenta-se semelhante à dos *Arruamentos*, cobrindo a área da vila, rua por rua, e os lugares rústicos. Deparamos com algumas dificuldades no tratamento dos *Maneios*. A primeira diz respeito à sua natureza, já que nem todos os exemplares contêm a mesma riqueza informativa, se alguns especificam as profissões sobre as quais incide o maneio, outros limitam-se a referir o valor a pagar pelo contribuinte. Temos assim que destacar os mais completos que são os dos anos de 1792, 1793 e 1830 e que funcionaram como uma espécie de livro matriz para os quais remetem os livros que se lhes seguem.

Para responder aos objectivos da caracterização sócio-profissional, contabilização das casas térreas e sobradadas e distribuição das profissões pelos arruamentos e lugares rústicos seguimos uma metodologia de amostragem ilustrativa de dois momentos

- 1792 e 1828 - que resultou da conjugação das informações dos *Maneios* e *Arruamentos* relativos a esses dois anos. Justifica-se tal escolha com base nos dados mais completos obtidos a partir da conjugação das duas fontes nas datas indicadas.

Transcrevemos[3] em forma de quadros (vol. III, ANEXO) os dados referentes aos *Arruamentos* de 1792 e 1828, completados com informações extraídas dos livros de 1788 e de 1827 que, conjugados com os *Maneios,* nos permitem obter um mais completo panorama das profissões e perceber a estrutura urbana da Vila.

Outras fontes manuscritas foram utilizadas, como as *Actas das Vereações,* os *Registos Gerais,* os *Requerimentos* e o *Núcleo Notarial* da Póvoa de Varzim. Da sua leitura de conjunto podemos tecer o quadro dos aspectos dominantes da vida do aglomerado e conhecer os nomes das personalidades mais destacadas.

Algumas limitações relacionadas com as fontes foram surgindo ao longo da investigação, levando-nos a enveredar por caminhos diversos daqueles que inicialmente tínhamos apontado. Dos longos meses passados no Arquivo Distrital do Porto, resultou um levantamento de documentação notarial revelador das preocupações quase quotidianas dos habitantes, mas não localizamos contratos esclarecedores para o panorama arquitectónico.

Pareceu-nos ser de privilegiar uma abordagem do tema apoiada numa apresentação gráfica e quantitativa de todos os elementos que a isso se prestassem, o que fizemos, fundamentalmente, a partir da série dos *Arruamentos,* para esclarecer o

[2] Conservam-se no A.M.P.V. (mços. 26 a 32) e, para o período estudado, contemplam quase todos os anos até 1834, excepto 1811, 1812, 1813 e 1816; para 1814, um mesmo livro contém os registos dos Maneios e dos Arruamentos.

[3] Dessas transcrições destacam-se alguns pormenores, como os elementos que estavam isentos do pagamento: os eclesiásticos, cujos bens eram considerados património, e os "pobres mendicantes". Apresentam-se alguns grupos em difíceis condições de sobrevivência, a de viuvez e pobreza. Podem apreender-se algumas referências para a questão da mobilidade dos habitantes, através da expressão "casa fechada", sobre qual não insidia a contribuição.

Capítulo da Expansão Urbanística. Igualmente, da transcrição dos *Arruamentos* e *Maneios* de 1792 e 1828 resultaram vários gráficos.

Face à inexistência de qualquer representação cartográfica coeva que nos indicasse a organização do espaço urbano, a escolha do mapa de suporte recaiu sobre a planta mais antiga que abarca a totalidade da povoação, datada de 1901 (1,40mx1,40m). Perante a utilização deste registo posterior, em cerca de cem anos, ao nosso período de estudo, apenas nos orienta o pressuposto de certas permanências no traçado da malha urbana. Foram mantidos todos os arruamentos existentes no suporte de 1901 e preenchidos com cor aqueles que formavam a malha urbana nos meados da primeira metade do século XIX. Esta planta, pela sua importância no trabalho, encontra-se no volume de TEXTO (PLANTAS 1 e 2). Para a reconstituição do espaço urbano não pudemos também contar com o auxílio de registos iconográficos coevos, os quais são também inexistentes.

O volume de **TEXTO** (I VOLUME) encontra-se dividido em seis capítulos que não são, nem podem ser num estudo desta natureza, estanques. No primeiro, traça-se uma evolução da ocupação do espaço e da história do aglomerado até ao século XVII, com uma base de recolha bibliográfica. O segundo define o quadro espacial e demográfico do século XVIII aos inícios do século XIX. No terceiro é apresentada a caracterização socioeconómica e abordados alguns aspectos da administração e da vida religiosa. O capítulo quarto delineia a expansão urbanística, tratando-se os vários núcleos do aglomerado, rua a rua, e os lugares rústicos. O capítulo do Quadro Urbano, o quinto, compreende a reconstituição da paisagem, através da referência aos edifícios na estruturação do aglomerado, aos vários elementos construídos e aos espaços livres, complementado com uma abordagem às questões da higiene pública. O último capítulo trata as grandes obras públicas lançadas pela Provisão de 1791, que se juntou a

edificação do hospital. No final do presente volume, encontra-se um breve sumário das matérias abordadas, sob a designação de *Índice do Texto*.

O II VOLUME constitui o **APÊNDICE DOCUMENTAL**, onde transcrevemos a documentação de suporte. Nas notas ao corpo do texto utilizamos a indicação Ap. Doc., seguida das siglas correspondentes ao arquivo e número do documento.

No III Volume, denominado **ANEXO**, apresentamos os gráficos, quadros e fotografias que complementam o estudo. Todas as referências a gráficos, quadros, figuras (FIG.) e mapas que se encontram no volume de TEXTO remetem para este ANEXO.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO: AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DA PÓVOA DE VARZIM ATÉ AO SÉCULO XVII

Muito embora o nosso estudo se centre na época compreendida entre a década de noventa do século XVIII e os anos trinta da centúria seguinte impôs-se-nos, no entanto, recuar até às origens do povoamento e da ocupação do solo, com o objectivo de apreendermos a relação das comunidades humanas com o território poveiro e perceber as actividades económicas desde cedo desenvolvidas.

1 - Dos primórdios do povoamento ao século XV

Sendo uma zona de clima ameno, onde o vento norte é talvez o maior factor de agressão, de relevo suave e solo fértil, pautado pela existência de lagoas e vários ribeiros e com uma bela angra de mar, o território do concelho da Póvoa de Varzim foi, desde recuados tempos, local de atracção e fixação do homem. A influência exercida pelo mar sobre os habitantes da região manifestou-se "não só no cariz da sua cultura e da sua economia como também no próprio habitat dos antigos povos que ocuparam a zona"[1].

Os mais antigos vestígios de povoamento - materiais líticos (percutores, machados e picos) atribuíveis ao paleolítico - foram encontrados a norte de Aver-o-Mar[2], numa localização que vem comprovar a forte atracção que o litoral desde sempre exerceu sobre as populações[3]. A cultura megalítica deixou as suas marcas na existência de algumas mamoas e na toponímia antiga[4]: Anta da Arnosa, em Amorim, Mamoa do

[1] Almeida, Carlos Alberto Ferreira de - *A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XI, n.º 1, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1972, p. 5.

[2] Idem - *Ibidem,* p. 9; Amorim, Manuel - *Aver-o-Mar e a sua Igreja,* Póvoa de Varzim, 1983, p. 11.

[3] Ribeiro, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico,* Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1993, p. 143.

[4] Rosário, António do - *Antas e mamoas no aro da antiguidade da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIII, n.º 1, 1974, pp. 5-13; Amorim, M. - *Ob. cit.,* p. 11. A falta de vestígios materiais deve-se às destruições causadas pela acção do tempo e pelos trabalhos agrícolas - cf. Almeida, Carlos Alberto Ferreira

Montinho, em Beiriz, Submamoa, em Navais, Campo da Anta e Mamoa de Sejães, em Terroso, Mamoa sobre Monte Redondo, em Laundos e Mamoa de Abade, nos limites de Laundos com Terroso, entre outros.

Relacionáveis com a Idade do Bronze, as fossas ovóides escavadas no saibro encontradas em Beiriz[5] são um dado importante para a confirmação do povoamento na fértil planície litoral.

O património arqueológico da Cividade de Terroso é o mais valioso testemunho a atestar a presença da cultura castreja[6] no concelho, também detectada em Argivai, Estela, Laundos e Navais. O espólio encontrado nestas estações - jóias da Estela, tesouro de Laundos, alfinetes e fíbulas de Terroso - documentam uma indústria artesanal dos metais, desenvolvida a par de outras actividades transformadoras, como a tecelagem, a moagem, o trabalho da pedra e a olaria. São abundantes as cerâmicas com decoração gravada, apresentando um conjunto extremamente variado de motivos decorativos. O aproveitamento dos recursos do meio assentava no cultivo da terra, na recolecção, na pecuária, na recolha de madeira e na pesca e mariscagem.

O território hoje correspondente à cidade da Póvoa regista uma ocupação que se pode recuar até à época romana, documentada pelos vestígios arqueológicos encontrados no Alto de Martim Vaz[7], no topo nascente da Rua da Junqueira, na Vila Velha e na Giesteira[8] (MAPA 1).

---

de - *Art.. cit.*, p. 9.

[5] SILVA, Armando Coelho Ferreira da - *As fossas ovóides de Beiriz e a problemática das práticas funerárias no final da Idade do Bronze,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. III (Povoamento. Administração. Aspectos Sociais.), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 13-20.

[6] Sobre a Cultura Castreja na região vd. o recente trabalho de José Manuel Flores GOMES - *Cividade de Terroso e Vila Mendo. Aspectos da Proto-História e Romanização do Litoral Minhoto,* Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 (dissertação de Mestrado em Arqueologia).

[7] FORTES, José - *Restos de uma villa lusitano-romana,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. III, 1969, pp. 313-341.

[8] Em 1898 foram encontrados vestígios de construções e objectos cerâmicos na Rua da Junqueira e cerca de 1905 na Vila Velha - cf. GONÇALVES, Flávio - *Rocha Peixoto. Nas vésperas do centenário do seu*

Nesta época o aspecto deste lugar era bastante diferente, com as águas do mar a penetrar na vasta zona da Junqueira[9] através do Esteiro (braço de mar que se estendia pela terra dentro, sensivelmente pelo percurso da actual Rua do Tenente Valadim). Vários ribeiros que atravessavam o território (o dos Favais e o da Moita eram os mais caudalosos) afluiam ao Esteiro. Esta franca penetração do mar na Junqueira era complementada pela existência da lagoa do Boído, localizada na parte poente da actual Praça do Almada e formada com as águas do ribeiro da Moita que vinha desde Beiriz e Giesteira, e da lagoa da Galé, situada na zona nascente da Rua dos Ferreiros no berço do regato dos Favais que descia desde o Coelheiro, criando-se assim uma vasta zona pantanosa e encharcada, onde cresciam em abundância os juncos (MAPA 1).

A presença destas condições naturais permitiu relacionar algumas das estruturas encontradas no Alto de Martim Vaz - tanques de salmoura e de *garum* (preparado de peixe) - e na Junqueira com as actividades da salinagem e da salga do pescado[10], processos muito desenvolvidos pelos Romanos. A salga iria ter grande peso na economia medieval da comunidade poveira, estando documentada a sua prática a partir do século XIV, como nos mostram as imposições fiscais[11]. A escolha do Alto de Martim Vaz para assento de uma *villa* romana poder-se-á assim associar às excelentes possibilidades oferecidas pelo local para a prática da pesca e da salga e o fabrico de

---

nascimento, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1965, p. 81, nota 189. Na zona da Giesteira de Cima têm sido recolhidos elementos que indicam a existência de uma necrópole - cf. AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga - Dois estudos sobre a Póvoa de Varzim, séc. X-XVI,* Póvoa de Varzim, 1985, p. 20, nota 45.

[9] A Junqueira correspondia a uma extensa zona plana compreendida entre a actual Rua do Tenente Valadim e Largo Elísio da Nova a sul, o extremo norte da Rua dos Ferreiros e Rua do Dr. Sousa Campos a nascente, a Rua de Santos Minho a norte, e a Travessa do Cais Novo a poente - cf. BARBOSA, Fernando - *Correcções e anotações à História local. VII - Toponímia: Junqueira e Rua Gomes de Amorim,* in "Idea Nova", de 28 de Setembro de 1940; BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bolt. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XII, n.º 2, 1973, p. 202.

[10] ALMEIDA , Carlos Alberto Ferreira de - *Art. cit.,* pp. 32-33.

[11] MARQUES, José - *Os Forais da Póvoa de Varzim e de Rates,* Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1991, p. 22.

preparados de peixe. Estas estruturas vocacionadas para a exploração dos recursos marinhos eram vulgares no litoral português e peninsular.

Datam da Alta Idade Média as referências à "villa" Euracini, entendida como "um núcleo populacional confinado a determinados limites, dentro dos quais, se desenvolve variada actividade: a pesca, a salga e a agricultura"[12] numa complementaridade económica que revela os efeitos da romanização. A população seria muito escassa e encontrava-se disseminada pelo território, aglomerando-se de forma mais intensa na Vila Velha[13], onde o repovoamento aconteceu cedo, em continuidade da época romana que aí teria implantado algum casal rústico, do qual nos ficaram restos arqueológicos. Afasta-se assim qualquer tentativa de localização da "villa" Euracini no Alto de Martim Vaz ou na Junqueira (MAPA 1).

Após a Reconquista a ocupação do território de Varzim intensificou-se, quer pela fertilidade das terras, quer pela boa situação de porto de mar, condições essas que desde sempre foram os factores de fixação. O povoamento dispersou-se por duas zonas[14], uma do domínio particular e outra reguengueira, separadas por um acidente hidrográfico, formado pelo Esteiro, lagoa do Boído e ribeiro da Moita: *Varazim dos Cavaleiros* (séc. XIII) ou *Varazim de Susão* (séc. XIV) e *Varazim de Jusão* (séc. XIII) - assim denominado porque ficava a jusante da linha divisória (MAPA 1).

A primeira dessas zonas, cujos territórios pertenciam à Ordem Militar do Hospital e a Ordens religiosas (mosteiros de S. Simão da Junqueira, de S. Cristóvão de Rio Mau, de S. Martinho de Manhente e da Comenda de Sande), situava-se a norte da linha de água, prolongando-se até ao Alto de Martim Vaz e à Giesteira.

A comunidade instalada nas terras do rei, que se estendiam para sul até ao limite

[12] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...*, p. 25.

[13] AMORIM, Manuel - *O Fundador da Póvoa,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 24 de Novembro de 1982.

[14] Idem – *Ibidem;* Idem - *A Póvoa Antiga...*, pp. 29-35.

com a área vilacondense e incluíam o porto de mar, era formada em 1258[15] por 20 casais e estava vocacionada para a prática da agricultura e também para a actividade piscatória - pesca costeira e no interior da enseada -, como nos informam as Inquirições de D. Afonso II, de 1220, e de D. Afonso III, de 1258, ao fazerem incidir a carga fiscal sobre os produtos da terra e do mar[16].

Durante o século XIII acentuaram-se as lutas entre as duas comunidades - Varazim dos Cavaleiros e Varazim do Rei -, reivindicando a primeira direitos sobre o porto de mar e actuando de forma prepotente contra os moradores do reguengo[17].

Foi nesse contexto que se verificou a intervenção do poder régio com D. Dinis que, por carta de Foral de 9 de Março de 1308, elevou o reguengo de Varazim de Jusão à condição jurídica de município[18], doando-o a 54 *vezinhos* (casais) para aí estabelecerem uma *póvoa* marítima. Com esta medida o monarca criou um incentivo ao repovoamento da área, ao mesmo tempo que lançou os fundamentos da vida municipal, proporcionando um novo estatuto à terra - de reguengueira passou a foreira - e aos moradores - que agora podiam eleger o seu juiz (confirmado por carta régia) e oficiais

---

[15] AMORIM, Manuel - *Varzim nas Inquirições de 1258* (1), in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 8 de Dezembro de 1982.

[16] AMORIM, Manuel - *Varzim nas Inquirições de 1258* (1 e 2), in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 8 e 15 de Dezembro de 1982. Situação que se estendia a toda a zona entre os rios Douro e Minho como esclarece Humberto Baquero Moreno: "parece ser indubitável que desde os alvores da formação de Portugal a navegação no mar e nos rios do Entre-Douro-e-Minho constituiu uma actividade que determinou a vontade colectiva dos homens, os quais repartiam as suas iniciativas entre a exploração agrária e a faina marítima, com prevalência das acções relacionadas com a pesca" - cf. MORENO, Humberto Carlos Baquero - *A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho,* in Actas do Seminário "Pescas e navegações na História de Portugal (séculos XII a XVIII), "Cadernos Históricos", vol. VI, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1995, p. 65.

[17] AMORIM, Manuel - *Varzim nas Inquirições de 1258* (3 e 4), in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 22 de Dezembro de 1982 e 5 de Janeiro de 1983.

[18] Sobre este assunto vd. MARQUES, José - *Ob. cit.* São bastante numerosas as cartas de povoamento dadas durante a 1.ª dinastia, pretendendo os monarcas retirar as terras da posse dos senhorios particulares, em especial das Ordens Religiosas ou Militares, as quais estavam isentas do fisco.

(um mordomo e um chegador), através da constituição em assembleia de vizinhos[19]. Pela sua estrutura judicial e administrativa, e pelo facto da sua sede não ser delimitada por muralhas, José Marques enquadra este concelho no âmbito dos concelhos urbanos.

A leitura do texto do Foral dá-nos uma visão do dinamismo económico desta comunidade, onde as actividades da pesca e da agricultura são complementadas com a apanha de sargaço e o comércio marítimo: o Foral refere o imposto de sete soldos sobre cada barca ou baixel que trouxesse pão, sal, vinho ou sardinhas, mas não especifica, porém, outras mercadorias.

Em 1312, D. Dinis doou o Senhorio e a jurisdição de Varazim de Jusão a seu filho bastardo D. Afonso Sanches, casado com D. Teresa Martins, filha do 1.º Conde de Barcelos, os quais fundaram, em 1318, o Mosteiro de Santa Clara, no seu lugar de Vila do Conde, anexando-lhe o referido Senhorio[20]. O mosteiro tornou-se donatário da Póvoa arrecadando a parte material dos direitos senhoriais[21] mas ficando a jurisdição, isto é, o direito à administração da justiça, reservada aos fundadores e seus herdeiros.

Em tempos posteriores à morte de D. Afonso e de D. Teresa, a jurisdição sobre a vila da Póvoa passou para a Abadessa de Santa Clara, a qual dispunha de amplos poderes: fazia a confirmação dos juízes eleitos pelos moradores, julgava as causas

[19] O mordomo era "o cobrador de rendas da coroa que também exercia funções fiscais e executórias, como penhoras", enquanto o "chegador das causas" desempenhava o cargo de "procurador do povo" - cf. AMORIM, Manuel - *O Fundador da Póvoa,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 24 de Novembro de 1982; Idem - *Varzim nas Inquirições de 1258* (5), in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 12 de Janeiro de 1983.

[20] Sobre o domínio do abadessado (1318-1540) vd. TAROUCA, Carlos da Silva - *O cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde,* sep. de "Arqueologia e História", 8.ª série, vol. IV, Lisboa, 1947; NEVES, Pacheco - *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde,* Vila do Conde, 1982; AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* pp. 39-47 e 54-62.

[21] Os moradores da Póvoa pagavam anualmente ao mosteiro um foro de 5 mil réis, contentando-se as religiosas com 4 mil, segundo as indicações de Veiga Leal na sua *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758* (p. 330). Pagavam ainda direitos sobre toda a sardinha que pescavam, sobre todos os produtos que chegavam de fora para comerciar e não para consumo próprio, assim como também cada barco que entrasse no porto de mar pagava imposto para descarregar a mercadoria - cf. AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* p. 37

criminais, em primeira instância, e as cíveis, em segunda, nomeava os oficiais das justiças (meirinho, porteiro e mordomo), despachava os tabeliães para anotar os actos públicos. Esta jurisdição foi exercida durante quase dois séculos, tendo passado para a Casa de Bragança no século XVI, mas permanecendo o Senhorio na posse do Mosteiro até ao regime liberal[22].

Ao longo do século XV verificou-se um certo desenvolvimento económico que se acentuou na centúria seguinte, sendo patente na importância de alguns mareantes ligados ao comércio do porto de Vila do Conde.

No plano eclesiástico, a freguesia da Póvoa desmembrou-se da paróquia de Argivai, datando a primeira referência como *freguesia de Santa Maria da Póvoa de Varzim* do ano de 1456[23]. A criação de uma freguesia pode ser tida como indicador de crescimento, já que pressupõe a existência de uma comunidade cristã suficientemente grande que a justificasse.

A pequena ermida situada no Lugar da Mata (MAPA 1), fundada por iniciativa dos habitantes da Vila Velha em tempo anterior à criação da *Póvoa Nova de Varzim*[24] foi escolhida para igreja paroquial. A antiguidade da construção é confirmada pela referência feita por Veiga Leal[25] a uma pedra contendo uma cobra esculpida, elemento reutilizado no edifício que, no século XVII substituiu a capela medieval, e retirado quando se fez um novo portal nos meados de Setecentos. A serpente, pelo seu carácter apotropaico, aparece com frequência na iconografia dos portais românicos, sobretudo

[22] O pagamento do foro anual ao Mosteiro terminou com a lei de 13 de Agosto de 1832 - cf. AMORIM, Manuel - *Ob. cit.*, pp. 37, nota 105, 42-44 e 58.

[23] MARQUES, José - *Ob. cit.*, p. 23.

[24] AMORIM, Manuel - *A importância da Capela da Mata na expansão da Póvoa,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 139, de 18 de Setembro de 1985.

[25] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758,* por Francisco Félix Henriques da Veiga Leal. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 320.

no lintel, como é visível nos portais axial e sul da Igreja de S. Pedro de Rates, no concelho da Póvoa de Varzim.

A Ermida da Mata foi descrita por Flávio Gonçalves[26] como um templo de reduzidas dimensões, formado por uma única nave coberta de madeira, com um portal lateral[27] de arco ligeiramente apontado, atribuível ao século XIII, e um portal axial composto por várias arquivoltas sobre capitéis decorados, orientado para poente. Nesta capelinha medieval era venerada, desde data indefinida, uma escultura gótica em madeira representando a Virgem com o Menino[28] sob a invocação de *Nossa Senhora de Varzim*; passou depois a padroeira da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, aí instituída em 1686, e ao longo dos séculos XVII e XVIII teve grande devoção por parte dos mareantes da vila e portos vizinhos.

Do que ficou exposto, destacaremos que o povoamento impulsionado por D. Dinis - um agrupamento situado na parte mais elevada do território de Varzim de Jusão - foi a génese do que Veiga Leal[29], no século XVIII, denominou a "vila antiga". Foi este aglomerado de posição topograficamente saliente que na era Quinhentista adquiriu as feições de núcleo urbano. É fundamental salientar que a Póvoa de D. Dinis não corresponde à Vila Velha, cuja continuidade de ocupação vinha do período romano, nem se pode localizar na zona da Junqueira[30], onde o primeiro povoamento é posterior, em mais de duzentos anos, ao Foral.

---

[26] GONÇALVES, Flávio - *Um templo desaparecido: a antiga Igreja Matriz (depois igreja da Misericórdia)*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. III, n.º 2, 1964, pp. 202-204.

[27] No Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim encontram-se expostos treze dos quinze silhares (alguns com siglas) que formavam o arco e uma pedra siglada da parede.

[28] Datável do século XIII; encontra-se hoje no Museu Municipal de Etnografia e História, juntamente com as imagens de S. Tiago Maior e de S. Pedro Gonçalves Telmo, dos séculos XIV-XV e provenientes da mesma capela - cf. Idem - *Ibidem*, pp. 205-214.

[29] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758*, pp. 309-310.

[30] Manuel Amorim explica, na obra *A Póvoa Antiga...* (p. 34, nota 91), que a "pobra" de D. Dinis não pode

Partindo dos dois focos iniciais de povoamento - a *Vila Velha* e a *Vila Nova de D. Dinis* - que, ocupando zonas distintas, foram surgindo com a ocupação romana e com a carta de constituição do concelho no século XIV, desenrolou-se o processo de ocupação do território envolvente. Os aspectos caracterizadores de cada núcleo permaneceram até ao século XVIII ou mesmo XIX: a Vila Velha (*Varzim de Susão*), de povoamento antigo mas disperso, ficou sempre marcada por um carácter de ruralidade, enquanto a *Poboa Nova de Varzim* (*Varzim de Jusão*), núcleo urbano inicial a partir do qual se processou o crescimento urbanístico, assumiu-se como o centro cívico-político desde o século XVI, até aos inícios do século XIX.

2 - O SÉCULO XVI E O DESPONTAR DO NÚCLEO URBANO

Para os séculos XVI e XVII apresentamos uma abordagem mais desenvolvida da história local com o objectivo de esboçar o perfil físico da povoação, o que indubitavelmente nos proporciona uma melhor compreensão do processo da expansão urbanística dos séculos seguintes.

Ao pretendermos estudar a história urbana desta povoação a partir dos finais do século XVIII, sentimos a necessidade de perceber a forma urbana na sua dinâmica quinhentista e seiscentista, na medida em que esta "é um processo contínuo (...) e, se

corresponder à Junqueira "mesmo na sua lata expressão, formada por sapais, lagoas e dunas de areia, mas em terra enxuta onde os casais se pudessem fixar e não ficassem sujeitos à invasão das areias e das enchentes (...) o homem do mar deslocou-se, lentamente, da parte alta da vila para os chãos de areia litoâneos. Este homem pode muito bem ser o descendente dos antigos reguengueiros"; na p. 26, nota 68, esclarece: "O facto de as Primeiras Inquirições não se referirem à Vila Velha só prova que aí não havia impostos a cobrar pelo Rei. Este povoado, porém, é anterior à fundação da Póvoa. Contrariando a hipótese de Alberto Sampaio, a «pobra» de D. Dinis não se pode identificar com a Vila Velha; pelo contrário, a «pobra» vai ser a Vila Nova em oposição ao antigo povoado designado já por Vila Velha em 1343", nas Inquirições.

se torna possível descrevê-la ou caracterizá-la num momento preciso, não se pode ignorar, para a compreender, o estudo dos períodos anteriores que condicionaram o seu desenvolvimento e a sua formação"[31].

Assim, pensamos que se justifica uma caracterização mais completa da povoação ao longo destes dois séculos, dado que "o estudo de uma estrutura urbana só se concebe na sua dimensão histórica, pois a sua realidade funde-se no tempo por uma sucessão de reacções e crescimentos a partir de um estado anterior"[32].

Em 1514, D. Manuel procedeu à reforma do foral de 1308, actualizando as rendas mas conservando, no entanto, o quadro jurídico-administrativo[33]. A perda da jurisdição civil e criminal exercida pela abadessa do Mosteiro de Santa Clara sobre a Vila aconteceu em 1537, depois de longo processo movido pela Coroa, que só terminou em definitivo em 1540[34]. Com a incorporação da Vila à Coroa e sua anexação à Comarca do Porto, a administração passou a ser vigiada pelos corregedores e os moradores obtiveram um melhor exercício da justiça.

E foi com base nesta conjuntura dos inícios de Quinhentos e no desenvolvimento atingido nos dois séculos seguintes que Manuel Amorim caracterizou o período compreendido entre 1514 e 1836 como sendo marcado pela "organização da vida

[31] "la forme urbaine est un processus continu (...) et, s'il est possible de la décrire ou de la caractériser à une période précise, on ne peut négliger, pour la comprendre, l'étude des périodes antérieures qui ont conditionné son développement et l'ont littéralement formée" - AYMONINO, Carlo; ROSSI, Aldo - *La Città di Padova, saggio di analisi urbana,* Roma, Officina Ed., 1966; cit. por PANERAI, Philippe - *Croissances,* in "Elements d'analyse urbaine", Bruxelas, A.A.M.Ed., 1980, p. 16.

[32] "l'étude d'une structure urbaine ne ce conçoit que dans sa dimension historique, car sa réalité se font dans le temps par une succession de réactions et de croissances à partir d'un état antérieur" - MURATORI, Saverio - *Studi per una Operante Storia Urbana di Venezia,* Roma, Istituto Poligrafico dello Stato, 1959; cit. por PANERAI, Philippe - *Typologies,* in "Elements d'analyse urbaine", Bruxelas, A. A. M. Ed., 1980, p. 86.

[33] MARQUES, José - *Os Forais...,* p. 22.

[34] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* pp. 43-44.

pública e da dinâmica urbano-burguesa consequentes da fecunda actividade piscatória"[35].

O facto deste local ficar à margem da rede dos caminhos medievais de peregrinação[36] terá certamente contribuído para o seu tardio despontar. E foi apenas no século XVI que se pode detectar a existência de um povoado de pequenas dimensões e carácter marcadamente rural que iria assistir, ao longo da centúria, a "uma certa densificação em redor de um núcleo embrionário, do tipo oficial - Casa do Concelho, Igreja e Praça"[37], onde existiam certos apontamentos de arquitectura doméstica de algum significado. Pela emergência deste núcleo urbano, a Póvoa distinguia-se das aldeias vizinhas, de povoamento bem disperso formado pelos casais.

A sua população, que nos inícios do século, rondava os 500 habitantes[38], sendo bastante atingida pela peste de 1578 não chegou a contabilizar um milhar[39] de

[35] AMORIM, Manuel - *Uma cidade nova com profundas raízes no tempo,* in "O Primeiro de Janeiro", de 31 de Janeiro de 1978, p. 19. Este investigador dividiu, por razões de índole metodológica, o passado histórico da Póvoa de Varzim em quatro fases: "935-1308 - ocupação do território; 1308-1514 - povoamento estratégico com vista à formação de uma comunidade marítima; 1514-1836 - organização da vida pública e da dinâmica urbano-burguesa consequentes da fecunda actividade piscatória; 1836-1897 - cabeça de um pequeno concelho rural e estância balnear de grandes dimensões".

[36] Um importante caminho que vinha do Porto fazia-se mais pelo interior, passando por Vilarinho, Ponte de Ave, mosteiro de Junqueira, ponte dos Arcos e pelo mosteiro de Rates que era "um lugar de uma notória centralidade na Idade Média", seguindo por Barcelos para Ponte de Lima ou pela Barca do Lago para Viana - cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Caminhos Medievais no Norte de Portugal,* in "Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago. Itinerários Portugueses", Xunta de Galicia / Centro Regional de Artes Tradicionais do Porto, 1995, pp. 349-350.

[37] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* p. 75

[38] Este número relaciona-se com os 107 fogos indicados no "Cadrastro de Entre Douro e Minho" (1527), fonte referida por Baptista de Lima na *Monografia da Póvoa de Varzim,* e confirmado por Manuel Amorim, a partir do levantamento dos dados fornecidos pelos registos paroquiais - cf. AMORIM, Manuel - *Ob. cit.,* p. 83. Entre 1527 e 1531 realizou-se em Portugal, por ordem de D. João III, o mais antigo numeramento geral de fogos (sendo o fogo entendido como unidade habitacional), o qual permite estabelecer com alguma segurança uma primeira estimativa da população portuguesa. A cada fogo atribui-se uma média de 4,5 pessoas, isto é, entre 4 e 5 habitantes - cf. GODINHO, Vitorino Magalhães - *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa,* 2.ª edição (correcta e ampliada), Lisboa, Editora Arcádia, 1975, pp. 37-38.

[39] Este dado baseia-se numa estimativa retirada dos registos paroquiais, correspondendo a população da Póvoa a uma sexta parte da de Vila do Conde - cf. AMORIM, Manuel - *Amador Álvares, Piloto da Carreira das*

indivíduos no final da centúria. O carácter de pequenez da Póvoa acentua-se mais quando comparada com outras povoações do litoral norte. A mais próxima, Vila do Conde, apresentava, em 1527, perto de 4000 habitantes correspondentes aos seus 905 fogos[40]. Na mesma data, Viana da Foz do Lima era uma vila cosmopolita que se destacava pela prosperidade do tráfico comercial do seu porto e onde habitavam cerca de 5000 pessoas (962 fogos)[41]. Também Caminha registava nos inícios do século uma população superior à da Póvoa, tendo aí sido arrolados 191 vizinhos em 1513[42]. Esposende rondaria os 400 ou 500 fogos por altura da visitação efectuada por D. Frei Bartolomeu dos Mártires àquele lugar, em 1560[43].

O seu território[44] (MAPA 2) incluindo uma ampla zona de areais, confrontava a norte e nascente com o termo de Barcelos e a sul com o de Vila do Conde. A divisão meridional partia de Casal do Monte e passando por S. Brás de Regufe atingia os penedos Cabedelos no mar; a nascente, o limite ia de Casal do Monte em direcção à Giesteira; daí, pelo norte, seguia para a Portela, passava a sul da Igreja Matriz (no Lugar da Mata) e, descendo pelo percurso do ribeiro da Moita, atravessava pelo Boído, Trempes, Junqueira e Rego, até ao litoral.

O núcleo urbano embrionário[45], situado para sul e sudoeste do edifício da actual Igreja Matriz, afirmava-se pela sua arquitectura de carácter civil e religioso, e o

---

Índias, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.º 2, 1990, p. 337, nota 3.

[40] GODINHO, Vitorino Magalhães - *Ob. cit.*, p. 38.

[41] MOREIRA, Manuel António Fernandes - *A presença de galegos em Viana da Foz do Lima no século XVI,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. III (Povoamento. Administração. Aspectos Sociais.), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 66-67.

[42] OLIVEIRA, António de - *A população de Caminha e Valença em 1513,* in "Bracara Augusta", t. XXX, Braga, 1976; SOUSA, Fernando de - *História da Estatística em Portugal,* Lisboa, I.N.E., 1995, p. 69.

[43] SOARES, A. Franquelim S. Neiva - *A primeira visitação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires e as origens de Esposende,* in "Actas do I Encontro sobre História Dominicana - Arquivo Histórico Dominicano Português", vol. II, Porto, 1979, p. 238.

[44] AMORIM, M. - *A Póvoa Antiga...*, p. 76.

[45] Este núcleo é por nós designado, neste trabalho, núcleo antigo, primitivo, da Madre de Deus, da Matriz ou da Praça.

desenvolvimento das funções aí radicadas e pela existência de uma praça ou terreiro. Este núcleo primitivo, que passaremos de seguida a descrever, entendemo-lo como o pólo de crescimento: "trata-se da origem, o primeiro agrupamento a partir do qual se vai operar o desenvolvimento do aglomerado, e o ponto de referência desse desenvolvimento, ordenando a constituição do tecido e os crescimentos secundários (que são muitas vezes fragmentos de crescimentos lineares). No desenvolvimento de uma aglomeração, o centro inicial desempenha frequentemente esse papel (...)"[46].

Como se depreende das escassas indicações[47] que as fontes quinhentistas nos fornecem relativamente a ruas ou lugares que constituiam o núcleo embrionário, este apresentava-se ainda bastante insipiente em termos de traçado urbano. Mais não eram que estreitas vielas, bordejadas por pequenas casas. As referências limitam-se à *Praça*, à *Madre de Deus*, arruamento paralelo à parede sul da capela com o mesmo nome e que levava à Silveira, à *Cangosta dos Foles* próxima da praça, onde se abatiam os animais para consumo público e à *Cangosta das Figueiras*, que ligava o Cidral ao Monte do Calvário.

O edifício com funções religiosas neste núcleo era a Capela da Madre de Deus, levantada possivelmente antes de 1521[48] para dar assistência religiosa aos aí residentes. De dimensões modestas e sem grande qualidade arquitectónica[49], era muito frequentada na era de Quinhentos pois localizava-se no centro da povoação (a igreja

---

[46] "C'est à la fois l'origine, le premier groupement à partir duquel va s'opérer le développement de l'agglomération, et le point de référence de ce développement, ordonnant la constitution du tissu et les croissances secondaires (qui sont souvent des fragments de croissances linéires). Dans le développement d'une agglomération, le centre initial joue souvent ce rôle (...)" - PANERAI, Philippe - *Croissances,* in "Elements d'analyse urbaine", Bruxelas, A. A. M. Ed., 1980, p. 24.

[47] AMORIM, Manuel - *Ob. cit.*, pp. 78 e 93.

[48] Fundada por João Gomes Gaio, pai de João Martins Gaio - cf. BARBOSA, Fernando - *Correcções e anotações à História Local. II - Capela da Madre de Deus, Corpus Christi,* in "Idea Nova", de 11 de Maio de 1940; AMORIM, Manuel – *Ob. cit.*, pp. 93-94.

[49] SILVA, Manuel - *Os Farias Gaios, Morgados da Madre de Deus,* in "A Póvoa de Varzim", 5.º ano, 1916, n.^{os} 19-21.

matriz ficava afastada e fora do termo da Póvoa) e continha, desde 1544[50], o Santíssimo Sacramento.

A construção dos primitivos Paços do Concelho pode-se situar na primeira metade do século XVI ou mesmo antes. Embora os conhecimentos sobre a edificação original[51] sejam muito escassos, sabe-se que correspondia a uma contrução de dimensões reduzidas, com dois pisos e uma arcaria ao nível do rés-do-chão, correndo ao longo da fachada principal. Este elemento arquitectónico permitia que o edifício estabelecesse uma mais completa relação com o espaço que lhe ficava fronteiro, o qual foi adquirindo as características de uma praça. No piso térreo, por trás da arcaria existiam dois compartimentos, um destinado a prisão, o outro a armazém ou açougue. A sala das sessões camarárias situava-se no andar superior, fazendo-se o acesso através de uma escada exterior adossada à parede norte.

A área fronteira à Capela e aos Paços constituía o verdadeiro centro cívico da embrionária organização urbana, aproximando-se do papel que a praça desempenhava na cidade medieval, local onde se implantava a catedral ou a igreja, se fazia o mercado e onde se construiam os edifícios mais representativos da organização citadina[52]. Para o século XVI, embora não estejam documentadas as suas funções como local de mercado[53], entendêmo-la como o "coração" do povoado, atendendo à vivencialidade inerente ao conceito de "espaço-praça". Apresentava-se como um sítio aberto, bastante amplo, ponto de convergência das principais estradas que ligavam a vila às povoações vizinhas: o caminho que pelo Coelheiro ia para Vila do Conde, a ligação para Guimarães, a via que passava por Moninhas e Giesteira e seguia para Barcelos e a que, pelo lugar da Mata, Barreiros e Penouços, seguia em direcção a Esposende (MAPA 2).

[50] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758...*, p. 322.

[51] Sobre este edifício vd. AMORIM, Manuel - *Os Antigos Paços do Concelho da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXX, n.os 1/2, 1993, pp. 15-33.

[52] GOITIA, Fernando Chueca - *Breve História do Urbanismo,* Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 89.

[53] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...*, p.77.

Da arquitectura doméstica as informações que possuimos são insuficientes, salientando-se as casas do fidalgo João Martins Gaio[54], "o grande Senhor da Póvoa" da primeira metade do século, situadas nas traseiras dos Paços do Concelho, junto da cangosta das Figueiras e à porta da Capela da Madre de Deus, fundada por seu pai. Tratar-se-ia de uma construção complexa e com a dimensão e cómodos necessários como convinha ao único membro da nobreza residente na Vila. Era formada pelo espaço de habitação do senhor e dos serviçais, pelas cavalariças, abegoarias e celeiros.

As casas térreas dominavam certamente na época de Quinhentos, mas há indicações da existência de habitações sobradadas, de reduzidas dimensões, apresentando vergas de linhas curvas, entalhadas na face exterior[55]. A esta arquitectura mais rica associamos a próspera classe dos mareantes, senhores de grandes posses, como era o caso do piloto Amador Álvares que habitava uma casa sobradada com quintal[56].

Deste núcleo mais elevado, as gentes poveiras desciam pela "Calçada" em direcção à zona da Junqueira e à praia da Ribeira (MAPA 2). Essa "Calçada" era um espaço vasto, rodeado pelos campos do Boído (a norte) e dos Favais (a sul), que desempenhava simultaneamente as funções de eixo de ligação e de recinto de

[54] As suas moradas, provavelmente as únicas com alguma comodidade e capacidade, teriam acolhido o Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires com a sua comitiva, quando da sua visita à Póvoa, a 11 e 12 de Janeiro de 1560 - cf. AMORIM, Manuel - *Uma visita inédita de D. Frei Bartolomeu dos Mártires,* in "Actas do II Encontro sobre História Dominicana - Arquivo Histórico Dominicano Português", vol. III/2, Porto, 1986, p. 187.

[55] PEREIRA, Belarmino - *Habitações Urbanas (Séculos XVII e XVIII - Póvoa de Varzim),* in "A Póvoa de Varzim", n.º 18, 1.º ano, 1912, p. 3.

[56] Um documento de doação, datado de 1592, para constituição do património do seu enteado Manuel Pires dá-nos algumas indicações sobre a morada do piloto: "estas cazas de sua morada que são sobradadas com seo quintal atraz grandes e boas que são erdade dizimas a Deos e partem do mar com cazas que forão de Joam Alvz barcellos e da terra com outra de Jorge myz Gaio do sul com rua pubrica e do norte entesta com emxido das cazas que forão de Diogo pyz de San Pedro" (A.D.P., *Notários da Póvoa de Varzim,* 1.º Cart., 1.ª série, lv. 4, fl. 11v.) - doc. trancrito por AMORIM, Manuel - *Amador Álvares, piloto da Carreira das Índias,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.º 2, 1990, pp. 341-342.

distracção, onde circulavam as "carreiras de cavalos e justas equestres"[57]. No topo nascente deste caminho ergueu-se, em 1560, a Capela de S. Sebastião[58], afirmando-se como o elemento essencial para a definição do terreiro fronteiro, ponto de convergência das futuras Ruas de S. Sebastião, Nova, da Amadinha e da Calçada e onde se levantou o cruzeiro paroquial.

A poente, num plano mais baixo, a Calçada terminava junto ao Pelourinho. Entendendo-o como símbolo da autonomia concelhia, "padrão das liberdades municipais alcançadas pelo povo", Flávio Gonçalves situou a construção do pelourinho poveiro no reinado de D. João III, num período de "entusiasmo local"[59]. Com arranque nesse lugar, onde mais tarde se formou a Praça ou Largo do Pelourinho, implantou-se para sul, a Rua dos Ferreiros, cuja antiguidade está documentada para o ano de 1568[60], assumindo-se como eixo de ligação para Vila do Conde, a par de um outro, já referido, que se fazia mais pelo interior através do Coelheiro (MAPA 2). O primitivo povoamento desta extensa área de areias e solos pantanosos chamada Junqueira surgiu por aqui, na zona da Galé e topo norte da Rua dos Ferreiros[61], só depois avançando para a faixa litoral.

Nesta parte mais baixa da Póvoa existiam no Inverno duas lagoas - a da Galé, formada pelas águas do ribeiro dos Favais, e a do Boído, no berço do ribeiro da Moita - que dificultavam o acesso à Ribeira, levando os habitantes a recorrer à utilização de

---

[57] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...*, p. 81. Segundo nos ensina Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na região Norte aplica-se o termo "calçada" aos "caminhos maiores", indiciando "o seu calcetamento nos locais onde este fosse mais necessário" - cf. *Caminhos medievais no Norte de Portugal...*, p. 341.

[58] Fundada pelo capitão de navios Gomes Martins e sua mulher, Maria Álvares - cf. AMORIM, M. - *Os nossos antigos mareantes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 120, de 24 de Abril de 1985.

[59] GONÇALVES, Flávio - *O pelourinho,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. II, n.º 1, 1959, pp. 147-148.

[60] BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XI, n.º 1, 1972, p. 94.

[61] Informação obtida em conversa com Manuel Amorim, e que vem precisar a localização do primitivo aglomerado urbano de pescadores da zona da Junqueira, já que Fernado Barbosa o situava mais a poente, em redor da ermida de S. Roque - cf. BARBOSA, Fernando - *Correcções e anotações à História Local. I -*

pequenas jangadas, chamadas trempes[62].

A zona da Junqueira recebeu, por volta de 1582, a Capela de S. Roque[63], cuja implantação se explica não pela existência de povoamento no local, mas por ser sítio de cruzamento dos caminhos[64] que depois se uniam num acesso único à Ribeira, transformado no século XVII em Rua da Ponte: o que vinha do núcleo da Praça descendo pela Calçada e o que partia da Vila Velha (seguindo aproximadamente o percurso da actual Rua das Hortas) em direcção à Junqueira. Era uma capelinha de modestas dimensões, como tantas outras levantadas nesta época, junto ao litoral.

Pelos finais do século começaram a desenvolver-se as actividades ligadas à construção naval, que tinham como palco a praia da Ribeira, em redor do fortim, estrutura defensiva construída no século anterior para assegurar a defesa do território.

Para uma caracterização socioeconómica da Póvoa Quinhentista teremos que salientar que a pesca do alto aparece como uma actividade específica de uma classe

---

Capela de S. Roque, in "Idea Nova", de 27 de Abril de 1940.

[62] O nome destas jangadas passou para a toponímia: o Lugar das Trempes, referido já em 1583, e a "Cangosta das Trempes", mencionada em 1706 - cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIX, n.º 1, 1980, pp. 64 e 68.

[63] Instituída pelo piloto de mar Diogo Pires de S. Pedro (filho do marinheiro Diogo Pires) e sua mulher Maria Fernandes de Faria (filha de um marinheiro que trabalhava em Lisboa, possivelmente na Ribeira das Naus) - cf. AMORIM, Manuel - *Os fundadores da Ermida de S. Roque,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.º 15, de 26 de Janeiro de 1983. As informações relativas aos ascendentes dos fundadores são dados interessantes para a caracterização das forças sociais quinhentistas. Instituída por volta de 1582, a capela foi aberta ao culto em 1584 - cf. BARBOSA, Fernando - *Correcções e anotações à História Local. I - Capela de S. Roque,* in "Idea Nova", de 27 de Abril de 1940. Justifica-se a sua invocação na medida em que o País estava a ser devastado por um surto de peste e S. Roque era o advogado contra esse mal; levantaram-se assim diversas capelas, principalmente junto ao litoral, em honra do santo. Vila do Conde ergueu uma Capela a S. Roque, logo depois da peste de 1580 - cf. GONÇALVES, Flávio - *Duas Notas Vilacondenses,* in "Boletim Cultural do Ginásio Clube Vilacondense", n.º 6, Vila do Conde, 1980, p. 47. Só nos finais do século XIX foram realizadas obras de vulto nesta capela, compreendendo a sua total reedificação e ampliação - cf. FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e - *A Capela de S. Tiago Maior, da Póvoa de Varzim. Alguns documentos para a sua história,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. IX, n.º 1, pp. 5-21.

[64] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* pp. 81-82.

muito reduzida[65], sendo ainda incapaz de criar um mercado significativo, muito embora se possa assinalar algum tráfego de peixe fresco e seco para fora da Vila, feito através de regateiros e almocreves[66].

Assistimos a uma dinâmica social baseada no crescimento demográfico e no início da afirmação de uma burguesia urbana, constituída por uma significativa classe formada por capitães e pilotos[67] relacionada com o volumoso tráfego comercial do porto de Vila do Conde[68], vila mais próspera e activa. Os mareantes poveiros participavam activamente no comércio ultramarino[69] com o Oriente, S. Tomé, Brasil e Antilhas espanholas e a partir da união ibérica, intensificou-se a participação dos portugueses nas carreiras das Índias Ocidentais. A importância económica, política e social desta classe ligada às actividades marítimas está patente nos cargos da administração municipal que ocuparam e nas instituições pias que fundaram[70]. Resultado das trocas

---

[65] AMORIM, Manuel - *Os nossos antigos mareantes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 120, de 24 de Abril de 1985.

[66] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* pp. 118-119.

[67] Desta florescente classe destacam-se *Os Habades,* o capitão de navios Gomes Martins, o piloto Diogo Pires de S. Pedro, *Os Corteses, Os Glórias,* o piloto João Martins de Faria, o piloto Amador Álvares, o piloto António Gonçalves - cf. AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* pp. 92 e 96-103; Idem - *Amador Álvares, piloto da Carreira das Índias,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.º 2, 1990, pp. 338-339.

[68] PEREIRA, João Cordeiro - *Para a História das Alfândegas em Portugal. Vila do Conde - organização e movimento,* Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1983.

[69] Entre os anos de 1535 e 1547, foram construídas várias naus no estaleiro da Ribeira das Naus, cujos mestres eram de naturalidade poveira; por exemplo os navios S. M. Varzim, S. Pedro, S. Sebastião e S. M. do Lago - cf. COSTA, Leonor Freire - *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo,* Cascais, Patrimonia Histórica, 1997, pp. 421-428. Sobre a participação dos mareantes poveiros no comércio ultramarino vd. AZEVEDO, Pedro de - *A marinha mercante no norte de Portugal,* in "Arquivo Histórico Português", vol. II, n.º 7; FONSECA, Jorge - *Poveiros do século XVI ligados ao comércio ultramarino,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXX, n.os 1/2, 1993, pp. 5-13; AMORIM, Manuel - *Amador Álvares, piloto...,* pp. 337-354 .

[70] O piloto João Martins de Faria (interveniente na Carreira das Antilhas, onde "colheu razoáveis proventos" e no comércio com S. Tomé) foi juiz pelo menos em 1584 e 1587; o capitão de navios Gomes Martins ocupou o cargo de juiz e fundou a Capela de S. Sebastião; Diogo Pires de S. Pedro, piloto de mar, fundou a ermida de S. Roque e foi juiz em 1599; Amador Álvares instituiu, na Póvoa, o culto de Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira dos mareantes, e foi juiz ordinário em 1595 - cf. AMORIM, Manuel - *Os Fundadores da*

comerciais com o continente africano, começaram a aparecer os primeiros escravos negros entre a população poveira, de cuja existência temos ainda notícia nos finais do século XVIII[71].

A paisagem rural da Póvoa de Quinhentos incluia vários casais agrícolas dispersos pelo território que formava o termo[72]: no Rego, na Fonte (do Ruivo?), no Coelheiro, em Regufe, nas Moninhas e em Penalva. No entanto, este tipo de povoamento apresentava-se, de uma forma mais concentrada, nos sítios denominados Vila Velha[73] e Giesteira. Importa esclarecer que a Vila Velha compreendia um vasto território que se estendia do Portelo de Barreiros (actual Portela) às praias da Areosa e da Cova do Coelho ao Ribeiro da Moita e Junqueira[74] (MAPA 2).

A zona da Vila Velha pertencia ao termo de Barcelos, mas era aí que se localizava o templo com funções de igreja paroquial - a Capela da Mata -, mostrando que o território de domínio paroquial cobria uma área que se estendia para além das fronteiras do domínio fiscal, o que provocou permanentes litígios entre o Senhorio da terra - a Casa de Bragança - e a Câmara da Póvoa, como fabriqueira da igreja. Esta localização da Capela acabou por ter a sua importância, em termos de expansão do território da

---

Ermida de S. Roque, in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 26 de Janeiro de 1983; Idem - *Os nossos antigos mareantes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 120, de 24 de Abril de 1985; Idem - *Amador Álvares, piloto da Carreira das Índias,* pp. 337-354.

[71] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 200 e 211: são documentos de compra de dois escravos negros pelo Padre António Tomás Leite de Morais, um em 1799 e outro em 1800.

[72] Estas terras pertenciam aos morgados da Madre de Deus, Fervença e atombação da Câmara - cf. AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* pp. 78-80 e 111.

[73] Os casais da Vila Velha pertenciam a Ordens religiosas e militares: mosteiro de S. Simão da Junqueira (no século XVIII os bens foram incorporados no Convento de Mafra do Real Padroado), convento de Vilar de Frades e Sagrada Ordem de Malta (territórios mais tarde incorporados na Comenda de Chavão); os enfiteutas eram as casas da Praça e dos Carneiros. Na Giesteira, o senhorio era a Casa de Bragança - cf. AMORIM, Manuel - *Ob. cit.,* pp. 33-34 e 111.

[74] AMORIM, Manuel - *Varzim nas Inquirições* (3), in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 22 de Novembro de 1982; Idem - *A importância da Capela da Mata na expansão da Póvoa,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 139, de 18 de Setembro de 1985.

Póvoa, pois levou a que os novos limites do termo, definidos nos inícios do século XVIII, englobassem o Lugar da Mata (MAPA 2).

No século XVI, provavelmente na primeira metade, realizaram-se obras na Capela, das quais temos notícia através da inscrição observada por Veiga Leal na parede sul, junto ao portal: "esta capella mandou concertar André Martins - o anno só se podia lêr de mil e quinhentos, o mais estava gasto do tempo"[75]. Desta época, conservou-se a pia baptismal de feição manuelina[76].

O Lugar da Mata, embora afastado do centro da povoação, tornou-se bastante movimentado pois era um local de cruzamento de vários caminhos[77]: a poente da Capela passava a via que ligava Vila do Conde a Esposende; essa estrada era cortada a sul pelo caminho da Igreja, que vinha da Giesteira, Moninhas e Fiéis de Deus; a norte era atravessada pela ligação da Portela para a Vila Velha. A nascente, corria o ribeiro da Giesteira, ultrapassável pela ponte da Igreja.

Da descrição apresentada, salientaremos a ocupação progressiva do território em direcção ao mar, concretizada em algumas construções que funcionaram como pólos de atracção - a Capela de S. Sebastião, o pelourinho e a Capela de S. Roque. O sentido da expansão iniciada no século XVI e definido por um eixo de orientação nascente-poente (MAPA 2), que partindo do núcleo da Praça levava à praia da Ribeira, foi plenamente assumido nos séculos seguintes.

Ao procurar a compreensão da Póvoa Quinhentista no que se relaciona com os limites do território, a caracterização social e as actividades económicas praticadas, o seu aspecto físico - onde se destaca o centro urbano nascente e o predomínio do seu

[75] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758,* p. 320; GONÇALVES, Flávio - *Um templo desaparecido: a antiga Igreja Matriz...*, pp. 214-215.

[76] Exposta no Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim.

[77] AMORIM, Manuel - *A importância da Capela da Mata na expansão da Póvoa,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 139, de 18 de Setembro de 1985.

cáracter de ruralidade -, a implantação da arquitectura e o sentido da evolução urbanística, consideramos esses aspectos como indispensáveis para um mais perfeito entendimento do desenvolvimento dos séculos seguintes.

3 - A CONSOLIDAÇÃO SEISCENTISTA

Os dados demográficos relativos à Póvoa Seiscentista indicam-nos uma população entre 1500 e 2000 habitantes[78], formada por mareantes, carpinteiros da Ribeira, pescadores, lavradores, seareiros e escravos. O fenómeno da emigração, com profundas raízes no século XVI, manifestou-se com um certo peso ao longo desta centúria, levando os poveiros para destinos como África, Índia, Antilhas e Brasil. Este último destino foi muito procurado sobretudo a partir da descoberta das minas de ouro nos finais deste século. O crescimento da corrente migratória esteve intimamente ligado à decadência do tráfico comercial no porto de Vila do Conde.

O século XVII assistiu à consolidação do núcleo da Madre de Deus como centro da vida local, densificando-se a malha urbana com a abertura de novos arruamentos e o aumento das construções. O espaço urbano centralizava-se na praça, local privilegiado de comércio e convívio, em torno do qual se desenrolava a administração, a justiça e a vida religiosa.

As informações que as fontes seiscentistas nos fornecem relativamente a ruas no núcleo da Madre de Deus são muitas, no entanto, não podemos esquecer que, se por um lado, essas ruas podem ser muito mais antigas que a data em que são referenciadas, por outro lado, outros arruamentos poderiam então existir sem que as fontes os indiquem. Por ordem cronológica das referências, aparece-nos a Rua da

[78] AMORIM, Manuel - *Introdução à História Local,* comunicação apresentada na Acção de Formação "Património Natural e Cultural do Concelho da Póvoa de Varzim", Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 12

Madre de Deus (ou do S. S. Sacramento) em 1637[79], a Rua do Cidral em 1672[80], a Rua de S. Pedro em 1677[81], a Rua de S. Sebastião em 1680[82], a Rua Nova em 1689[83], a Viela dos Gaios em 1690[84], a Rua da Consolação em 1691[85], a Rua da Quingosta em 1693[86] e a Rua da Praça em 1695[87]. A Rua da Amadinha[88] só é referida já entrado o século XVIII.

Do conjunto destes arruamentos destacamos a Rua Nova. De traçado inovador, em termos de largura, afirmou-se também como eixo privilegiado de expansão urbana, pois, desembocando no Terreiro de S. Sebastião e continuada pela Calçada, garantia a ligação entre duas zonas da povoação, o centro urbano e a área de povoamento litoral.

Embora não sendo a Póvoa uma cidade onde abundam os testemunhos da arquitectura doméstica do passado e, por consequência, apresenta um centro histórico profundamente descaracterizado, conservou-se até hoje uma (única) casa seiscentista (FIG. 8). Situada na esquina das actuais Ruas da Conceição e da Igreja, esta moradia pertenceu ao piloto-mor António Cardia (figura dominante da primeira metade do século XVII) e depois, à sua filha, Mónica Cardia de Macedo. É uma construção em silharia, de base quadrangular, cuja maior particularidade arquitectónica reside no alpendre e escada exterior em pedra rematada por modilhão. O edifício, de dois pisos, com telhado

---

de Abril de 1997.

[79] BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIII, n.º 2, 1973, p. 257; a primeira referência como Rua da Madre de Deus data de 1711. Corresponde ao actual troço poente da Rua da Igreja.

[80] Idem - *Ibidem,* vol. IX, n.º 2, 1970, p. 82.

[81] Idem - *Ibidem*, vol. XVIII, n.º 1, 1979, p. 19.

[82] Idem - *Ibidem*, vol. XVIII, n.º 1, 1979, p. 55. Actual Rua 1.º de Maio.

[83] Idem - *Ibidem*, vol. XIII, n.º 1, 1974, p. 104. Actual Rua do Visconde de Azevedo.

[84] Idem - *Ibidem*, vol. XI, n.º 2, 1972, p. 297. Actual Rua dos Gaios.

[85] Idem - *Ibidem*, vol. IX, n.º 2, 1970, p. 100. Actual Rua da Conceição.

[86] Idem - *Ibidem*, vol. VIII, n.º 2, 1969, p. 143.

[87] Idem - *Ibidem*, vol. XIV, n.º 2, 1975, p. 312. Corresponde ao actual troço nascente da Rua da Igreja.

[88] Data de 1679 a indicação do "rio Damadinha"; em 1762, a rua já tinha dezoito casas - cf. Idem - *Ibidem*, vol. VII, n.º 1, 1968, pp. 44 e 46.

de duas águas que permite a existência de um sótão, tinha duas fachadas: uma voltada para a Rua da Igreja e outra virada para a praça. O jardim, que hoje está murado, era um espaço aberto e a casa estava praticamente implantada na praça. A escada e o alpendre caracterizam esta fachada que assim se aproximava do esquema arquitectónico dos fronteiros Paços do Concelho. A escadaria, desenvolvida paralelamente à parede, dá acesso ao alpendre sustentado por quatro finas colunas de granito.

Uma outra habitação, demolida nos inícios do século XX, situava-se na Rua de S. Pedro e confrontava, a sul, com a parede da Capela da Madre de Deus, para cujo telhado se abriam as janelas laterais da casa. Na altura da demolição, as características da sua construção chamaram a atenção de Belarmino Pereira[89] que a datou como sendo da época seiscentista pelas particularidades arquitectónicas que apresentava, nomeadamente o arranque da escada interior com modilhão e as duas sacadas da frontaria. O autor relacionou esta moradia, "a mais sumptuosa da rua", com o capitão Diogo Dias de S. Pedro, indicando-o como seu proprietário e residente.

O núcleo da Praça comunicava com o Lugar do Monte, situado numa elevação granítica um pouco para norte, através da Rua do Monte ou Rua do Senhor, cuja antiguidade está documentada para o ano de 1693[90]. Nesse lugar existiu, até ao século XVIII, um Calvário e uma capelinha dedicada ao Senhor Bom Jesus do Monte[91], cujas características arquitectónicas são totalmente desconhecidas.

O povoado seiscentista era marcado por um carácter de ruralidade, patente não só na dimensão e características do seu núcleo urbano, mas acentuado pela presença dos gados que transitavam pelas ruas quando se deslocavam aos pastos. A administração camarária encarregava-se de advertir os proprietários dos campos para os

[89] PEREIRA, Belarmino - *Casa histórica. Uma hypothese e um alvitre,* in "A Povoa de Varzim", n.º 16, 1.º ano, 1912, pp. 3-4.

[90] BARBOSA, Jorge - *Art. cit.*, vol. XIII, n.º 1, 1974, p. 67.

apresentarem defendidos por valados, evitando deste modo a invasão dos mesmos pelos animais[92].

O significativo crescimento observado na zona alta foi, de certo modo, complementado na vasta área da Junqueira pelo desenvolvimento de um pequeno aglomerado formado por habitações de pescadores, ao qual atribuímos a maior importância, na medida em que é demonstrativo do dinamismo da nascente comunidade piscatória. Ao longo deste período, a pesca foi sofrendo uma progressiva profissionalização, de tal modo que nos finais do século os dízimos dos frutos do mar (excluindo o sargaço) tornaram-se superiores aos dizímos dos frutos da terra[93]. A recolha do sargaço tinha também o seu peso na economia, já que este produto dava importantes lucros ao município[94], o que terá por certo contribuído para a fixação das gentes no litoral e assim, juntamente com o desenvolvimento da actividade da pesca, justificado a urbanização, que para sul teve como linhas ordenadoras a Rua dos Ferreiros e o mar. Assumiu-se, então no século XVIII, num esquema morfológico rectilinear comprovativo de um crescimento urbano planificado, estruturado com base nos aforamentos[95] de chãos de areia feitos pela Câmara.

Mas foi, sem dúvida, com o rasgar, pelos finais do século[96], da Rua Nova de S. Roque ou Rua Nova de S. Roque da Junqueira, em direcção à zona da Areosa, que se

---

[91] Idem, pp. 63-64: data de 1672 a referência ao "monte da igreja".

[92] AMORIM, Manuel - *A primeira postura municipal,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 116, de 20 de Março de 1985.

[93] AMORIM, Manuel - *Os nossos antigos mareantes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 120, de 24 de Abril de 1985.

[94] O sargaço pertencia à Igreja, da qual a Câmara era o fabriqueiro. Assim, possuia todos os direitos e rendas sobre este produto, que dava importantes lucros: todo o sargaço, verde ou seco, vendido para fora do termo, pagava imposto - cf. AMORIM, Manuel - *A primeira postura municipal,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 116, de 20 de Março de 1985.

[95] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Casas de pescadores da Póvoa de Varzim,* Porto, Associação Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1957, p. 9 e nota 17.

[96] É de 1694 a referência mais antiga à Rua da Junqueira - cf. BARBOSA, Jorge - *Art. cit.*, vol. XII, n.º 2, 1973, p. 217.

lançou um outro sentido para a ocupação desta área litoral, o qual foi plenamente entendido na centúria seguinte.

Ao longo do século XVII desenvolveu-se um estaleiro de construção naval na Ribeira da Póvoa, muito contribuindo para dinamizar aquela zona e dando origem à formação de um novo grupo[97], a dos carpinteiros da Ribeira que, embora numerosa, nunca conseguiu atingir o prestígio dos mareantes quinhentistas. Muitos carpinteiros poveiros foram trabalhar para Lisboa, para o estaleiro da Ribeira das Naus e este facto fez com que se sentisse na Póvoa certa dificuldade em preencher os cargos municipais, pois havia falta de mesteirais[98]. Veiga Leal acentuou bastante a importância e dimensão do estaleiro poveiro, onde havia sido construída a nau Nossa Senhora de Guadalupe que capitaneada por Diogo Dias teria participado na recuperação de Pernambuco, em 1631[99].

O processo de decadência em que a classe dos mareantes entrou e que culminou na perda da sua expressão como grupo social não impediu, no entanto, que ao longo do período de grande instabilidade social que caracterizou a primeira metade do século, o governo da comunidade estivesse nas mãos de alguns dos seus membros. A sua força política está patente no domínio da vida pública exercido por figuras como o capitão António Cardia ou o capitão Diogo Dias de S. Pedro[100], homens influentes e senhores

---

[97] AMORIM, Manuel - *Os nossos antigos mareantes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 120, de 24 de Abril de 1985.

[98] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...,* p. 109.

[99] AMORIM, Manuel - *O capitão Diogo Dias de S. Pedro (1582-1639),* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.os 123 e 125, de 15 e 29 de Maio de 1985.

[100] AMORIM, Manuel - *Os nossos antigos mareantes*. Segundo o testemunho de Veiga Leal, António Cardia foi o piloto-mor da armada que expulsou os Holandeses da cidade de Baía, armada que saiu de Lisboa em 22 de Novembro de 1624 - cf. *Noticia da Villa...,* p. 325. O capitão Diogo Dias (?-1639) era filho do piloto Amador Álvares e de Inês Dias ou Brás (irmã do piloto Diogo Pires de S. Pedro) e ocupou por vários anos o cargo de juiz ordinário. Do legado pio que deixou constavam duas missas a N.ª S.ª do Rosário e dinheiro para um manto - cf. AMORIM, Manuel - *O capitão Diogo Dias de S. Pedro (1582-1639)*; Idem - *Apontamentos para a história da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Póvoa de Varzim,* in "Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Memória do Tricentenário (1686-1986)", Póvoa de Varzim, 1987, p. 21.

de avultados bens, fundadores da Irmandade do Santissimo Sacramento (que em 1702 passou a Confraria), instituída na Capela da Madre de Deus, em 1622.

O capitão António Cardia e sua filha Mónica Cardia, nos testamentos[101] realizados conjuntamente (a 16 de Abril de 1678), deixaram várias propriedades e foros à Confraria do S. Sacramento[102], com a obrigação de missas anuais e da realização das cerimónias da Semana Santa. Foi na sequência da instituição destas cerimónias que se tornou necessário empreender obras na antiga igreja matriz com vista a substituí-la por uma construção mais espaçosa[103]. A condução dos trabalhos foi assumida pela Confraria do S. Sacramento, tendo tido início depois de 1680, pela nave, e construindo-se a capela-mor em 1685. Na edificação do templo aproveitaram-se muros e peças da capela medieval: uma parede lateral de silharia irregular, com uma porta de arco apontado, a pia baptismal, a lápide do pórtico sul e o sarcófago medieval. Concluída a estrutura arquitectónica, em 1687 celebraram-se na igreja as solenidades da Semana Santa. Entre 1687 e 1696 fizeram-se os acabamentos no interior, com a colocação do retábulo-mor, forro, apainelamento e azulejos[104] na capela-mor. Formado por uma única nave, o templo apresentava duas capelas perto do arco cruzeiro, uma de cada lado da nave, que se prolongavam, ligeiramente, no exterior. A frontaria seiscentista sofreu

---

[101] *Documentos Historicos da Povoa de Varzim. Testamento do capitão Antonio Cardia e sua filha Monica Cardia de Macedo; anno de 1678,* in "A Independencia", anno XI, n.os 518, 519, 520 e 522, de 14, 21 e 28 de Fevereiro e 13 de Março de 1892.

[102] Entre os bens legados a esta instituição, contam-se a Cortinha do Prado, no Campo da Calçada e o Campo dos Favais, propriedades emprazadas em 1808 ao Reverendo Francisco Leite Pereira, capelão do Castelo, por tempo de três vidas - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 348. Por testamento de 1662, Maria de Faria Granjeiro, esposa do Capitão Cardia, legou a N.ª S.ª do Rosário a Cortinha da Bouça, na Rua de S. Pedro e metade do Campo da Cachada, no Coelheiro, com o encargo de cinco missas anuais. Pela lei pombalina de 1768 as associações religiosas viram-se obrigadas a vender os seus bens de raiz - cf. AMORIM, Manuel - *Apontamentos para a história da Confraria...,* p. 29.

[103] Sobre estas obras vd. GONÇALVES, Flávio - *Um templo desaparecido...,* pp. 201-202 e 224-239.

[104] Existem no Museu Municipal de Etnografia e História vários painéis de azulejos do século XVII provenientes desta igreja - cf. GONÇALVES, Flávio - *Art. cit.,* pp. 236-239.

transformações na segunda metade do século XVIII, com a substituição do portal e aberturas por outros, ao gosto da estética barroca.

Outras Irmandades e Confrarias[105] foram sendo instituídas ao longo deste século, quase todas na Igreja Matriz (antiga): as Irmandades do Nome de Jesus (1661) e de S. Roque (1685 ou antes) e as Confrarias de Nossa Senhora do Rosário (1686), das Almas (1693) e dos Santos Passos (1699), que agregou a Irmandade do Nome de Jesus.

A vida da povoação na época seiscentista ficou marcada por uma organização a vários níveis: a vida paroquial passou pela formação de associações de carácter religioso, pela instituição da Semana Santa e pelo aumento da igreja matriz; no domínio da vida pública, refira-se a reforma eleitoral (1612) e a reforma fiscal (Foral das Sisas, de 1656, e anexação de Aver-o-mar); a luta contra a opressão senhorial tomou forma com a Casa de Bragança (limitação do termo), com o Cabido de Braga (fábrica da Igreja de Argivai) e com a Câmara de Vila do Conde, como procuradora do Mosteiro (nomeação dos escrivães).

Assistimos ao longo de Seicentos a uma expansão urbana que se concretizou na ligação entre os três pontos de ocupação do território: o centro cívico-político da Madre de Deus, a zona rural da Vila Velha onde se situava a Igreja Matriz e o aglomerado piscatório que se estava a afirmar na zona da Junqueira.

[105] As Irmandades citadas evoluíram para Confrarias, excepto a de S. Roque que foi extinta - cf. COSTA, Martins da - *Irmandades e Confrarias da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XVII, n.º 1, 1978, pp. 33-67. SIMÕES, Joaquim; COSTA, Martins da - *Memória da instituição da Confraria das Almas da Póvoa de Varzim (Igreja Matriz),* in "A Voz da Póvoa", de 18 de Setembro de 1986, pp. 8-10.

CAPÍTULO II

O SENTIDO DO CRESCIMENTO DO SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO XIX: ESPAÇO E POPULAÇÃO

1 - O QUADRO ESPACIAL: DELIMITAÇÃO DO NOVO TERMO

Para a caracterização da Póvoa no século XVIII é fundamental o conhecimento do "novo" espaço que servia de palco às actividades económicas e ao quotidiano dos habitantes da comunidade, isto é o *termo*. Consideramo-lo "novo" pelas suas maiores dimensões, pois os limites com a Casa de Bragança e o Senado de Vila do Conde foram redefinidos nos inícios do século, assim permanecendo até à Reforma Administrativa de 1836[1].

Numa aproximação ao sistema de valores e ao imaginário do Antigo Regime, o entendimento do espaço - essa "realidade construída", longe da definição de "extensão bruta e objectiva"[2] - passa pelo desdobramento em distintos espaços limitados, organizados e hierarquizados diferentemente, consoante o papel social desempenhado por quem o "via" e o efeito a que se destinava a apreensão da sua realidade.

As circunscrições jurisdicionais mínimas - no plano civil, a terra com a sua jurisdição própria, neste caso concreto o *concelho* e no plano religioso, a *freguesia* - formavam a realidade espacial mais imediatamente apreensível. Era ao nível do *concelho*, lugar jurídico-administrativo, que se desenrolavam as funções mais importantes e imediatas para a sociedade local: elaboração de posturas, resolução de

[1] Esta Reforma trouxe para o concelho da Póvoa de Varzim parte do território pertencente ao termo de Barcelos, onde tinham assento as seguintes freguesias: S. Miguel de Argivai, S. Salvador de Nabais, S.ta Maria de Terroso, S. Miguel de Laundos, S.ta Maria da Estela, S. Pedro de Rates, S.ta Eulália de Balasar, S. Cristovão de Rio Mau, S. Martinho do Outeiro, S.to André de Parada, Ferreiró e Santangões (mais tarde anexa a Bagunte). Amorim e Beiriz foram incluídas no concelho de Vila do Conde e só passaram para a Póvoa em 1853, quando se perderam as freguesias de Rio Mau, Outeiro, Parada, Ferreiró e Santangões; Balasar ficou durante algum tempo a pertencer a Famalicão. Quanto a Aver-o-mar e Aguçadoura, pertenciam respectivamente às freguesias de Amorim e Nabais, apenas alcançando a independência administrativa no nosso século - cf. AMORIM, Manuel - *As delimitações da vila e termo da Póvoa de Varzim no século XVIII (1),* in "O Comércio da Póvoa de Varzim", ano 74, n.º 40, de 30 de Setembro de 1976.

[2] SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel - *O quadro espacial,* in "História de Portugal" (dir. de José Mattoso), vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 39.

litígios, aferição de medidas, regulamentação das actividades económicas (concessão de licenças comerciais e fixação dos preços dos bens essenciais), recrutamento de milícias, cobrança de impostos. Acima do concelho estava a *comarca*, sede do Corregedor, a quem cabia as funções de inspeccionar o governo local e, quando necessário, intervir na decisão de algumas causas[3], como se verificou em relação à definição do termo da Póvoa. A realidade comarcã era menos visível e próxima que a concelhia, variando a importância das suas funções no tempo e no espaço. O termo da Póvoa de Varzim, governado pela Câmara da vila, estava inserido na Comarca e Provedoria do Porto.

Quanto à *freguesia*[4], unidade eclesiástica mínima, cabiam-lhe as funções religiosas (pense-se no papel preponderante da religião nos domínios da vida individual e colectiva: prática do culto, pregação e administração dos sacramentos) e as funções de ordenação "civil", desempenhadas pelos párocos, confrarias e irmandades (estabelecendo normas de convivência, resolvendo litígios, difundindo padrões culturais e de comportamento moral). É de sublinhar a importância assumida por esta unidade espacial que, "pela finura da sua malha territorial, pela centralidade das suas funções e pela qualidade do seu equipamento administrativo", se tornou "decisiva no enquadramento político do espaço"[5]. Integrada na Arquidiocese de Braga, a Póvoa possuia uma única freguesia ou paróquia, sob invocação de N.ª S.ª da Conceição.

---

[3] Idem - *Ibidem,* pp. 39-41. Embora teoricamente o Corregedor devesse proceder a uma visita anual aos concelhos que lhe estavam sujeitos, na prática dominavam as assimetrias regionais, explicáveis em parte pelo facto de, em cada ano, o Corregedor não ter tempo de visitar todos os concelhos daquelas comarcas em que, como no centro e norte, o seu número era muito alargado. A que se acrescenta uma preferência pela visita às terras mais ricas. - cf. Idem - *Ibidem,* p. 41. As comarcas desapareceram com o Decreto de 18 de Julho de 1835, para dar lugar à hierarquia Província-Distrito-Concelho-Freguesia, como resultado da "redefinição de toda a orgânica da administração" - cf. RODRIGUES, Henrique - *O espaço geográfico da Ribeira Lima na reforma administrativa de 1832-36,* in "Estudos Regionais", n.º 13/14, Centro de Estudos Regionais, Dezembro de 1993, pp. 151-152.

[4] SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel - *Art. cit.,* pp. 42-43.

[5] Idem - *Ibidem,* p. 43.

Entendemos ser importante o esclarecimento destes conceitos na medida em que nos servimos deles, não só para a questão que estamos a tratar, mas ainda quando nos debruçarmos sobre os aspectos demográficos.

A discórdia entre a Câmara da Póvoa e a de Barcelos devido à questão sobre a definição dos limites do termo poveiro vinha já do século XVII, com pontos quentes nos anos de 1671 e 1694, acabando mesmo por ser levada a tribunal. Pelo tombo da Casa de Bragança, o território pertencente à Póvoa era tão limitado que os moradores se queixavam que não tinham "onde arrancar pedra para a construção das suas casas, nem pastos nem matos para os seus gados"[6] e pediram a intervenção da Coroa para resolver o conflito e lhes dar a posse que reivindicavam do baldio da Gandra.

Nesse contexto, e por Provisão Régia de 27 de Agosto de 1706, foi enviado à Póvoa o Corregedor Gaspar Cardoso[7] para proceder à delimitação do termo poveiro, o que teve início em Janeiro do ano seguinte e resultou na elaboração de dois autos, o "Auto da demarcação da Gandra" e o "Auto da demarcação da restante Póvoa e Barcelos"[8].

Passaremos a indicar, de forma sucinta, os limites do termo (MAPA 2) estabelecidos em 1707: a divisão meridional com o território de Vila do Conde (que vinha do século XVI e ainda hoje se mantém) parte de Casal do Monte, segue para poente pela estrada até à ermida de S. Brás de Regufe e daí continua, pelo caminho em direcção ao mar, onde o penedo do Cabedelo serve de marco divisório; o limite nascente iniciava-se no Casal do Monte, seguia para nordeste pela estrada de Braga (junto ao aqueduto),

[6] AMORIM, Manuel - *As delimitações da vila e termo da Póvoa de Varzim no século XVIII (2),* in "O Comércio da Póvoa de Varzim", ano 74, n.º 41, de 7 de Outubro de 1976.

[7] A Câmara da Póvoa escolheu dois homens "honrados", Francisco Leite Ferreira e Bento da Rocha Lobo, para dar assistência ao Corregedor - cf. AMORIM, Manuel - *Art. cit.*

[8] Documentos publicados por AMORIM, Manuel - *As delimitações da vila e termo da Póvoa de Varzim no século XVIII (2-5),* in "O Comércio da Póvoa de Varzim", ano 74, n.os 41 a 44, de 7, 14, 21 e 28 de Outubro

passava pela Cruzinha e ia até às bouças de Paredes e Guizos (penedos) de Calves, passando pela Pedra Baleia, seguia em direcção a sudoeste, até ao Bocal da Giesteira, incluindo assim, o sítio da Gandra no termo da Póvoa; do Bocal da Giesteira a demarcação seguia pela estrada que levava à Giesteira, atravessava os campos da Lagoinha e dividia a Giesteira ao meio, ficando uma parte para o termo de Barcelos; a norte, a linha divisória corria pelo caminho em direcção a Penouços, onde direccionava para sul até atingir a Vila Velha, sendo este lugar pertença de Barcelos; da Vila Velha continuava para poente, atingindo a praia no Lugar da Regouça.

Esta descrição da comparação dos limites do termo nos séculos XVI e XVIII permite observar que a expansão territorial se deu com a anexação dos baldios e poças da Gandra, das Agras de Barreiros e dos lugares da Mata e da Senra, de que resultou a inclusão da igreja paroquial na área da circunscrição civil e administrativa e a abrangência de uma significativa faixa de areais a norte que se estendiam até à Praia da Regouça.

As dimensões da área da Póvoa não eram, à época, consideradas muito significativas, pelo menos na opinião de Leandro Rodrigues, segundo o qual a vila confronta "do Occidente com as prayas do mar em tão lemitado espaço que apenas tem de cumprimento na beyra da praya hum quarto de legoa, que corre de Norte a Sul, e no mayor cumprimento no meyo da sua largura tem de Norte ao Sul meya legoa, e de largura, na maior de Nascente a Occidente hum quarto de legoa"[9]. Não seria um termo assim tão reduzido... pelo menos para a realidade espacial do século XVIII.

---

de 1976.

[9] *Noticia do Doutor Leandro Rodrigues* [1736]. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 271. Leandro Rodrigues, sacerdote e advogado, foi Juiz da Confraria de N.ª S.ª do Rosário na Mesa de 1758-59, quando Francisco Félix da Veiga Leal era o escrivão. A notícia do Dr. Leandro constitui a resposta ao questionário ordenado por D. João V com vista à criação do "Dicionário Geográfico" de cuja organização estava responsável o P.e Luís Cardoso. Em 1758 novo inquérito foi pedido pelo P.e, na sequência da destruição do anterior causada pelo terramoto de 1755. As respostas sobre a

Importa agora destacar a falta de coincidência entre os limites do termo, que definiam a área da circunscrição administrativa e judicial, onde a jurisdição pertencia ao juiz ordinário ou ao juiz de fora, e os limites da freguesia, entendida como a área de circunscrição eclesiástica que ficava sob a jurisdição do pároco (formada pela paróquia única de N.ª S.ª da Conceição). Já o Tenente Veiga Leal[10], em 1758, tinha chamado a atenção para este assunto, informando que "n'esta villa [a freguesia] é em parte maior que o termo, e em outra parte estende-se o termo fora dos limites da freguezia". Concretizando, o termo da Vila da Póvoa, a nascente, entrava em território da freguesia de Argivai, pois a Gandra pertencia à Póvoa, mas os moradores eram fregueses de Argivai; a norte, parte da Giesteira e a quase totalidade da Vila Velha estavam incluídas no termo de Barcelos, porém os moradores destes lugares pertenciam à paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Foi a estes casos que o Tenente se referiu quando afirmou que "nos limites d'esta freguezia há visinhos que são da freguezia, e não do termo, e outros que são do termo, e não da freguezia".

Esta realidade trazia por vezes inconvenientes aos habitantes. Podemos exemplificar com os lavradores João Rodrigues e seu filho, moradores na Vila Velha do termo de Barcelos e fregueses da Póvoa, que tiveram que pedir autorização para recolher sargaço dentro do termo da Vila, com o qual podessem adubar as suas terras[11].

Póvoa foram desta vez elaboradas pelo Tenente da Fortaleza, Veiga Leal.

[10] *Noticia da Villa da Póvoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758,* por Francisco Félix Henriques da Veiga Leal. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, pp. 312 e 314; cf. BARBOSA, Fernando - *Frei José da Sacra Família,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 406.

[11] "*Registo de huma petição e documentos de João Rodrigues e seu filho Jozé Rodrigues do lugar da Villa Velha* (...) sendo os suplicantes como sam da freguezia de Nossa Senhora da Conseição desta Villa da Povoa mas do termo de Barcellos tem os suplicantes varios bens ou maior parte delles dentro dos lemites deste termo que pagam a esta Villa a déssima a Sua Magestade sendo certo que no Sennado da Camera desta ditta Villa há hum acordão ou foral que dis não poderão tirar na praia dos lemites da dita Villa os argaços senão os moradores da Povoa sim expreçar se são os do termo se os da freguezia ainda que munto sendo asim parese que para a agricultura das terras que pagam a déssima a esta Villa nam falando ainda nos dizimos de todos para a freguezia como freguezes; se achavam nos termos de Vossa Mersse lhe

Refira-se que, embora o Foral especifique que o direito de apanhar sargaço sem pagar qualquer contribuição pertencia aos moradores do termo, no desfecho deste caso a decisão camarária não respeitou a disposição foraleira e abriu uma excepção. Podemos pensar que muitas mais devem ter existido, reflexo, afinal, do funcionamento não totalmente rigoroso da estrutura fiscal e administrativa do Antigo Regime.

Não só os lavradores da Vila Velha se sentiam por vezes prejudicados com esta situação, pois deparamos com os pescadores "da freguezia desta dita Villa, e moradores na Rua d'Ariosa da parte do termo de Barcellos" a nomear por seu procurador José Alves de Faria de Lisboa, com o objectivo deste os representar em qualquer causa, mas especialmente na "cauza de embargos aos aforamentos das tomadias na praia e areias de Regouça e dezembarque das suas embarcaçõens da pescaria do dito termo de Barcellos contiguo a esta Villa da Povoa"[12]. Tratava-se de dificuldades relacionadas com aforamentos de terrenos e areias que envolviam a Câmara de Barcelos e com a utilização da doca de abrigo por barcos de fora do termo.

Em 1824, um pleito envolveu o rendeiro do "rial imposto em cada quartilho de vinho e aratel de carne que se vendesse nesta Villa, para a pia instituição do hospital" e os vendeiros da Rua do Norte "desta freguezia e todos do termo de Barcellos", os quais "por mal aconcelhados e como homens rusticos" opuseram-se ao pagamento do dito imposto "firmados no mal fundado pertexto de serem do destrito de Barcellos". Porém, informados que "Sua Magestade concedeo a dita graça a toda a Villa e freguezia em que elles são comprehendidos" e "visto o resto do mais povo do mesmo destricto querer livremente pagar e utilixarse do benefficio do hospital"[13], pediram ao Senado que lhes

atender ao prezente requerimento para lhe dar licença de o tirarem o dito argaço sem incorrerem em pena alguma"; o requerimento, datado de 1793, teve o despacho favorável - A.M.P.V - Registos Gerais, mç. 37, lv. 229 (1790-1820), fls. 19v-20v.

[12] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 615: "*Procuração bastante que fazem Manoel Fernandes Braga, e outros abaixo declarados da freguezia desta Villa em 8 de Agosto de 1820*".

[13] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 709: "*Escritura de contrato e dezestencia que fazem as partes abaixo nomiadas*

perdoasse o pagamento dos meses em atraso relativos ao mesmo ano de 1824, pois não tinham cobrado o referido real na carne e vinho que haviam vendido.

Observamos que para norte o crescimento urbano avançou de forma contínua pelo território pertencente a Barcelos, correndo os limites, assinalados com marcos divisórios, pelo meio dos arruamentos e do casario. Assim, algumas ruas tinham parte do seu troço no termo barcelense, como é o caso do topo nascente da Rua da Senra, junto à Vila Velha, e o prolongamento para norte das Ruas da Areosa e do Norte; quanto à Rua da Regouça, situava-se na sua totalidade no termo vizinho. Concretizemos com a descrição de mais algumas situações.

O vendeiro Manoel Francisco Machado, morador na Rua da Areosa desta Vila, ao fazer o trespasse do negócio a seu filho, Tomás José Pinto, especifica a localização dos seus estabelecimentos da seguinte forma: "hua venda de vinhos azeite e outras miudezas por miudo a saber hua na Rua da Regoussa desta Villa da parte do termo de Barcellos (...) e outra no lugar junto aos marcos pegado a Rua da Senra tambem da parte do termo de Barcellos"[14].

Manuel José Ferreira, negociante, comprou um terreno de areia ao pescador Manuel Gonçalves de Crasto situado na parte da Rua do Norte pertencente a Barcelos. As suas delimitações eram as seguintes: "comfronta pello nascente com a rua publica norte com o terreno de Constantino Lopes Rodrigues sul com a rua que vai para os

com o Senado da Camera desta Villa em 3 de Dezembro de 1824 ". A Câmara resolveu que "*devião pagar por inteiro os tres mezes do anno de mil oito centos e vinte e tres visto terem tirado ao povo e dos que devião do anno de mil oito centos e vente e quatro visto serem uns pobres e não terem tirado o dito rial nesse tempo pagarião huma parte do inporte dos ditos mezes e se lhe perdoarião as duas ficando daqui em diante obrigados por esta escritura a tirarem e pagarem o dito rial na forma da Provizão* (...)". Trata-se da Provisão de D. João VI, datada de 29 de Abril de 1822 e publicada por AMORIM, Manuel - *O Caderno de Alves Anjo (1822-1830). Subsídios para a história do nosso hospital,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXV, n.º 2, 1987, pp. 322-323.

[14] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 143.

marcos que devide esta Villa do termo de Barcellos (...) pello puhente com a Rua da Arioza"[15].

São abundantes os casos em que a Santa Casa da Misericórdia empresta dinheiro para a factura de casas na zona da Regouça, edifícios esses que ficavam foreiros à Câmara de Barcelos, mas cujos proprietários pertenciam à paróquia da Póvoa. Apenas alguns exemplos: em 1797, o pescador João José do Monte e sua mulher, moradores na Rua da Regouça, pretenderam construir "hua morada de cazas na dita rua"[16] num meio chão de areia que possuiam; também Custódio Fernandes e sua mulher, da Rua dos Gaios, pediram ajuda para "construir huma morada de cazas em hum terreno de areia solta sito no Lugar da Regouça termo de Barcellos"[17]; José dos Santos Viana, o Novo e sua mulher, pescadores residentes na Rua da Senra, recorreram ao dinheiro pedido a juro à Misericórdia para "acabar de edificar huma morada de cazas terrias que andão fazendo no Lugar da Regouça do termo de Barcellos"[18].

É igualmente num documento de divida à Santa Casa que há referência ao desenvolvimento para norte, ultrapassando o termo da Póvoa, da Rua da Ariosa: "Joze Correia dos Santos, e sua mulher Maria Dias moradores na Rua da Arioza da parte do termo de Barcellos (...) para acabarem de edificar huma morada de cazas sobradadas que tem principiado contiguas as em que vivem (...) ambas citas na Rua d'Arioza (...) foreiras a Camara da villa de Barcellos"[19] pediam dinheiro a juro.

---

[15] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 782.

[16] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 157: "*Dinheiro a juro que dá o Provedor e mais irmaos da meza da Santa Caza da Mizericordia desta Villa a João Joze do Monte pescador e sua mulher da Rua da Regouça termo de Barcellos*".

[17] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 535: "*Dinheiro a juro que dá o Provedor e mais irmaos de meza da Mizericordia desta Villa a Custodio Fernandes e mulher Anna Dias desta mesma em 16 de Junho de 1817*".

[18] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 671: "*Escritura de divida e de dinheiro a juro da quantia de 38$400 reis que fazem Joze dos Santos Vianna o Novo e sua mulher Roza Maria da Rua da Senrra desta Villa a Santa Caza da Mizericordia desta mesma em 11 de Maio de 1823*".

[19] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 451: "*Dinheiro a juros que dáo o Provedor e mais irmaos de meza da Santa Caza da Mizericordia desta Villa a Joze Correia dos Santos e sua mulher Maria Dias da Rua d'Arioza termo*

O termo englobava a Vila da Póvoa de Varzim, entendida como o núcleo urbano, e vários lugares dominados por um forte carácter de ruralidade. Com o avançar do século XVIII não só a Vila apresentou um amplo crescimento, mas igualmente os lugares incluídos no seu termo se desenvolveram e multiplicaram, como demonstramos no capítulo IV.

2 - O QUADRO DEMOGRÁFICO: O AUMENTO POPULACIONAL

Se os limites do território que acabamos de descrever não se modificaram no espaço de tempo de mais de um século, de 1707 a 1836, a população que o ocupava, essa, foi-se alterando e crescendo de forma mais ou menos contínua.

É nossa opinião que qualquer estudo que se debruce sobre os aspectos da história urbana de uma cidade ou vila em muito poderá complementar-se com uma apreciação do ritmo de evolução da sua população, o que permitirá estabelecer uma correlação entre o aumento populacional e a expansão urbanística, como procuraremos demonstrar.

As fontes de que dispomos para a demografia histórica tanto podem ser levantamentos de âmbito nacional, como regional (quando referentes só à província do Minho) ou cômputos de abrangência exclusivamente local. Em ambas as situações a unidade espacial considerada é a *freguesia de N.ª S.ª da Conceição,* entenda-se a área sob a jurisdição espiritual do pároco, e não o termo, nem a Vila no sentido de núcleo urbano. Do primeiro grupo, recolhemos nas corografias e nos recenseamentos, os dados numéricos respeitantes à povoação em estudo, ao mesmo tempo que traçamos algumas explicações genéricas sobre o alcance e limitações dessas mesmas fontes.

de Barcellos em 8 de Novembro de 1813 ".

Referentes ao segundo grupo, utilizamos unicamente os dados de leitura imediata, como por exemplo, os fornecidos pelas Actas de Vereação e indicamos outras fontes que poderiam ser usadas (mas cujo levantamento e tratamento dos dados está ainda por fazer, não cabendo então no âmbito deste trabalho). Também para estas fontes referimos as possibilidades e informações que podem fornecer, assim como as limitações a considerar.

Abordar a questão demográfica é uma tarefa difícil para um período onde é grande a escassez de dados numéricos sobre a população portuguesa e a que se acrescenta a desconfiança que algumas fontes merecem. Apenas nos meados do século XIX, em 1864, foi realizado o primeiro recenseamento elaborado em moldes modernos, isto é, incluindo dados demográficos, económicos e sociais[20], o qual indica para a Póvoa uma população de 10 012 habitantes[21].

Os numeramentos existentes, até então, não abrangiam de uma forma sistemática todos os habitantes de determinada província, dado que não eram executados para fins demográficos, mas respondiam a objectivos de carácter fiscal, militar, eclesiástico ou mesmo corográfico, de que resultaram listagens de feição incompleta e qualidade duvidosa. Para além da imprecisão cronológica e da descontinuidade territorial desses levantamentos, acrescente-se, ainda, que o inquérito individual era frequentemente substituído pela informação em segunda mão. Importa, porém, esclarecer que esses "numeramentos" não tinham um carácter rigoroso nem valor estatístico, pois permitiam apenas "estimar, ainda que grosseiramente, os tributos a recolher e os efectivos a recrutar"[22]. Assim se justifica que, quanto à forma de apresentação dos quantitativos

[20] Contabilizou-se a população total, de todas as idades - cf. NAZARETH, José Manuel - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa,* Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 178.

[21] *X Recenseamento Geral da População, no Continente e Ilhas Adjacentes. Tomo I, vol. 1.º, Prédios e Fogos; População - Dados Rectrospectivos,* Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1964, p. 70.

[22] SOUSA, Fernando de - *História da Estatística em Portugal,* Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995, p. 55.

populacionais, surjam quer o total de almas (indivíduos maiores de 7 anos ou maiores de confissão), quer, de forma mais frequente, o total de agregados domésticos (fogos, vizinhos ou moradores), numa opção que reflecte um pleno assumir, tanto por parte do Estado, como por parte da Igreja, do entendimento do fogo como "a célula significativa, se não única da sociedade portuguesa"[23]. Verificamos que a situação mais frequente consiste nos dois valores - fogos e almas - aparecerem lado a lado.

A partir dos anos oitenta do século XVIII, foram realizados em diversas comarcas e regiões alguns levantamentos demográficos, económicos ou militares, levados a cabo por acção da Intendência da Polícia, da Academia Real das Ciências e do Corpo Real de Engenheiros[24]. Fornecem-nos uma diversidade de dados que podem abranger o número de fogos, o número de almas, os residentes por sexos (e o seu estado religioso), os clérigos e frades, as pessoas da casa e criados, o movimento de nascimentos, casamentos e óbitos, a classificação socioprofissional da população activa ou informações sobre o gado existente em cada fogo. Algumas dessas fontes, pela riqueza do seu conteúdo, permitiram chegar a resultados valiosos em termos de reconstituição socioeconómica, isto é, no campo das estruturas familiares e profissionais, de algumas povoações nos finais do século XVIII[25].

---

[23] SOUSA, Fernando de - *A população portuguesa em finais do século XVIII,* in "População e Sociedade - Revista", n.º 1, Porto, CEPFAM (Centro de Estudos da População e Família), 1995, p. 41.

[24] Vd. a listagem indicada por SOUSA, Fernando de - *Art. cit.,* pp. 44-52.

[25] Vd., entre outros, os seguintes estudos: MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796,* Coimbra, 1981; NAZARETH, José Manuel; SOUSA, Fernando de - *Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII: aspectos sócio-demográficos,* in "Análise Social", n.º 66, Lisboa, 1981; Idem - *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime - aspectos sócio-demográficos de Coruche,* in "Cadernos da Revista de História Económica e Social", n.º 4, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983; Idem - *A demografia portuguesa do Antigo Regime. Samora Correia em 1790,* in "Estudos e documentos do ICS", n.º 17, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1987. Nestes três últimos trabalhos as fontes usadas são levantamentos nominais da população feitos por engenheiros militares.

Sobre a província do Minho, chegaram-nos as informações recolhidas entre 1794 e 1795 pelo Tenente de engenharia Custódio José Gomes de Vilas-Boas; foram então contabilizados para a Póvoa de Varzim 1 082 fogos e 4 141 almas[26].

Obedecendo a propósitos deliberadamente militares, efectuou-se em 1798, por ordem do Intendente Geral da Polícia Pina Manique, a contagem dos fogos a nível nacional, sendo o valor para a Póvoa de 1 175 fogos[27].

Em 1801, por iniciativa de Rodrigo de Sousa Coutinho e José António de Sá, realizou-se o primeiro recenseamento geral português com vista a uma avaliação da população do Reino; embora elaborado com base nas informações paroquiais, estas foram recolhidas segundo critérios normalizados[28]. A qualidade dos dados obtidos é considerada não total, mas minimamente fiável, pois dependeram essencialmente da exactidão e rigor de cada pároco. As 4 666 almas que formavam a população poveira aparecem distribuídas por 1 151 fogos[29].

---

[26] *Geografia e economia da Província do Minho nos fins do século XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas.* Recolhidos, anotados e publicados por António Cruz, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, s/n.º p. Este levantamento não foi realizado em 1800 como refere António Cruz, pois na última década do século XVIII apenas se efectivou, para o Minho, um só recenseamento, que data de 1794-1795 - cf. SOUSA, Fernando de - *A população portuguesa em finais do século XVIII,* pp. 49-51.

[27] *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique.* Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1970, p. 68.

[28] SOUSA, Fernando de - *História da Estatística em Portugal,* pp. 120-121. Cada pároco ficou responsável pelo preenchimento dos mapas dos seus fregueses, divididos por sexos e grupos de idade (incluindo um primeiro grupo de 1 a 7 anos), indicando também o total de nascimentos e mortes e o número de fogos. O critério utilizado para a contagem dos menores de sete anos - grupo que não constava dos róis de confessados que serviam de base aos numeramentos da população - baseava-se na contagem dos nascimentos ocorridos nos seis anos anteriores, subtraindo-se-lhes as mortes ocorridas e de que houvesse registo; recorria-se assim aos livros de baptismo e de óbito. Sobre esta fonte vd. o estudo de Fernando de SOUSA - *A população portuguesa nos inícios do século XIX,* in "População e Sociedade - Revista", n.º 2, Porto, CEPFAM, 1996, pp. 7-75.

[29] *Subsídios para a história da Estatística em Portugal. II - Taboas Topograficas e Estatisticas, 1801,* Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1948 (ed. fac-similada), s/ n.º p.

Importa agora saber quais os tipos de fontes de incidência geográfica local que podem fornecer dados demográficos. No caso da Póvoa de Varzim, a investigação no campo da demografia histórica para os séculos XVIII e XIX está ainda em parte por fazer, implicando num primeiro momento a inventariação das fontes, seguida da análise crítica e tratamento das mesmas, a partir da aplicação da metodologia adequada[30].

É já por demais aceite a grande importância que os livros dos registos paroquiais[31] assumem para os estudos demográficos, ao permitirem conhecer a evolução e a composição social da população por freguesias. O volume e riqueza dos dados que fornecem encontram-se nas "indicações de ordem económica e social, de índole religiosa ou até política" que espelham as preocupações dos párocos na identificação dos fregueses: indicam-se, no caso dos óbitos, a profissão ou cargo, o local da residência, o estado perante a Igreja e a existência de legados pios ou profanos[32]. Sendo por vezes a única fonte, e preciosa, que o historiador possui para determinado período, o registo paroquial, anterior ao aparecimento do registo civil[33] e de características mais ou menos rudimentares, estava a cargo da Igreja Católica. Tornado obrigatório pelo Concílio de Trento (1563) o registo do baptismo e do casamento para toda a Cristandade, em 1614 foi-lhe acrescentada a obrigatoriedade do registo de óbito.

---

[30] Vd., entre outros, NAZARETH, José Manuel - *Ob. cit.*

[31] SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana,* in "Revista de História", n.º 1, Porto, INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1978, pp. 281-349; FERREIRA, Olegário A. Vieira - *A introdução dos registos paroquiais em Portugal,* in "O Estudo da História", II série, n.os 12-15, II vol., Lisboa, Associação de Professores de História, 1994, pp. 893-910. Para as questões metodológicas são ainda fundamentais os trabalhos de Maria Norberta Bettencourt AMORIM: *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800,* Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E., 1980, ou *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias,* Guimarães, Ed. de autor, 1982, entre outros títulos da autora.

[32] AMORIM, Maria Norberta Bettencourt - *Subsídios dos registos de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira para um estudo da sociedade vimaranense dos séculos XVII e XVIII,* in "Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada", vol. III, Guimarães, 1981, p. 525.

[33] Em Portugal, deve-se ao Código Civil de 1867 a instituição do registo civil e o estabelecimento do casamento civil para os não católicos - cf. NAZARETH, José Manuel - *Ob. cit.*, pp. 181-182.

A própria natureza da fonte, ao incidir exclusivamente sobre o mundo católico, pode ser apontada como uma limitação aos dados que fornece. Refira-se ainda o facto do registo de óbito nem sempre ter considerado os menores, pelo menos aqueles que não atingiram a idade de receber qualquer sacramento[34].

O levantamento dos registos paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Póvoa de Varzim foi realizado de forma sistemática por Manuel Amorim para o século XVI, permitindo uma ampla caracterização socioeconómica da povoação, acompanhada pela determinação do número de habitantes[35]. A partir da mesma fonte, o autor contabilizou os efectivos populacionais para os dois séculos seguintes, os quais nos indicam que durante o século XVIII a população mais que duplicou, passando de 2000 habitantes para 4500 no final da centúria[36].

Também os róis de confessados[37] - registos feitos pelos párocos anualmente, por altura da Páscoa, sobre as pessoas de confissão e comunhão - se podem revelar extremamente úteis pois, sendo considerados "como uma das fontes mais ricas para estudos demográficos em épocas recuadas da nossa história", permitem uma análise sociodemográfica por freguesias, considerando a evolução dos seus efectivos populacionais (estruturas etárias, sexo e estado civil), o comportamento demográfico da população (natalidade, nupcialidade e mortalidade) e a caracterização dos fogos (dimensão, estrutura e composição)[38]. Nestas listagens, organizadas em função das

[34] SANTOS, Cândido dos - *Art. cit.*, p. 309.

[35] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga. Dois estudos sobre a Póvoa de Varzim, séculos X-XVI,* Póvoa de Varzim, 1985.

[36] Estes dados, não estando ainda publicados, foram apresentados na comunicação *Introdução à História Local* inserida na Acção de Formação "Património Natural e Cultural do Concelho da Póvoa de Varzim", Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 12 de Abril de 1997.

[37] AMORIM, Maria Norberta Bettencourt - *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães: 1734-1760,* Guimarães, Ed. Autor, 1983; RODRIGUES, Teresa Ferreira - *Para o estudo dos Róis de Confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa, 1630-1680,* in "Nova História", n.^{os} 3/4, Lisboa, Guide-Artes Gráficas, 1985. Estes estudos fornecem indicações metodológicas para o uso desta fonte.

[38] RIBEIRO, Ana Rita Coelho - *Aspectos sociodemográficos da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação*

ruas existentes na freguesia, cada fogo aparece individualizado e contém informações relativas ao nome do cabeça de casal, por vezes seguido do nome da esposa, dos ascendentes e descendentes (com indicação do sexo e idade) e dos "servidores" (referindo para estes a profissão). Uma das limitações deste tipo de fonte, inerente às suas próprias características, é que só inclui os efectivos maiores de confissão, sendo portanto necessário ultrapassar a ausência de referências aos menores de sete anos.

Embora não tenhamos consultado directamente os róis, e por isso se nos escapem todos os elementos que permitiriam uma análise sociodemográfica das estruturas populacionais e dos fogos, podemos conhecer a evolução demográfica (registada em número de fogos e almas) através do "Mappa da população da freguezia de N. Senhora da Conceição da villa da Povoa de Varzim em differentes annos, a principiar do anno de 1720, extrahido dos roes do Parocho da mesma freguezia, de cujo mappa são excluidos os menores de um até sete annos; porque tambem o foram dos do Parocho", publicado em 1851 pelo P.e Martins Gesteira nas suas *Memorias Historicas da Villa da Povoa de Varzim*[39].

As informações de natureza eclesiástica contidas nos registos paroquiais e nos róis de confessados faziam dos párocos os melhores conhecedores dos efectivos populacionais das suas freguesias e, até à segunda metade do século XIX, serviram quase sempre de base aos levantamentos demográficos. Os volumes da população obtidos pelas fontes eclesiásticas implicam certa prudência na sua leitura, relacionável com os conceitos quer da unidade "fogo", quer de "alma", assimilada a indivíduo (não contemplando, eventualmente, os menores de sete anos)[40].

---

da Ameixoeira (1740-1760), in "População e Sociedade", Porto, CEPFAM, n.º 1, 1995, p. 245.

[39] GESTEIRA, José Joaquim Martins - *Memorias Historicas da Villa da Povoa de Varzim,* Porto, Typographia de J. J. Gonçalves Basto, 1851, p. 78. Apresentamos os dados constantes deste "Mappa da população" no QUADRO I.

[40] SOUSA, Fernando de - *História da Estatística em Portugal*, p. 109.

Uma outra fonte valiosa para a demografia histórica diz respeito às listas das Companhias de Ordenanças. Efectuadas para dar resposta a necessidades de ordem militar, apresentam o arrolamento dos "homens com capacidade de mobilização em vista a uma rápida formação de corpos de tropas"[41]. Os inscritos eram organizados em companhias, comandadas por um capitão, e subdivididas em esquadras, lideradas por um cabo; esta organização militar foi abolida no pós guerra civil de 1832-34. O conteúdo das listas não se limita à enumeração dos recrutados, mas fornece informações sobre o nome do cabeça de casal, a respectiva idade, profissão, categoria militar e por vezes o rendimento, assim como indica o nome da mulher e dos filhos varões e, para estes, a correspondente idade e profissão e fornece ainda o registo dos ausentes. Estas listas permitem estabelecer o número de fogos com bastante segurança (mesmo quando o chefe de família é uma mulher, o agregado consta da listagem) e possibilitam também uma visão socioeconómica da comunidade. No entanto, o facto de não referir os descendentes do sexo feminino faz com que os efectivos populacionais fornecidos pequem por defeito e se torne necessário fazer uma correcção dos valores obtidos.

As listas de Ordenanças da Póvoa não foram ainda objecto de qualquer estudo, não nos podemos pois valer das suas preciosas informações.

Um trabalho inicial de análise isolada de cada uma das fontes poderia ser complementado com um estudo comparativo e respectiva síntese, mas não foi nossa intenção, dado que não cabe no âmbito desta dissertação, fazer o estudo da demografia a partir do levantamento das fontes indicadas.

[41] MARQUES, José Augusto Maia - *Nota sobre as listas das Companhias de Ordenanças do concelho da Maia. Freguesia de Vilar do Pinheiro (1764-1797),* in "Bol. Cult. do Ginásio Clube Vilacondense", n.^{os} 4/5, Vila do Conde, Dezembro de 1979, p. 44. Sobre a utilidade desta fonte vd., a título exemplificativo, os estudos de DUARTE, Margarida Maria - *As profissões em Vila Nova de Gaia em 1764,* in "Gaya - Actas das Jornadas de História Local e Regional de Vila Nova de Gaia", vol. II, Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, 1984, pp. 303-318 e SILVA, Francisco Ribeiro da - *Paços de Ferreira na Idade Moderna,* Sep. de "Paços de Ferreira - Estudos Monográficos", 1986.

Assim, na ausência desse levantamento, e ressalvando as deficiências encontradas na qualidade das fontes utilizadas e na incompatibilidade de alguns dados, limitamo-nos, num primeiro momento, a reunir os dados disponíveis referentes a fogos e almas, a que por vezes se junta o número de ausentes. Esses elementos formam o QUADRO 1 - A POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM (freguesia de N.ª S.ª da Conceição) ENTRE 1720 E 1836.

Como já atrás referimos, as fontes apresentam os quantitativos populacionais contabilizados em almas ou em fogos, por vezes das duas maneiras, mas raramente em habitantes. Nestas circunstâncias, coloca-se o problema da determinação do coeficiente habitantes/fogo. Quando, a propósito da população no século XVI, aludimos à questão da dificuldade em definir um número médio de habitantes por fogo, indicámos que existe uma certa unanimidade por parte dos investigadores da demografia histórica na adopção do coeficiente 4 ou 4,5[42]. Assim, o multiplicador 4 de que nos servimos, para a partir do número de fogos, achar o número dos habitantes, integra-se dentro dos valores considerados, sendo também confirmado pela relação fogos/almas fornecida pelo Censo de 1801 (onde a alma é entendida como habitante porque engloba os menores de sete anos).

Tendo presente que reconstituir o quadro demográfico implica um "conjunto de operações de manipulação, correcção e ajustamento dos dados fornecidos pelas fontes" no sentido de se encontrarem os valores que, com uma certa credibilidade, podem ser tomados como representativos do estado e da evolução dos efectivos populacionais[43], os números reconstituídos para os habitantes, e indicados no QUADRO 1, têm um assumido carácter provisório e são passíveis de alteração.

[42] Capítulo I, nota 38. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, "Introdução" in *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique,* p. XXVIII.

[43] SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano,* in "História de Portugal" (dir. de José Mattoso), vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 49.

O número de ausentes remete-nos para um fenómeno constante da nossa história, a emigração. Já desde o século XVI, os poveiros deixavam a sua terra com destino a variadas paragens além-fronteiras e ainda para a capital do Reino. Na primeira metade do século XVIII registou-se um intenso movimento de saída da Vila, o qual tendo abrandado na segunda metade de Setecentos, atingiu os valores mais elevados nas duas primeiras décadas do século XIX, quando coube ao Brasil ser o destino eleito para a procura de uma vida melhor. Pela leitura dos Notariais assim o entendemos, pois são várias as referências a poveiros que embarcaram para os Estados do Brasil[44], tendo alguns aí feito a sua fortuna, como, por exemplo, Joaquim José Gonçalves Campos, no Rio de Janeiro, e Félix Rodrigues da Costa, na Baía[45]. Este último aí veio a falecer, deixando a fortuna a seus pais, António Rodrigues da Costa e Maria Francisca, moradores na Rua da Senra[46]. É ainda a mesma fonte que permite observar que o número de embarcadiços ou marinheiros - considerada população habitualmente não residente na povoação - se tornou mais significativo a partir dos últimos anos da segunda década do século XIX[47].

Com os elementos apresentados no QUADRO 1 pretendemos demonstrar o crescimento demográfico ocorrido ao longo do século XVIII até ao final da nossa época

[44] O casal Inácio Gomes Cruz e Vitória da Rocha eram, em 1810, dados como "asistentes no Rio de Janeiro "; Manuel Gonçalves Morim, "embarcadiço", encontrava-se no Brasil entre 1811 e 1831; em 1830, alguns dos filhos do lavrador José António Vicente Mouta eram emigrantes em terras brasileiras; no mesmo ano, José Moreira Alexandre Maio necessitou de contrair uma dívida para poder comprar a passagem para o Brasil; por último, temos conhecimento que, em 1831, Manuel Francisco Gomes encontrava-se no Brasil - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 381, 410, 830 e 848.

[45] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 491(1815) e 683 (1823).

[46] A.D.P., Núcleo Notarial, Póvoa de Varzim, 3.º cartório, 2.ª série, lv. 88, fls. 104v-105.

[47] Se nos primeiros anos da segunda década raros são os embarcadiços/marinheiros de que temos notícias, a partir de 1817 a sua presença tornou-se mais constante nos registos notariais, mantendo-se pelos anos 20 e 30. Eram homens cujos locais de residência estavam espalhados por toda a Vila, desde as Ruas da Consolação, S. Sebastião, Amadinha, Madre de Deus e Nova, até às da Ponte, Fortaleza, Bandeira, Ferreiros e Fieiro - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 388, 400, 490, 518, 539, 543, 545, 548, 556, 561, 570, 572, 581, 603, 626, 641, 654, 685, 839 e 861. GRÁFICO 5.b.

de estudo. Sublinhe-se que os 1396 habitantes indicados para o ano de 1720 e os 4700 para o ano de 1800 estão próximo da estimativa feita por Manuel Amorim a partir dos registos paroquiais, indiciando uma população que passa, com o correr da centúria, dos 2000 para os 4500 indivíduos.

Para conseguir uma leitura mais imediata da evolução demográfica, apresentamos os dados relativos aos habitantes no GRÁFICO 1 - A POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM (freguesia de N.ª S.ª da Conceição) ENTRE 1720 E 1836. Importa assinalar a irregularidade dos intervalos apresentados, já que encontramos períodos, que podem ir até um máximo de 8 anos, para os quais não possuimos dados.

Utilizando os dados referentes aos habitantes, procedemos a uma análise inicial dos ritmos de crescimento demográfico através do cálculo das taxas médias anuais[48], que apresentamos no QUADRO 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO ARITMÉTICO DA POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM.

Da leitura conjunta dos QUADROS e do GRÁFICO obtemos para a globalidade da época considerada um padrão de evolução demográfica dominado por um crescimento significativo. Para o período compreendido entre 1720 e 1768 temos um ritmo acelerado, com taxas médias que chegaram a atingir os 2,99 %. Segue-se um abrandamento e algumas quebras na transição para o século XIX. Essas quebras verificadas nos anos de 1795 e 1801 relacionam-se possivelmente com a natureza das fontes utilizadas para esses anos e, por isso, pensamos que não vêm afectar uma leitura global de sentido crescente. Esta tendêndia evolutiva que cobre a segunda metade do século XVIII integra-se no aumento demográfico verificado ao nível do País, com a população a passar de 2 500 000 indivíduos para 3 000 000, entre 1758 e 1798[49].

[48] "Quando dispomos, ao longo do tempo, de diversas informações acerca do volume de uma população, a primeira análise que normalmente se executa é a do cálculo do ritmo de crescimento. Esse ritmo de crescimento deve proporcionar um resultado anual médio em ordem a se poder comparar períodos de diferente amplitude - cf. NAZARETH, José Manuel - *Ob. cit.*, p. 164.

[49] MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal,* I vol., 2.ª ed., Lisboa, Ed. Ágora, 1973, p. 515.

Um notável aumento populacional marcou a primeira década de Oitocentos, com valores médios de 1,22 %. Reparamos que a conjuntura de recessão e estagnação demográfica que marcou o País, como consequência das invasões francesas (1807-10), lutas liberais, independência do Brasil e guerra civil (até 1834), com os efectivos populacionais a diminuirem entre 1807 e 1815 e a manterem-se estacionários até 1835[50], reflectiu-se de forma muito "sui generis" na demografia poveira, colocando-a um pouco à margem da tendência geral. O período de 1812 a 1818 caracteriza-se pela diminuição da população, causada pelo surto de peste ocorrido em 1811 que levou à criação de um hospital provisório no novo edifício dos Paços do Concelho. A epidemia teve graves consequências, provocando entre Maio de 1811 e Março do ano seguinte cerca de trezentos mortos[51]. E assim se entende a urgente criação do hospital para combater "o progreço do contagio que graça nessa Villa com tanta viloencia" facilitado pelas precárias condições de habitabilidade, com "numerozas famillias reunidas no pequeno recinto de huma pobre caza"[52]. A guerra, a fome e o surto epidémico formaram um cenário pavoroso a envolver a Vila durante vários anos, com a falta de alimentos e a subida do preço dos mesmos a causaram grande pânico na população. Os pescadores, pelas piores condições em que viviam, foram os mais afectados pela situação, como expõem num requerimento enviado ao Arcebispo de Braga, onde esclarecem que "são pobres, e a pobreza tràs comsigo a mizeria, e a nececidade. Tem elles numerozas famillias que sustentar, os vibres na prezente conjunção dos tempos, e guerra estão em hum extraordinario preço alem de falta dos mesmos"[53].

De 1812 a 1818 verifica-se, assim, um declínio do crescimento, mas ultrapassada esta fase difícil, entra-se de seguida, a partir de 1820, num ritmo de grande crescimento

[50] CÓNIM, Custódio - *Portugal e a sua População,* vol. I, Lisboa, Publ. Alfa, 1990, pp. 25-26.

[51] AMORIM, Manuel - *O caderno de Alves Anjo...*, p. 255.

[52] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 10, de 29 de Julho de 1811.

[53] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 396, de 8 de Abril de 1811.

que caracteriza todo o resto do período. Entre 1812 e 1824 podemos apontar uma taxa média anual de 1,97 % e entre 1824 e 1836 de 2,04 %.

Na documentação encontramos diversas passagens que nos indicam que o aumento da população foi sentido de forma notória desde os finais do século XVIII, porém são igualmente constantes as referências às condições de grande pobreza em que a maioria da população habitava e ao perigo constante de epidemias[54]. Assim se registou numa *Acta de Vereação* do ano de 1796, a propósito do papel desempenhado pela Irmandade da Misericórdia: "não podia haver couza de maior utelidade e da mais indespençavel nececidade para secorro dos muitos pobres para esta Villa que hé de hum muito nomorozo povo e coazi todo dos pescadores pobres mizaraveis"[55]. Ainda numa acta de reunião camarária, onde se tomaram medidas para superar a falta de trigo, se menciona a pobreza da Vila "por ser a terra povoada a maior parte da gente do povo de homens que vivem com penuria"[56]. Já bem entrado o século XIX, em 1825, numa Provisão de D. João VI colhe-se a seguinte informação sobre a Póvoa de Varzim: "aquella Villa era das mais populozas do Reino, e mais pobre por ser na maior parte habitada por mizeraveis pescadores"[57]. No ano seguinte, D. Pedro IV, ao autorizar a construção do hospital, referiu-se à população poveira como sendo formada "quazi toda de pescadores que formam hum ramo de pescaria dos maiores e mais interessantes deste Reino", mas no entanto viviam "sempre empenhados e submergidos em mizeria"[58].

Uma última referência à percepção do aumento populacional por parte dos contemporâneos pode ler-se na introdução ao *Diccionario Geographico de Portugal*

[54] Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.os 19, 46 e 47.

[55] A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 16, lv. de 1791-99, fl. 93v: acta de Vereação de 27 de Setembro de 1796.

[56] A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 16, lv. de 1791-99, fl. 190: acta de Vereação de 2 de Julho de 1799.

[57] A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 38, lv. 231 (1820 a 1827), fls. 102-103v: *"Registo da Provizão para concerto da Igreja"*.

(Memórias Paroquiais de 1758), redigida em 1832, que informa que a "Povoa de Varzim, he villa antiga, e maritima da Commarca do Porto; com Camara, Vereadores etc. para governo de seo povo, que ultimamente tanto cresceo, que se julgou necessario, que hum Juis de Fora presidisse a sua Camara (...)"[59].

A importância que atribuímos aos dados demográficos justifica-se na sua estreita relação com o desenvolvimento urbano, já que os elementos e estruturas de um aglomerado – ruas, praças, casas, igrejas, edifícios públicos, etc. - crescem porque cresce também o número daqueles que deles fazem uso. Gostaríamos pois de possuir mais informações sobre o aumento populacional dentro da área urbana para o podermos relacionar de uma forma mais aprofundada com a expansão urbanística mas, como já esclarecemos, os valores que as fontes nos fornecem abrangem, por norma, os limites da freguesia.

Difícil é, então, distinguir as fontes que se referem unicamente à Vila. No entanto, embora sendo muito escassos, reunimos alguns números que consideramos relacionáveis com essa unidade espacial no QUADRO 3 - A POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM (ZONA URBANA) ENTRE 1732 E 1824. O primeiro valor apresentado indica 840 almas para o ano de 1732, valor esse que, depois de comparado com os números do QUADRO 1, consideramos abrangente da população que ocupava exclusivamente a zona urbana. Através da *Noticia do Doutor Leandro Rodrigues*[60] ficamos a saber que, em 1736 o núcleo urbano era composto por "435 fogos juntos em hum so Povoado na villa e seus arrabaldes" e tinha mais catorze fogos espalhados pelas quatro aldeias que segundo o autor pertenciam à Póvoa (Vila Velha, Gesteira, Casal do Monte e Regufe). Já em 1758 a Vila apresentava "quinhentos e quarenta e cinco visinhos a que vulgarmente chamam

[58] Provizão Régia de 1 de Abril de 1826 - doc. transcrito por AMORIM, Manuel - *Art. cit.*, p. 323.

[59] BARBOSA, Fernando - *O concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in Bolt. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 301.

[60] *Noticia do Doutor Leandro Rodrigues*, pp. 270 e 272; cf QUADRO 1.

fogos, que fazem o numero, segundo a gente que tem cada fogo, de 1543 pessoas"[61]. Igualmente os dados fornecidos pelas *Actas de Vereação*, ao indicarem para o ano de 1767, a existência de 700 fogos a que se juntaram mais cem unidades no espaço de tempo de nove anos, são referentes à Vila propriamente dita. Depois de um longo período de quase cinquenta anos sem qualquer informação, é novamente uma *Acta* que enuncia uma população a ultrapassar os 6000 habitantes em 1824.

Depois de expostos os dados disponíveis sobre a população poveira, iremos agora confrontá-los com os valores relativos a povoações da orla marinha de realidade socioeconómica comparável à da Póvoa, isto é, onde a prática piscatória se impunha como actividade dominante da economia. As aglomerações seleccionadas formam o QUADRO 4 - POPULAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM E DE OUTRAS POVOAÇÕES DO LITORAL (ENTRE CAMINHA E PENICHE) EM 1801 - FOGOS. Os dados do QUADRO permitem a apresentação de certas conclusões genéricas sobre as dimensões da Póvoa de Varzim em comparação com as localidades apontadas. É absolutamente indiscutível o desenvolvimento deste aglomerado urbano que, em 1801, só se deixava ultrapassar por Viana do Castelo, cabeça do Governo Militar da Província do Minho (exceptuando o partido do Porto) e local de residência do Governador da mesma Província.

Veremos adiante como se deu o crescimento de cada uma das áreas da Vila. Para já sublinha-se a ideia de que o aumento da população privilegiou a zona urbana, revelando-se como causa imediata da expansão urbanística fomentada pelos aforamentos (a partir de 1760) das areias do litoral sul, assim como da criação das infraestruturas lançadas pela Provisão de 1791. Numa profunda relação com o aumento demográfico surge-nos a afirmação da actividade piscatória como pilar da economia poveira dos séculos XVIII e XIX. Não poderemos entender todo o sintoma da

[61] Aos 545 fogos da Vila o autor acrescentou 143 espalhados pela Vila Velha, Coelheiro, Regufe, Giesteira e Moninhas - cf. *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758*, pp. 309 e 314; cf. QUADRO 1.

urbanização sem uma íntima ligação com os aspectos socioeconómicos, partilhando a tese de Custódio Cónim de que "o fenómeno do crescimento demográfico no nosso País através dos tempos tem estado, de forma directa ou indirecta, relacionado com o próprio processo de desenvolvimento social, económico e político nacional"[62].

FACULDADE DE LETRAS BIBLIOTECA PORTO

[62] CÓNIM, Custódio - *Ob. cit.*, p. 90.

CAPÍTULO III

A CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

1 - O QUADRO ECONÓMICO E SOCIAL

Depois de apresentado o espaço e de estimado o número daqueles que o ocupavam, procurarar-se-á neste capítulo esboçar o perfil económico e social da povoação ao longo do século XVIII e até aos anos 30 do XIX. Numa visão de âmbito sócio-económico, iremos à procura dos homens que habitavam a Póvoa de finais de Setecentos e inícios da centúria seguinte. Certamente que o conhecimento de quem habita o espaço urbano e das actividades a que se dedica permite uma melhor compreensão desse mesmo espaço e da sua evolução. Assim o defendemos, partilhando da opinião de Kevin Lynch de que afinal "os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as partes físicas e imóveis"[1].

Na transição para o século XIX a Vila apresentava-se como um aglomerado populacional de dimensão razoável, e em especial no contexto das povoações piscatórias do Noroeste. Atente-se na estreita relação entre dois fenómenos dependentes - o crescimento demográfico e o desenvolvimento económico - funcionando o aumento da procura como um importante incentivo das actividades da pesca e da salga, garantia da subsistência duma população crescente que tinha no pescado a base da sua alimentação e que, por sua vez, iria ser canalizada para essas mesmas actividades.

1.1 - A ACTIVIDADE PISCATÓRIA

Sobre a importância da actividade piscatória na Póvoa de Varzim escreveu o Tenente Veiga Leal, em 1758, que "no Reino não ha outro porto de mar que exceda ao d'esta Villa", sendo o pescado "abondantíssimo" e suficiente para abastecer o Minho, Trás-os-Montes e Beira[2]. Esta situação era já observável certo tempo antes, como

[1] LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*, Lisboa, Ed. 70, 1989, p. 11.

[2] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758*, por Francisco Félix Henriques da Veiga

testemunhou o Doutor Leandro Rodrigues, sublinhando a qualidade, profusão, variedade e o sabor distinto do peixe poveiro[3]. O consumo de pescado fresco, seco ou salgado, que vinha já de tempos recuados, estava bem enraizado nos hábitos alimentares das populações quer do litoral, quer ainda do interior na região de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro, Beiras e um pouco por todo o País. Com o grande incremento da população minhota (e nacional) no século XVIII e o consequente aumento do consumo foram solicitadas maiores quantidades de pescado, porém como os centros nacionais não puderam corresponder, foi necessário recorrer ao longo da centúria às importações de peixe fresco e salgado proveniente sobretudo da Galiza[4]. Situação que se verificou durante todo o século XVIII, apenas limitada em 1764 e 1774[5], quando entraram em vigor leis proteccionistas impedindo a entrada do peixe galego; retomadas algum tempo depois, as importações prolongaram-se pelos inícios de Oitocentos, chegando grandes quantidades de sardinha galega aos principais mercados do Minho, em concorrência (e complemento) com a produção nacional.

Leal. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa, *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 324.

[3] *Noticia do Doutor Leandro Rodrigues* [1736]. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa, *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 280.

[4] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga na Costa Noroeste nos fins do Século XVIII. O contributo da técnica francesa,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II (Tecnologia e Economia), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, p. 93. Sobre a antiguidade e importância das relações comerciais entre as duas regiões vd. Oliveira, Aurélio de; LOMBARDERO, Xaime García - *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galiza na época moderna - séc. XVII, XVIII,* in "Revista de História", vol. 2, Porto, 1979, pp. 119-147 e SILVA, Francisco Ribeiro da; CARDOSO, António M. de Barros - *Intercâmbios comerciais entre o norte de Portugal e a Galiza na viragem do século XVII para o século XVIII,* in "Douro - Estudos e Documentos", n.º 4, Porto, GEHVID, 1997, pp. 173-213.

[5] Em 1764 o Governo Espanhol recomendou que se limitasse a exportação de sardinha fresca para Portugal (destinada à salga nas oficinas da Costa Noroeste) para incentivar a sua preparação na origem, isto é, na Galiza. A partir de 1773, a política pombalina, visando estancar a entrada da sardinha espanhola, lançou um tributo exorbitante sobre os produtos da pesca oriundos de Espanha - cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros...,* pp. 96 e 99. Vd.

Se, por um lado, como explica Aurélio de Oliveira, a presença do pescado galego nos centros piscatórios da Costa Noroeste (assim como nos mercados do interior) se impôs de modo decisivo no século XVIII, demonstrando que portos como Caminha, Viana, Fão, Póvoa, Vila do Conde, Matosinhos, Porto, Aveiro, Ovar ou Buarcos-Figueira eram incapazes de se abastecer a si próprios[6], por outro lado, a situação poveira afastou-se deste contexto nos finais do século, assumindo uma posição de liderança no conjunto nacional. O que acabámos de afirmar não significa que a presença galega tenha sido afastada da Vila, muito pelo contrário. Nos inícios do século XIX[7] os contratadores de pescado oriundos da Galiza marcaram presença constante na Póvoa, onde vinham comprar pescado fresco que negociavam nas terras do interior ou no Reino vizinho e onde se instalaram para participar no negócio da "beneficiação" (salga) de peixe. Esta procura por parte dos galegos do centro poveiro como fornecedor do pescado vem comprovar a sua grande prosperidade nos inícios de Oitocentos.

Várias são as fontes que caracterizam a Póvoa dos finais do século XVIII como um importante centro de captura e conserva de peixe. É assim que é referida numa Provisão de D. Maria I, datada de 1783: "o porto daquella Villa abondava não só de pescado fresco mas tambem de seco em que tinhão a curuzidade de empregarem quando havia mais abundancia"[8]. Por um testemunho de 1787, ficámos a saber que da Vila partiam em direcção ao Porto grandes quantidades de pescada e outras espécies para serem vendidas no mercado de peixe da praça da Cordoaria, em conjunto com o pescado proveniente do Douro, de Ovar e de Vila do Conde[9].

---

[6] Idem - *Ibidem,* pp. 94-95 e 113-115.

[7] A presença dos galegos, "negociantes" ou "contratadores de sardinha neste Reino de Portugal", aqui na Póvoa de Varzim nos inícios do século XIX foi já demonstrada, através de documentação notarial (A.D.P), por Jorge BARBOSA - *Algumas achegas sobre as pescarias na Póvoa de Varzim,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II (Tecnologia e Economia), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, pp. 143-169.

[8] *"Rezisto de hua Provizão do Dezembargo do Passo, para haver feira nesta Villa",* de D. Maria I, datada de 12 de Abril de 1783 - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 228 (1776-1790), fls. 73v-74.

[9] COSTA, P.e Agostinho Rebello da - *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto (1787),* 2.ª ed.,

Mas é o estudo feito pelo Doutor Constantino Botelho de Lacerda Lobo[10] acerca do estado das pescarias em Portugal que fornece as mais preciosas e credíveis informações sobre a situação nesta Vila no ano de 1789, altura em que o autor percorreu a costa minhota. Pela sua constatação, "o estado actual da pescaria da Povoa de Varzim he o mais attendivel da Costa da Provincia do Minho", o que se justificava pelo facto de nesta Vila se encontrar o maior número de pescadores, barcos e aparelhos de pesca do litoral norte. Muito se ficou a dever à determinação e coragem dos seus pescadores que, sendo "os mais peritos e praticos", deslocavam-se para longe da costa, navegando desde Aveiro até Caminha; iam frequentemente fazer as suas pescarias ao Mar Novo (10 léguas para oeste da Póvoa), ao Mar das Gatas (10 léguas para sudoeste) e a um sítio chamado Limpo (a oeste da costa) onde apanhavam congros durante quase todo o ano.

Lacerda Lobo referiu-se a uma quantidade de pescado que andaria à volta das 180 000 arrobas anuais, o qual em fresco abastecia os mercados do Porto, Braga, Guimarães e outras localidades do Minho, enquanto seco e salgado chegava também às províncias da Beira, Estremadura e Trás-os-Montes[11]. O transporte e distribuição do peixe para fora da Vila era assegurado por almocreves poveiros[12] como Mateus Ferreira Moreira, contratador de peixe da Rua da Ponte, que tinha por "modo de vida, o de almocreve de

Porto, 1945, p. 89.

[10] *As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789*. Extractos das "Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa", tomo IV (1812), Póvoa de Varzim, Liv. e Tip. da Gráfica da Póvoa, 1955 (Col. "Estudos Poveiros - 2").

[11] *Ob. cit.*, p. 27. O peixe poveiro abastecia o importantíssimo mercado de Braga que, devido à sua localização geográfica privilegiada, como salienta Aurélio de Oliveira, se tornou nos finais do século XVIII no "mais importante nó de comunicações - logo de comércio - no coração de todo Entre Douro e Minho", ponto de passagem obrigatória dos produtos da costa para o interior e deste para o litoral - cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII)*, in "Revista da Faculdade de Letras - História", II série, vol. II, Porto, 1985, pp. 149-150.

[12] Os GRÁFICOS 5.A e 5.B comprovam a presença de almocreves na sociedade poveira nos anos de 1792 e 1828, os quais representam, respectivamente, 1,6% e 1,9% da população activa. O aumento do seu número relaciona-se com a afirmação da Póvoa como grande centro abastecedor de peixe, cabendo-lhes a tarefa do transporte deste produto para os mercados consumidores.

peixe, e de outros generos mais", ou por semelhantes oriundos de outras localidades[13]. Numa época em que a Póvoa se impunha como a maior praça de pescado, Manuel Amorim[14] fala de bandos armados de almocreves que aqui vinham comprar sardinha e no caminho pilhavam os casais agrícolas; estes episódios aconteceram no período das Invasões Francesas quando o comércio dos bens alimentares sofreu uma baixa devido à falta de gente e de segurança nas estradas, o que não podia deixar de ter reflexos na economia poveira. Índices de uma recuperação notória são visíveis a partir de 1814 em vários sectores económicos, incluindo a actividade comercial do pescado, como demontrou o mesmo autor. O que é confirmado por uma acta camarária de 1823 que refere "a grande concorrência de almocreves que todo o ano vem das suas Provincias comprar peixe"[15].

Desde os finais do século XVIII que se vinha dando um incremento do comércio do pescado, apoiado na indústria da salga, em que a participação não se limitava aos almocreves. Muitos seriam os homens ligados ao negócio do peixe, que vendiam em fresco ou que salgavam nos seus armazéns - eram os negociantes ou mais vulgarmente chamados "contratadores de pescado". Numa pequena amostragem, retirada do levantamento dos Notariais, indicamos alguns nomes: José de Sousa Guerra, da Rua Nova da Junqueira; Manuel José Monteiro; Vicente Alonço e seu genro, Januário Pinto, da Rua da Bandeira[16]; António Manuel Nipo, da Rua da Calçada; Manuel António Ribeiro, morava na Praça do Pelourinho e tinha armazéns na Rua do Esteiro; Manuel José

[13] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 606. O carpinteiro-almocreve Mateus Ferreira Moreira fez parte da Mesa da Confraria do Santíssimo em 1821 e 1824. Refira-se que em 1791 nas Ruas da Ponte e da Fortaleza viviam almocreves, os quais, pela proximidade com a Praia do Pescado, certamente estavam ligados ao transporte do peixe - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 26 e 37. Sobre os almocreves provenientes de outras terras, conhecemos, por exemplo, Miguel Antunes, da cidade de Braga, que acabou por se fixar na Póvoa, na Rua da Areia, como negociante de peixes - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 98 e 521.

[14] AMORIM, Manuel - *Uma pendência entre a Madre Abadessa de Santa Clara de Vila do Conde e os comerciantes da salga da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXIII, n.º 1, 1984, p.10.

[15] Cit. por Idem - *Ibidem,* p. 28.

[16] BARBOSA, Jorge - *Art. cit.*, pp. 152-169.

Martins, da Rua dos Ferreiros; Manuel Caetano Pinto, da Rua da Bandeira; Miguel Antunes, da Rua da Areia; Mateus Carneiro Flores, da Rua da Ponte; Francisco de Oliveira Senra, da Rua da Fortaleza; Manuel Joaquim Martins, da Rua da Bandeira; ou José de Oliveira Corracho, da Rua Nova da Junqueira[17].

Alguns desses negociantes, pela posição económica que alcançaram, tiveram participação activa na administração municipal e nas instituições religiosas locais[18], principalmente na Irmandade da Santa Casa e nas Confrarias do Santíssimo Sacramento e de N.ª S.ª do Rosário, o que lhes conferia certo prestígio social. Outros, valendo-se dos capitais arrecadados com o negócio do peixe, entravam em sociedades comerciais de iates, como por exemplo o fez Manuel José Martins[19]. Certos negociantes de pescado contam-se entre as pessoas notáveis da Vila responsáveis pela formação da Comissão

[17] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 132, 226, 388, 343, 511, 521, 533, 558, 599 e 613. Refira-se que alguns desses negociantes eram naturais de outras localidades, vindo-se a fixar na Póvoa, atraídos pelo negócio do peixe. Exemplifiquemos com o caso do pai de Manuel Caetano Pinto, Caetano José Pinto, natural de Cinfães do Douro e Francisco de Oliveira Senra que era de Remelhe, Barcelos. Vicente Alonso, de naturalidade galega, estabeleceu-se na Póvoa e aqui constituiu família e fortuna - cf. AMORIM, M. - *Art. cit.*, p. 12. Caetano José Pinto deixou aos seus descendentes um vasto património imobiliário - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 511.

[18] José de Sousa Guerra, "homem de mau génio", foi tesoureiro da Câmara (1799) Vereador (1826), Rendeiro do Dizimo do Pescado, Guarda Mor da saúde (cargo vitalício que ocupou desde 1812), além de escrivão da Confraria de S. Tiago (1793) e tesoureiro da do Santíssimo Sacramento (1796); Manuel António Ribeiro foi tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia (1812), assim como Januário Pinto (1834); Manuel Caetano Pinto ocupou o lugar de tesoureiro da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1808); Mateus Carneiro Flores foi mesário (1792, 1806), secretário (1807, 1816, 1822) e Provedor (1834) da Santa Casa, foi mordomo e escrivão da Confraria do Santíssimo (1785, 1803-4, 1808 e 1816) e ainda Juis da Confraria do Coração de Jesus (1816), foi também tesureiro da Câmara (1795); Francisco de Oliveira Senra foi escrivão da Confraria do Santíssimo (1796); Manuel Joaquim Martins foi mordomo e tesoureiro da Confraria do Santíssimo (1809 e 1823) e teve as funções de tesoureiro na Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1825); José de Oliveira Corracho foi mordomo da Confraria do Santíssimo (1810) - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 98, 423, 343, 56, 291, 319, 363, 522, 649, 661, 903, 509 e 727; FARIA, Bernardino - *A Confraria do Santissimo. Investigação historica desde 1622. Descrição das Mezas,* in "A Povoa de Varzim", n.os 18, 19 e 22, 2.º ano, 1913, pp. 2, 4 e 6. Sobre José de Sousa Guerra vd. AMORIM, Manuel - *Art. cit.*, pp. 21-23.

[19] Manuel José Martins foi mesário (1792) e tesoureiro (1821-22) da Santa Casa, foi também mordomo, tesoureiro e escrivão da Confraria do Santíssimo Sacramento (1794, 1797-8, 1807 e 1823) e tesoureiro da Irmandade das Almas (1810). Participou em 1813 e 1814 em três sociedades para a factura de iates - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 56, 628, 643, 373 e 460; FARIA, Bernardino - *Art. cit.*.; AMORIM, Manuel - *Uma família antiga - os Rodrigues da Silveira,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.º 36, de 29 de Junho de 1983.

de 1821, à qual coube a função de apresentar às Cortes os problemas mais graves da terra. Também alguns deles, devido aos elevados rendimentos que auferiam, estavam entre os atingidos pela contribuição de guerra imposta ao país pelo governo francês em 1808[20].

Temos que considerar que toda uma série de gente como os regateiros, que se ocupavam da venda do pescado fresco, os vendeiros de peixe seco e salgado e os já referidos almocreves se distinguiam da "élite" formada pelos contratadores pelo facto daqueles exercerem a sua profissão de forma ambulante e não possuirem imóveis apelidados de armazéns ou fábricas. O crescimento dos ofícios ligados à venda do peixe é notório na primeira metade do século XIX, entre 1815 e 1819, como demonstrou Manuel Amorim[21], e como se pode comprovar no GRÁFICO 5.B, referente a 1828, onde os contratadores e regateiros representam cerca de 3,8% da população activa; valor que não inclui vendeiros nem almocreves.

Se a actividade comercial do pescado envolvia muita gente, ainda mais numerosos eram os que se dedicavam à faina da pesca, isto é, os pescadores. OS GRÁFICOS 5.A e 5.B demonstram que a classe piscatória tinha um peso enorme no conjunto da população da Vila, cerca de 54,2% em 1792 e 51,1% em 1828. Embora no sentido contrário ao apresentado nos gráficos, estamos razoavelmente documentados para poder afirmar que houve crescimento do número de pescadores ao longo do período que nos interessa, crescimento esse que foi sentido de forma notória na época. Uma Acta de Vereação de 1797, ao referir "o aumento e a creçida pupulação e tripulação de pescarias e fabricas"[22], indica-nos que não só crescia o número daqueles que se ocupavam da faina da pesca,

[20] Da lista dos intervenientes na Comissão faziam parte como vogais Manuel António Ribeiro, Francisco de Oliveira Senra e Mateus Carneiro Flores. O mesmo Manuel António Ribeiro, que era afinal um dos mais importantes negociantes de pescado, Mateus Carneiro Flores e José de Sousa Guerra estavam entre os atingidos pelo imposto de guerra - cf. SILVA, Manuel - *A Guerra Peninsular. Os 40 milhões de cruzados - II,* in "A Povoa de Varzim", n.º 15, 1.º ano, 1912, pp. 7-8.

[21] Entre as datas apontadas os regateiros passaram de 51 para 70 e os vendeiros de peixe de 9 para 17 - cf. AMORIM, Manuel - *Uma pendência entre a Madre Adadessa...,* p. 12.

mas também dos que tratavam da conservação do peixe através da salga e posteriormente da sua venda. Nos meados da primeira metade do século XIX, a Vila contava com uma população que "constava quazi toda de pescadores que formam hum ramo de pescaria dos maiores e mais interessantes deste Reino, não só pella abundância de pescado com que fornecia tres Provincias, como pella avultada somma de direitos que delle resultava à (...) Real Fazenda"[23].

O rendimento que os impostos sobre o produto da pesca proporcionavam à Casa de Bragança[24] é pois um indicador da importância atingida por este sector da economia. Pode-se fazer uma ideia do grande volume de pescado nos meados do século XVIII, através dos valores alcançados com esses impostos. Assim, o rendimento da dízima do peixe ao atingir, em 1765, os 2 380$000 reis[25] é bem demonstrativo da relevância que a pesca já tinha na economia local. Passado meio século (1816) o conjunto dos impostos pagos pelos pescadores poveiros importou em 28 710$000[26].

Ao longo do século XVIII e primeiro quartel do seguinte, sobre o sector pesqueiro incidiu vasta legislação de protecção à classe dos pescadores e à sua actividade, com vista a fazer face ao avanço dos produtos estrangeiros e dinamizar o sector nacional. Em 1736, D. João V com o objectivo de promover o aumento da classe piscatória confirmou-lhe a isenção do serviço militar (dada por D. João I), privilégio ratificado por D. José em

---

[22] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 6: acta da vereação de 29 de Abril de 1797.

[23] Provisão Régia de D. Pedro IV, de 1 de Abril de 1826, autorizando a construção do hospital; publicada por Manuel AMORIM - *O Caderno de Alves Anjo (1822-1830). Subsídios para a história do nosso Hospital,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXV, n.º 2, 1987, p. 323.

[24] O armazém onde se recolhiam os dizímos arrecadados para a Coroa, conhecido por "cazas da recadação dos direitos reais da Serenissima Caza Estado de Bragança", ficava junto ao Castelo; é aí que o fomos localizar no ano de 1814, quando as funções de rendeiro pertenciam a José de Sousa Guerra - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 461.

[25] Compare-se com os rendimentos de Fão e Esposende (em conjunto) e de Vila do Conde, respectivamente 1 412$000 e 820$000 reis - cf. AMORIM, Manuel - *Introdução à História Local.* Comunicação apresentada na Acção de Formação "Património Natural e Cultural do Concelho da Póvoa de Varzim", Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 12 de Abril de 1997.

[26] LANDOLT, Cândido - *Folklore Varzino. Costumes e tradições populares do século XIX,* Póvoa de Varzim, Empresa da "Propaganda" Editora, 1915, p. 34.

1758 e por D. Maria I, contra o pagamento da "dizima de todo pescado que tomassem para por elle se pagar a outros que no seu lugar servirem nas ditas armadas"[27]. Em 1801, novo Avizo a favor dos "pescadores empregados nas pescarias", confirma que "não fossem contemplados nesse Reino ao serviço da tropa ou da marinha aquelles sugeitos que se aplicarem asieduamente a hum semilhante trafico"[28]. Desde a época pombalina, vasta legislação[29] foi produzida com o objectivo de incentivar o consumo e produção do peixe seco e salgado de origem nacional. D. Maria I, na continuação desta política e pela lei de 1787, libertou do pagamento de impostos este tipo de pescado, procurando com esta medida "levantar da grande decadencia a que tem chegado as pescarias destes Reinos e Ilhas Adjacentes e da qual tem rezultado consideravel deterimento a navegação, e marinhas, e tambem consideravel falta de hua grande parte da subzistencia dos povos do continente respectivo a cada huma das referidas pescarias e ainda do interior do Reino"[30].

---

[27] *"Registo de hua petição e previlegios conçedidos por Sua Magestade Fefelissima aos pescadores desta Villa da Povoa de Varzim da Corporação da Irmandade de Nossa Senhora da Sunção desta mesma Villa* (...) Eu a Rainha faço saber aos que este meu Alvara virem que os pescadores de Villa do Conde, Azurara, e Povoa de Varzim me reprezentarão que o Senhor Rey Dom João primeiro conçedera a seus antepasados por titulo de contrato onorozo a graça e privilegio de não serem tirados do exercicio da sua pescaria para servirem nas armadas, pagando lhe os suplicantes a dizima (...) cujo privilegio tinha sido comfirmado pellos Senhores Reis Dom Pedro, Dom João, e Dom Joze Primeiro meu pay (...) me pedirão fosse servida fazer lhe a graça de comfirmar lhe a dita carta (...)" - A.D.P., Núcleo Notarial, Póvoa de Varzim, 1.º cart., 2.ª série, lv. 85, fls. 34-37v.

[28] *"Registo de hum avizo a favor dos pescadores desta Villa"*, de 30 de Julho - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 230 (1795 a 1810), fl. 8. A isenção do serviço militar, tida como o privilégio mais querido das comunidades piscatórias, foi eliminada pela lei do recrutamento militar de 27 de Julho de 1855 - cf. ALVES, Jorge Fernandes - *A pesca e os pescadores do litoral portuense em 1868,* in "Revista da Faculdade de Letras - História", II série, vol. VIII, Porto, 1991, p. 157.

[29] A Provisão de 13 de Janeiro de 1773 isentou de direitos a circulação pelo País do peixe seco e salgado - cf. ALVES, Jorge Fernandes - *Art. cit.,* p. 155. Esta medida da política económica pombalina enquadra-se nos seus objectivos de "modernização e racionalização dos quadros produtivos e sobretudo transformadores internos, procurando em todos os aspectos suprir a todas as necessidades nacionais, dada a enorme dependência em que nos encontrávamos" - cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga na Costa Noroeste...*, p. 96.

[30] *"Registo de hum Alvara com força de ley por onde Sua Magestade foy servida tirar os direitos aos pescados secos e salgados"* , de 18 de Junho de 1787 - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 228 (1776 a

No entanto, a actividade piscatória manteve-se asfixiada com pesados encargos, como relatou o Doutor Lacerda Lobo que quando esteve na Póvoa ouviu numerosas queixas[31] dos pescadores contra os rendeiros responsáveis pelas cobranças dos direitos do pescado. Refira-se que além da dízima do peixe fresco a favor da Coroa, havia a dízima sobre todo o produto da pesca paga ao Cabido, cujas quantias se tornaram apreciáveis com o aumento das pescarias. Apesar das medidas tomadas a classe continuava a obter lucros baixissimos devido, em parte, aos direitos que lhe eram cobrados e daí as queixas persistirem ao longo de todo o período abordado. Atento a esta situação, D. João VI, por Provizão Régia de 1821, protegeu os pescadores e negociantes de pescado da Póvoa, aliviando-os do pagamento de alguns direitos; permitiu-lhes que tirassem "para seu conduto, antes de dizimar-se hum peixe por cabeça de tudo o que pescarem" e retirou-lhes os "impostos que costumão pagar na Fos do Lima, em Vianna, e na do Ave em Villa do Conde quando por tormenta no mar percizão aly entrar a excepção dos vinte por cento"; cinfirmou ainda a isenção do peixe destinado à salga ou à seca[32]. Apenas com o Decreto de 6 de Novembro de 1830 foram abolidos todos os impostos sobre o pescado e tornou-se obrigatória a matrícula dos barcos, através da qual se fazia o pagamento de uma licença anual.

Reunimos no GRÁFICO 2 - BARCOS E PESCADORES NA PÓVOA DE VARZIM (1736-1856) os poucos dados quantitativos disponíveis sobre a actividade piscatória ao longo do século XVIII e segunda metade do XIX. Consideramos importante alargar o limite cronológico para melhor se perceber a tendência de crescimento. Ressalvando que sendo, por vezes, pouco conciliáveis entre si, e implicando uma crítica de fontes não realizada, pretendemos que estes números sirvam apenas como indicadores do sentido da evolução desta actividade. No ano de 1789, o centro piscatório poveiro atravessava uma

1790), fls. 118-121. Esta medida foi prorrogada pelo Decreto de 3 de Março de 1797, pelo Alvará de 30 de Junho de 1815 e pelo Alvará de 15 de Junho de 1825.

[31] LOBO, Constantino Botelho de Lacerda - *Ob. cit.*, pp. 9-10.

[32] *"Registo de huma precatoria incluindo huma Provizão e dous Avizos relativos aos direitos do pescado*

fase extremamente dinâmica, verificável através da numerosa frota, composta por cerca de 300 embarcações e do elevado número de pescadores, mais de 1300 homens. Panorama que, segundo Lacerda Lobo, se traduzia na melhor situação observada ao longo do País. Embora a partir dessa data se verifique uma diminuição considerável do número de pescadores e de barcos, analisando a questão no contexto nacional destaca-se a prosperidade que se vivia no centro poveiro, a ponto de, em 1821, este apresentar a maior frota pesqueira do País, como documentou Adrien Balbi no seu estudo estatístico sobre Portugal[33]. Os dados recolhidos por Balbi permitiram-nos comparar o estado da actividade da pesca na Póvoa de Varzim com outros centros nacionais, e mais especialmente, inseri-la no contexto da costa entre Caminha e Peniche. Desse confronto, destaca-se a sua posição de liderança, como se comprova pelo GRÁFICO 3 - EMBARCAÇÕES E PESCADORES NAS POVOAÇÕES DA COSTA NOROESTE EM 1821. A frota pesqueira poveira, formada por cerca de 150 barcos, é a maior, apenas comparável à de Peniche ou de Caminha, portos que englobavam as regiões circundantes. Quanto ao número de pescadores, verificamos que os 1020 contabilizados apenas são ultrapassados pelos 1564 da Costa de Espinho e pelos 1416 da Costa do Furadouro, mas nestes dois casos os números contabilizados são referentes a regiões mais amplas que uma vila e o seu respectivo porto, como era o caso da Póvoa de Varzim. Além de que nestas duas regiões o cômputo das embarcações é muito reduzido (comparativamente com as existentes no porto poveiro) - 20 em Espinho e 92 no Furadouro -, o que nos parece ser um indicativo do carácter pouco profissional[34] da actividade piscatória aí praticada.

---

desta Villa", de 6 de Julho de 1821 - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 38, lv. 231 (1800 a 1827), fls. 8v-10v.

[33] BALBI, Adrien - *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres États de l'Europe,* tomo I, Paris, Roy et Gravier, 1822, pp. 181-183.

[34] De facto, entre Espinho e Ovar, os pescadores não se afastavam muito da costa, por motivos de ordem natural e económica, entre os quais se contam a inexistência de portos de abrigo e a consciência do risco humano e material que tal prática acarretaria. Os núcleos do Furadouro e da Torreira destacam-se como os mais prósperos - cf. AMORIM, Inês (Introdução e estudo crítico de) - *Descrição da Comarca da Feira - 1801 feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro,* in "Revista da Faculdade de Letras - História", II série, vol. XI, Porto, 1994, pp. 243-244.

A partir da situação assim caracterizada no ano de 1821, e num espaço de pouco mais de dez anos, a classe piscatória duplicou, atingindo em 1834 um total de 2087 efectivos, como se lê no GRÁFICO 2. Este foi o período de crescimento mais intenso, a partir do qual se entrou numa fase marcada por uma estabilidade quanto ao número de pescadores e por um aumento da quantidade de barcos. Em 1856, as 250 embarcações aproximam-se já do volume assinalado para os finais do século XVIII.

Entremos agora em aspectos característicos do desenrolar desta actividade, começando pelas embarcações. Os pescadores poveiros utilizavam três tipos de embarcações: a lancha, o batel e a catraia. A lancha era um barco simples mas resistente, com dois mastros e duas velas redondas, utilizado na pesca do alto, da pescada. Nos finais do século XVIII, com os seus 42 a 52 palmos de comprimento e 15 de largura, podia transportar até dezasseis homens; no século XIX sofreu algumas transformações, entre as quais passou a ter um único mastro com uma vela latina. Os batéis tinham 21 palmos de quilha, 10,5 de largura e uma ou duas velas. Levavam de quatro a seis pescadores e serviam para a pesca costeira de várias espécies, feita com um tipo de redes chamadas rascas. As catraias eram mais pequenas e apresentavam um mastro com uma vela. Eram usadas para navegar próximo do porto de origem à pesca da sardinha, utilizando as redes sardinheiras.

Os pescadores (de recursos médios) associavam-se para possuirem uma lancha (com o seu batel ou batéis) e formavam a companha que a tripulava. Eram os pescadores lanchões. A partir do segundo quartel do século XIX acentuou-se a diferenciação social com base na posse do barco ao tornar-se vulgar a lancha ter um dono (normalmente o mestre), participando a companha com as suas redes e tendo direito a um quinhão do pescado. Os pescadores de menores recursos possuiam barcos mais pequenos, como as catraias; a sua ascensão seria chegar a lanchões.

Sobre o valor dessas embarcações quase nada sabemos. Apenas que em 1799 o pescador António Francisco Contrão, da Rua da Areia, vendeu uma lancha "em bom

uzo", com a sua vela, fateixa (âncora), leme, mastro, remos, e mais apetrechos, a um morador da vila de Setúbal, pelo preço de 120$000[35]. Daqui depreendemos que os pescadores poveiros estabeleciam contactos com outras comunidades[36], mesmo distantes, como foi o caso, e também o prestígio alcançado pelas embarcações saídas do estaleiro local que justificava a venda para um ponto do País situado a uma distância considerável.

A par dos barcos, as redes eram um bem precioso para garantir o ganha pão do pescador. Elas aparecem nos dotes de casamento a par das moradas de casas, das leiras, dos chãos de areia, das roupas ou das jóias. Localizámos um caso em que se especifica que, entre outros bens, o dote se compunha de "quatro redes novas da pescada (...) e mais quatro redes da sardinha"[37], indicando-nos a importância destes dois peixes no conjunto das espécies habitualmente pescadas. As redes, para a sua boa conservação, exigiam alguns cuidados, como a passagem por água doce (duas a três vezes) quando vinham do mar, onde podiam andar até sete dias. Esta limpeza por vezes era feita nos regatos da Vila o que levou à intervenção da administração municipal, através de legislação para regular o uso desses ribeiros, procurando evitar situações de maus cheiros e falta de higiene, como será abordado no Capítulo V.

Entre as espécies mais pescadas contavam-se como predominantes a sardinha e a pescada, depois vinham o ruivo, o goraz, o congro, a arraia, o cação, o rodovalho, a

[35] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 185. A fateixa é uma pequena âncora de quatro braços; muito usada antigamente nas embarcações miúdas, está hoje obsoleta.

[36] Era vulgar os pescadores poveiros procurarem vender o peixe pelos portos do litoral, deslocando-se ao longo da costa até à Figueira. As deslocações a Setúbal tinham como objectivo a aquisição do sal, produto que aí atingia superior qualidade - cf. AMORIM, Manuel - *Uma pendência entre a Madre Abadessa de Santa Clara...*, p. 16.

[37] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 770: *"Dotte para cazamento que fas Violanta Roza viuva a sua filha Anna Roza, para cazar com João da Silva Rocha, orfão, com assistencia de seu tutor, todos desta Villa em 19 de Novembro de 1827"*; A.D.P., doc. n.º 427: *"Escritura de declaração de dote que fizerão Caetano Joze Pinto e sua mulher Luiza Clara Pereira a sua filha Ana Thereza e genro Joze Martins Gesteira desta Villa em o 1.º de Abril de 1812"*, pela qual dotaram à sua filha "sinco redes de pescar em bom uzo". Por vezes os pescadores tinham de contrair dividas para comprarem as redes, como o fez José Inácio Ribeiro da Rua da Areia ao pedir

solha, a faneca e outros. Era constante a presença de baleias ao largo da costa, como referiu Lacerda Lobo: "he observada quasi todos os dias pelos pescadores da Povoa, e no Inverno chegão huma, e muitas perto da praia; e daqui vão para o sul da barra do Porto, humas vezes levando as redes, outras fazendo nas mesmas muito estrago"[38].

Os naufrágios eram a grande ameaça que assombrava o dia-a-dia do pescador, havendo deles constantes notícias ao longo dos séculos XVIII e XIX. Aconteciam no mar alto ou já na costa quando o barco procurava um porto de abrigo, por vezes tinham lugar na praia. Desde os inícios de Setecentos até 1836 há registo de 46 naufrágios que provocaram cerca de 267 náufragos[39]. A maioria ocorria à entrada das barras da Póvoa, de Vila do Conde, das Caxinas, de Viana e do Porto e ainda nas praias da Póvoa, de Fão e de Vila do Conde.

Como já foi dito, a colónia piscatória poveira era muito numerosa, mas vivia em situação de franca pobreza e miséria, a que aludem constantemente variado tipo de fontes. Pode servir como claro indicativo do crescimento desta comunidade a criação em 1761, na capela de S. Roque da Junqueira, da "Confraria de Nossa Senhora da Lapa, Amparo dos Homens do Mar", com propósitos de protecção dos pescadores e defesa dos interesses da classe. Assente numa organização social da pesca, através da incrição dos barcos e respectivas companhas, a Confraria recebia por cada barco que ia ao mar, e em troca da assistência e auxílio[40] que se comprometia a prestar aos confrades, a chamada "rede da Senhora". Em 1791, os objectivos da fundação da "Irmandade de Nossa

dinheiro ao negociante Manuel António Ribeiro da Praça do Pelourinho - cf. A.D.P., doc. n.º 635.

[38] *As pescarias da Póvoa de Varzim em 1798,* pp. 21-22.

[39] Levantamento feito a partir dos registos de óbito por Óscar FANGUEIRO - *Naufrágios Poveiros, desde o século XVIII,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXV, n.º 2, 1987, pp. 376-377.

[40] Pelos estatutos, os confrades deviam prestar "culto, devoção, e serviço" à Virgem da Lapa esperando receber "aquelle amparo, e azilo de que necessitão as suas vidas tão continuamente offerecidas, e empostas aos fortissimos assaltos, e perigozos combates de hum inimigo tão poderozo, como formidavel" - cit. por DINIS, Manuel Vieira - *Entre o alar da rede e o assejo,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. IV (Aspectos Culturais. Aspectos Religiosos), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1986, p. 15.

Senhora da Assunção", que substituía a Confraria, foram definidos em novos estatutos, nos quais se esclarece aos pescadores que "como se tinha aumentado a sua pescaria no numero de gente, que a exercita, e no das redes, e embarcações que nela se empregam, também tinha crescido a pobreza dos mesmos pescadores; porquanto na mudança dos tempos, nas grandes despesas que fazem, na falta de cabedais (...), por serem pobres e não poderem suprir a perda de redes e dos barcos (...), na carestia dos mantimentos e viveres necessarios (...) se viam extenuados com graves necessidades"[41]. Esta exposição vinha justificar a necessidade da erecção da Irmandade com vista a garantir um esquema de segurança social que pretendia fornecer apoio aos Irmãos, suas viúvas, filhos, acudir às situações de pobreza, naufrágio, doença e velhice. Ambas as instituições, criadas para benefício da classe piscatória, eram "fechadas" à restante comunidade só sendo aceites para Irmãos os homens do mar: mestres e seus companheiros e marinheiros da arte da pescaria[42].

Nem as pias instituições erguidas com tão humanitários propósitos conseguiram melhorar as condições de vida da gente da pescaria; em períodos críticos, como as Invasões Francesas e a peste de 1811-12, era entre os pescadores que se contava o maior número de vítimas. Em 1826 mantinha-se uma situação de "pobreza quazi necessaria", imposta aos pescadores "pela contingencia de lucros e pela carestia dos utencilios da sua arte que lhes arrebatava a maior parte delles, quando não acontecia excedellos, pelo que estavão sempre empenhados e submergidos em mizeria"[43]. O preço das embarcações, das redes e restantes aprestos, os impostos que pagavam, os invernos prolongados e rigorosos, os barcos que o mar roubava (quando não eram as vidas) faziam com que as circunstâncias fossem sempre extremamente duras.

---

[41] Cit. por Idem - *Ibidem,* p. 16.

[42] COSTA, Martins da - *Real Irmandade de Nossa Senhora da Assunção da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.º 1, 1990, pp. 159 e 197; Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 242, 309, 311, 610 e 652.

[43] Provisão Régia de D. Pedro IV, de 1 de Abril de 1826, autorizando a construção do hospital; publicada por Manuel AMORIM - *O Caderno de Alves Anjo...,* p. 323. Cf. "O Quadro Demográfico" no Capítulo II.

A atestar o desenvolvimento e importância alcançados pela indústria piscatória, refira-se o desenrolar do processo de expansão urbanística patente na ocupação da faixa costeira, num primeiro momento orientado para sul da Fortaleza e do Esteiro, voltando-se, depois, para as areias a norte até à praia da Regouça. Neste processo foi muito importante o papel desempenhado pela Confraria de N.ª S.ª da Lapa, a qual negociou com a Câmara, a partir de 1767, o aforamento dos chãos de areia fronteiros à enseada para a construção de habitações. Inserida neste contexto, por um lado de progresso da actividade, e por outro de necessidade de criação de melhores condições, surgiu a petição feita pelos moradores da Vila a D. Maria I pedindo, entre outras obras, a construção da caldeira da barra para que a numerosa frota pesqueira passasse a fazer com maior segurança a entrada da enseada. A resposta favorável foi dada pela rainha na Provisão de 21 de Fevereiro de 1791.

1.2 - A INDÚSTRIA DA SALGA

Intimamente relacionada com o incremento da pesca, a prática da salga reapareceu com grande força a partir da segunda metade do século XVIII, pois este era o meio usado para a conservação do peixe que não se consumia em fresco. Já o Tenente Veiga Leal tinha considerado ser a Póvoa um dos centros mais importantes da costa norte, mas foi nos finais do século XVIII e inícios do seguinte que a Vila se impôs como o mais activo local de salga a Norte do Douro, com uma produção de sardinha salgada capaz de abastecer os mercados do Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta[44].

Muito praticada, e feita com alguma especialização, era a salga da pescada[45], circunstância, aliás, comum a toda a costa do Entre Douro e Minho, como esclarece

[44] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga na Costa Noroeste...*, p. 109; ARANHA, P. W. de Brito - *Memorias Historico-Estatisticas de algumas Villas e Povoações de Portugal,* Lisboa, 1871, p. 16.

[45] Na Póvoa a salga da pescada era feita da seguinte forma: depois de retiradas as entranhas, as pescada eram lavadas e colocadas numa tina, onde se alternavam as camadas de sal com as do peixe, conservando-se em salmoura durante oito dias - cf. LOBO, Constantino B. de Lacerda - *As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789,* p. 24.

Lacerda Lobo. A sardinha contava-se entre as espécies que se salgava em maiores quantidades, verificando-se uma situação de identidade com a prática realizada na Galiza, onde a técnica muito rudimentar da salga, chamada "escochado"[46] (praticada antes da introdução da técnica catalã), era em tudo semelhante ao processo português. Aliás, e como já focámos, as relações entre a Costa Noroeste portuguesa e a Galiza eram muito intensas nesta época[47].

Em termos de organização da produção, tratava-se de um negócio de carácter familiar realizado nos quintais das casas e que envolvia os membros das famílias dos pescadores ou, quando atingia maiores quantidades, era executado pelos "beneficiadores" de pescado, proprietários de armazéns de salga e especializados nesta prática. Acontecia por vezes a formação de sociedades para o negócio da salga, como a que fizeram José Luís Barbosa, de Barcelos, e António José Gonçalves, da Póvoa, para "fabricar" sardinhas e "pescado que se puzer de moura em tinas para revender" e fazer "graixas [óleo de peixe] produzidas da mesma sardinha"; o local ou a "fabrica" onde se desenrolava este negócio era no armazém do segundo sócio, situado na Rua da Fortaleza, existindo aí doze tinas para a salga. Neste contrato refere-se a participação de negociantes galegos, especificando-se que estes se abasteciam de peixe salgado nesta

[46] Retirada a cabeça, abria-se o ventre para extrair as entranhas, sendo em seguida as camadas de sardinhas, alternando com as de sal, colocadas em tinas para ficarem em salmoura durante algum tempo - cf. VIÑAS, Xaime Garcia-Lombardero; BADÍA, Xoam Carmona - *Tradicion e modernizacion nas pescarias galegas. Artes de pesca e organizacion da produccion (séculos XVIII-XIX)*, in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II, p. 33; LOBO, C. B. de Lacerda - *Ob. cit.*, p. 24. Na Galiza, por meados do século XVIII deu-se uma modernização dos sistemas de captura e salga por influência da instalação nessa zona de um importante colónia de catalães - cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Art. cit.*, p. 95.

[47] A emigração galega para a Póvoa de Varzim é um fenómeno que data já do século XVI e que se manteve nos finais do século XVIII e inícios do seguinte, como pudémos constatar através de alguns nomes registados na documentação notarial e que nos sugerem que esses homens viviam perfeitamente integrados na população local: o pescador Manuel António Rodrigues Galego, da Poça da Barca, Manuel Lourenço Galego, da Giesteira, Manuel Fernandes Galego ou o já citado Vicente Alonso. Simultâneamente as gentes poveiras emigraram para a Galiza: Francisco e José Carneiro viviam em Baiona no ano de 1820 - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 5, 36, 121 e 609.

Vila: a sardinha "que se fabricar por conta de Galegos"[48]. Francisco de Oliveira Senra da Rua da Fortaleza, que aparece como testemunha neste documento, tinha também ele um negócio de "beneficio do pescado, e sardinha", em sociedade com sua filha, e vendiam o produto a comerciantes galegos instalados em Barcelos[49]. Atingiu uma dimensão razoável a actividade deste comerciante de peixe, pois no inventário feito após a sua morte, em 1826, constam três armazéns onde existiam quarenta tinas para a salga da sardinha[50].

Tratava-se de um sistema de produção alheio a formas de corporação mais complexas, o que ocorria em conformidade com o verificado na Galiza[51], demonstrando um paralelismo de práticas e técnicas ao longo da Costa Noroeste da Península Ibérica, reflexo das intensas relações económicas e culturais.

Normalmente os negociantes ou contratadores (aos quais já nos referimos) andavam também ligados à "beneficiação ou fabrico" de pescado, o que quer dizer que não só compravam e revendiam peixe fresco mas também faziam salga nas suas "fábricas" ou armazéns. Podemos exemplificar com o negociante José de Oliveira Corracho, morador na Rua Nova da Junqueira, que se ocupava da salga da sardinha e simultaneamente comprava peixe em fresco para revenda[52]. Também António Caetano Pinto da Rua de Trás-os-Quintais possuía uns "armazeins de fabrica ou de negociação" onde fazia salmouras[53]. Alguns, como o exemplo de António dos Santos, da Rua da

[48] Documento notarial de 22 de Fevereiro de 1800, publicado por AMORIM, Manuel - *Uma pendência...*, p. 13 e por BARBOSA, Jorge - *Algumas achegas sobre as pescarias...*, pp. 157-159 (doc. I).

[49] BARBOSA, Jorge - *Art. cit.*, pp. 164-167 (doc. V, de 1823). Também em Braga se estabeleceram galegos ligados ao comércio do peixe (fresco e salgado) que ali chegava diariamente vindo dos principais centros abastecedores do litoral próximo, e que dali partia em direcção a Trás-os-Montes - cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a Norte do Douro...*, pp. 149-150 e 155.

[50] AMORIM, Manuel - *Art. cit.*, p. 15.

[51] VIÑAS, Xaime Garcia-Lombardero; BADÍA, Xoam Carmona - *Art. cit.*, p. 33.

[52] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 613, de 19 de Junho de 1820.

[53] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 570, de 22 de Abril de 1818. António Caetano Pinto fez parte, em 1813 e 1814, de duas sociedades de iates, nas quais entrava seu sogro, o negociante de pescado Manuel José Martins - cf. A.D.P., doc. n.º 460; AMORIM, Manuel - *Uma família antiga - os Rodrigues da Silveira,* in "O Notícias da

Fortaleza, começando por ser pescadores, aparecem depois com o ofício de "fabricante e contratador" possuindo o seu próprio armazém de peixe[54]. Esses contratadores ligados ao comércio e salga de pescado, proprietários dos armazéns e senhores de posses, à semelhança dos seus vizinhos da Galiza, foram-se afirmando como "um grupo diferenciado do menos abastado de pescadores e regateiras"[55], e passaram a exercer uma influência decisiva na vida municipal através do exercício de cargos públicos relevantes. Estes homens agrupavam-se na zona em redor da Fortaleza, próximo da praia da Ribeira ou do Pescado, onde eram varados os barcos e onde se procedia à compra do pescado. As suas casas e os seus armazéns ocupavam as ruas da Ponte, Nova da Junqueira, do Esteiro, da Fortaleza, da Bandeira e de Trás-os-Quintais[56].

Refira-se que não localizámos na Póvoa nenhuma oficina de salga na mão de estrangeiros, como a existente em Ovar, criada pelo francês Pedro Myoulle cerca de 1773, as do veneziano João Baptista Locatelli, instaladas em Aveiro e destinadas à salga e à extracção do óleo de sardinha ou a instalada pelo mesmo Pedro Myoulle na Foz do Douro na década de 80[57]. Embora a hipótese da vinda deste francês para a Póvoa, caso tenha sido obrigado a abandonar a Foz devido às pesadas condições impostas pela Câmara do Porto, tenha sido levantada por Aurélio de Oliveira[58], não encontrámos até ao momento qualquer referência a esta presença. Certo é que as técnicas e processos mais

---

Póvoa de Varzim", ano I, n.º 36, de de 29 de Junho de 1983.

[54] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 67 (de 1792) e 133 (de 1796).

[55] Na Galiza a existência desta "casta de burguesia litoral" está documentada para as décadas de 1750 e 1760 - cf. VIÑAS, Xaixe Garcia-Lombardero; BADÍA, Xoam Carmona - *Art. cit.*, pp. 36-37. No caso poveiro só detectamos a formação de um grupo diferenciado nos pincípios do século XIX, com peso suficiente (3,8%) para aparecer invividualizado no GRÁFICO 5.b com as profissões referente a 1828.

[56] Para além dos já citados exemplos acrescentemos o armazém de José Felix Pereira da Silva, na Rua do Fieiro, onde existiam catorze tinas de salga, o armazém e tinas de salgar peixe arrendado por António Bernardes e situado na Rua Nova da Junqueira e ainda o de António José Rodrigues Mança, na Rua da Fortaleza, com sete tinas que levavam quinze mil sardinhas - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 768, 875 e 928.

[57] OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga...*, pp. 103-104 e 107.

[58] O autor considerou também outros locais, como Matosinhos e Vila do Conde - cf. Idem - *Ibidem*, p. 108.

avançados praticados nas suas oficinas exerceram influência nos centros da Costa Noroeste, onde a Póvoa se impunha como "o mais activo e dinâmico polo"[59].

A indústria da salga consumia grandes quantidades de sal que por via marítima dava entrada na enseada poveira[60]. Sobre a proveniência do produto fundamental para a realização da salga apenas deparamos com um único caso de afretamento de um iate, que se encontrava ancorado no rio Ave, para ir a Aveiro carregar seis milheiros de sal[61]. As salinas de Aveiro constituíam o mais categorizado centro abastecedor das oficinas de salga de toda a Costa Noroeste, a que se acrescentavam as importações da Figueira da Foz e de Setúbal, como refere Manuel Amorim[62]. Pequenos barcos de pescadores ou, como no exemplo que citamos, embarcações de cabotagem asseguravam o transporte do sal para a Póvoa. A entrada deste produto pela barra poveira era acompanhada de importações realizadas pelos portos vizinhos de Vila do Conde e Esposende[63], onde também se praticava a indústria da salga, sobretudo em Vila do Conde. Não temos notícias que nos apontem o transporte terrestre de sal destas localidades para a Póvoa.

O negócio da produção e comércio dos transformados da pesca assente nos armazéns de salga deu origem, nos finais do século XIX, ao aparecimento das indústrias

---

[59] Idem - *Ibidem,* p. 109.

[60] Uma complicada contenda surgiu a partir de 1817 entre os comerciantes da salga da Póvoa e o Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, o qual proibiu a descarga do sal no porto poveiro. Sobre este assunto não nos vamos debruçar, visto que foi esclarecidamente tratado por Manuel Amorim no trabalho várias vezes citado *Uma pendência entre a Madre Abadessa...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXIII, n.º 1, 1984, pp. 7-43.

[61] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 910, de 22 de Julho de 1834.

[62] AMORIM, Manuel - *Art. cit.*, p. 16.

[63] Nos finais do século XVIII e inícios do seguinte, o sal fazia parte do rol das mercadorias que chegavam pelo porto de Esposende - cf. AMÂNDIO, Bernardino - *O engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e os portos de mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805,* Viana do Castelo, ed. "Amigos do Mar", 1994, p. 70; NEIVA, Manuel Albino Penteado - *Subsídios para a história do porto fluvial de Esposende no século XIX,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol II, p. 136. Em Vila do Conde, pelos meados do século XVIII uma média de 40 a 50 embarcações (caravelas e patachos ou hiates) todos os anos aí descarregavam sal - cf. *Vila do Conde. Memórias Paroquiais de 1758.* Transcritas por Eugénio da Cunha e Freitas, in "Bol. Cult. da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova Série, n.º 2, Julho de 1988, pp. 64-65.

de conservas de peixe, que ainda hoje se encontram bem representadas no caso poveiro, embora, actualmente, a atravessar grave crise.

1.3 - A CONSTRUÇÃO NAVAL E A CORDOARIA

A faina piscatória tem no barco o instrumento indispensável, o que implica que a construção naval se desenvolva para dar resposta às solicitações decorrentes do crescimento da pesca.

A Póvoa teve, desde tempos anteriores ao século XVIII, o seu estaleiro. A poente da Fortaleza na praia do Pescado ou da Ribeira, junto ao local onde eram varados os barcos estava intalado o "estaleiro das embarcaçoins"[64]. A administração camarária de 1807 procurou transferi-lo da Ribeira para a Caverneira[65], com o objectivo de criar mais espaço para a florescente actividade comercial do pescado, no entanto, em 1890 continuava a ser junto ao Castelo que estava instalado o principal estaleiro de construção e reparação de barcos de pesca[66].

Com uma notável laboração durante o século XVII, orientada para a factura de embarcações mercantes, a partir do primeiro quartel do seguinte, como consequência do assoreamento da costa portuguesa, praticamente deixou de ser feito este tipo de barco. A produção passou a estar vocacionada para as pequenas unidades de pesca, mas em quantidade bastante para dar resposta ao desenvolvimento da actividade piscatória. Porém, nos inícios do século XIX, ainda se construíram alguns navios de comércio - chamados iates (navios de dois mastros latinos) - no estaleiro da Vila; temos conhecimento que pelo menos tal aconteceu em 1806 e 1824, quando foram feitos os iates "Madre de Deus e Boa Correspondência", no valor de 4 200$000, e "Rainha dos

[64] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 572, de 1818.

[65] Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.os 18 e 21.

[66] FILGUEIRAS, Octávio Lixa - *A lancha poveira de dois mastros,* Póvoa de Varzim, 1976 (sep. do Bol. Cult. "Póvoa de Varzim"), p. 4.

Anjos", exemplar com 83 palmos de quilha[67]. Vemos assim que uma outra actividade económica - o comércio de mercadorias por via marítima - andava intimamente ligada à contrução naval, envolvendo marinheiros[68], mestres, armadores e negociantes.

O mestre carpinteiro José Rodrigues Maio trabalhava, no ano de 1797, na construção de um barco destinado a uma diferente função, tratava-se de uma "lanxa de guerra, que no porto desta Villa se esta fabricando, denominada o Asoute"[69]. Esta é a única notícia sobre este tipo de embarcação de que temos conhecimento.

Uma referência muito curiosa indica-nos a existência de um estaleiro situado na Regouça (ficava entre o actual café Diana Bar e a esplanada do Carvalhido, e já no termo de Barcelos), onde em 1813 foi fabricado o iate "Santo António e Almas", pelo mesmo mestre José Rodrigues Maio, obra que ficou por 1 756$000[70]. Será que este estaleiro, pela sua localização, era especializado na construção dos iates, ficando o fabrico dos barcos de pesca reservado à zona junto à fortaleza?

Também os estaleiros navais de fora da Póvoa foram procurados pelos negociantes poveiros para a construção deste tipo de barcos. Assim, em 1814 celebrou-se um contrato entre Francisco Correia da Silva e José Gomes de Amorim, moradores na Rua da Madre de Deus, e João Gomes Saraiva, mestre carpinteiro da Ribeira de Vila do Conde para a factura do iate "Santo António Vencedor e Almas", de 70 palmos de quilha,

---

[67] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 305 e 708. Directamente relacionada com este tipo de embarcação aparece a profissão de "mestre de hiate", que exemplificamos com Francisco José da Nova - cf. A.D.P., doc. n.º 388.

[68] Em 1828 os marinheiros tinham um peso de 4,6% no conjunto da população activa - cf. GRÁFICO 5.B.

[69] José Rodrigues Maio, morador na Vila Velha (parte do termo de Barcelos) tinha por ofício o de "mestre carpinteiro de navios matriculado na Ribeira do Ouro da cidade do Porto" e "como tal continuamente se acha exercendo o dito officio pelos portos desta Provincia e daquella cidade e seu partido assim em facturas, e concertos de navios particulares como de guerra" - *"Registo da matricula e seus privilegios e despachos de Joze Rodrigues Maio desta freguezia e termo da villa de Barcellos"* - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 229 (1790-1820), fls. 110-111. Tratar-se-á da mesma pessoa que exerce as funções de tesoureiro da Confraria do Santíssimo Sacramento (1812, 1820 e 1831)? - cf. FARIA, Bernardino - *Art. cit.*, in "A Povoa de Varzim", n.º 22, 2.º ano, 1913, p. 2 e n.º 1, 3.º ano, 1913, p. 7.

[70] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 456. Manuel Amorim esclarece que o estaleiro da Regouça era propriedade do referido mestre José Rodrigues Maio - cf. AMORIM, Manuel - *Uma família antiga...*, in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.º 36, de 29 de Junho de 1983.

no valor de 740$000 reis, fornecendo esta escritura interessantíssimos pormenores sobre este tipo de embarcação[71]. A obra foi executada nos estaleiros de Fão[72]. Embora só tenhamos conhecimento da encomenda desta obra aos estaleiros de Fão, refira-se que a eles deveriam recorrer com frequência os armadores poveiros para a feitura das embarcações mercantes pois, a partir dos inícios do século XIX, encontravam-se, a par dos estaleiros de Esposende, num período de intensa laboração, de que se destacava a construção de iates[73].

No século XVII, a classe dos carpinteiros da Ribeira atingiu grande prestígio, que se reflectiu na migração de profissionais poveiros para Lisboa, onde se empregavam no estaleiro da capital, como já indicámos no Capítulo I. Fenómeno que ainda se detecta para os finais do século XVIII através de alguns exemplos de poveiros residentes em Lisboa. João António Moreira, morador junto ao Castelo de S. Jorge, "no chão da feira", freguesia de S. Tiago, era carpinteiro na Ribeira das Naus e estava matriculado como tal, quando pediu a confirmação régia dos privilégios que gozavam os carpinteiros e calafates de Lisboa, Porto e outros estaleiros[74]. No pedido semelhante que fez José António Póvoa, refere-se que o suplicante estava inscrito no livro do estaleiro lisboeta onde "tem travalhado a muitos annos"[75]. João Gomes Correia e José Francisco Correia trabalhavam como carpinteiros da Ribeira das Naus e residiam na Travessa de João de Deus, junto ao Convento da Trindade, em Lisboa[76].

---

[71] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 465.

[72] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 470.

[73] AMÂNDIO, Bernardino - *Os Estaleiros Navais de Esposende e Fão nos séculos XIX e XX,* Esposende, Câmara Municipal, 1989, p. 35.

[74] A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 228 (1776-1790), fls. 75v-79: *"Registo de hua Petição e Despacho e de hum Privilegio de João Antonio Moreira desta Villa".* À classe dos carpinteiros da Ribeira tinham os monarcas concedido privilégios que consagravam a isenção do serviço das armas e de outros encargos e obrigações.

[75] A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 228 (1776-1790), fls. 135v-139: *"Registo dos Privilegios de carpinteiro da Ribeira de Joze Antonio Povoa da Rua do Sidral desta Villa".*

[76] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 2, de 1790.

Durante os finais de Setecentos e inícios de Oitocentes era intensa a actividade da construção naval envolvendo grande quantidade de gente, desde os mestres construtores com os seus oficiais e aprendizes, até aos calafates[77] e cordoeiros, ofícios inseparáveis da carpintaria naval. Os carpinteiros da Ribeira aparecem dentro do grupo mais vasto que compreende todos aqueles que lidavam com o ofício da carpintaria, quer seja civil ou naval, cujo peso é significativo no contexto da população activa: 5,5% em 1792 e 5,6% em 1828[78]. Espalhados um pouco por toda a Vila, refira-se alguns nomes e moradas[79]: José António de Sousa, da Rua do Cidral; mestre José Gomes Flores[80], da Rua Nova; mestre Cristovão Lopes, José António Rodrigues e José Ribeiro Pontes, da Rua Nova da Junqueira; mestre José Francisco de Castro e Mateus José de Castro, da Rua da Ponte; José da Silva[81], da Rua da Fortaleza; Manuel António de Sousa[82], da Rua da Senhora da Lapa; mestre António José Rodrigues, da Praça do Pelourinho; Marcelino Gomes Moreira, da Rua dos Ferreiros; Vicente Gomes Flores, da Rua da Bandeira. Os membros da classe dos carpinteiros da Ribeira participavam de forma activa na vida

[77] O ofício de calafate não tinha grande representatividade profissional pois apenas localizámos dois exemplos: Bernardo Luís de Oliveira Silva, oficial morador na Rua de S. Sebastião (1790) e António Caetano, mestre da Rua do Esteiro (1822). Em 1828 encontrámos um António Caetano, calafate, a morar no lugar do Coelheiro. Será o mesmo? - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 21 e 649; QUADRO 8.

[78] GRÁFICOS 5.A e 5.B.

[79] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 23, 47, 104, 366, 54, 94, 98, 547, 69, 398, 86, 348, 703, 557 e 666. Habitavam também nos lugares afastados do centro urbano: José Francisco Maio e José Rodrigues Maio, na Vila Velha, Francisco José do Paula e Joaquim José Rodrigues, no Coelheiro - cf. A.D.P., docs. n.os 79, 463, 421 e 670. Repare-se que, tal como acontecia com outras profissões, o ofício de carpinteiro da Ribeira era praticado e continuado pelos filhos e outros membros familiares, como é visível nos nomes e apelidos.

[80] José Gomes Flores estava matriculado nos estaleiros da Ribeira do Ouro, Porto, e pediu a confirmação dos privilégios da sua classe à rainha D. Maria em 1788, como tomámos conhecimento pelo *"Registo do privilegio de Joze Gomes Flores carpinteiro da Ribeira desta Villa"* - A.M.P.V, Registos Gerais, mç. 37, lv. 228 (1776-1790), fls. 131v-135v.

[81] Em 1794 matriculou-se como oficial de carpinteiro na Ribeira do Douro - cf. A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 229 (1790-1820), fls. 111-112: *"Registo de humas petiçoens de matricula de Joze da Silva mestre carpinteiro"*.

[82] Encontrava-se matriculado como carpinteiro de machado na Ribeira do Ouro - cf. A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 38, lv. 231 (1820-1827), fls. 14v-15v: *"Registo da matricula de carpinteiro da Ribeira de Manoel Antonio de Souza"*.

religiosa local, ocupando cargos em instituições como a Santa Casa da Misericórdia, as Confrarias de N.ª S.ª do Rosário e do Coração de Jesus e a Irmandade de N.ª S.ª das Dores[83].

Por vezes, nos períodos em que não tinham trabalho no estaleiro dedicavam-se a outras actividades; assim fazia Manuel Joaquim Martins, morador na Rua da Bandeira, que "trabalhava effectivamente pello officio de carpinteiro da Ribeira, e quando não tem que fazer ocupase em negociação de peixe"[84].

Subsidiária da construção naval, a cordoaria fornecia cordas e velame para os barcos. A produção saída das oficinas da Póvoa seria semelhante à das terras vizinhas, como Esposende, onde, em 1810, era feita a fiação de fio destinado aos usos domésticos e da lavoura, depois complementada com o fio de tecer lonas, fio de vela, amarras e cabos para as embarcações[85]. O linho era a matéria-prima empregue.

Manuel José da Silva Porto, conhecido na Vila como "homem de negocio"[86], impunha-se como o mais importante cordoeiro, ou dono de cordoaria, que existia na Póvoa. E de facto era um verdadeiro negociante, proprietário de um "negocio da corduaria" e "dos linhos de fiar para as redes das pescarias e mais fiaçoens", situado na Rua do Monte, onde residia. As matérias-primas necessárias ao funcionamento da oficina

[83] Encontramos José Gomes Flores como irmão da Santa Casa (1807); Domingos Gomes Cruz como escrivão da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1803) e irmão da Santa Casa (1806); José António Rodrigues como mordomo da Confraria do Santíssimo (1803-4), irmão da Santa Casa (1807), procurador da Irmandade de N.ª S.ª das Dores (1809) e mordomo da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1810); José Ribeiro Pontes como mordomo da Confraria do Santíssimo (1816, 1827 e 1834) e tesoureiro da de N.ª S.ª do Rosário (1824) - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 319, 247, 291, 319, 359, 378; FARIA, Bernardino - *Art. cit.*, in "A Povoa de Varzim", n.os 19 e 22, 2.º ano, 1913, pp. 4 e 6 e n.º 1, 3.º ano, 1913, p. 7.

[84] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 599, de 1819.

[85] NEIVA, Manuel Albino Penteado - *Subsídios para a história do porto fluvial de Esposende...*, p. 136.

[86] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 162, de 1797. Manuel José da Silva Porto possuía além da sua residência, constituída por casa torre, quintal e uma cortinha, sita na Rua do Monte, mais duas moradas de casas térreas no Terreiro de S. Roque - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 268. Ocupou vários cargos na administração municipal: tesoureiro (1798), depositário geral dos Depósitos Públicos (1799), Almotacé (1800) e Apontador das Obras Públicas da Vila - cf. A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 16, lv. de 1791-1799, fls. 177v e 193v; mç. 17, lv. de 1800-1807, fls. 26v-27; Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 13.

eram fornecidas por "mercadores e homens de negocio da cidade do Porto": linhos, estopas, breu e alcatrão[87]. Em 1800, "os trastes pertencentes ao dito officio da corduaria" foram avaliados em duzentos mil reis, quando Manuel José trespassou o negócio a seu cunhado, José Fernandes Lemenhas[88]. A cordoaria de Manuel José da Silva Porto era um negócio de dimensões consideráveis como se depreende pelas quantias de dinheiro envolvidas na compra de linhos aos fornecedores do Porto - um conto, quinhentos e noventa e sinco mil reis - e entre o equipamento da sua oficina contava-se uma grande caldeira de cobre[89].

O levantamento das profissões nos anos de 1792 e 1828[90] demonstra um aumento deste ofício no conjunto das actividades profissionais, cuja representação passou de 1,4% para 1,9%.

Ao contrário do que esperávamos encontrar, os cordoeiros habitavam, na sua maioria, afastados do pólo onde se desenvolviam as actividades da construção naval. É assim que os fomos localizar na Rua do Monte onde, além de Silva Porto, viviam os mestres José Francisco e o seu oficial Salvador Carlos, Manuel João Dias de Carvalho e João Francisco Nunes; na Rua da Amadinha habitavam Pedro Gonçalves da Pena e Manuel da Silva Quintão; e na Rua da Quingosta o mestre Manuel Gomes da Silva. E em ruas já mais próximas dos estaleiros navais residiam o mestre José Gonçalves Duque, na

[87] A estopa, o breu e o alcatrão eram os produtos fundamentais para a calafetagem do casco das embarcações. Os linhos eram aplicados no fabrico de velas e de cordas.

[88] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 215, de 10 de Setembro de 1800. José Fernandes Lemenhas "fora dado ao afficio de cordueiro para caza de seu cunhado Manoel Joze da Silva Porto onde esteve a aprender o dito officio", dando-lhe o mestre cama, mesa e roupa; de aprendiz passou a oficial "ganhando soldada" - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 217, de 1800.

[89] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 268: *"Comfição, e obrigação de divida que fas Manoel Joze da Silva Porto, e mulher desta Villa a Manoel Ferreira da Costa da cidade do Porto"*, em 12 de Junho de 1804. O fornecimento de linhos para as cordoarias poveiras deveria andar muito ligado aos negociantes do Porto, pois verificámos que em 1797 Custódio José Lopes, "negociante de linhos e morador na Rua do Bonjardim" era proprietário de uma morada de casas térreas na Rua da Calçada, na Póvoa - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 149.

[90] GRÁFICOS 5.A e 5.B.

Rua dos Ferreiros e o mestre Lourenço José do Vale, na Rua da Senra[91]. Alguns destes nomes aparecem ligados a instituições religiosas como a Santa Casa da Misericórdia e as Confrarias do Santíssimo e de N.ª S.ª do Rosário[92].

1.4 - A AGRICULTURA E AS ACTIVIDADES AGRO-MARÍTIMAS

Embora a esmagadora maioria da população se dedicasse à faina piscatória, a agricultura tinha o seu peso na economia local, por vezes complementada com a prática de actividades agro-marítimas.

Os lavradores representavam, em 1792, 6,2% da população activa e, em 1828, 5%. Entendemos este grupo como formado pelos senhorios plenos, donos de uma propriedade alodial (dízima a Deus) - cuja representação é insignificante[93] - e pelos enfiteutas que possuiam o domínio útil da terra que trabalhavam, da qual pagavam o

[91] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 46, 222, 56, 658, 155, 637, 546, 640 e 535. Como era habitual, tratava-se de um ofício que envolvia vários membros da mesma família e que passava de pais para filhos. Acrescentemos aos nomes já citados alguns que nos remetem para essa tradição familiar: Manuel João da Pena, José Francisco da Pena, António Francisco Duque, todos cordoeiros, e Manuel Francisco Nunes, mestre - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 222, 225, 257 e 683.

[92] Manuel João Dias de Carvalho ocupou o cargo de tesoureiro da Santa Casa (1797); também Manuel José da Silva Porto desempenhou a mesma função de tesoureiro na Confraria do Santíssimo (1799-1800) e na Santa Casa (1801) onde foi também irmão de Mesa (1806); Pedro Gonçalves da Pena fazia parte, como mordomo, da Confraria do Santíssimo (1807) e da Irmandade de N.ª S.ª das Dores (1809); Manuel Alves Vieira foi mordomo da Confraria do Santíssimo (1808, 1812 e 1822) e tesoureiro da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1829); João Francisco Nunes desempenhou funções de Procurador da Câmara (1825) e Apontador das Obras do Paredão, foi tesoureiro e escrivão na Confraria do Santíssimo (1810, 1817, 1820, 1825-6) e secretário na de N.ª S.ª do Rosário (1833); Manuel da Silva Quintão fez parte da Mesa da Confraria do Santíssimo (1801 e 1805-6); José Fernandes Lemenhas aparece como mordomo da Confraria do Santíssimo (1801; 1807; 1810; 1812); Manuel Gomes da Silva foi mordomo da Confraria do Santíssimo (1813-4 e 1821); José Gonçalves Duque mordomo da mesma Confraria (1832) - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 148, 223, 291, 359, 809 e 882; FARIA, Bernardino - *Art. cit.*, in "A Povoa de Varzim", n.os 19 e 22, 2.º ano, 1913, pp. 4 e 6 e n.º 1, 3.º ano, 1913, p. 7.

[93] Como explica José Vicente SERRÃO, o sistema fundiário do Antigo Regime caracterizava-se por uma "acentuada dissociação entre a propriedade da terra e a sua exploração directa", isto quer dizer que os proprietários das terras não as cultivavam e aos agricultores não pertencia a posse (pelo menos plena) das terras que cultivavam - cf. *O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução,* in "História de Portugal" (dir. de José Mattoso), vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 84.

respectivo foro ao senhorio[94]. Os proprietários rurais ocupam o topo da hierarquia social seguidos pelos grandes enfiteutas e pelos subenfiteutas, num sistema fundiário dominado pelas relações contratuais da enfiteuse e do arrendamento[95]. Seareiros, jornaleiros e trabalhadores constituiam a mão-de-obra para o trabalho da terra; são ofícios agrícolas com uma certa representatividade ao longo do período estudado. Quanto aos primeiros, a sua importância cresceu de 1,6% (1792) para 2,7% (1828); os jornaleiros alcançaram o peso de 1% em 1828; os trabalhadores aumentaram em número entre as duas datas, mas o seu número continuou a ser pouco significativo[96].

Dominada por um padrão de autosuficiência familiar[97], a produção agrícola, orientada para o fabrico do pão, destinava-se a satisfazer o consumo directo e o pagamento dos direitos de foro devidos aos senhorios das terras ou aos enfiteutas, no caso de subemprazamentos. A presença dos cereais como parte das prestações, pagas em géneros, estabelecidas como foro nos prazos, permite aferir das principais culturas[98]:

---

[94] Na Póvoa dos finais do Antigo Regime, a terra estava maioritariamente na posse dos seguintes senhorios: instituições eclesiásticas ou para-eclesiásticas - Convento de Vilar de Frades, Mosteiro de S. Simão da Junqueira, Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, Mosteiro de Arouca, Comenda de Chavão, Comenda de Sande; Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, Confraria do Santíssimo Sacramento; membros da nobreza e fidalguia - Casa da Praça (Manuel Carlos de Guimarães Bravo de Sousa) e Marquês de Castelo Melhor; Senado da Câmara - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 188, 308, 348, 349, 415, 567 e 847.

[95] Entenda-se a enfiteuse como um contrato pelo qual o domínio directo da terra continuava na posse do senhorio primordial e o domínio útil passava a pertencer ao enfiteuta; trata-se de um contrato hereditário, estabelecido com certas reservas, normalmente pelo tempo de três vidas e, por isso, chamado de prazo de vidas. O arrendamento visava a exploração agrícola directa e era um contrato de curta duração (até nove anos) com uma renda paga em dinheiro e géneros - cf. SERRÃO, José Vicente - *Art. cit.*, p. 85. Exemplificamos com alguns documentos de prazos, subemprazamentos e arrendamentos: Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 34, 175, 278, 286, 308, 348, 349, 364, 520, 531, 539, 567, 731, 740 e 847.

[96] GRÁFICOS 5.A e 5.B e QUADRO 9.

[97] Pareceu-nos suficientemente esclarecedor o facto da cidade do Porto quando necessitava de se abastecer de grão recorrer às terras próximas, entre as quais se contavam Vila do Conde, Azurara ou Barcelos, mas não a Póvoa - cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a Norte do Douro...*, p. 145. A Póvoa importava grande parte do pão que consumia e por vezes atravessava períodos de falta de cereais - cf. AMORIM, Manuel - *O Mercador António José da Silva,* in "Revista Comemorativa do Centenário da Associação Comercial da Póvoa de Varzim", Póvoa de Varzim, Associação Comercial, 1992, p. 25 e A.M.P.V., Actas de Vereação, mç. 16, lv. de 1791-1799, acta de 22 de Maio de 1799, fl. 185.

[98] Ap. Doc., A.D.P.,docs. n.^{os} 34, 278, 308 e 847. Podemos comparar com a produção agrícola de Vila do

milho grosso, trigo, centeio e cevada. À cerealicultura juntava-se a horticultura e a fruticultura, contando-se quase sempre, entre as várias partes que formavam o casal agrícola, a horta e o pomar e algumas vezes também as ramadas[99]. Para além de fazerem parte da caracterização da paisagem rural periurbana, hortas e árvores de fruto apareciam integrados na malha urbana, quer nos quintais das casas, quer em espaços livres. Podemos referir as hortas da Amadinha, junto ao ribeiro, as que ficavam próximo do regato da Mouta, as dos Favais, as da Rua dos Ferreiros e da Rua da Calçada, as figueiras e canas da Rua do Sidral e da Rua da Calçada[100]. Forneciam importantes complementos da dieta alimentar quotidiana: couves, nabiças, nabos, feijões, alhos e fruta. A exploração da terra complementava-se com a criação de animais como galinhas, patos, coelhos, carneiros e porcos; era vulgar os lavradores possuírem algum gado[101], bois e principalmente vacas que asseguravam o fornecimento de carne e leite. Parte dos campos podia ser reservada para nabal (para o gado) e lameiro[102].

As casas de lavoura[103] (casais) estavam espalhadas pelas zonas rústicas do termo, predominando nos lugares da Vila Velha, Mouta, Giesteira e Pinheiro; no Coelheiro e

---

Conde, em 1758, e vemos que os cereais eram os mesmos: em abundância aparecia o milho grosso, o centeio e mendo, e depois algum trigo - cf. *Vila do Conde. Memórias Paroquiais,* p. 61. Recuando ao século XIII, a agricultura poveira aparece dominada pelo cultura do trigo, seguido do milho alvo, cevada, centeio, alguma aveia e linho; no século XVII, o milho grosso era já produção corrente - cf. AMORIM, Manuel - *A importância das "Agras" na antiga estrutura agrícola,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", n.º 153, de 8 de Janeiro de 1986. O milho grosso ou maís, introduzido em Portugal no século XVI, divulgou-se rapidamente nos dois séculos seguintes e nos inícios de Oitocentos impunha-se como a cultura dominante no Noroeste, favorecida pelo clima mais húmido e frio - cf. SERRÃO, José Vicente - *Art. cit.,* pp. 74 e 78.

[99] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 175, 178, 188, 361, 737 e 847.

[100] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 169, 183, 277, 279, 361, 376, 731 e 826.

[101] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 144, 175, 178, 308, 368, 432, 433, 737, 847 e 866. Em 1782 (*"Livro q. hade servir p.ª a declaraçam dos gados que posuirem hos moradores desta villa e termo 1792"*) o número de vacas (132) era bastante superior ao de bois (78), possuindo-as de preferência os lavradores da Vila Velha, Mouta e Senra. É importante ainda referir que o gado não só servia na lavoura, mas era também um meio usado para o transporte de materiais de construção (a pedra do lugar da Gandra, barros e madeiras), aplicados nos edifícios locais, e mercadorias para fora da Vila - cf. AMORIM, Manuel - *Uma família antiga...,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", n.º 34, de 15 de Junho de 1983.

[102] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 485 e 847.

[103] Em 1782 existiam quarenta e três casais agrícolas distribuídos pelos lugares da Vila Velha - 7, Giesteira -

Favais certas propriedades incluíam moinhos. As terras de cultivo situavam-se nas antigas agras, extensos campos divididos em parcelas ou bandas chamadas leiras. Para os finais do século XVIII a documentação notarial que usamos refere-se a algumas delas, como a Agra da Igreja, a da Salgueira, a de Barreiros, a do Cardoso, a da Moninha, a dos Arrotos e a de Penalva[104].

Alguns abastados lavradores habitavam na área urbana, entre os quais destacamos Manuel Francisco Contrão[105], da Rua da Consolação (esquina com a Rua de S. Sebastião), António Rodrigues da Costa[106], da Rua da Senra (topo nascente), José António Vicente Mouta[107], da Rua de S. Pedro, João Gonçalves dos Santos[108], da Rua de

12, Fiéis de Deus - 3, Mouta - 22, Pinheiro - 3, Fonte do Ruivo - 1, Coelheiro - 5, Casal do Monte - 2 e Regufe - 6; na Rua da Senra localizavam-se dois casais - cf. AMORIM, Manuel - *Art. cit.*

[104] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 15 e 308. Manuel Amorim documentou a existência destas agras nos inícios do século XVII, além de que nos ilucida quanto à sua localização: a Agra da Salgueira situava-se entre a Senra e o Carvalhido; as de Barreiros e Trás Barreiros ficavam, uma, entre a Portela e as Arroteias e a outra, estendia-se ao longo da estrada para Cadilhe; a do Cardoso junto ao ribeiro da Giesteira; a da Moninha ia das Várzeas aos Fiéis de Deus; a dos Arrotos ficava a nascente do lugar do Pinheiro, estendendo-se pelo Sardão e Coelheiro; a dos Herdeiros era no lugar de Regufe e a de Penalva entre os caminhos que conduziam a Vila do Conde - cf. AMORIM, M. - *A importância das "Agras"*..

[105] A sua avultada fortuna permitia-lhe emprestar de forma corrente dinheiro a juros - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 7 e 8. Através das partilhas feitas no ano de 1796 entre a viúva, Maria Margarida Ribeiro, e seus filhos, o Padre João Vicente Ribeiro Contrão e José Francisco Ribeiro Contrão, tomamos conhecimento do vastíssimo património que pertencia ao abonado lavrador: a casa da Rua da Consolação (avaliada em setecentos e cinquenta mil reis), a casa da lavoura junto à anterior, com o seu gado e os seus utensílios, imensas propriedades rústicas dentro do termo da Póvoa e fora dele e ainda casas e foros na Rua da Consolação - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 144.

[106] Filho dos lavradores da Rua da Senra Daniel Rodrigues e Joana da Costa; casou em 1772 com Maria Francisca, filha de outros lavradores da mesma rua, Manuel Francisco Arteiro e Maria Martins. Era irmão do negociante Francisco Rodrigues da Costa - cf. AMORIM, Manuel - *Uma família antiga,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.º 35, de 22 de Junho de 1983. No dote de casamento que António Rodrigues da Costa fez a sua filha, em 1810, dotou-a com três prazos no termo de Barcelos, metade das casas de lavoura com as respectivas abegoarias, mais um boi e uma vaca - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 368.

[107] Casado com Maria Francisca e morador no Casal da Mouta. Era homem de dinheiro que não só estava ligado à terra mas aplicava os seus capitais em sociedades comerciais de iates (em 1813-14) - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.º 104 e 460; A.D.P, Núcleo Notarial, Póvoa de Varzim, 1.º cart., 2.ª s., lv. 75, fl. 113v; AMORIM, Manuel - *Art. cit.,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", n.º 36, de 29 de Junho de 1983. Na mesma Rua de S. Pedro vivia, em 1834, o lavrador José Domingues Moreira que fez parte da Confraria do Santíssimo como escrivão (1830) - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 903; FARIA, Bernardino - *Art. cit.,* in "A Povoa de Varzim", n.º 1, 3.º ano, 1913, p. 7.

S. Sebastião e José Manuel Magar, da Rua da Mouta. O património deste último era considerável, pois assim revela o dote que fez à sua filha, que também nos esclaresse quanto aos utensílios utilizados nos trabalhos agrícolas[109]. Para além de dois prazos, a dotada recebeu gado (um boi, duas vacas e um porco cevado) e aprestos da lavoura, entre os quais se contam carros, grades, arados, bessadouros aparelhados, enxadas, engaços, ancinhos e arcas e caixas de madeira para guardar o pão.

Os lavradores de maiores posses gozavam de grande prestígio social atribuído pelos valores mentais do Antigo Regime assentes na posse da terra. E de facto, se atendermos aos cargos que sempre ocuparam na administração camarária e na mais prestigiada Confraria, a do Santíssimo Sacramento, confirma-se a importância dos ricos proprietários rurais[110].

As ruas onde residiam os lavradores devem ser vistas como vias que levavam a lugares onde dominava o carácter rural. Concretizando, pelas Ruas da Consolação e de S. Sebastião chegava-se ao Coelheiro, pela Rua da Mouta ao lugar da Mouta e Moninhas e pela Rua da Senra à Vila Velha, por isso não seria de estranhar que os lavradores habitassem por aí. Na Rua dos Ferreiros, estrada de ligação para Vila do Conde, morava, no seu topo sul, o lavrador José António Neves[111]. Nos inícios de Oitocentos ainda a

---

[108] Ap. Doc, A.D.P., doc. n.º 485, de 1815.

[109] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 432, de 1812. Era vulgar as alfaias agrícolas fazerem parte dos dotes de casamento quando se tratava de gente da lavoura - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.os 433, 632 e 737.

[110] António Rodrigues da Costa: mordomo da Confraria do Santíssimo de 1797 a 1799; José António Vicente Mouta: tesoureiro da mesma Confraria (1787, 1794 e 1801), foi escrivão da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1793) e ainda tesoureiro da Irmandade da Santa Casa (1816-17), foi Vereador (1792-93); João Gonçalves dos Santos: depositário do Cofre dos Orfãos (1799); José Manuel Magar: mordomo da Mesa da Confraria do Santíssimo (1788). Outros lavradores fizeram parte das Mesas desta Confraria: José Martins da Agra, morador no lugar da Agra da Igreja foi mordomo em 1785 e José Gonçalves Morim, dos Fiéis de Deus, em 1813 e 1814. O pai deste, Domingos José Morim fez parte, como tesoureiro, da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1793) - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 77, 522, 535, 15, 45 e 433; FARIA, Bernardino - *Art. cit.*, in "A Povoa de Varzim", n.os 18, 19 e 22, 2.º ano, 1913, pp. 2, 4 e 6; A.M.P.V., Actas de Vereação, mç. 16, lv. de 1791-1799, fls. 22v, 24 e 193v.

[111] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 7, de 1790.

Póvoa era marcada por um ambiente de certa indefinição, onde ruralidade e urbanidade conviviam lado a lado.

À semelhança de outras povoações da orla marinha, a exploração agrícola fazia-se em estreita dependência do mar, dependência essa que se foi progressivamente esbatendo. Entre as fainas agro-marítimas, que tinham lugar no mar mas que visavam o enriquecimento da agricultura com os fertilizantes de origem marítima, contava-se a apanha do sargaço e a pesca do pilado, feita em especial pelos argaceiros ou sargaceiros. Deparamos com uma diminuição do número de argaceiros entre 1792 (3,9%) e 1828 (apenas 4 pessoas)[112].

A actividade sargaceira ocupou desde épocas recuadas um importante papel na economia poveira; já o foral de D. Dinis (1308) a indica como uma velha tradição, praticada desde tempos imemoriais, e determina que os sargaços que saem na praia, de dia e de noite, pertencem aos moradores do termo, o que foi confirmado pelo foral de D. Manuel (1514). Esses documentos[113] esclarecem ainda que este produto não estava sujeito a tributação; ela existia apenas nas situações em que se ultrapassavam os limites do termo, com os lucros a reverter a favor do município[114]. Aproveitando o facto de se fazer um intenso comércio de sargaço para fora do termo, procurou a Câmara recolher

[112] GRÁFICOS 5.A e 5.B e QUADRO 9.

[113] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 2: *"Registo de requerimento dos moradores desta Villa de huma Provizam e mais requerimentos e ordens acerca dos ergaços desta Villa lançados neste livro do registo em* vertude *do despacho na primeira petiçam dado"*, de 1795: a) "Petiçam".

[114] Apenas o sargaço que fosse conduzido para fora da freguesia onde tinha sido recolhido ficava sujeito ao pagamento dos dízimos ao pároco; também eram obrigadas a pagar os mesmos direitos as pessoas que eram de fora e que vinham apanhar sargaço na freguesia (mesmo que não fosse para venda, mas para consumo próprio fora da freguesia) - cf. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Actividades Agro-Marítimas de Portugal,* Lisboa, Dom Quixote, 1990, pp. 17 e 27. Sobre esta situação que era a corrente, algumas correções têm de ser feitas para o caso poveiro. Como a Câmara era o fabriqueiro da Igreja, as rendas revertiam para o município e não para o pároco; os limites indicados no Foral para a cobrança dos dízimos eram o termo e não a freguesia. A existência de duas realidades espaciais que praticamente se sobrepunham não deixou de ter reflexos na própria legislação, como o exemplo que já exposemos de lavradores da Vila Velha (termo de Barcelos, freguesia da Póvoa) que pediram autorização para recolher sargaço no termo poveiro e que foram autorizados - cf. Capítulo II, nota 11.

maiores proventos para o erário municipal, o que foi autorizado por Provisão de D. Pedro em 1827, nos seguintes termos: "todos os carros de fora do termo da Villa da Povoa de Varzim que forem a dita Villa a carregarem argaços e estrumes paguem por cada ves a quantia de vinte reis", sendo esse dinheiro usado para a conservação das calçadas[115].

A apanha do sargaço começou por ser uma faina subsidiária da lavoura, praticada por lavradores da zona litoral que o iam buscar ao mar para com ele adubarem as suas terras e, por vezes, também para vender. Com o decorrer dos tempos, a recolha do sargaço tornou-se "uma categoria económica fundamental", devido à transformação de um regime de exploração familiar, intimamente ligado à lavoura própria, numa actividade autónoma dominada por finalidades comerciais. A apanha passou a ser feita de forma regular e constante por gente de outros grupos sociais, que não os lavradores, que a assumiram como categoria profissional ou como modo de vida permanente[116]. Como resultado desta mutação sócio-profissional surgiram os *argaceiros* ou *sargaceiros*. Na Póvoa dos meados do século XVIII, a recolha do "argaço, que para adubos de seus campos tiram os lavradores, e para vender extrahem os jornaleiros", aparecia como um sector da economia não menos importante que a agricultura[117] e era praticada pelos próprios lavradores e por pessoas que nela se empregavam em exclusivo, os sargaceiros. Repare-se que os pescadores poveiros, como os de outras localidades, formavam um grupo que ficava à parte desta faina pois não consideravam a actividade sargaceira "própria da sua classe e não a exerciam verdadeiramente"[118].

Os lavradores que originariamente faziam a apanha do sargaço como complemento da faina agrícola viviam mais para o interior, em Argivai e Giesteira[119]; iam ao mar buscar o fertilizante para as suas terras e por vezes possuiam os seus próprios barcos, de que

[115] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 20: *"Registo da Provizão da contribuição aos carros".*

[116] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Ob. cit.*, pp. 14-15.

[117] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim feita a 24 de Mayo de 1758...*, p. 324.

[118] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Ob. cit.*, p. 18.

[119] SILVA, Manuel - *A evolução de um município,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 1, 1958, p. 25, nota 3; OLIVEIRA, Ernesto V. de, et al - *Ob. cit.*, p. 16.

se serviam também para a pesca do caranguejo em cardumes (o pilado) e de algum peixe para consumo próprio. Era vulgar o barco ser guardado em casa, mesmo que esta ficasse em Argivai (a 2,5 km do mar), como o exemplo da casa dos Geraldes (Gonçalves de Oliveira), na freguesia de Argivai, onde junto da eira havia uma casa térrea que servia para abrigar uma embarcação e por isso chamada a "casa do barco". Um outro lavrador, Daniel Rodrigues, morador na Rua da Senra, possuía ainda nos finais de Setecentos o seu barco junto a casa, na bouça do Canto[120].

A apanha do sargaço[121] podia ser feita na praia, onde se recolhia a pé, fora ou dentro da água, aquele que o mar trazia à língua da maré, ou ainda a bordo de embarcações e com uma graveta recolhiam-se as algas soltas e arrancavam-se as do fundo. Recorria-se a utensílios específicos que, no período que estamos a tratar, se limitavam à graveta (ancinho grande de madeira, já descrito por Veiga Leal, em 1758) e ao ancinho ou engaço; é uma utensilagem com sistema de dentes que se filia no tipo agrícola[122]. Entre as alfaias da lavoura que as fontes documentais apresentam, contam-se os engaços e ancinhos[123] que poderiam servir para os trabalhos do campo e recolha do sargaço.

A praia do Pescado, mesmo em frente à esplanada do Castelo, onde o mar arremessava sargaço em abundância, era o local preferido para a apanha na areia. O facto da zona fronteira à Fortaleza ser uma zona privilegiada levou a que, em 1741, surgisse uma contenda entre os moradores da Vila e o Governador da Fortaleza, Francisco Félix Henriques da Veiga Leal, o qual se achava com direitos à posse do sargaço que desse à praia durante a noite. Por Provisão de 20 de Dezembro de 1741[124],

[120] AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga - Dois estudos sobre a Póvoa de Varzim, séc. X-XVI*, Póvoa de Varzim, 1985, p.112.

[121] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 59.

[122] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Ob. cit.*, 49 e 65.

[123] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.os 432 e 433.

[124] A Provisão de D. João V foi publicada por SILVA, Manuel - *O uso da praia e a apanha do sargaço*, in "A Povoa de Varzim", n.º 4, 2.º ano, 15 de Dezembro de 1912, pp. 1-2.

D. João V resolveu o litígio confirmando aos moradores a posse dos sargaços. Este documento atesta a importância que esta actividade tinha na economia da Vila: os lavradores usavam os sargaços como "unicos adubos das suas fazendas, sem os quais não dão pão" e eram também o sustento daqueles "que os tiram por officio para vender, e comprar pão". Em 1768, numa representação feita ao Governador das Armas do Porto, queixavam-se os "lavradores e moradores" da Vila que o Governador da Fortaleza os impedia de recolherem durante a noite os sargaços que o mar arrojava em frente do Castelo; mais uma vez o pleito foi resolvido a favor dos suplicantes[125].

Sendo embora uma questão antiga que teve mesmo de ser regulamentada por uma Provisão Régia, certo é que ainda em 1795 continuava a provocar conflitos entre as autoridades locais e a população. Por um Edital desse ano, o governador do Castelo estabelecia que a apanha do sargaço, de dia ou de noite, só poderia ser feita por aqueles que a arrendavam ao dito governador ou que dele tinham obtido licença, pois à Fortaleza pertenciam "os ergaços que saiem dentro da marcação da esplanada desta Fortaleza tanto de dia como de noite"[126]. Esta ordem provocatória levou de imediato os moradores a fazerem uma Petição ao Senado da Camara[127], o qual apelou para o Tenente Geral da Província do Minho, relembrando os direitos concedidos nos forais e na Provisão de D. João V: "pelos quais se concede livre, e izento aos moradores desta Villa o ergaço que sahe na praya desta Villa, e o uzo livre da praya (...) tanto para a extração do ergaço de dia e de noite como para o uzo da pescaria ainda que a mesma praya esteja como esta debaixo da fronteira do Castello"[128]. Com a resposta favorável do Tenente David Calder, pode a Câmara pôr fim ao litígio através de um edital que informava que "todos os

[125] A resposta veio prontamente do Governador das Armas do Porto, João de Almada e Melo; documentos publicados por SILVA, Manuel - *Art. cit.*, in "A Povoa de Varzim", n.º 7, 2.º ano, 9 de Fevereiro de 1913, p. 1.

[126] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 2: b) *"Edital do Governador"*. Exercia as funções Manuel Gomes Rodrigues de Afonseca Oliveira e Andrade.

[127] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 2: a) *"Petiçam"*.

[128] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 2: c) *"Carta da Camara para o Tinente General da Provincia"*, David Calder.

moradores da Villa e termo libremente possão apanhar o mesmo ergaço de dia e noite"[129].

A existência de documentação abundante e variada que incide sobre a regulamentação da apanha do sargaço (resolvendo, por vezes, complicadas questões entre os moradores e as autoridades locais), desde forais, memórias, petições, sentenças, provisões, registos dos dizímos paroquiais, normas que impunham restrições à prática da actividade por motivos religiosos e respectivas penas aplicadas quando da sua infracção, são um comprovativo do importantísssimo papel que a actividade ocupava, desde muito cedo, no quadro económico[130].

Na Póvoa, para além das situações já referidas em que havia o pagamento de dízimos, a apanha do sargaço era regulamentada pela Igreja nos domingos e dias santos. Deixou de ser proibida nesses dias e passou a ser autorizada, juntamente com a prática da pesca ou do alar das redes (caso houvesse arribação de peixe), só depois de ouvida a missa[131]. Quando se verificavam situações de desrespeito pelas normas eram aplicadas multas[132] aos transgressores.

Complementar da apanha do sargaço era a pesca do caranguejo pequeno em cardume - chamado pilado ou mexoalho - usado para adubar os campos. Pescava-se de barco "com redes varredouras e envolventes de cercar e de arrastar para bordo de

---

[129] A resposta do Tenente Calder encontra-se publicada no trabalho de Manuel SILVA - *O uso da praia...*, in "A Povoa de Varzim", n.º 7, 2.º ano, 9 de Fevereiro de 1913, pp. 1-2. Cf. o Edital no Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 2: d) *"Edital que a Camara mandou fixar para se observar a provizional determinação do Tinente General supra"*.

[130] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Ob. cit.*, p. 24.

[131] Conforme esclareceu Cândido Landolt, em 1791 o Arcebispo de Braga passou autorização ao pároco para conceder esta licença nos dias de preceito - cf. *Folklore Varzino...*, p. 41.

[132] As penas podiam ser de carácter diverso, desde multas pecuniárias - "as penitências do argaço", acompanhadas por vezes da perda do sargaço recolhido, até castigos puramente eclesiásticos. O produto destas penalidades - o dinheiro ou o sargaço - revertiam a favor da Igreja - cf. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Ob. cit.*, p. 31. Possuimos um exemplo, referente não ao argaço mas à pesca, que consta de um requerimento feito pelos pescadores ao Arcebispo de Braga, no qual pedem "para serem aliviados das condenaçoens, que lhes fes o seo Reverendo Parocho, em razão dos supplicantes irem á pesca do mar em dous dias de preceito" - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 396.

embarcações"[133]. Tal como o sargaço, o pilado podia ser imediatamente espalhado nos campos (em verde) ou então, depois de seco ao sol na areia (o que demorava de dois a quatro dias), era armazenado (até dois anos) e usado conforme as necessidades. A pesca do pilado não tinha normas específicas, obedecia aos regulamentos da pesca em geral.

1.5 - ARTESANATO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Sendo o povoado marcado por uma feição nitidamente piscatória, não obstante, encontramos gente com variados ofícios ligados à produção artesanal, ao pequeno comércio fixo ou volante, aos serviços e às sociedades comerciais, ocupando-se do fabrico, da venda e da importação de variados produtos.

A actividade comercial andava muito ligada ao florescente negócio do pescado, feito pelos negociantes ou contratadores, regateiros, vendeiros e almocreves. Numa acta camarária do ano de 1791[134] que trata da aplicação de penas a quem não tinha as devidas licenças, o maior número de multas foi passado àqueles que compravam peixe para negócio, mas que não possuíam a sua situação devidamente legalizada. Podemos ainda concretizar com o exemplo de Bernardo José da Silva que não tirou licença para abrir a sua loja onde vende "ao povo e pescadores desta mesma Villa a retalho"; o mesmo vendeiro tinha ainda "hum armazem de sardinha em que a benefecia, comprando-a em fresco aos pescadores e depois de benefeciada a vende a milheiros ou proporsois mais muidas e ao retalho, rezistindo a não tirar licença"[135]. A fiscalização camarária insidia de forma bastante acentuada na aplicação de multas aos vendeiros e regateiros sem licenças[136] sendo praticada uma apertada vigilância sobre profissões

[133] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Ob. cit.*, p. 123.

[134] Acta da Vereação de 8 de Janeiro, na qual se tratou da aplicação de multas aos vendedores sem licença - cf. *Actas das Vereações da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim no ano de 1791*. Publicadas por João Marques, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VI, n.º 1, 1967, pp. 138-139.

[135] A.M.P.V, Actas das Vereações, mç. 16, lv. de 1791-1799, fl. 106, acta de 28 de Janeiro de 1797.

[136] Cf., a título de exemplo, além da já citada de 1791, as actas camarárias de 19 e 28 de Janeiro de 1797, 1

como almocreves, mercadores, vendeiros, taberneiros e padeiros(as), pois todos os profissionais que vendiam de forma ambulante ou fixa eram obrigados a possuir licença da Câmara para exercerem a sua actividade e tinham de se sujeitar às posturas camarárias que definiam os preços.

Mas não só o peixe se vendia e comprava na Póvoa. Nas tabernas ou botequins podia-se adquirir "vinhos e algumas miudezas comestiveis", isto é, pão e, por vezes, posta (carne, aves ou peixe); por exemplo na taberna do sapateiro António da Silva Braga, na Rua da Consolação (1790), ou na do barbeiro Manuel da Silva, cita na Rua do Norte (1825) ou ainda na "loja de botiquim" de Bernardo António da Costa, na Rua Nova da Junqueira (1796)[137]. O consumo do vinho, cuja importância se depreende desde o Foral de D. Dinis, acompanhou o aumento da classe piscatória, na qual se contavam os principais consumidores, e levou à proliferação dos estabelecimentos para a sua venda. As actas de Vereação deixam transparecer o incremento do comércio de vinhos na Vila e demonstram o esforço da edilidade no sentido de manter uma vigilância apertada sobre taberneiros e vendeiros. A fiscalização, da responsabilidade dos almotacés, controlava a observância dos preços definidos pelas posturas camarárias. O vinho, um dos principais bens de consumo, era uma importantíssima fonte de rendimentos para o município, que sobre ele fazia incidir novos impostos sempre que era necessário arrecadar uma receita extraordinária. O fornecimento chegava dos concelhos vizinhos, como Barcelos, das regiões de Ponte de Lima, de Basto e do Douro[138].

No negócio da venda de vinhos dominavam os comerciantes de retalho, estabelecidos com pequenas tabernas, botequins ou vendas. Em 1797, João António

---

de Outubro de 1814, 5 de Novembro de 1814, 26 de Outubro de 1816, 26 de Março de 1817, 16 de Abril de 1817 e 13 de Abril de 1823 - A.M.P.V, mç. 16, lv. de 1791-1799, fls. 103-104v e 106-107v; mç. 17, lv. de 1807-1818, fls. 134-135, 136, 158-159, 166v-167v; mç. 18, lv. de 1818-1826, fls. 51-51v; Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 31.

[137] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 7, 142 e 720.

[138] AMORIM, Manuel - *O Mercador António José da Silva,* p. 25. O Minho e o Douro, juntamente com a região de Lisboa, afirmavam-se na segunda metade de Setecentos como os principais centros de produção vinícola

Pinto de Magalhães, de Santa Lucrécia de Ponte do Louro, Barcelos, tentou estabelecer-se na Vila como grossista. Num requerimento apresentado à Câmara, explica o suplicante que "pertende em beneficio dos moradores desta Villa construir nella hum armazem de vinhos" para vender com exclusividade o referido produto durante doze anos. A resposta obtida, depois de "ouvida a Nobreza e Povo", foi negativa na medida em que "seria maior prejuizo e gravame ao publico do que beneficio em rezão de terem vinho debaixo das pusturas da Camara e Almotaçaria comforme abondancia ou falta delle"[139].

As vendas e tendas asseguravam o fornecimento de outros víveres: sardinha salgada, o peixe seco, azeite, vinagre, arroz, toucinho, feijão, sal, breu, sebo, estopa, panos nacionais e de Castela, entre outros produtos. Apresentamos o exemplo do vendeiro Manuel Francisco Machado que possuía vendas nas Ruas da Regouça, da Senra e da Ariosa (1796)[140]. Vendeiros, tabemeiros e tendeiros eram ofícios que ocupavam muita gente, cerca de 9,6% em 1792 e 7,8% em 1828[141] e que muitas vezes eram acumulados com outras ocupações; além de que se contavam entre as profissões mais frequentes das viúvas.

Investindo grossos capitais na compra e venda de variados produtos - como panos, cordas, miudezas, roupas, cera, mortalhas para defuntos - refiram-se alguns mercadores ou comerciantes, por vezes também apelidados de negociantes: António José da Silva[142], morador na Rua da Praça, tinha a sua loja junto aos antigos Paços; José António Magar

---

do País - cf. SERRÃO, José Vicente - *Art. cit.*, p. 77.

[139] O suplicante comprometia-se a vender o vinho durante metade do ano ao preço de quinze réis e na outra metade a vinte réis, "haja falta ou abondancia pagando todos os direitos que lhe estão empostos alem disso mais quatro centos reis de cada pipa que vender aplicados para os reparos das estradas que pello seu estrago e deficuldade de condução faz". No entanto, conforme as posturas camarárias, no tempo de abundância andava o vinho entre os cinco e os dez réis e quando escasseava atingia os quinze réis, o de Basto vinte e o maduro chegava aos vinte e cinco e trinta réis - A.M.P.V., Actas das Vereações, mç. 16, lv. de 1791-99, acta de 13 de Janeiro de 1797, fls. 100-102v.

[140] A.M.P.V, Actas das Vereações, mç. 16, lv. de 1791-1799, acta de 28 de Janeiro de 1797, fl. 106v; Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 143.

[141] GRÁFICOS 5.A e 5.B.

[142] AMORIM, Manuel - *Art. cit.*, pp. 26-28.

estava estabelecido no Terreiro de S. Sebastião; José Inácio Gonçalves Varzim possuía uma loja de panos na Rua da Calçada; Joaquim José de Campos era proprietário de uma "loja de fazendas secas", avaliada em quinhentos mil reis e constituída com dinheiro ganho na América[143]. Os irmãos Manuel e Joaquim Martins do Rio, naturais de Aver-o-mar[144], exerceram a sua actividade comercial na Póvoa. Manuel, casado com a filha do mercador António José da Silva, estabeleceu-se na Rua da Calçada, enquanto Joaquim era tendeiro na Rua de S. Sebastião. Instalados no bairro da Matriz, podemos relacionar os seus nomes com a participação activa na vida religiosa local[145].

O abastecimento de carne, regulamentado pela Câmara[146], passou a ser feito, a partir de 1808[147], no açougue público instalado nas cadeias do rés-do-chão do primitivo edifício dos Paços do Concelho[148], na Praça Velha. Na Rua do Boído existia, pelo ano de 1814, uma pequena indústria apelidada "fabrica do pão", pertencente a três irmãs[149]; em

[143] Ap. Doc., A.D.P., docs. 434, de 1812.

[144] AMORIM, Manuel - *Os Rios, antiga família de comercianetes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 28 de Outubro e 11 de Novembro de 1992.

[145] António José da Silva foi escrivão da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1795), Irmão e tesoureiro da Irmandade da Santa Casa (1807 e 1813); participou na administração municipal como Almotacé (1793, 1797 e 1798) e Vereador (1795 e 1799). José António Magar, Juiz da Confraria do Santíssimo (1786, 1799-1801), desempenhou o cargo de Vereador (1792 e 1798). José Inácio Gonçalves Varzim foi mordomo da Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1819), e da do Santíssimo (1820) e tesoureiro da Santa Casa (1822). Manuel Martins do Rio foi Vereador e seu irmão, Joaquim, Tesoureiro, Procurador e Depositário do Cofre dos Orfãos - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 40, 42, 124, 451, 597 e 649; A.M.P.V, Actas de Vereação, mç. 16, lv. de 1791-99, fls. 18, 25, 55, 128v, 142 e 151v.

[146] Na acta de 15 de Abril de 1797 foram apresentadas algumas queixas do povo contra o carniceiro Manuel Baltasar devido a este andar a vender "no asougue publico a carne por mais alto presso do que o da obriga". Situação idêntica voltou a ocorrer em 1799, condenando-se o marchante José da Silva a pagar três mil reis de multa por ter os preços da carne acima da obriga que fez à Câmara. Era uma situação que se repetia com bastante frequência, como a leitura das actas das vereações camarárias permite confirmar - cf. A.M.P.V, mç. 16, lv. de 1791-1799, fls. 117-118v e 190v-191v; mç. 17, lv. de 1800-1807, fls. 10-10v, 20-21v, 23-23v e 26-26v.

[147] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 24, acta da vereação de 11 de Janeiro de 1808.

[148] No Livro de Arruamentos de 1828, o edifício é designado por "Caza do Concelho e Assougue Publico" - cf. QUADRO 7.

[149] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 479; o negócio pertencia às padeiras Mariana do Amor Divino, Ana Bernardina Vieira e Margarida Rosa Vieira, filhas de Domingos António Veira.

1819 estas padeiras possuíam três lojas independentes onde vendiam o seu pão[150]. Nem sempre a venda deste importante alimento foi realizada em lojas, pois chegou a ser feita obrigatoriamente num local fixado pela Câmara: "todas as padeiras seram obrigadas a ir vender o seu pam debaixo da Arcaria das Cadeias novas e do Passo do Concelho desde as oito horas da manham the as tres da tarde", assim ficou determinado em reunião camarária no ano de 1795[151]. Outros padeiros existiam na Vila, como por exemplo Paulo José da Rocha, morador na Rua de S. Sebastião[152]. Em 1828, os padeiros tinham uma representação de 1% no conjunto da população activa contabilizada[153].

Na área do artesanato encontramos na Vila os ofícios essenciais à satisfação das necessidades de vestuário e calçado, isto é, alfaiates[154], sapateiros e tamanqueiros[155]; da sua importância facilmente se conclui pela representatividade que alcançam no GRÁFICO das profissões dos anos de 1792 e 1828[156]. Outros mesteres[157] ofereciam os seus serviços à população: ferreiros[158], ferradores, barbeiros, cirurgiões[159], boticários[160],

---

[150] Estas padeiras recusando-se a cumprir uma Postura Camarária relativa à qualidade e peso do pão foram penalizadas com uma multa de seis mil réis - cf. AMORIM, Manuel - *A Revolta das Padeiras,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", n.º 19, de 23 de Fevereiro de 1983, pp. 1 e 4.

[151] Acta de vereação de 22 de Julho de 1795: "Acto de Camera em que se deram as providencias nesseçarias para o bem publico" - A.M.P.V., mç. 16, lv. de 1791-99, fl. 57.

[152] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 14, de 1790.

[153] GRÁFICO 5.B.

[154] O mais importante alfaiate, pelo papel de relevo que assumiu na condução da vida pública, foi José António Alves Anjo. Sobre a sua biografia cf. o já citado trabalho de AMORIM, Manuel - *O caderno de Alves Anjo...,* pp. 239-251.

[155] Dos tamanqueiros destaca-se Miguel José de Andrade, morador na Rua Nova, e ligado à vida religiosa local. Foi mordomo da Confraria do Santíssimo (1805, 1808 e 1811) e da Irmandade de N.ª S.ª das Dores (1807) - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 359; FARIA, Bernardino - *Art. cit.,* n.^{os} 19 e 22, pp. 4 e 6.

[156] GRÁFICOS 5.A e 5.B.

[157] Era norma os mestres e oficiais de cada ofício participarem na Procissão do "Corpus Christi" - cf. A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 16, lv. de 1791-1799, fls. 81-84. Entravam também na administração das Confrarias e Irmandades.

[158] Dos ferreiros que existiam na Vila temos que referir o mestre José Ruibal, morador na Praça do Pelourinho; homem de dinheiro, participou na administração municipal como tesoureiro da Décima (1795) e pertenceu à Santa Casa como Irmão de Mesa (1802). Seu filho, José Ruibal o Novo, tinha a forja no quintal de sua casa, na Rua da Junqueira. Mestre Francisco José Baptista, morador na Rua Nova, colaborou também na administração municipal, como Procurador do Concelho - cf. A.M.P.V., Actas de Vereações, mç.

tabeliães, mestres de primeiras letras e trabalhadores ligados à construção civil, como pedreiros, trolhas, carpinteiros, caiadores, entre outras profissões.

Embora a Vila não fosse ponto de passagem de nenhuma importante estrada de ligação do Porto para o norte, surgiram aqui estalagens para os viandantes poderem pernoitar e comer. No núcleo da Matriz, na Rua de S. Sebastião, José António Lopes tinha em 1810 alugado uma casa "onde tem estalage"[161]. Bem perto, na Rua do Cidral, o estalajadeiro Manuel José de Araújo tinha duas moradas de casas onde estava estabelecido[162]. Seu filho, José Joaquim de Araújo, possuía a sua "estalage" na Rua da Amadinha, pelo menos a partir de 1809[163]. Antes dessa data, fomos encontrá-lo na Rua da Calçada, onde estava instalado como vendeiro – "vende vinho e dá de comer e de beber" -, mas também como estalajadeiro, pois na sua casa "da posta e coartilho como estaleje ou bodega", além de que ainda consentia o jogo. Por esta última prática, contra ele se levantaram numerosas queixas dos vizinhos, o que levou o assunto a reunião

16, lv. de 1791-99, fl. 54v; Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 239 e 683.

[159] Na Rua do Monte viveu Custódio José Carneiro, desde 1764 até falecer em 1802; seu filho, Filipe José Carneiro, que morava na Rua da Ponte desde 1792, serviu de Almotacé em 1793 e 1797 e fez parte da Santa Casa da Misericória (1826). A partir de 1816 habitava na Rua Nova o cirurgião José Pedro Carneiro, filho de Filipe, que foi Vereador em 1828. Entre 1792 e 1795 encontramos na Rua da Madre de Deus Francisco José Dias. Na Rua da Praça localizamos, desde 1814, Félix António Pereira da Silva. Na Rua da Amadinha morava João José da Silva Porto desde 1827 e também, em 1822, o cirurgião-ajudante Matias José da Silva - A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mços. 49 a 51C.

[160] António Joaquim Correia tinha a sua botica na Rua Nova; este boticário ocupou o cargo de Vereador em 1796. Manuel Pinto Ribeiro, farmacêutico e filho do boticário João António Pinto Ribeiro da Rua de S. Sebastião, encontrava-se pelo menos a partir de 1825 estabelecido na Praça Nova. Em 1828, Miguel da Costa Calheiros tinha a sua botica na Rua da Ponte - A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mços. 49 a 51B; Actas de Vereação, mç. 16, lv. de 1791-99, fl. 72; Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 714 e 901.

[161] A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mç. 51, lv. de 1810.

[162] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 338, de 1818.

[163] A.M.P.V, Livros de Arruamentos, mç. 51, lv. de 1809. Encontramos um José Joaquim de Araújo, que pensamos tratar-se do estalajadeiro, a ocupar grande número de cargos nas instituições religiosas: na Confraria do Santíssimo, foi mordomo, tesoureiro e escrivão (entre 1792 e 1821), na de N.ª do Rosário foi escrivão (1825), na Irmandade da Santa Casa foi tesoureiro e irmão de Mesa (entre 1802 e 1821) - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 63, 240, 727, 239, 331, 616 e 623; FARIA, Bernardino - *Art. cit.*, in "A Povoa de Varzim", n.os 18, 19 e 22, pp. 2, 4 e 6.

camarária[164]. Não sabemos onde Manuel José Pereira de Magalhães tinha a sua "Estalage Real", mas em 1821 aí vendia pão, carne de porco e vinho, vinte réis acima da postura camarária[165]. Na zona da Junqueira, na Rua da Ponte, estava estabelecido António José Alves, com porta aberta desde 1822[166]. No largo de S. Roque havia uma "espécie de estalagem" como lhe chamou Manuel Silva[167] que pertencia a Luís António Alves da Silva, "o Lavadinho"; era esta casa, pelo primeiro quartel do século XIX, o local escolhido pelos almocreves minhotos e transmontanos para pernoitarem. João da Silva, natural de Braga, abriu em 1826 na Rua do Norte uma "loja de caza de pasto e estallagem"[168].

Para evitar situações de desacato e garantir alguma segurança aos habitantes das povoações, a partir do ano de 1785, "as estalagens e cazas que dão albergaria" deveriam apresentar diariamente ao Juiz de Fora uma relação das pessoas que aí pernoitaram ou jantaram[169].

Local importante de troca de produtos era o mercado que se realizava na praça fronteira aos Paços do Concelho e à Igreja Matriz. Directamente relacionada com o facto da Póvoa não ser ponto de passagem de nenhuma importante via de comunicação verificava-se, para o último quartel do século XVIII, certa falta de produtos essenciais para a subsistência dos moradores, que se viam obrigados a abastecer noutros

[164] Em 21 de Julho de 1796; teve de pagar uma multa de cinco mil reis que foi aplicada para a manutenção das calçadas e ruas da Vila. Foi novamente multado, em seis mil réis, na reunião camarária de 27 de Agosto de 1800 - cf. A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 16, lv. de 1791-99, fl. 91v; mç. 17, lv. de 1800-1807, fls. 27-28.

[165] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 36.

[166] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 38.

[167] SILVA, Manuel - *O Lavadinho. Luiz Antonio Alves da Silva,* in "A Povoa de Varzim", n.º 1, 3.º ano, 15 de Outubro de 1913, p. 2.

[168] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 57.

[169] *"Rezisto de huma carta precatoria que veyo do Dezembargador Corregedor da Comarca Francisco de Almada Mendonça Coutinho digo Mendonça"*, de 10 de Junho de 1785 - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 228 (1776-1790), fls. 80v-81v.

mercados das vizinhanças[170]. Com o objectivo de superar a carência de produtos, dinamizar as trocas comerciais, e também evitar que os habitantes poveiros, na sua maioria pescadores, faltassem à sua faina quando se deslocavam às feiras das outras terras, D. Maria I autorizou a realização de uma freira franca no dia doze de cada mês[171]. A Provisão Régia impôs o pagamento de impostos aos negociantes de fora da Vila que aqui viessem buscar peixe para comerciar, determinando que "toda a pessoa que emtraçe com carro ou besta a carregar pescado fresco ou seco para hir vender fora da dita Villa paga por cada hua besta cento e vinte reiz e por cada hum carro duzentos reis para as calssadas da mesma Villa não emtrando as ditas bestas e carros carregados de qualquer provimento nessesario pella rezão de todas as especias serem neceçarias na terra como hera custome nas mais terras de porto de mar"[172]. Uma medida que procurou garantir o abastecimento dos moradores mas que se impôs como limitativa ao desenvolvimento das redes de comércio regional.

Com o aumento da povoação, a feira mensal não chegava para fornecer os produtos essenciais a uma população acrescida. Assim, a partir de 1800, todos os sábados de cada mês havia feira franca, com "todos os viveres para bem e milhor

[170] As feiras francas de Vila do Conde, realizadas aos dias três e vinte de cada mês, seriam um dos mercados mais procurados pela situação de proximidade com a Póvoa; esses mercados existiam já nos meados do século XVIII - cf. *Vila do Conde. Memórias Paroquiais de 1758,* p. 63; AMORIM, Manuel - *O mercador António José da Silva,* p. 25.

[171] A importância da feira do dia doze, a chamada "feira nova", depreende-se da seguinte passagem duma acta de vereação, onde se nomearam almotacés (Joaquim José Leite e António Xavier Lopes de Paiva) para a dita feira, "para que estes fação toda a boa repartição de lugares pondo em lugares proprios os viveres e demais pessoas comerciantes e para hua boa regulação da mesma feira" - Acta de 7 de Março de 1798, A.M.P.V., mç. 16, lv. de 1791-99, fls. 141-141v.

[172] *"Rezisto de hua Provizão do Dezembargo do Passo, para haver feira nesta Villa",* de 12 de Abril de 1783. No documento explica-se que "a dita Villa se achava situada junto ao mar sem que por ella se fizesse pazaje para algua das cidades villas ou povoaçois deste Reino e que por esta cauza falta dos vibres para alimento dos habitadores que com bastante imcomodo se hião prover as terras vezinhas faltando naquelle tempo ao seu trafego das pescarias em que se ocupavão sendo prejudecial tanto a elles como ao Reino pella nececidade que havia das pescarias (...)" - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 228 (1776 a 1790), fls. 73v-74.

fartelizar os moradores" e em Agosto realizava-se a feira "de bestas e mais generos"[173]. As feiras transitaram posteriormente da Praça da Matriz para a Praça Nova do Almada.

Podemos facilmente imaginar a par da actividade comercial feita em locais fixos - no mercado da Praça Velha e nas lojas - as ruas a serem percorridas por grande quantidade de tendeiros volantes e regateiros a apregoar os seus produtos. Quanto aos primeiros, era vulgar encontrá-los a vaguear "com troxas e caixas de diferentes mercadorias contra a expressa determinação das leis deste reino que prohibem semilhante trafico"[174], o que levou a uma vigilância mais apertada para se fazer cumprir a legislação.

Outro tipo de comércio era feito através de sociedades comerciais[175] de cotas em iates destinados ao tráfego marítimo. O volume do investimento necessário levava à divisão do navio por diversos parceiros, sendo normalmente um dos proprietários o mestre do barco; distribuiam-se os lucros e também os riscos. Eram negócios que envolviam capitais significativos, por isso nessas sociedades entravam os ricos negociantes[176] da Vila: Bernardo José da Silva, Capitão de Milícias de Vila do Conde;

[173] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 11.

[174] Por um lado, os tendeiros volantes prejudicavam a actividade dos mercadores locais, por outro lado, o comércio que faziam era negativo para a indústria nacional "pella facil intredução e venda de generos prohibidos", assim como punham em risco a segurança pública - cf. A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 37, lv. 230 (1795-1814), fls. 32-33: ordem vinda do Corregedor da Comarca, com data de 18 de Abril de 1807 [sem cabeçalho]. Em 1821, nova legislação incidiu sobre este tipo de comércio: *"Registo de huma ordem da Intendencia da Policia sobre os tendeiros volantes"* - A.M.P.V., Registos Gerais, mç. 38, lv. 231 (1820-1812), fls. 5-5v.

[175] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 266, 299, 305, 328, 392, 456, 460 e 470. Manuel Amorim publicou os dados relativos a duas escrituras de sociedade feitas uma em 1813 (iate S. Sebastião, de 75 palmos de quilha) e a outra em 1814 (iate S. Fortunato, de 70 palmos de quilha), nas quais participaram Francisco Rodrigues da Costa, Bernardo José da Silva, D. Feliciana Rosa Alves Cardoso, José António Vicente Mouta, António José Fernandes, Manuel José Martins, António Caetano Pinto, Custódio João de Amorim e António Francisco da Torre - cf. *Uma família antiga...*, in "O Notícias da Póvoa de Varzim", n.º 36, de 29 de Junho de 1983.

[176] Alguns deles já foram abordados a propósito das actividades económicas a que se dedicavam, caso do negócio em peixe, lavoura, construção naval ou cordoaria. Sobre outros, apresentamos alguns dados. Bernardo José da Silva, morador na Praça do Pelourinho, era um dos homens mais influentes na vida local neste período. Filho de Maria Josefa Correia de Carvalho e de Manuel José da Silva, moradores na Rua de S. Sebastião, casou em 1793 com Maria Bernardina Rosa de Queirós (filha de João Alves Ribeiro e de Maria

Francisco Rodrigues da Costa, negociante da Rua Nova da Silveira; Manuel José da Silva Porto, "homem de negócio" da Rua do Monte; Francisco José Baptista, ferreiro da Rua Nova; José Luís Monteiro, negociante da Praça do Pelourinho; José António Vicente Mouta, lavrador da Rua de S. Pedro; Manuel Ribeiro Fernandes da Rocha, da Rua da Junqueira; José Rodrigues Maio, mestre carpinteiro da Vila Velha; António José Fernandes; Manuel José Martins, da Rua dos Ferreiros; António Caetano Pinto, da Rua de Trás-os-Quintais; João de Oliveira Costa, negociante da Rua da Madre de Deus, entre outros. O abastado negociante Francisco Rodrigues da Costa, "matricollado pela Real Junta do Comercio da Cidade de Lisboa", possuía, em 1807, uma cota de um oitavo num navio que se achava ancorado no Tejo[177].

Reparamos que era situação vulgar as mulheres continuarem com as cotas dos maridos depois do falecimento destes, como o fizeram Maria Josefa Rosa de Queirós, viúva de João Alves Ribeiro, Feliciana Rosa Alves Cardoso, viúva de José Francisco Robeiro Contrão, e Maria Rodrigues da Costa, viúva de Francisco Rodrigues da Costa.

Josefa Rosa de Queirós). Foi Major do Regimento de Milícias de Vila do Conde, condecorado com a medalha de três campanhas peninsulares. Tendo-se envolvido na conspiração do Porto, contra a realeza absoluta de D. Miguel, em 1828, emigrou; mas foi indiciado pela alçada, sendo citado, por éditos, para se defender, o que não fez, como muitos outros. Não chegou a ser julgado. Foi Vereador (1826) e Provedor da Santa Casa da Misericórdia (1827). José Luís Monteiro ocupou o cargo de depositário ou tesoureiro do cofre das Sisas (1822, 1826 e 1829); João de Oliveira Costa fez parte da Confraria de N.ª S.ª do Rosário como tesoureiro (1819) - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 762 e 597.

[177] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 328 e 460. Francisco Rodrigues da Costa, filho do lavrador Daniel Rodrigues da Rua da Senra e irmão de António Rodrigues da Costa, também lavrador, emigrou ainda novo para o Brasil. Regressado, casou em 1788 com uma sobrinha, Maria Rodrigues da Costa. Mudou-se, nos inícios do século XIX, da Rua da Senra para uma nova morada de casas sobradadas levantadas nos seus terrenos na Silveira. Aí, o então existente caminho condutor à Vila Velha passou a Rua Nova da Silveira. A posição de destaque que ocupou na listagem dos habitantes que tiveram de contribuir para o imposto de guerra classifica-o como uma das maiores fortunas da época. Desempenhou funções de Almotacé e Vereador em 1798. Ocupou os mais altos cargos nas instituições religiosas: Juiz da Confraria do Santíssimo (1796, 1802, 1810 e 1815), Provedor da Irmandade da Misericórdia (1807 e 1812) e Juiz da Irmandade das Almas (1810) - cf. AMORIM, Manuel - *Uma família antiga...*, in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.º 36, de 29 de Junho de 1983, pp. 1 e 3; Silva, Manuel - *A Guerra Peninsular...*, p. 7; A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 16, lv. de 1791-99, fl. 135v; FARIA, Bernardino - *Art. cit.*, n.^{os} 19 e 22, pp. 4 e 6; Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 240, 331, 423 e 373.

Esta última constituíu, em 1824, uma sociedade com seus filhos, José Rodrigues e Francisco Rodrigues da Costa Silveira, e filhas, para a construção de um grande iate de 83 palmos de quilha[178]. Por vezes entravam nestes negócios sócios de fora da Póvoa, oriundos de Vila do Conde, Azurara, Barcelos ou mesmo de Braga.

Estas sociedades tornaram-se frequentes entre 1804 e 1824, e serviam-se de embarcações que tinham de quilha entre 70 e 80 palmos; sabemos que, pelo menos algumas, se encontravam ancoradas no porto fluvial de Vila do Conde. O valor da despesa com a construção dum iate variava conforme as suas dimensões e as suas características, podia nem chegar a um conto (740$000) ou ultrapassar os quatro contos (4 200$000); um quinhão de uma oitava parte podia ser comprado por setenta e dois mil réis.

1.6 - Os BANHOS DE MAR

O aparecimento do uso dos banhos de mar, que se encontra documentado para o ano de 1760[179], é-nos indicado como prática já corrente pelos anos de 1776, como se pode concluir por uma Acta de Vereação que indica que a Vila era "frequentada de muita jente que a ella vinha comprar peixe e tambem aos vanhos do mar"[180]. Para os finais de Setecentos (1784), Robert Smith[181] deu a conhecer a presença de monges beneditinos

[178] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 708. O negociante José Rodrigues da Costa Silveira, à semelhança de seu pai, ocupou o cargo de Juiz na Confraria de N.ª S.ª do Rosário (1824) e na do Santíssimo (1828) - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 686; FARIA, Bernardino - *Art. cit.*, in "A Povoa de Varzim", n.º 22, 2.º ano, 1913, p. 6 e n.º 1, 3.º ano, 1913, p. 7. Sobre a família Rodrigues da Silveira vd. o citado trabalho de Manuel AMORIM - *Uma família antiga...*, in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.os 34-36, 38 e 41, de 15, 22 e 29 de Junho, 13 de Julho e 3 de Agosto de 1983.

[179] AMORIM, Manuel - *Introdução à História Local.* Comunicação apresentada na Acção de Formação "Património Natural e Cultural do Concelho da Póvoa de Varzim", Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 12 de Abril de 1997.

[180] Informação de Fernando Barbosa contida no trabalho de Ernesto V. de OLIVEIRA e Fernando GALHANO - *Casas de pescadores da Póvoa de Varzim,* Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1957, p. 37, nota 20; cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VII, n.º 2, 1968, p. 271.

[181] SMITH, Robert C. - *Os banhos de Mar, na Póvoa de Varzim, no Século XVIII,* in Bol. Cult. "Póvoa de

de Tibães na praia da Póvoa, onde, por motivos de saúde, vinham tomar os banhos. Este uso não era exclusivo dos religiosos da casa de Tibães, pois também as freiras do Convento de S. Bento de Avé Maria do Porto tomavam "vanhos" nesta Vila[182]. A Póvoa acompanhava, e parece que assumiu com um certo pioneirismo, uma moda que, cerca de 1795, era igualmente visível na praia da Foz do Douro, com a presença de "diversas famílias que ali vão para banhos"[183].

Mas foi a partir dos inícios de Oitocentos que na praia poveira, e noutras localidades, o gosto pelos banhos de mar teve um grande impulso, actividade que proporcionou a esta povoação, a partir da segunda metade do século, a feição de estância balnear de renome. Já pela segunda década era frequentada por gente (letrada) do Porto[184]. Em 1823 um médico de Guimarães, de nome Manuel da Silva Monteiro Portugal, refere que se deslocou à Póvoa "por ocazião dos banhos" para visitar o Fidalgo Gaspar Leite de Azevedo, seu doente, oferecendo-se na ocasião para vir trabalhar como médico em "tão populoza Villa"[185].

Verificamos que entrado o século XIX, a procura dos banhos da Póvoa aumentou rapidamente, como se depreende da necessidade de criação de actividades de lazer disponíveis nessa época do ano. Uma informação curiosa, pela sua precocidade, indica-nos que em 1806 no novo edifício, ainda por inaugurar, da Casa da Câmara e Aposentadoria "se fizera hum theatro sem licença alguma [e] que nelle se fazem reprezentaçoens igualmente sem licença"[186]. O facto do teatro ter sido montado sem

Varzim", vol. IV, n.º 2, 1965, pp. 239-244.

[182] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 230, de 6 de Outubro de 1801: *"Procuraçam bastante que fas D. Anna Coleta, recolhida em S. Bento do Porto, e a vanhos nesta Villa, ao Reverendo Conego Manoel Joze de Freitas de Lamego".*

[183] Citado por BASTO, A. de Magalhães - *Sumário de Antiguidades,* Porto, 1963, in PACHECO, Helder - *Porto,* 2.ª ed., Lisboa, Presença, 1984 (Col. "Novos Guias de Portugal"), p. 26.

[184] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 601, de 1819: o Doutor António Inácio Pereira de Sampaio, da cidade do Porto, "que se achava a banhos nesta Vila", serviu de testemunha numa escritura de compra de terrenos.

[185] A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 18, lv. de 1818-1826, fls. 94-95.

[186] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 7: *"Registo de huma ordem vinda do Governador das Justiças do Porto",* Pedro de Mello Breiner, enviada ao Juis de Fora da Póvoa em 10 de Setembro de 1806.

qualquer autorização levou à intervenção do Governador das Justiças do Porto, para que com o seu consentimento se pudesse dar continuidade às representações. Pelas informações que se lhe enviaram e "atendendo a não se ter prejudicado a obra" do novo edifício, a resposta veio de imediato autorizando o Juis de Fora a deixar "continuar as representaçoens durante o tempo dos banhos deste anno", mas devendo o mesmo assistir às "reprezentaçoins para que tudo se faça com ordem e decoro"[187]. Terminado esse tempo o teatro seria desmontado, ficando o edifício no seu antigo estado. Constatamos assim que as representações teatrais se constituíram desde muito cedo como uma das mais frequentes distrações que animavam a Vila na temporada dos banhos.

O testemunho de Almeida Garrett, de 1843, indicia-nos precisamente essa antiguidade da presença de teatros na Vila ao escrever que há "muitos anos, discorrendo um verão pela deliciosa beira-mar da província do Minho, fui dar com um teatro ambulante de actores castelhanos fazendo suas récitas numa tenda de lona no areal da Póvoa de Varzim - além de Vila do Conde. Era tempo de banhos, havia feira e concorrência grande; fomos à noite ao teatro: davam a *Comédia Famosa* não sei de quem, mas o assunto era este mesmo de *Frei Luiz de Sousa*"[188]. Na imagem que o escritor reteve da Póvoa ficou a memória de grande animação, marcada pela realização de feira e pela presença de numerosa população banhista.

Pelos meados da primeira metade do século XIX a concorrência de gente que vinha a banhos era já bastante significativa. Os valores que nos permitem tal afirmação retiram-se de uma acta camarária que indica para a Vila uma população de cerca de 6000 habitantes que duplicava nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro[189] "com

[187] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 8: *"Registo da ordem vinda do Governador das Justiças"*, com data de 19 de Setembro de 1806.

[188] GARRETT, Almeida - *Memória ao Conservatório Real de Lisboa (6 de Maio de 1843)*, in "Doutrinas de Estética Literária" ,2.ª ed., Lisboa, 1961 (Col. "Textos Literários - Autores da Língua Portuguesa"), p. 33.

[189] Devemos confessar que se inicialmente estranhámos a referência aos meses de Outubro e Novembro para uma prática de ir a banhos, apercebemo-nos que era afinal uma situação com paralelismos noutras

as pessoas que a ela concorrem a tomar banhos das provincias do Minho, e Traz os Montes"[190].

A vinda dos "banhistas" para a Vila implicava ainda o abastecimento das lojas ou vendas com maior fartura de géneros, de modo a poderem satisfazer uma população acrescida. Em 1814, numa escritura de dívida, especifica-se que o dinheiro pedido é, entre outras coisas, "para surtimento da loja de mercearia que tinha desprovida do neseçario e percizo para o tempo de banhos"[191]. Embora não haja referência à rua onde se localizava essa loja, pensamos que ficava na Rua da Senra[192].

Onde se instalavam os banhistas? Como seria de esperar, procuravam casas perto da Praia da Regouça, local onde tomavam os banhos. Nessa zona apenas três artérias os poderiam satisfazer: as ruas da Ariosa, Nova da Junqueira e da Senra. Aí conviviam, lado a lado, as modas de veraneio trazidas por novas gentes vindas de fora e os caracteres específicos da comunidade piscatória. Até que, e com a democratização da necessidade social de "ir a banhos", considerada moderna e *civilizada*[193], os pescadores foram arrumados "à parte" e quase em exclusivo nos bairros sul e norte. Apenas no espaço urbano o convívio das duas realidades sócio-culturais se fazia já que o areal e o

---

localidades. Pelos inícios da Regeneração, a Cascais "chegava o tempo glorioso de ser *vila de Corte* durante os meses de Outubro e Novembro quando, vinda de Sintra, a família real aí se instalava para a estação de banhos" - SILVA, Raquel Henriques da - *Cascais,* Lisboa, Ed. Presença, 1988 (Col. "Cidades e Vilas de Portugal"), p. 56.

[190] Acta de 10 de Setembro de 1824, cit. por BARBOSA, Fernando - *Chafariz e Cruzeiro de S. Sebastião,* in "Ala-Arriba", de 14 de Maio de 1955; Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 47.

[191] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 469: *"Dinheiro a juro que dá Joze Antonio Alves Anjo desta Villa a Maria Jozefa da Conceição e seu marido Joze Antonio Alves desta mesma em 27 de Julho de 1814".*

[192] A partir de 1810 José António Alves aparece como proprietário da casa n.º 1 do lado esquerdo (sul-norte) da Rua da Senra. De 1815 a 1830, para além da contribuição que paga pela casa, paga também sobre uma loja ou tenda, que deve ser a referida na escritura da nota anterior - cf. A.M.P.V., Livros de Arruamentos, 1810 a 1830.

[193] Raquel Henriques da Silva explica tratar-se de "uma vocação muito oitocentista, *civilizada* segundo valores recentes que tinham os seus avatares míticos na sociedade francesa do II Império - o *veraneio* tornava-se então uma necessidade social que se democratizava e o seu privilegiado palco rodava do campo para a beira-mar onde a racionalidade preventiva da nova medicina descobria milagrosos expedientes, alicerçados numa valorização laica do corpo e nas suas inexploradas virtualidades estéticas" - *Ob. cit.,* pp.

mar onde tinham lugar era distinto[194]: as areias da Praia da Regouça recebiam os banhistas, enquanto a Praia da Ribeira pertencia aos pescadores e seus barcos, e nunca esteve acessível a novas práticas. Somos levados a reparar que a zona da Areosa - entre a Vila e o mar - era também logradouro da classe piscatória e aí sentia-se ainda pela primeira metade do século XIX a presença dos homens do mar e das suas lides. Consideramos no entanto esta zona, pela fixação do casario, dentro do espaço urbanizado.

Parece ter sido a Rua Nova da Junqueira a primeira a ficar ligada a essa ocupação da época de Verão, pois é lá que fomos encontrar a notícia mais antiga referente ao aluguer das habitações aos veraneantes. Em 1799, o proprietário António Fernandes da Rocha pagou 720 réis de contribuição sobre a casa sobradada "que costuma arrendar as gentes dos banhos"[195], localizada ao fundo da rua, do lado esquerdo (orientação nascente-poente), já bem perto da zona da Areosa. O arrendamento manteve-se nos anos seguintes, tendo-se-lhe juntado uma outra casa em 1805-1806. Mas é o ano de 1808 que nos surpreende, ao serem alugadas nada mais nada menos que 23 casas nesta Rua da Junqueira, pagando os seus donos uma contribuição entre 100 e 2$400 réis "pelo lucro das cazas no tempo de banhos"[196], lucro esse que dependia da qualidade da casa e do período de tempo em que esteva alugada.

56-57.

[194] Situação que se afastava da realidade vivida na vila de Cascais, onde a Praia da Ribeira era o palco das actividades piscatórias e de veraneio, albergando os barcos, as redes e as tendas - cf. Idem - *Ibidem*, p. 57.

[195] A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mç. 50, lv. de 1799, fl. 34v.

[196] Os proprietários eram José de Oliveira, Domingos Ribeiro, Joaquim António do Monte, José António do Monte, Joaquim de Sousa Guerra, António Ribeiro Pontes, José Regufe, Rosa viúva de João Gonçalves Regufe, José Martins Moreira, João da Costa Marques, João Ferreira Moreira, a viúva de Manuel António Craveiro, João Francisco Marques, António Fernandes da Rocha, Caetano José Pinto, Tomás António Pinheiro, Manuel Gomes Morim, Francisco da Costa Marques, José Francisco da Silva, a viúva de Bernardo Ribeiro, Manuel Lopes Ferreira e José Caetano Borges - A.M.P.V., Livros de Maneios, mç. 31, lv. de 1808, fls. 22-24v. Jorge BARBOSA refere na sua *Toponímia da Póvoa de Varzim* a existência deste lucro obtido com as casas no tempo dos banhos e as respectivas ruas ocupadas no ano de 1808 - cf. Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VII, n.º 2, 1968, nota da p. 225.

No mesmo ano em que houve esta grande procura de moradas de casas na Rua Nova da Junqueira também a Rua da Ariosa e a Rua da Senra foram ocupadas por banhistas. Assim, na primeira rua 15 casas estiveram alugadas[197], proporcionando aos seus donos elevados rendimentos, o que não é de estranhar já que a situação desta artéria fronteira à praia em muito contribuiu para a sua valorização. A Rua da Senra, ainda com uma forte marca rural, dada pela existência de campos e hortas e sendo um local onde habitavam vários lavradores, aparece apenas com duas casas arrendadas[198], localizadas no seu topo poente, uma de cada lado, portanto bastante próximas da Areosa.

Já em 1809, o arrendamento de casas na época dos banhos sofreu uma descida considerável, sendo apenas seis as casas alugadas na Rua da Junqueira, onze na Rua da Areosa e só uma na Rua da Senra. No ano seguinte deu-se um aumento para onze e treze, respectivamente nas duas primeiras ruas e continuando a Rua da Senra com uma única habitação arrendada[199]. Para esta situação devem certamente ter contribuído as dificuldades provocadas pela 2.ª Invasão Francesa. A partir do ano de 1810 deixamos de poder acompanhar esta evolução, já que os Livros de Maneios, fonte utilizada, não nos fornecem mais as indicações da contribuição paga sobre o lucro obtido pelo arrendamento dos edifícios.

Quanto ao valor que os banhistas pagavam pelas casas, a única informação de que dispomos é relativa à temporada que aqui passou em 1785, Fr. Luis de S.ta Teresa, da

[197] Os proprietários da Rua da Areosa eram José Rodrigues do Mateus, José Francisco Frasco, António José Pintieiros, José António Palludo, António Francisco Michias, Manuel Gomes Crus, António Rodrigues do Mateus, Maria Francisca Correia, a viúva de António Monteiro, João António Pinheiro, José Pereira Marques, António José Cancujo, Manuel Pereira Marques, Domingos Francisco Cocello e António Fernandes Cazeiro e sua mãe. Reparámos que nesta rua a contribuição sobre o lucro das casas variava entre 1$600 e 300 réis, sendo de uma maneira geral mais elevada do que nas outras duas ruas - A.M.P.V., Livros de Maneios, mç. 31, lv. de 1808, fls. 25-26.

[198] Na Rua da Senra as casas pertenciam à viúva Antónia Correia e a José António Alves, os quais pagavam sobre o lucro que obtinham, respectivamente 300 e 1$200 réis - A.M.P.V., Livros de Maneios, mç. 31, lv. de 1808, fls. 26v-27v.

[199] A.M.P.V., Livros de Maneios, mç. 31, lv. de 1809, fls. 23-29v e lv. de 1810, fls. 24-30v.

comunidade de Tibães. O monge beneditino pagou pelo aluguer da casa onde esteve instalado durante trinta e dois dias uma renda diária de duzentos reis, fazendo o total de seis mil e quatrocentos réis[200].

A influência da moda dos banhos no urbanismo e na arquitectura do litoral norte e centro da Vila foi extremamente marcante, recebendo as ruas dessas duas zonas numerosos exemplares arquitectónicos cujos modelos e tipologias os aproximavam das construções de veraneio patentes em variadas estações balneares marítimas. Fenómeno cuja génese se encontra nos finais do século XVIII, remete as realizações arquitectónicas e urbanísticas que o definem para um tempo posterior ao limite cronológico do presente trabalho, quando de facto, e numa semelhança de vivências que aproximava a Póvoa, de Cascais, Espinho, Granja, Foz do Douro ou Vila Praia de Âncora, "o mar deixou de ser mero espectáculo à distância, transformou-se em *praia*, entendida como espaço de convivencialidade aristocrática e burguesa que as modas medicinais da época particularmente valorizavam"[201]. Se assim relata Raquel Henriques da Silva o nascimento de Cascais como estância balnear nos anos 70 do século XIX, atente-se na precocidade que o fenómeno assumiu na Póvoa de Varzim.

2 - A ESTRUTURA SÓCIO-PROFISSIONAL DA POVOAÇÃO

Para complementar a descrição do quadro económico e social, e torná-la mais completa e de leitura mais imediata, ensaiamos um esboço da caracterização sócio-profissional da povoação, através da repartição funcional da população activa pelos vários sectores de actividade.

[200] SMITH, Robert C. - *Art. cit.*, p. 244.

[201] SILVA, Raquel Henriques da - *Ob. cit.*, p. 9.

As fontes utilizadas[202] são os *Livros de Arruamentos* e os *Livros de Maneios,* onde se encontram registados os impostos da décima, cujo estabelecimento se ficou a dever a um Alvará de 1762[203]. Os *Arruamentos* contêm o lançamento da décima predial, isto é, a tributação no valor de 10 % incidente sobre os bens imóveis. Os *Livros de Maneios* registam a cobrança do imposto com o mesmo nome que incide sobre os ofícios e os ordenados[204]. As fontes merecem algumas considerações sobre a sua validade. Partindo da constatação de que apenas o cabeça de casal[205] entra para efeitos de contribuição, torna-se inviável qualquer estudo da caracterização do agregado familiar. Temos que referenciar um outro aspecto que diz respeito ao facto de os *Maneios* apenas contabilizarem as pessoas estabelecidas e em pleno exercício da profissão, ficando assim de fora todos aqueles que se encontravam ainda em fase de serviço e aprendizagem[206]. Por outro lado, as actividades profissionais femininas não passam de um sub-registo que apenas nos revela algumas profissões, tais como padeira, vendeira, regateira ou tremoceira.

Importa ainda considerar um aspecto fundamental no que toca ao universo da população contabilizada. Como se trata do cabeça de casal, o total de pessoas registado para efeitos de contribuição profissional fica muitíssimo aquém dos dados demográficos

---

[202] Para a criação de uma grelha sócio-profissional referente à localidade de Oeiras no ano de 1763, foram usadas como fontes um *Livro de Arruamentos* e de *Maneio* de 1762-63 e o *Rol de Confessados* de 1763 - cf. SILVA, Álvaro Ferreira da - *Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa: Oeiras, 1763-1810,* in "Análise Social", vol. XXIII (97), Lisboa, 1987.

[203] MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - *A importância da "Décima da cidade de Lisboa e seu termo" para a olisipografia,* in "Revista da Biblioteca Nacional", vol. 2, n.º 1, Lisboa, 1982, pp. 9-15.

[204] Todas as classes de pessoas eram abrangidas pelo imposto do maneio, pagando uma taxa de 4% pelos ordenados até 40$000 réis anuais e 10% pelos superiores. As profissões liberais pagavam quotas fixas que correspondiam a escalões relacionados com a categoria profissional do contribuinte. Os isentos eram apenas os pobres e os militares, vindo mais tarde (definitivamente a partir de 1802) a juntar-se a este grupo os jornaleiros e criados de servir - cf. Idem - *Ibidem,* pp. 9-10.

[205] Hipótese levantada por Inês AMORIM relativamente ao levantamento feito para a Comarca da Feira pelo Desembargador Columbano de Castro - cf. *Descrição da Comarca da Feira - 1801...,* p. 248.

[206] Limitação que é comum a outro tipo de fontes - cf. NAZATETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando de - *A demografia portuguesa do Antigo Regime. Samora Correia em 1790,* in "Estudos e documentos do ICS", n.º 17, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1987, p. 62.

relativos às duas datas escolhidas, como se pode confirmar no Capítulo II. Ora vejamos: em 1792 temos 1089 fogos e 3109 almas (o que corresponde a mais de 4000 habitantes) e em 1830 (não possuímos dados para 1828) existiam 1614 fogos e 6097 almas (à volta 6456 habitantes)[207]; a população classificada pelos *Maneios* e *Arruamentos* (contando viúvas, solteiras e pobres) é de 570 (em 1792) e 742 (em 1828) indivíduos, o que corresponde aproximadamente a 14,2% e 11,4% dos habitantes[208]. Se exceptuarmos os grupos referidos, entendidos como população não activa, temos um universo de 437 e de 626 indivíduos. Este desfazamento é muito mais acentuado quando apreciamos apenas o grupo dos pescadores. Em 1792 são contados nos *Maneios* e nos *Arruamentos* como contribuintes 237 indivíduos, número que em 1828 passa para 320. No entanto, pela observação do GRÁFICO 2, deparamos com a existência de 1340 pescadores no ano de 1789, 1020 em 1821 e 2087 no ano de 1834, valores muito superiores aos contabilizados para fins fiscais.

Com a listagem dos ofícios que as fontes fornecem para os anos de 1792 e de 1828[209] avançamos para uma classificação sócio-profissional, agregando-os por afinidades e respeitando o princípio de que assim sendo, "um qualquer quadro de profissões ganha conteúdo sintético e riqueza informativa imediata"[210]. Foram várias as dificuldades quanto à escolha do grupo onde se deveriam inserir determinados ofícios[211], por exemplo os trabalhadores; embora tenhamos considerado todos como trabalhadores agrícolas, não temos a certeza se de facto assim seria. Por outro lado, as fronteiras entre produção e comercialização nestas sociedades estão longe de serem nítidas, como

[207] QUADRO 1.

[208] QUADRO 9. Poderemos, a título comparativo, indicar que os dados sobre a Comarca da Feira em 1801 abrangem 17,2% da população - cf. AMORIM, Inês - *Art. cit.*, p. 246.

[209] QUADROS 5 a 8.

[210] FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto,* in "População e Sociedade - Revista", n.º 1, Porto, CEPFAM (Centro de Estudos da População e da Família), 1995, p. 177.

[211] É afinal, como esclarece Paula Guilhermina Fernandes, uma dificuldade partilhada pela "generalidade dos autores a que tivemos acesso e é um problema praticamente universal, neste campo" - *Ibidem,* p. 186.

podemos exemplificar com os sapateiros que faziam sapatos e tratavam da sua venda, normalmente numa pequena loja no rés-do-chão da habitação e onde funcionava a oficina.

No QUADRO 9 está patente a distribuição da população por sectores de actividade. O esquema que adoptamos[212] para agrupar as profissões é o seguinte: o **sector primário** inclui os lavradores e profissões agrícolas (seareiros, caseiros, jornaleiros e trabalhadores), os pescadores e as profissões agro-marítimas (argaceiros); no **sector secundário** contam-se os ofícios artesanais relacionados com as actividades agrícolas (ferreiros, ferradores, farinheiros e moleiros), com a construção naval e civil (cordoeiros, calafates, carpinteiros e pedreiros), com a alimentação (padeiros), com o vestuário e calçado (alfaiates, tecelões, tamanqueiros e sapateiros); no **sector terciário** entram as profissões ligadas aos serviços (barbeiros, estalajadeiros, caiadores, pintores, cirurgiões, tabeliães, mestres, sacristães, vareiros, marinheiros e embarcadiços), as referentes ao comércio (almocreves, mercadores, negociantes, comerciantes, contratadores e regateiros de peixe, taberneiros, tendeiros, vendeiros, tremoceira, boticários e marchantes), os cargos públicos da administração municipal (Juiz de Fora, alcaide, apontador das obras públicas, oficial do Juízo, escrivães e rodeiro), os membros do clero (Reitor e padres) e do exército (Capitães e soldados).

Pareceu-nos pertinente apresentar os dados de forma gráfica possibilitando assim uma leitura mais rápida. Da observação[213] do GRÁFICO 4 conclui-se: o destaque assumido

[212] Analisadas as propostas de trabalho seleccionadas no estudo atrás referido e noutros, elaborámos a nossa grelha, tendo em conta as especificidades da realidade em questão. Embora na análise da situação económica e social contemporânea se tenda cada vez mais a abandonar a divisão tripartida, porque desajustada à realidade presente, no nosso estudo pareceu-nos a mais acertada. Refira-se que a ela recorreram Rui Cascão para a abordagem da Figueira da Foz na primeira metade do século XIX e Jorge Alves para o Porto da segunda metade do mesmo século - cf. CASCÃO, Rui - *Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX,* in "Revista de História Económica e Social", n.º 15, Lisboa, Livraria Sá da Costa Ed., 1985, pp. 83-121; ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista,* Porto, ed. Autor, 1994.

[213] Podemos estabelecer a título comparativo a ligação com a realidade de Samora Correia em 1790: o sector primário domina com 75,6% (os trabalhadores representam 48,5% da população), seguido do terciário com

pelo sector primário, com 66,4% (em 1792) e 61% (em 1828), que se deve fundamentalmente à quantidade de pessoas ocupadas na pesca; o sector terciário ocupa o segundo lugar, sendo visível um aumento das profissões que o compõem, cuja representação passa de 18,5% (1792) para 24,6% (1828). Dentro deste grupo salientam-se os numerosos tendeiros, vendeiros e taberneiros. Se uma primeira leitura indica que houve redução do peso do sector primário, iremos ver que para o crescimento do terciário muito contribuiram os contratadores e regateiros de pescado, profissões ligadas ao comércio, mas intimamente dependentes da pesca; a representatividade do sector secundário é muito semelhante para os finais do século XVIII e para a terceira década do século seguinte, com 15,1% e 14,3%. Das profissões que o compõem destaque-se o grupo dos carpinteiros, com clara ligação à prática da construção naval.

Os GRÁFICOS 5.A e 5.B mostram o valor percentual das profissões existentes em 1782 e em 1828. Para permitir uma maior legibilidade deste gráfico foram feitos novos reagrupamentos de ofícios. Assim, as profissões sem um peso significativo em número - exercidas por uma quantidade inferior a seis pessoas - e que por isso não alcançam leitura numa apresentação individual, estão agrupadas sob a denominação de "diversos". Nesse grupo contam-se: caseiros, trabalhadores, ferreiros (só em 1792), ferradores, moleiros, farinheiros, padeiros (só em 1792), calafates, tecelões, barbeiros, estalajadeiros, cirurgiões, tabeliães, sacristão, mestre de primeiras letras, pintores, caiadores, embarcadiços, vareiros, mercadores, negociantes, comerciantes, tremoceira, boticários, marchantes, eclesiásticos (só em 1828), cargos administrativos (só em 1792) e cargos e ofícios do exército. Os tamanqueiros e os sapateiros formam um grupo; assim como os taberneiros, os vendeiros e os tendeiros; e ainda os contratadores e os regateiros de pescado. Para 1828, surge sob a designação de "cargos públicos" um

13,3% e por último o secundário conta 11,1% - cf. NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando de - *Art. cit.*, p. 59; na Comarca da Feira em 1801 o sector primário representa 54,9%, o secundário 25,2% (em que só os sombreeiros contam 7,3% do grupo activo) e o terciário 20,7%, numa população activa de 11690 indivíduos - cf. AMORIM, Inês - *Art. cit.*, pp. 247 e 249.

conjunto que engloba as funções públicas na administração - alcaide, apontador das obras públicas, escrivão, Juiz de Fora, oficial do Juízo, rodeiro e escrivães.

Refira-se que há profissões que são constantes em todo o período, porque essenciais ao funcionamento da comunidade. Embora não apareçam isoladas no gráfico, pois não teriam leitura (pertencem aos "diversos"), vamos referi-las: trabalhadores, ferradores, barbeiros, cirurgiões, pintores, vareiros, mercadores, negociantes, boticários, marchantes, padres, soldados, o sacristão, o rodeiro, os escrivães e os cargos de Juiz de Fora e de Alcaide.

Algumas conclusões são necessárias partindo dos GRÁFICOS 5.A e 5.B. A predominância da actividade piscatória é uma realidade facilmente perceptível. Os pescadores representam mais de 50% da população contabilizada. A importância assumida pela pesca como actividade extractiva reflecte-se na existência de um grande número de pessoas que se ocupavam da comercialização do pescado, como sejam os "beneficiadores e contratadores de pescado" que em 1828 somam 3,8%. Embora os negociantes de peixe não se devam considerar no conjunto das actividades primárias, a sua relação de dependência com a actividade piscatória é marcante.

Em segundo lugar surge o pequeno comércio feito por tendeiros, vendeiros e taberneiros. As 42 pessoas que dele se ocupam em 1792 representam 9,6% da população contabilizada e as 49, em 1828, 7,8%. O número elevado de vendas, tendas, tabernas ou botequins destaca-se dentro do sector secundário, pois as restantes profissões que aí cabem representam pouco em termos percentuais, principalmente em 1792.

Quanto à agricultura, pertece aos lavradores uma representação não muito significativa, que baixou de 6,2% para 5%, e aos seareiros um aumento de 1,6% para 2,7%. Em 1828 temos que considerar a presença de 1% dos jornaleiros, directamente implicados nos trabalhos agrícolas. Como ofício ligado à terra e ao mar, contam-se os

argaceiros que significam 3,9% em 1792 e em 1828 não passam de quatro invidíduos registados como tal.

Relacionados com a produção artesanal, distinguem-se os carpinteiros, ofício praticado por 24 pessoas em 1792 (5,5%) e 35 em 1828 (5,6%); esta liderança prende-se com a actividade da construção naval mas o que não significa que todos fossem carpinteiros da Ribeira. Também os cordoeiros subiram de 1,4% para 1,9%. Em 1828 padeiros e ferreiros têm já alguma representação, com seis elementos em cada um dos ofícios, o que representa1%.

Certas profissões do sector terciário destacam-se, tais como os almocreves, ligados ao transporte de peixe fresco e salgado para fora da Vila, que crescem de 1,6% para 1,9%. Em 1828, os marinheiros ocupam 4,6% e os contratadores e regateiros 3,8%; a importância assumida por estas duas profissões fez com que este sector crescesse de 18,5% para 24,6%, como se observa no GRÁFICO 4. Nos dois anos de 1792 e 1828 surpreende o reduzido número de eclesiásticos, o que de facto não traduz a realidade, como outras fontes demonstraram, nomeadamente as escrituras notariais.

Temos que acrescentar mais algumas considerações que não são visíveis no quadro nem nos gráficos. Em primeiro lugar, deparamos com vários casos de acumulação de profissões, ou seja a prática de dois ofícios pela mesma pessoa. Quase todas essas situações contemplam a posse de um estabelecimento comercial[214]: um pescador, carpinteiro, pintor ou contratador de peixe podia ter uma venda ou taberna (vendeiro ou tabemeiro), um padeiro era também tendeiro. Mas ainda um pescador podia ser marinheiro, argaceiro ou contratador; e um pedreiro podia ser simultaneamente contratador de pescado. Para efeitos de contagem, nestes casos apenas consideramos a profissão que nos parece ser a mais importante.

Outras profissões existiam na Vila para além das mencionadas nos *Arruamentos* e *Maneios* de 1792 e 1828. Os exemplos seguintes foram retirados dos livros dos outros

[214] QUADROS 6 e 8.

anos: cozinheiro e cozinheira, louceiro, tecedeira, botoeiro, serrador, serralheiro, "procurador de couzas", tremoceiro, trolha, professor de gramática latina, sargento, capelão, porteiro, canastreiro e caixeiro. A que podemos ainda acrescentar os escravos negros e o fabricante de algodão e seda[215].

O numeroso grupo dos pescadores implica a existência de um outro, o das viúvas[216], característico das povoações de carácter piscatório. Em 1792, foram contadas 118, das quais 9 exerciam uma profissão, quase sempre vendeira ou regateira, e uma tremoceira. Em 1828, das 109 apenas duas tinham ofício. Só aquelas com ocupação foram contabilizadas na representação percentual nos GRÁFICOS 5.A e 5.B. Às viúvas juntam-se as solteiras: duas em 1792 (só uma com ofício) e 12 em 1828 (três com profissão). Para o ano de 1792, as fontes fornecem o registo de 33 pobres sem ofício.

Se os dados de que dispomos são limitados, porque não classificam o total da população, permitem-nos, no entanto, esboçar o perfil socioeconómico desta Vila e perceber uma hierarquia de sectores, que complementam e esclarecem as informações do quadro económico e social.

É uma comunidade de nítido carácter piscatório, cujos vectores económicos se apresentam centrados na vida do mar - pesca e comercialização do peixe fresco e salgado -, no pequeno comércio a retalho, no cultivo essencial da terra e na produção artesanal indispensável.

[215] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 200, 211 e 544.

[216] QUADROS 5 a 9.

3 - O QUADRO ADMINISTRATIVO E ASPECTOS DA VIDA DA COMUNIDADE

3.1 - A ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL

A administração municipal da Vila da Póvoa de Varzim nos finais do século XVIII - inícios do XIX era feita sob a presidência de um Juiz de Fora, cargo concedido por D. Maria I[217], sendo o Senado formado por três Vereadores e um Procurador do Concelho. As principais decisões tomadas nas reuniões - de carácter fiscal, económico, social, obras públicas, defesa, saúde pública, etc. - ficavam registadas nos acordãos e posturas camarárias. O município tinha os funcionários característicos da época com as suas competências específicas: tesoureiro, escrivão[218], alcaide[219] e porteiro[220]. Almotacés[221], rendeiros das sisas e do Cabido[222], depositários do cofre dos orfãos e do cofre das sisas contavam-se ainda entre os cargos públicos existentes.

As transformações implantadas pelo Liberalismo no domínio da administração municipal recuperaram o cargo de Juiz Ordinário ou de Vara Vermelha para a presidência do município, em substituição do Juiz de Fora. Foi no entanto uma alteração de curta duração.

---

[217] Por Provisão de 1782. Na ausência deste, as sessões camarárias eram presididas pelo vereador mais velho.

[218] O ofício de escrivão da Câmara foi criado nesta Vila nos finais do século XVII; até então recorria-se aos funcionários de Vila do Conde - cf. AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...*, p. 124. Luís José dos Santos Porto, morador na Rua da Amadinha, exercia o cargo em 1792; em 1830 pertencia essa função a José Ribeiro Contrão, da Rua Nova - A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mços. 49 e 51B.

[219] Exercendo funções que se prendem com a execução da justiça, o cargo pertencia em 1792 a Francisco José de Araújo, morador na Rua de S. Sebastião e em 1828 a João Bernardo Alves - QUADROS 5 e 7.

[220] Tinha como função guardar as Casas da Câmara, anunciar à população as decisões municipais, ordens régias, avisos do Corregedor da Comarca ou as penhoras - cf. AMORIM, Manuel - *Ob. cit.*, p. 124.

[221] Este cargo, trimestral, era ocupado pelos vereadores que cessavam funções ou pelos procuradores em igual situação.

[222] Estes funcionários arrendavam em praça pública a cobrança das rendas que revertiam para o Estado e para a Igreja. O recebimento era executado através de cobradores ou recebedores. Em 1827, ocupavam o cargo de "administradores da renda do Cabido e Casa de Bragança" José de Sousa Guerra e Mateus Carneiro Flores; em 1825 Domingos Gomes Cruz era o rendeiro da Casa de Bragança - A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mç. 51B.

Ao longo do período estudado, denota-se um nítido crescimento da classe burguesa que, como salienta Oliveira Ramos, acompanha o aumento do papel do funcionalismo e da importância das profissões liberais[223]. Apercebemo-nos da existência de vários letrados entre a população poveira dos finais do Antigo Regime: advogados e médicos. Registemos apenas alguns dois nomes: Dr. José Joaquim Lopes Cruz e Dr. Manuel José da Silva Cruz. Os elementos burgueses - negociantes e letrados - começaram a ter um peso grande na governação da Vila; os nomes citados ocuparam cargos de Vereador, Almotacé ou Procurador do Concelho[224]. Afinal, a afirmação da burguesia não é nenhuma novidade, pois já nos séculos XVI e inícios do século XVII a vida pública estava dominada pelos mareantes a que se juntavam os ricos lavradores[225]. E os abastados proprietários rurais continuam a marcar, ainda nos inícios do século XIX, forte presença na administração municipal, como já obervamos noutro local.

Constatamos a participação nos orgãos políticos do governo municipal de alguns nomes ligados às actividades mecânicas: ferreiro (mestres José Ruibal e Francisco José Baptista), alfaiate (mestre José António Alves Anjo) ou pintor (Francisco José Baptista).

---

223 Cf. RAMOS, Oliveira - *O Porto e as origens do liberalismo: subsídios e observações,* Porto, 1980, p. 7.

224 Ao contrário do que registou José Viriato Capela para o município de Braga, onde no período de 1750 a 1810 os cargos de vereador nunca foram ocupados por advogados ou licenciados, num assumir da vereação como "o reduto da nobreza antiga"; aos letrados bracarenses reservavam-se os cargos de Procurador do Concelho e de Almotacés - cf. CAPELA, José Viriato - *Braga, um Município Fidalgo - As lutas pelo controle da câmara entre 1750 e 1810,* in "Arqueologia do Estado. 1as Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII", Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 178-179.

225 Cf. no Capítulo I, a importância dos pilotos e capitães de mar. Na época quinhentista e seiscentista participavam na eleição dos elementos da governação da Vila dois grupos sociais, um formado pelos eleitores do mar e o outro pelos da terra. Cada grupo escolhia três elementos responsáveis pela ordenação dos pelouros com os nomes daqueles que governariam por um período de três anos - cf. AMORIM, Manuel - *Os nossos antigos mareantes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 120, de 24 de Abril de 1985. O processo eleitoral foi assumindo um carácter aristocrático com o avançar dos séculos XVII e XVIII, pautado pela redução do número de participantes nas eleições e pela restrição do universo dos elegíveis; a realização e controlo do processo eleitoral tornou-se função dos Corregedores e a designação dos titulares dos cargos municipais passou para as competências da Coroa - cf. MANIQUE, António Pedro - *Processos eleitorais e oligarquias municipais nos fins do Antigo Regime,* in "Arqueologia do Estado", pp. 110-113.

São os membros dos estratos economicamente mais elevados - os mais endinheirados dos negociantes, dos lavradores ou dos profissionais liberais e os oficiais de Milícias e Ordenanças - que controlam os aspectos políticos, administrativos e religiosos da vida local, assim como, pelos seus capitais, emprestavam de forma corrente dinheiro a juros[226]. Os governos concelhios do Antigo Regime estavam invariavelmente nas mãos dos elementos mais distintos e poderosos da terra, de onde se conclui, o seu carácter elitista cristalizado na existência de uma "nobreza municipal"[227]. Ao poder económico, juntava-se a vasta influência e autoridade que os cargos municipais lhes proporcionavam, não raras vezes usados em proveito próprio.

Um aspecto que individualiza, de certa forma, a sociedade poveira prende-se com a quase ausência de famílias nobres. Apenas um edifício brasonado se destaca no conjunto do casario do núcleo antigo, a Casa dos Carneiros, pertencente ao fidalgo Manuel Carneiro da Grã Magriço[228].

3.2 - A VIDA RELIGIOSA

Reflexo do dinamismo e ao mesmo tempo da complexidade que estava a marcar a vida local, a época Setecentista viu nascer algumas instituições vocacionadas para o implemento da prática do culto religioso, a que por vezes se juntavam propósitos de carácter social. A partir dos meados do século surgiram várias organizações: a Confraria de Santiago Maior, na Capela de S. Roque (1741), a Irmandade da Santa Casa da

[226] Os nomes citados a propósito dos negociantes de pescado, salgadores, comerciantes abastados ou lavradores são os mesmos que nos revelou Manuel Amorim como os principais banqueiros da época. Repare-se que em muitos casos sobrepõem-se os vários interesses fundiários, comerciais e financeiros-usurários nas mesmas pessoas, como já comprovámos com algumas situações.

[227] A legislação que regulamentava os processos eleitorais visou o afastamento das camadas populares desses actos, nos quais apenas passou a intervir a nobreza e os "homens da governança", como demonstrou António Pedro MANIQUE - *Art. cit.*, pp. 113-115.

[228] Participou de forma activa na administração municipal (Juiz Ordinário e Vereador) assim como seu filho, José Carneiro da Grã Magriço - cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vo. XIII, n.º 1, 1974, pp. 102-103

Misericórdia que integrou a Confraria dos Santos Passos (1756)[229], a Confraria do Diviníssimo Nome de Jesus e do Santíssimo Nome de Jesus (1768) e a Irmandade de N.ª S.ª das Dores (1769), para além da já referida Confraria de N.ª S.ª da Lapa (1761), convertida depois em Irmandade (1791). A elas pertencia um papel de relevo no empréstimo de dinheiro ao juro da lei para a compra de terrenos e de casas, o financiamento do adorno das igrejas e a organização de procissões[230].

Das festividades religiosas é de salientar a realização, no "importantíssimo" ano de 1791, da primeira festa em honra de N.ª S.ª da Assunção (de 13 a 15 de Agosto)[231]. No ano em que D. Maria I instituiu a Irmandade de N.ª S.ª da Assunção e autorizou a execução das tão necessárias obras de melhoramento na Vila, as comemorações, promovidas pelo Corregedor Almada e pelo Senado poveiro, foram grandiosas e orientadas para o agradecimento à Rainha pelos benefícios concedidos aos poveiros. A Vila foi decorada como a situação o exigia, com iluminações na igreja e nas ruas, houve fogo de artifício e "para tornar a dita cena mais vistosa estavam as lanchas empavezadas ao longo daquela costa"[232].

[229] Atente-se que a criação, apenas no século XVIII, da Irmandade da Misericórdia na Póvoa de Varzim poderá ser entendida como um reflexo do tardio processo de crescimento da povoação.

[230] Sobre este assunto cf. COSTA, Martins da - *As procissões na Póvoa de Varzim,* sep. do Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", 1979.

[231] AMORIM, Manuel - *A 1.ª Festa da Assunção da Póvoa de Varzim (13-14-15 de Agosto de 1791),* in "O Comércio da Póvoa de Varzim", ano 76.º, n.º 31, de 10 de Agosto de 1978.

[232] Relato da "Gazeta de Lisboa", de 8 de Outubro de 1791, trancrita por AMORIM, Manuel - *Art. cit.*

CAPÍTULO IV

A EXPANSÃO URBANÍSTICA ENTRE 1791 E 1836

1 - A EXPANSÃO URBANÍSTICA ENTRE 1791 E 1836

RECONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Aos olhos dos habitantes do século XVIII, que possuiam a vivência do espaço das ruas e caminhos e conheciam as suas construções, a Vila apareceria claramente dividida em duas zonas distintas, o centro antigo e zona nova do litoral. A descrição elaborada por Veiga Leal em 1758 assenta na distinção entre as "ruas e casas que eram *villa antiga,* e as casas e ruas que de novo ha poucos annos *se formaram, e vão formando em outro plano* mais proximo á praia do mar chamado Junqueira (...) o espaço que divide hoje esta villa em duas partes é uma calçada de 33 braças ordinarias de comprido, e duas de largo, com paredes por um e outro lado que tapam uns amenos prados e ferteis campos"[1].

O conhecimento da configuração do traçado urbano e da sua evolução implica aceitar que "tal como uma obra arquitectónica, a cidade [entenda-se neste caso um aglomerado urbano] é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo"[2]. Assim, e mais uma vez, se deve frisar a importância assumida pelo conhecimento dos precedentes evolutivos do espaço urbano. Por outro lado, estamos certos que, na análise da expansão urbanística, há que considerar por um lado, as formas materiais da ampliação do aglomerado e, por outro lado, procurar a explicação histórica dos fenómenos observados[3]. Só atendendo aos aspectos e factos que proporcionaram o

[1] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758,* por Francisco Félix Henriques da Veiga Leal. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 309.

[2] LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade,* Lisboa, Ed. 70, 1989, p. 11. Sobre as cidades como organismos vivos vd. POÉTE, Marcel - *La ville como être vivant,* in "Villes & Civilisation Urbaine. XVIIIe-XXe siécle", Paris, Larousse, 1992.

[3] Justifiquemos esta ideia, com base nas palavras de Philippe PANERAI: "En abordant la croissance du point

crescimento urbano se afigura possível chegar à compreensão desse mesmo crescimento. É assim que, depois de caracterizada a época compreendida entre 1791 e 1836 sob os aspectos demográfico e económico, poderemos perceber como se estenderam os reflexos de tal conjuntura favorável ao domínio do urbanismo, de forma suficientemente visível na expansão urbanística.

Se a afirmação da actividade piscatória e da salga levou à intensificação da ocupação da zona litoral, em redor do porto de abrigo, com os pescadores e contratadores a edificar as suas moradas e armazéns perto do mar, interessa-nos perceber de que modo os vectores económicos definiram o sentido e o ritmo do crescimento urbano ao longo do período demarcado. Por onde passa a definição dos espaços ocupados nessa expansão que se traduz no aumento das ruas e do casario? Desde a segunda metade do século XVIII que se vinham criando importantes alterações na fisionomia da Vila, a que esta época acrescentou uma alteração importantíssima que foi a deslocação do seu centro vital.

Mas, sendo a Póvoa de Varzim uma localidade periférica, à margem das principais vias de comunicação e sem grande dimensão urbana, como se orientou e processou o seu crescimento?

O estudo da evolução urbana assume-se como fundamental, pelos valiosos elementos que revela sobre o povoamento da Vila e do seu Termo, contributos indispensáveis para uma apreensão global da povoação numa perspectiva dinâmica.

---

de vue morphologique, nous n'oublions pas que le développement d'une ville est dû à des facteurs politiques, économiques et démographiques précis, qui dépassent d'ailleurs l'étude de cette seule ville pour s'inscrire dans une histoire régionale plus vaste. Guerres, famines, migrations, prospérité commerciale, concentration industrielle expliquent l'essor d'une cité, le déclin d'une autre. La construction d'une nouvelle enceintre, l'extension d'un faubourg n'en sont que les conséquences. A une échelle plus locale, la structure du pouvoir, les conflits qui animent la politique urbaine conditionnent également la forme de la ville" - *Croissances*, in "Elements d'analyse urbaine", Bruxelas, A.A.M.Ed., 1980, pp. 16-17.

Um entendimento da zona urbana (PLANTA 2) como aquela onde é visível uma certa organização urbanística, no sentido de se apresentar arruada e com um alinhamento de casas ou dois que se fazem frente, leva, de facto, a estabelecer uma primeira divisão da Vila em dois núcleos distintos, cada um com características muito próprias e bem definidas que se buscam no desenho urbano e, de certa forma, na tipologia arquitectónica: o centro antigo e a faixa litoral, de feição mais recente. É uma distinção visível através da análise do ritmo de crescimento urbano definido para a segunda metade de Setecentos, o qual estabelece um nítido contraste entre um aumento pouco significativo do casario da zona antiga (com excepção da Rua de S. Sebastião) e a rápida expansão da parte baixa da povoação[4]. A própria organização *dos Livros de Arruamentos*[5] deixa transparecer essa mesma divisão, ao abordar primeiro o núcleo da Matriz e logo de seguida, a zona mais baixa e próxima do litoral, iniciada na Rua dos Ferreiros. A Calçada quinhentista, mais tarde substituída em parte pela Rua da Calçada, assegurava a ligação entre as duas áreas urbanizadas, fazendo parte do mais importante percurso dentro da povoação, mas implantado por entre campos.

Se a imagem com que ficamos é de uma descontinuidade acentuada do tecido urbano, ao longo do período que nos ocupa deu-se uma alteração sensível com a criação de um verdadeiro espaço de ligação. A zona intermédia e central viu a sua importância reconhecida ao adquirir, pelos finais do século XVIII, uma configuração urbana através da abertura da Praça Nova do Almada. A partir de 1814, os próprios

[4] Na zona litoral o crescimento urbano entre 1762 e 1788 foi intenso, como demonstrou Agostinho Araújo: 35 casas na Rua dos Ferreiros, 34 na Rua da Areia, 23 na Rua da Fortaleza, 43 na Rua Nova da Areia e 35 na Rua da Senra. A Rua Nova da Junqueira cresceu 25 casas até 1781 e no ano seguinte desdobrou-se na rua da Areosa - cf. *O desenvolvimento urbano da Póvoa de Varzim na segunda metade do século XVIII,* sep. do Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", 1979, quadro I.

[5] Para a segunda metade do século XVIII essa divisão passava pelo agrupamento no bairro da Matriz das 13 primeiras ruas (desde a da Praça até à do Cidral) e no litoral das restantes (da dos Ferreiros à da Senra).

Arruamentos referem esta praça e a do Pelourinho como zonas que estabelecem a união entre os dois grupos de arruamentos.

Na primeira década de Oitocentos, na Praça Nova entrou em funcionamento o moderno edifício da Câmara e definiu-se este espaço como o novo centro cívico e político da Vila. Desde cedo assumido o eixo de crescimento nascente-poente, que passava pelos campos da Calçada, tornou-se esse eixo no percurso essencial na malha urbana[6] que o século XIX consagrou em definitivo com a abertura da Praça. Era de facto o caminho que praticamente todos os habitantes da Vila tinham que percorrer: por lá passava quem morava no litoral e se deslocava ao edifício dos Paços do Concelho, ao açougue, à cadeia ou à Igreja Matriz, ou, no sentido inverso, quem descia à zona ribeirinha.

O tecido urbano estava disposto fundamentalmente em torno dos espaços de circulação que estabeleciam uma série de percursos possíveis, interligando as várias componentes da Vila: as habitações, as igrejas, os edifícios públicos, os terrenos livres e os logradouros. O volume da construção que ladeava os eixos de circulação - ruas e praças - é que nos permite alcançar o ritmo e sentido do crescimento do aglomerado. No entanto, numa tentativa de aproximação à reconstituição do espaço urbano, juntamos às informações sobre a quantificação dos espaços construídos todas aquelas que dizem respeito às zonas livres, formadas, não só, pelos eixos viários, mas ainda, por quintais, hortas, lameiros, parcelas de terreno baldio (de areia ou terra), logradouros e campos (delimitados por muros ou abertos), que, em alternância com o conjunto edificado, organizavam e constituiam o tecido.

[6] A propósito dos percursos nos espaços urbanos escreveu Philippe PARENA que "leur identification permet une première approche du paysage urbain qu'il est intéressant de comparer à ce que nous révèle l'étude de la croissance. On observera d'ailleurs à ce sujet que les parcours principaux empruntent souvent les vois les plus anciennement tracées" - cf. *Paysage urbain et analyse pittoresque,* in "Elements d'analyse urbaine", p. 122.

A constatação da existência de grande quantidade de espaços livres, logradouros ou destinados a futuras construções, que apareciam fortemente implantados lado a lado com o casario e formando o essencial de muitos quarteirões, permite-nos apontar o carácter rural do povoado. Percebemos também que os alinhamentos de casas que desenhavam as ruas mais "exteriores" da Vila lançavam as traseiras para os vastos campos dos Favais, da Galé, do Agro, das Trempes e da Silveira.

Do núcleo urbano saíam vias de acesso que penetravam nos arrabaldes de assumidos contornos rurais, onde o povoamento era menos denso e circundado por terrenos agrícolas ou baldios (PLANTAS 1 e 2). Os *Livros de Arruamentos* transmitem a ideia de uma organização espacial que pressupõe uma clara oposição entre a área urbana e os lugares rústicos. Mas, no geral, pretenderemos demonstrar que qualquer esquema sugerindo uma nítida oposição entre uma zona urbana, perfeitamente arruada e de edificação compacta, e uma outra periférica, dominada por casais agrícolas dispersos, rodeados por terras de cultivo, com total ausência de arruamentos, mais não é que falsear a realidade. Se, por um lado, encontramos propriedades rústicas junto às casas e à face dos arruamentos que desenhavam a malha urbana, por outro lado, lugares como o Coelheiro e a Vila Velha apresentavam-se arruados e onde alinhamentos de construções se faziam frente.

É o levantamento feito a partir dos *Livros de Arruamentos*[7] que nos permite acompanhar rua por rua o expandir e adensar da malha urbana ao longo de quase meio

[7] Os dados recolhidos são apresentados em forma de gráficos - GRÁFICOS 6 a 42 - para permitirem uma leitura mais imediata; a sequência das ruas corresponde à dos *Arruamentos* a partir do ano de 1814. Cada rua é tratada em separado, podendo-se perceber até 1810, a diferença entre os dois lados que a formam, mas a partir de 1814 só dispomos do total de casas.
Nos GRÁFICOS percebem-se algumas flutuações e quebras no sentido geral da leitura, o que entendemos que deve ser preferencialmente relacionado com os critérios e o rigor que presidiram à elaboração da fonte e por isso, salvo em situações particurares que devidamente esclarecemos, não lhes atribuímos grande significado. Apercebemo-nos de alguns casos em que duas habitações passaram a contar como uma só, porque ficaram a pertencer ao mesmo dono, o que pode levar a contagens por defeito; ou então um edifício que temporariamente foi dividido em duas moradas e que passou a contar como duas casas, sem no

século. Embora a fonte não apresente a totalidade das ruas que formavam a Vila[8], informa-nos quanto às mais significativas em termos de construção.

Sem qualquer representação cartográfica coeva (total ou parcial) que nos forneça algum conhecimento do plano urbano[9], ensaiamos uma reconstituição do tecido que passa pela identifcação das zonas construídas, de circulação e verdes, com o apoio da documentação levantada e das informações existentes. Resulta sempre uma estrutura aproximada que, *grosso modo,* nos permite conhecer as zonas construídas e as livres, mas sem os limites exactos[10], e que apenas nos dá com maior segurança os espaços de circulação. Escapa-nos qualquer definição precisa das relações de posicionamento entre os diversos tipos de ocupação do solo; fica-nos porém uma ideia geral do que seria o traçado da malha urbana e muito vaga, quanto à organização dos quarteirões (PLANTAS 1 e 2).

Pela análise da estrutura urbana, pareceu-nos que poderíamos estabelecer uma divisão da Vila em três zonas distintas, devido aos diferentes padrões de organização espacial que aí encontramos, e que por isso vamos tratar em separado.

1.1 - A CONSOLIDAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO

Resultado de um crescimento orgânico e natural a partir de um centro dinâmico, o núcleo primitivo da povoação apresenta um traçado urbano que passa por um desenho

entanto corresponder a um aumento no volume construído na rua. É, por estas e outras situações, muito difícil e por vezes impossível proceder a contagens rigorosas do número de casas, sendo que o objectivo da fonte prende-se com razões fiscais e não de caracterização urbana.

[8] E sobre as quais nos informa o trabalho de Jorge BARBOSA - *Toponímia da Póvoa de Varzim.*

[9] Entendido na definição de J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA como "a expressão concreta das relações posicionais dos espaços construídos, de circulação e verdes num dado momento" - cf. *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e Desenvolvimento,* Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 347.

[10] Ao procurar reconstituir a estrutura urbana muitas são as dificuldades que não conseguimos superar para os espaços correspondentes ao interior dos quarteirões, dificuldades aliás partilhadas por outros autores - cf. BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo - *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII,* in "Revista da Faculdade de Letras - Geografia", I série, Vol. IX, Porto, 1993, p. 143.

regular, mas longe de ser geométrico (no pressuposto de certas permanências chegarem até 1901 e aos nossos dias), levando-nos a um delineamento das suas ruas e caminhos que tiraria partido da configuração topográfica irregular[11] ao ser orientado para poente, zona preferencial de crescimento e no sentido de consolidar a ligação com a zona litoral da Junqueira e Ribeira; já que "as cidades, na sua natural morfologia, sempre têm um sentido. Quer seja pela sua adaptação à natureza topográfica do terreno, pela nuclearização que os seus edifícios e estruturas fundamentais promovem, pelas suas sendas e caminhos transformados em ruas, pela economia e pela lógica disposição das muralhas e por tantas outras razões que impedem que predominem o puro capricho e a falta de sentido"[12].

Ao analisarmos o conjunto formado por estas linhas que ordenam o casario, percebemos que elas não se apresentam de forma anárquica e, se podemos falar de desenho urbano, este passa pelo traçado paralelo das ruas da Madre de Deus, da Quingosta e de S. Sebastião, com orientação nascente-poente, cortadas pelas ruas dos Gaios e Nova, com orientação norte-sul. Forma-se assim, uma quadrícula central delimitada a nascente pela Rua da Consolação, que corre de norte para sul, e pela Rua do Cidral, de sentido sudeste-nordeste, e envolvida a poente pela Rua da Amadinha, ligeiramente curvilínea. Eram certamente ruas tortuosas e de perfil reduzido, onde predominava a assimetria dos alinhamentos das fachadas, algumas das quais avançavam sobre o espaço viário.

As Ruas da Praça, da Consolação e da Madre de Deus afirmavam-se como as mais importantes, pois desembocavam na Praça e desempenhavam funções de eixos de saída da vila ou ligação a pontos afastados: estrada para Guimarães pela Gandra, para Vila do Conde pelo Coelheiro e Salvador e comunicação com a Vila Velha pela Silveira, e com a Junqueira pela Calçada. Confirmamos a sua importância ao constatar

[11] GOITIA, Fernando Chueca - *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1996, pp. 89 e 93.

[12] Idem - *Ibidem*, pp. 93-94.

que ainda hoje estas artérias apresentam uma maior largura e conservam testemunhos de uma arquitectura doméstica que se demarca claramente das construções das ruas circundantes.

A **Rua da Praça** (GRÁFICO 6) demonstra grande aproximação entre os dois lados, quer quanto ao número de casas, quer quanto à evolução que foi sofrendo. Apresentava-se como uma artéria curta que atingiu, a partir de 1827, o máximo de 17 casas. Do seu lado direito (poente-nascente), vários campos e leiras plantados com milho[13] apareciam intercalados com os edifícios. A nascente, comunicava com os lugares dos Fiéis de Deus e do Pinheiro.

Pelo poente desembocava esta rua na Praça Velha, aonde vinha igualmente dar a **Rua de S. Pedro** (GRÁFICO 7). Paralela à Igreja Matriz, apenas apresentava construções pelo seu lado esquerdo (sul-norte), sendo predominantes as casas com eirados, junto a diversas propriedades rústicas ocupadas com o cultivo do milho[14]. Não passava de um pequeno arruamento muito rural que, no entanto, cresceu de modo significativo, ao avançar de 7 para 12 casas ao longo do período considerado.

Este aumento tem de ser relacionado com o desaparecimento, a partir de 1814, da **Rua da Mouta** (GRÁFICO 8), passando as suas duas casas a contar na de S. Pedro. A Rua da Mouta era, afinal, o prolongamento para nascente da Rua de S. Pedro, pelo denominado lugar da Mouta.

Continuando em direcção a noroeste atingia-se a **Rua do Monte** (GRÁFICO 9) que, como o próprio nome lembra, levava ao lugar do "Monte de Nossa Senhora das Dores" ou "Monte da Mizericordia"[15]. Os seus lados tinham um volume construído semelhante, mantendo-se este arruamento sem alterações significativas ao longo do período, entre as 10 e as 12 habitações.

[13] QUADROS 5 e 7.

[14] QUADROS 5 e 7.

[15] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 20 e 46.

No topo mais norte do lado direito (sul-norte) da rua as casas confrontavam pelo nascente "com terras de Francisco da Costa Calheiros, pelo poente com a Capella da Senhora das Dores" e pelo norte passava "o caminho que vay para os Fieis de Deos" e rio da Mouta[16]. Ainda deste lado, temos que destacar a presença de moinhos de vento e água, aproveitando a energia do regato da Mouta, situados na propriedade do referido Calheiros, enquanto do lado contrário, entre as casas havia campos cultivados e com mato. Os quintais eram neste alinhamento muito compridos, chegando a atingir a Quingosta da Silveira, onde por vezes tinham um portão[17].

Desde cedo marcada por um grande volume de construção, a **Rua Nova** (GRÁFICO 10) não sofreu ao longo da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século seguinte mudanças grandes. Nos meados de Setecentos destacava-se, com as suas 37 casas (em 1762)[18], como a segunda rua mais urbanizada do núcleo antigo (só suplantada pela Rua de S. Sebastião), pois era uma importante via de comunicação que, continuada pela Rua de S. Sebastião (depois da Calçada), orientou a implantação do casario em direcção à zona baixa da Junqueira. Pelo norte, dava acesso à Rua do Monte e ao "aminho que vai para a Moita"[19].

O número de casas era muito idêntico nos dois alinhamentos, sendo o esquerdo (norte-sul) ligeiramente maior; talvez uma explicação se possa basear na presença da Casa dos Carneiros, grande corpo horizontal, no lado direito da rua. De ambas as bandas podiam-se encontrar, em 1792, diversas leiras e campos com milho[20].

Em 1832, ao mostrar 42 edificações, era a maior rua do núcleo antigo, já que a de S. Sebastião se tinha desdobrado.

---

[16] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 505 e 542.

[17] QUADROS 5 e 7.

[18] ARAÚJO, Agostinho - *Ob. cit.*, quadro II.

[19] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 883.

[20] QUADROS 5 e 7; Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 116 e 883. Em 1828 apenas podemos apontar um campo nesta rua.

A **Rua da Quingosta** (GRÁFICO 11), como a própria denominação sugere, não passava de um estreito eixo de ligação "que vai da Rua Nova para a Rua da Amadinha"[21]. Se hoje se apresenta compreendida entre as Ruas do Sidral e da Amadinha (ou de Carlos Alberto), a Rua da Quingosta surge-nos, ao longo do período que estudamos, apenas com início na Rua Nova[22].

De perfil bastante acanhado, que ainda hoje conserva (FIG. 5), apenas apresentava 6 casas em 1792 e uma mais a partir de 1799 (até 1832). Foi só no seu lado esquerdo (nascente-poente) que se levantaram as edificações que confinavam com os quintais da Rua da Amadinha[23].

Com uma ocupação elevada, aparece-nos a **Rua da Amadinha** (GRÁFICO 12), de traçado curvílineo (FIG. 6) desenhado entre a confluência das Ruas Nova e Madre de Deus e o Terreiro de S. Sebastião. Sobressaía o lado esquerdo (sul-norte) com uma mais extensa fiada de casas, quase o dobro, sendo também nessa banda que existiam terrenos cultivados (com milho) ou livres[24]. Entre 1792 e 1932, passou este arruamento de 24 para 27 construções.

A Quingosta ou Cangosta da Silveira[25], que levava quem da Rua da Amadinha quisesse chegar à Vila Velha, recebeu em 1808 a designação de **Rua da Silveira** (GRÁFICO 42) ao passar a estar registada nos *Arruamentos*. No ponto de junção com a Amadinha existia uma ponte para a passagem do regato que vinha da Mouta[26]. É interessante reparar que esta rua tinha mais o perfil de um caminho, sendo marcada por um forte cunho de ruralidade. Possuíu, ao longo do período considerado, apenas duas casas, uma delas sobradada e com eirado e vários portões, que fechavam os muitos

[21] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 408.

[22] O que podemos confirmar com o QUADRO 7, onde se mostra que a primeira casa da Rua da Quingosta fazia esquina com a Rua Nova.

[23] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 421.

[24] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 520; QUADROS 5 e 7.

[25] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 2, 45, 264 e 278.

lameiros e campos ou as propriedades pertencentes às Ruas do Monte (a Cortinha da Póvoa) e da Ponte[27].

Um pouco mais a sul, quase no enfiamento da Rua da Quingosta, saía a "rua que vai para as Trempes"[28] que seguia ao longo do regato até à Rua da Ponte.

A poente da Rua da Amadinha formou-se a **Rua do Boído** (GRÁFICO 13), estreita e tortuosa ligação entre o Caminho das Trempes e o Terreiro de S. Sebastião. De 1792 a 1832, apenas duas casas novas foram construídas, ficando a rua, então, com 15 casas. O seu lado direito (sul-norte) serviu para formar a frente nascente da Praça Nova do Almada, podendo os quintais destas casas confinar com a Rua da Amadinha, assim como as habitações desta rua se estenderam até ao Boído[29].

A Rua do Boído articulava-se com o **Terreiro de S. Sebastião** (GRÁFICO 14) que constituía o prolongamento para poente da rua com o mesmo nome. Por essa razão, apresentava-se urbanizado pelo seu lado esquerdo (nascente-poente), mas tinha pelo menos uma casa do lado contrário a fazer esquina com a Rua da Amadinha[30]. Tinha frente para o Terreiro "huma morada de cazas sobradadas, com quintal", que "confrontão pelo nascente com a Rua dos Gajos" e pelo "sul com a Rua de Sam Sebastião"[31] e a poente com o dito largo, constituindo assim uma das esquinas do largo.

É em 1814 que aparece separado da Rua de S. Sebastião, de onde recebeu 9 casas, embora pelo menos em 1791 já fosse conhecido por "Praça de São Sebastião"[32]. Ao longo do período tratado chegou a ter doze casas, mas em 1832 apresentava

---

[26] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VII, n.º 1, 1968, p. 46.

[27] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 278, 592 e 719; QUADRO 7. Note-se a extensão do campo de Filipe José Carneiro que, situado na Rua da Ponte, se prolonga até à Rua da Silveira, onde tinha um portão. Os quintais da Rua do Monte que atingem a Rua da Silveira são visíveis na planta de suporte.

[28] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 894.

[29] QUADRO 7 e Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 894.

[30] QUADRO 7.

[31] Em 1828 foi esta casa vendida por 730$000 réis - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 793.

[32] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 42.

apenas 10. Para poente projectava-se o Terreiro na Praça Nova, também chamada Rua da Calçada, que pelo seu lado sul dava continuidade ao casario.

No sentido ascendente, o percurso conduzia à **Rua de S. Sebastião** (GRÁFICO 15). A grande quantidade de edificações que, nos meados de Setecentos[33] a formava, leva-nos a frisar, por um lado a importância desde cedo assumida pelo arrabalde do Coelheiro[34], importância essa que vem já do século anterior e, por outro lado, o papel desempenhado por esta artéria como sua ligação ao conduzir até lá. Estamos, assim, na presença de uma linha de desenvolvimento urbano pautada pela tendência de acompanhamento dos caminhos que conduziam a fontes ou arrabaldes.

Tão comprida porque se alongava para fora do povoado, mas também porque se estendia muito para poente, tomava neste sentido a designação de Rua da Calçada[35]. Em 1814 essa realidade tornou-se perceptível, pois das 57 casas que a formavam em 1810, 9 passaram para o Terreiro e 17 para a Praça Nova do Almada, deixando a Rua de S. Sebastião com 29 construções. Compreende-se, assim, que o alinhamento direito (poente-nascente) fosse muito mais extenso, com 46 casas em 1810, enquanto o esquerdo tinha apenas 11. A partir de 1814, não se verificam alterações notórias no volume construído.

A Rua de S. Sebastião era fortemente rural, com as suas casas com eirados, os seus lameiros, campos e leiras agricultados com milho, localizados principalmente pelo lado poente do arruamento e avançando até aos Favais[36].

Articulando a Rua de S. Sebastião com a da Consolação, implantou-se a **Rua do Cidral** (GRÁFICO 16). Sendo os dois bordos sensivelmente iguais em termos de construções, no esquerdo (norte-sul) intercalavam-se várias leiras cultivadas com milho

[33] Em 1762 tinha 54 casas - cf. Araújo, Agostinho - *Ob. cit.*, quadro II.

[34] Com as suas 45 habitações em 1763 - cf. Idem - *Ibidem,* quadro I.

[35] "Rua de São Sebastião ou da Calçada" - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 16 e 21.

[36] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 50, 88 e 485; QUADROS 5 e 7.

entre as casas; nos seus quintais plantavam-se árvores de fruto[37]. Do lado contrário prolongavam-se os lotes até à rua paralela; assim, "huma morada de cazas terres citas na Rua do Sidral com seu quintal poço e pia", confrontava do sul com esta via e do "norte com a Rua dos Gajos"[38].

Bastante construída, entre as 24 e as 28 casas, aproximava a sua extensão da Rua da Amadinha e da Rua da Consolação e, a partir de 1814, também da Rua de S. Sebastião. Regista-se neste arruamento, depois de 1825, um decréscimo no número de edifícios; talvez passassem a ser contabilizados noutras ruas.

A Rua do Cidral desembocava a meio da **Rua da Consolação** (GRÁFICO 17), artéria que estabelecia o contacto entre a Praça Velha e a Rua de S. Sebastião. O casario que a bordava era equivalente nos dois alinhamentos, oscilando o total entre as 23 e as 27 casas. Intercalando com as casas encontravam-se portões que davam acesso a campos da Rua de S. Sebastião ou a casas da Rua do Cidral e, ainda em 1833, havia pelo menos um espaço livre de edificações. Era o campo "que se chama o Jogo da Bolla", situado entre a "Quingosta do Fol" e a Rua de S. Sebastião e fazendo fronteira pelo poente com a rua publica[39].

A **Rua da Madre de Deus** (GRÁFICO 18), de orientação nascente-poente, pouca evolução sofreu entre 1792 e 1810, quando era composta por 17 casas, distribuídas de forma aproximada pelas duas bandas. No ano de 1814 aparece com menos 5 edifícios, que deram origem à Travessa com o mesmo nome; daí até 1832, variou entre as 12 e 13 casas.

De sentido transversal à artéria anterior, a **Travessa da Madre de Deus** (GRÁFICO 19) desenhou-se no enfiamento da Rua dos Gaios em direcção à Mouta e ao Monte. Com expressão nos *Arruamentos* a partir do ano de 1814, foi aberta no lado direito da

[37] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 361; QUADROS 5 e 7.

[38] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 897.

[39] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 187 e 896; QUADRO 7.

rua que lhe deu origem. Desde 1795 que encontramos edificação na, então, denominada "quingosta que vai da Rua da Madre de Deos para a Moita" ou "viella da Madre de Deos"[40]. Muito estreita, cortando a meio o quarteirão compreendido entre as Ruas de S. Pedro e Nova, era composta por seis habitações com assento na ala esquerda (sul-norte), que faziam frente aos portões das propriedades da Rua de S. Pedro[41].

Ao lado esquerdo da Rua da Madre de Deus convergia a **Rua dos Gaios** (GRÁFICO 20) que, de alinhamento paralelo à Rua Nova, permitiu a formação de lotes de duas frentes entre as duas vias, pois temos que uma "morada de cazas d'um andar" fronteiras à Rua Nova atingiam "pelo nascente a Rua dos Gajos"[42]. Por entre a banda de construções e quintais, formou-se uma "biella que corre para a Rua Nova" e que, em sentido contrário, continuava como sendo o caminho "que vay para a Rua do Sidral"[43]. Esta viela de ligação corresponde à parte nascente da actual Rua da Quingosta. As denominações de viela e caminho remetem para uma função secundária, face às paralelas Ruas da Madre de Deus e do Cidral, que se confirma pela sua pouca largura.

Embora comprida, a alcançar a Rua de S. Sebastião, era estreita e com pouca construção. Distinguia-se a banda direita (norte-sul) como a mais construída que, com as suas 5 a 6 casas e campos lavrados com milho[44], fazia frente às 2 habitações do lado contrário. Atingiu um máximo de 9 casas a partir do ano de 1826, intercaladas com diversos portões pertencentes às propriedades das Ruas do Cidral e Nova e no topo norte à Rua da Madre de Deus[45].

[40] Ap. Doc., A.D.P., docs. n^{os} 130 e 432.

[41] QUADRO 7 e Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 489.

[42] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 911.

[43] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 362.

[44] QUADROS 5 e 7.

[45] QUADRO 7.

Os fracos índices de expansão verificados neste bairro levam-nos a pensar que o crescimento urbano foi aqui definido num sentido vertical, com o acrescento de pisos às casas existentes. Embora intercalando com áreas vazias, o casario pouco se expandiu através da sua anexação.

1.2 - A EXPANSÃO DO LITORAL - PLANIFICAÇÃO, SENTIDO E RITMO

Na segunda metade do século XVIII, intensificou-se o povoamento da faixa litoral costeira, com a crescente comunidade piscatória a instalar-se nos terrenos de areia que ladeavam a enseada; é a zona, por excelência, onde o crescimento urbano adquire características próprias. Descrita a Póvoa como uma vila de carácter piscatório, com uma população formada por um vastíssimo grupo de pescadores[46], as suas actividades tradicionais relacionavam-se com o mar (pesca, salga, apanha do sargaço e construção naval). Percebe-se que a definição urbanística do novo bairro do litoral se sujeitou de forma vincadamente notória às condições naturais e às práticas da comunidade piscatória, necessitada de ruas rectilíneas, por onde pudessem os pescadores circular, carregando os mastros de suas embarcações e de casas com amplos quintais para recolher os aprestos da sua actividade e, se possível, alcançar através destes, de forma quase imediata, o areal e o mar.

Sendo o espaço "um dos maiores dons com que a natureza dotou os homens e que, por isso, eles têm o dever, na ordem moral, de organizar com harmonia, não esquecendo que, mesmo na ordem prática, ele não pode ser delapidado, até porque o

[46] Numa acta camarária de 1767 encontra-se a justificação para a urbanização do litoral, assente em razões de crescimento populacional e económico, funcionalidade e comodidade trazidas pela proximidade do mar: "(...) esta Villa tinha hido em hum grande aumento na pescaria de sorte que já se compunha do melhor de sette centos fogos (...) não havia onde comodamente se pudecem idificar cazas para acomodação do povo (...) recorrerão as ditas areyas adonde he muito conveniente terem as ditas caza para com mais brevidade acudirem às suas embarcasoins da pesca por lhe ficarem contiguas a costa do mar (...)" - in OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Casas de pescadores da Póvoa de Varzim*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1957, p. 37, nota 17.

espaço que ao homem é dado organizar tem os seus limites físicos"[47], verificou-se aqui, com a criação de um padrão morfológico rectilíneo, o respeito pelos princípios da funcionalidade e harmonia.

Foi possível, porque definido de raíz pelos poderes camarários, conceber um esboço de urbanização paralela e perpendicular à costa, a que os aforamentos deram corpo, motivando a ocupação de um espaço periférico em relação ao núcleo primitivo e ao eixo de desenvolvimento nascente-poente. O extraordinário crescimento urbano[48] da zona litoral obedeceu a uma planificação ortogonal, cuja morfologia mostra bem um intencionalismo e a existência de loteamento prévio dos terrenos de areia pertencentes ao Município, seguido do processo de aforamento[49]. O Senado, motivado pela pressão urbanística, assumiu uma política vincadamente social ao efectuar, a preços acessíveis[50], o emprazamento dos lotes, para que a população aí construísse as suas casas. Os aforamentos permitiram de forma mais orientada e disciplinada pôr em prática os princípios que, segundo F. Chueca Goitia, presidem ao crescimento urbano no mundo ocidental, "a partir da rua previamente traçada, com ou sem plano, as casas foram ocupando o seu lugar e conformando-se com a lei distributiva"[51], sendo que, antes de se proceder aos aforamentos dos terrenos, as ruas tinham já existência confirmada.

---

[47] TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço,* Porto, 1962, p. 27, cit. por PEREIRA, João Maria dos Reis - *Antigos valores urbanísticos de Vila do Conde,* in "Vila do Conde. Bol. Cult. da Câmara Municipal de Vila do Conde", n.º 5, Vila do Conde, 1964, p. 53.

[48] Cf. ARAÚJO, Agostinho - *Ob. cit.,* quadro II.

[49] OLIVEIRA, Francisco Veiga de; GALHANO, Fernando - *Ob. cit.,* pp. 10-11 e 37, nota 17. BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VII, n.º 2, 1968, pp. 218-219.

[50] Algumas pessoas mais abonadas aproveitaram a ocasião para investir em terrenos que depois subemprazavam em lotes aos pescadores. Da documentação notarial extraímos os nomes de José Francisco Lopes de Paiva e seu irmão (?) José Jerónimo Lopes de Paiva, escrivão da Câmara. Algumas das propriedades deste último foram posteriormente compradas por José de Sousa Guerra - cf. Ap. Doc., A.D.P. - docs. n.^{os} 222, 258, 301, 315, 316, 317, 329, 330, 645 e 786.

[51] *Breve História do Urbanismo,* p. 13.

A demarcação dos lotes e respectivos emprazamentos, feitos com o objectivo de promoção da construção, constituem um incipiente plano de urbanização e passam por uma vontade de organização do tecido urbano com algum racionalismo. Os areais foram sendo conquistados para a edificação e organizados em parcelas estreitas e fundas, que permitem a presença de duas frentes: numa, levanta-se a frontaria da casa, na outra, existe um quintal, quase sempre murado, que constitiu parte importante do conjunto habitacional, local essencial numa vivência ligada ao mar.

A pré-existência dos terrenos arenosos está esclarecidamente vincada na toponímia do local, na Rua da Areia ou na Rua do Fieiro. Facto que mereceu uma explicação por parte de Veiga Leal ao escrever que a Rua da Areia "tem este nome por ser já formada em area solta da praia, e em falta de chãos sólidos para edificação das muitas casas que cada dia se innovam, e brevemente virá a ser preciso denominar as ruas da area com distinctivos, porque a vereança teve e tem a providencia de dar arruados os chãos para edificios, que nalguns estão já levantados e demarcados outros; mas como se não acham successivamente continuados, é tudo ao presente rua d'Area"[52].

A partir do desenvolvimento linear da Rua dos Ferreiros, via quinhentista de comunicação para Vila do Conde, paralela ao curso do ribeiro que vinha da Poça da Barca, delimitam-se outras linhas condutoras do casario com orientação norte-sul, de traçado rectílineo e paralelas umas às outras. Abriram-se para poente da Rua dos Ferreiros, as Ruas da Areia, de Trás-os-Quintais e Nova da Areia[53] (depois designada

[52] *Noticia da Vila da Póvoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758,* p. 310.

[53] As referências mais remotas a estes arruamentos são para a Rua da Areia (actual Rua 31 de Janeiro) o ano de 1757, para as Ruas de Trás-os-Quintais e Nova da Areia (actual Rua da Lapa) o ano de 1762 - cf. BARBOSA, Jorge - *Art. cit.,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIX, n.º 1, p. 62; vol. XIII, n.º 1, 1974, p. 109; vol. VII, n.º 2, 1968, p. 219.

da S.ª da Lapa), definindo-se um desenho geométrico, de orientação não arbitrária, que tem, a ocidente, a linha da costa como limite natural[54].

Junto à fortaleza, definiu-se um outro pólo dinâmico, assente na importância da Rua da Ponte, arruamento aberto na primeira metade de Setecentos[55] e que se integrava no eixo de alongamento de orientação nascente-poente, ao conduzir do Pelourinho à praia. Dos meados do século datam as referências à Rua da Fortaleza[56] que, conduzindo ao edifício que lhe deu o nome, lançou as bases para a ocupação mais intensa daquele local.

Pelo norte do leito do Esteiro, corria-lhe paralela a Rua Nova da Junqueira, já traçada pelos finais de Seiscentos[57] e que, do largo da Capela de S. Roque, levava aos areais da Areosa. A par da Rua da Ponte, ao serem as linhas primeiras e mestras da condução do casario, contribuiu para a definição urbanística da vasta área denominada Junqueira. A Rua da Areosa é o primeiro ensaio de ocupação urbana com direcção a Norte. Surgida em 1782, a partir do desmembramento do topo poente da Rua Nova da Junqueira, orientou-se de forma paralela ao mar, abrindo um novo sentido para a expansão urbanística que foi plenamente assumido nos inícios de Oitocentos.

[54] A linha da costa funcionou como um elemento físico ordenador e limitador do crescimento: "Si certaines croissances s'effectuent au hasard des disponibilités foncières, avec pour conséquences des zones urbanisées faiblement structurées, d'autres s'appuient sur des dispositions physiques qui les ordonnent. Les éléments régulateurs sont des éléments physiques, des configurations matérielles, des constructions sur lesquels s'appuie la croissance". A costa desempenhou um papel de linha de crescimento natural ao atribuir uma direcção e alinhamento para esse crescimento, ao mesmo tempo que constituiu uma barreira que o limitou - cf. PANERAI, Philippe - *Croissances,* in "Elements d'analyse urbaine", pp. 23-24.

[55] A mais antiga notícia sobre a existência deste arruamente data de 1727 - cf. BARBOSA, Jorge - *Art. cit.,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIV, n.º 2, 1975, p. 304.

[56] No ano de 1762 aparece já como existente - cf. Idem - *Art. cit.,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XI, n.º 2, 1972, p. 278.

[57] Pelo menos pode-se dar como já aberta pelos anos de 1694 - cf. Idem - *Art. cit.,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XII, n.º 2, 1973, p. 217.

A Rua da Senra, com a função de pôr em ligação o arrabalde da Vila Velha e a Areosa, tem a sua existência comprovada para os inícios do século XVIII[58].

O movimento expansionista de toda a zona litoral, compreendida entre a Igreja da Lapa e a Areosa, cujas raízes se encontram em meados de Setecentos, prosseguiu pelo período de 1791 a 1832. Os indicadores da expansão urbanística desta área, privilegiada pela sua situação de proximidade em relação ao mar, encontram-se na abertura de novos arruamentos e na ocupação dos espaços ainda vazios com novas construções, que levaram ao prolongamento e adensamento das ruas existentes.

Analisando em primeiro lugar a afirmação do **bairro sul ou da Lapa**, percebemos que a sua expansão se deu em duas direcções, para sul e para poente. Vários aspectos poderemos constatar numa análise mais detalhada.

Na **Rua dos Ferreiros** (GRÁFICO 23), com orientação norte-sul, é notório o ritmo contínuo do crescimento do casario. A urbanização deste arruamento, que seria mais concentrada na sua parte norte (desembocando junto ao Pelourinho), permite, no entanto, que não só nesse topo mas ao longo de toda a rua se verificasse uma alternância entre casas e terrenos baldios[59]. Assim sendo, esses lotes vazios intercalados com os edifícios foram recebendo progressivamente novas construções[60], ao mesmo tempo que a urbanização avançava para sul.

Distinguia-se, porém, uma ocupação diferenciada entre o lado direito e o esquerdo, sendo o primeiro aquele que revelava uma ocupação mais intensa, relacionada com o percurso definido pelo regato da Poça da Barca que formava o limite

[58] Bastante antiga, encontra-se documentada no ano de 1711 - cf. Idem - *Art. cit.*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XVIII, n.º 2, 1979, p. 309.

[59] O QUADRO 7 aponta-nos para o ano de 1828, a existência de pelo menos três terrenos e três leiras junto às casas. Vários lotes de chãos de areia foram sendo vendidos, ao longo de todo o período, para a construção de habitações ou para a função de logradouros - cf. QUADRO 10.

[60] A título comprovativo, remetemos para o *Livro de Arruamentos* de 1792 que indica que o pescador Manuel Francisco levantou a sua "casa térrea nova" sensivelmente a meio do lado direito da rua (orientação norte-sul) - cf. QUADRO 5.

sul dos lotes[61]. Deste lado, os terrenos podiam-se prolongar até ao curso de água ou, no caso dos que ficavam mais a norte, até à Rua de Trás-os-Quintais[62], onde a existência de um portão lhes atribuía uma segunda entrada. Ao longo do alinhamento esquerdo, as casas defrontavam a nascente com vastos campos[63], chamados da Galé e dos Favais e, por duas vezes, interrompia-se a banda de construções para a passagem das águas de dois regatos[64]. Um, mais a sul, procedia de Regufe[65], passava no Lugar dos Favais, cruzava a Rua dos Ferreiros e vinha encontrar-se com o regato da Poça da Barca. O outro, próximo do topo norte da rua, trazia as águas dos Lugares da Mariadeira e Coelheiro e, pelo Lugar dos Favais e Campo da Galé, seguia em direcção ao Esteiro, era o chamado "ribeiro da Galé"[66]. A ambos se dava indiferentemente a designação de regato dos Favais. Acompanhando o percurso do ribeiro de Regufe formou-se a **Quingosta dos Favais** ou "rua publica que vem dos Favais"[67].

Os terrenos e casas mais meridionais da rua, situados junto à "estrada que vai para Villa do Conde", confinavam com "hua bouça" chamada da Areia, composta de "terra labradia e sercada de parede". No fim da rua localizava-se, ainda, a "Cortinha dos Alhos"[68].

A Rua dos Ferreiros é de todos os arruamentos o que apresenta a maior concentração de habitações ao longo do período considerado, além de que sofreu um aumento bastante significativo ao passar de 106 casas, em 1792, para 131 em 1832,

[61] São muito numerosos os exemplos de terrenos, com ou sem construção, que confinam com o regato - cf. Ap. Doc., A.D.P. - docs. n.os 193, 212, 293, 306, 462, 476, 484, 519, 548, 717, 750, 760, 773, 777, 778 e 814.

[62] QUADRO 7 e Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 210, 223, 385, 528 e 593.

[63] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 6, 171, 348, 418, 531, 539, 557, 564, 571, 664 e 789.

[64] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XI , n.º 1, 1972, pp. 74-77.

[65] Ap. Doc, A.D.P., doc. n.º 640: "regato que vem de Regufe".

[66] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 664 e 869: "ribeiro da Galé" e "regato que corre para o Esteiro".

[67] Embora não fosse considerada nos *Arruamentos,* nela existiam construções - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 15, 348 e 630. Corresponde à actual Rua dos Favais.

[68] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 221, 241, 731, 740, 879

recebendo mais 25 edifícios. O seu crescimento, para além de se prender com a antiguidade da ocupação, deve ser intimamente relacionado com a função que lhe pertencia, sendo uma das principais saídas da Vila, o eixo viário para Vila do Conde.

A **Rua da Areia** (GRÁFICO 25), aberta a poente da anterior, era extensa e prolongava-se pelo sítio da Poça da Barca. No seu lado direito (orientação sul-norte) denota-se um volume de construção bastante mais acentuado, que relacionamos com o facto de neste lado, os lotes se estenderem para nascente até ao encontro do regato da Poça da Barca[69], podendo também os quintais serem confinantes com a Rua de Trás-os-Quintais, onde, por vezes, eram fechados com pequenos muros contendo uma porta. Estamos na presença da mesma realidade que caracteriza a Rua dos Ferreiros, sendo o quarteirão criado por estes dois arruamentos atravessado a meio, no sentido norte-sul, pelos referidos regato e rua. Para além das vantagens da proximidade da linha de água, um outro aspecto deve ter influenciado a preferência pela banda nascente; quando foi rasgada apresentava-se como a mais ocidental das ruas e, por isso, o casario implantou-se com as fachadas fronteiras à praia e ao mar, já que o loteamento do lado esquerdo seria menos protegido porque mais integrado na duna que delimitava a enseada.

No alinhamento poente encontrava-se também a organização tipológica dos lotes profundos, definidos por duas frentes. Daí que sejam vários os terrenos que se prolongavam para a Rua Nova da Areia ou da S.ª da Lapa, podendo conter construções ou estarem ainda desocupados[70].

No topo sul desta rua deparamos no ano de 1795 com "huma morada de cazas terreas" que "confrontão da parte do poente com area solta" e em 1813 é ainda possível encontrar "huma morada de cazas terreas com seu terreno de areia baldio" que

[69] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 193, 274, 388, 411, 579, 734 e 821; Ap. Doc., A.M.P.V, C, doc. n.º 1.

[70] O QUADRO 7 mostra a existência na Rua da S.ª da Lapa de portais, casas e chãos de areia solta pertencentes à Rua da Areia . Cf. no QUADRO 10 as confrontações dos chãos de areia .

confronta "do poente com o mar"[71], o que demonstra que a Rua da Areia tinha um percurso mais extenso do que os arruamentos paralelos que foram sendo abertos a poente, o que aliás é perceptível na planta de suporte.

A tendência geral que caracteriza a Rua da Areia, no período em questão, é de um aumento do volume construído, de forma mais ou menos equivalente nos dois lados. Entre 1806 e 1810 verificou-se uma inversão nessa tendência que, no entanto, pensamos esconder uma outra realidade. Assim sendo, as casas em falta já deveriam fazer parte do novo arruamento denominado Rua da Poça da Barca, o qual, para efeitos de pagamento da décima, só surge a partir de 1814, sendo nesse ano formado por 18 casas. Se juntarmos este número às 71 casas da Rua da Areia obtém-se um total de 89, o que ultrapassa a contagem efectuada nesta última rua em 1810 (80 casas) mas aproxima-se da evolução do ritmo de crescimento anteriormente apontado e como a representação gráfica melhor esclarece (através da junção dos GRÁFICOS 24 e 25). De 1814 até 1832 a cadência construtiva saldou-se num acréscimo de 6 edificações.

O casario implantava-se em alternância com os espaços vazios, que embora abundantes nos dois bordos da rua, predominavam no lado poente[72], e foram cedendo lugar a novas edificações. Os lotes sem construção podiam ser simples terrenos baldios ou fechados por muro e porta, como os que formavam as traseiras dos edifícios da Rua de Trás-os-Quintais e assinalavam o arranque norte da Rua da Areia[73]. Como explicar a fraca urbanização deste topo da rua que ficava próximo da Rua da Fortaleza tão densamente ocupada? É mais uma vez o percurso desenhado pelas linhas de água que condiciona e define a ocupação do solo. Assim, o regato que vinha da Poça da Barca para o Esteiro (ao qual se tinha juntado o de Regufe), por entre as Ruas dos Ferreiros e Areia, desviava o seu curso para poente apanhando parte da Rua da Areia, onde

[71] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 131 e 450.

[72] QUADRO 10.

[73] QUADRO 7.

recebia não as fachadas das casas desta rua mas, como era habitual, os quintais daquelas que se situavam nos arruamentos paralelos, ou seja Trás-os-Quintais e S.ª da Lapa[74].

A **Rua de Trás-os-Quintais** (GRÁFICO 26), como o próprio nome sugere, era bordada pelos quintais das artérias que lhe ficavam paralelas, ou seja das casas das Ruas dos Ferreiros e Areia. Até 1793 apenas existia uma linha de 12 construções no seu lado esquerdo (sul-norte), possuindo quintais que se estendiam até à Rua da Areia. À medida que se avançava para sul a posição do casario e quintal invertia-se, ou seja, passaram a ser as casas da Rua da Areia que prolongavam os quintais até à de Trás-os-Quintais.

A partir de 1794, apontam-se construções no lado direito, mas numa oscilação de 1 a 2 casas. Deste lado, dominavam os portais dos quintais da Rua dos Ferreiros ou pequenas casas levantadas no fundo desses terrenos e que continuavam a pertencer à construção cuja fachada estava implantada na referida rua[75].

Caracterizava este curto arruamento uma grande constância no número de casas que, entre 1792 e 1830, variaram de 12 a 15, sendo dado o maior aumento entre este ano e 1832, quando atingiu as 18 edificações.

Para explicar a situação tão particular desta rua, deve-se atender ao facto do seu percurso se apresentar muito mais curto do que hoje o conhecemos, pois a determinada altura, o arruamento, que avançava para sul, dava lugar ao leito do regato da Poça da Barca, que se apresentava bordado pelos quintais das outras ruas. Pensamos que o ponto onde este regato se encontrava com o que vinha dos Favais e inflectia para poente, seria onde acabava a rua, ficando assim as casas do lado esquerdo em face

[74] As habitações do início do lado nascente da Rua Nova da Areia ou da S.ª da Lapa apresentavam-se em confrontanto com o referido "regato que vem da Poça da Barca", ao qual se vinha juntar o dos Favais (ou Regufe), o mesmo acontecendo com as casas do lado poente da Rua de Trás-os-Quintais - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 429, 430, 508, 563, 636, 648, 658 e 667.

[75] QUADRO 7.

pelo "puhente com o regato de agua que vem dos Fabais e Poça da Barca"[76]. Por outro lado, pela sua implantação entre dois arruamentos mais importantes e, como estamos na presença de um esquema morfológico que privilegia os lotes compridos de duas frentes, restava-lhe receber os portões dessas vias principais.

Num movimento de apropriação das areias mais próximas da enseada, tinha já existência confirmada no ano de 1762 a **Rua Nova da Areia** (GRÁFICO 27). Assumida a orientação norte-sul, vemos que no lado direito o casario formava uma extensa mancha, com o valor de 52 casas em 1793; neste ano a sua dimensão era semelhante à da Rua da Areia, respectivamente 78 e 79 casas. Porém, no ano seguinte as 52 moradas acima referidas reduziram-se para 8, passando as restantes (mas não todas) a contar no lado direito (sul-norte) do novo arruamento chamado do Fieiro, rasgado mais a poente. A partir de então, as duas bandas foram dominadas por uma tendência de estabilidade que se prolongou até 1832, com leves oscilações de pouco significado.

Desde 1814, esta artéria aparece nos *Arruamentos* com a designação de **Rua da Senhora da Lapa**, pois quem a percorresse alcançava a sul a igreja da mesma invocação. Curioso o facto de no início da década de noventa, cerca de trinta anos depois de aberta, ainda ser considerada "Rua Nova", ao mesmo tempo que se acrescentava a designação "de Nossa Senhora da Lapa"[77]. Pelos finais do século XVIII, o conjunto edificado tinha já alcançado a zona próxima da igreja, o que andaria certamente relacionado com a atracção exercida pela edificação do novo templo; num documento de 1792, a igreja surge como ponto de referência para a localização de uma casa, a qual é indicada como erguida "defronte da Cappella de Nossa Senhora da Asumpção"[78].

[76] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 658, 508, 636 e 667; Ap. Doc., A.M.P.V., C, doc.n.º 1. Visível na planta de suporte.

[77] Ap. Doc., A.D.P., docs. n^{os} 5 e 24: "Rua Nova de Nossa Senhora da Lapa" ou "Rua Nova da Area de Nossa Senhora da Lapa".

[78] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 71.

Embora prolongando-se bastante para sul, a urbanização desta artéria não formava uma mancha compacta, pois os espaços edificados alternavam com grande quantidade de chãos de areia, ou seja, terrenos livres de construção, que se espalhavam pelos dois lados da rua e por vezes estendiam-se até às Ruas da Areia, a nascente, e Fieiro a poente[79]. No topo mais meridional do arruamento escasseava a construção, apresentando-se as casas a confrontar pelo nascente com chãos de areia e pelo poente com a "areia solta do mar"[80], o que nos permite comprovar que a sua extensão era superior à da Rua do Fieiro.

A menor edificação que caracterizava o lado esquerdo até 1793, talvez se possa explicar pela presença de espaços livres que correspondiam aos quintais da Rua da Areia e que se estendiam até à Rua Nova da Areia[81]. No início deste alinhamento, as traseiras das casas prolongavam-se até ao curso dos regatos dos Favais e Poça da Barca.

No lado poente, deparamos com a mesma organização assente nos lotes profundos, aparecendo casas que confrontam "do nascente com a Rua da Senhora da Lapa e do poente com a Rua do Fieiro"[82]. Por vezes estas construções levantadas nos quintais e que faziam frente para outro arruamento eram armazéns de apoio: "huma morada de cazas terrias citas na Rua da Senhora da Lapa com seu quintal que vai confrontar com a Rua do Fieiro e como no fim do seu quintal queria edeficar hum armazem"[83].

[79] QUADROS 7 e 10.

[80] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 537, 553 e 920.

[81] Em 1828 existem ainda portais e casas pertencentes aos quintais da Rua da Areia e confrontantes com a Rua Nova da Areia - cf. QUADRO 7.

[82] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 426, 487, 545, 554, 591, 602, 685, 699, 840, 854, 870, 889 e 914.

[83] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 602, de 1819.

A intensificação da ocupação, quer para sul, quer para poente, fez-se acompanhar da abertura de novas ruas a partir da última década de Setecentos. As mais importantes obedeceram a um alinhamento paralelo ao mar.

Um novo avanço em direcção ao mar concretizou-se em 1794 com a abertura da **Rua Nova do Fieiro**[84] (GRÁFICO 28), relembrando na sua designação, a ocupação dos fieiros de areia. Se apenas neste ano tem assento nos *Arruamentos*, a sua existência é naturalmente anterior. Em 1792, já a Rua do Fieiro tinha habitações com uma certa antiguidade, pois sabemos que uma "morada de cazas que são terrias", "sitas na dita rua", foram adjudicadas ao pescador Manuel Martins Areias, morador na Rua da Areia, as quais "forão dos ditos defuntos seos pais e sogros"[85].

Criada a partir dos edifícios existentes no lado direito (norte-sul) da Rua Nova da Areia, exibia nesse ano inicial, 30 casas a nascente e 11 a formar a correnteza poente. Até 1810 observa-se uma nítida tendência de crescimento nesta ala mais próxima da praia, que recebeu 7 novas construções, enquanto no lado oposto apenas houve um acréscimo de 2.

Pela organização espacial nesta rua podemos comprovar que se mantém a tipologia do lote de duas frentes, com as moradas de casas a confrontarem com a Rua do Fieiro e com a Rua Nova da Areia (S.ª da Lapa)[86]. Na ala poente e no topo mais sul era situação vulgar o casario confinar com "areia solta" por todos os lados. Ainda em 1810 "hua morada de cazas terres com seu quintal e pertenças citas na Rua do Fieiro", "confrontão pela parte do nascente com cham e terra de areia solta" e "rua publica que vai para a Senhora da Asumção, do norte com o caminho que atravessa da mesma rua

[84] Actual Rua da Assunção.

[85] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 66.

[86] QUADRO 7; Ap. Doc. docs. n.os 487, 545, 554, 591, 685, 699, 840, 854, 870, 889 e 914.

para o mar" e "do poente com a esplanada do mar"; e são muito frequentes as casas que pelo poente têm "area solta perto do mar"[87] ou "area solta chamada a Caberneira"[88].

Muitos eram os lotes de areia que ainda se encontravam vazios, principalmente na parte poente da rua, à espera de receberem construção. Ao percorrermos o QUADRO 10, percebemos que o "sitio do Fieiro" ou a Rua (Nova) do Fieiro correspondem à zona onde se transacionou maior número de lotes, ao longo do período em estudo, mesmo nas décadas de vinte e trinta do século XIX. E, de facto, era nesta zona, por ser a que ia conquistando terreno à praia, que ainda se poderia "idificar cazas em aumento da povoação e Villa"[89], onde se pudesse albergar a crescente classe piscatória que, por razões óbvias, pretendia morar junto ao mar.

A partir de 1814, ficando com menos algumas casas que passaram a integrar a nova Rua da Caverneira, a rua chamada simplesmente Rua do Fieiro continuou a ser marcada por um aumento da actividade construtiva, apresentando, em 1832, 9 moradas novas.

A conquista e ordenação dos areais deu-se por terminada com a definição do mais ocidental dos arruamentos, a **Rua da Caverneira** (GRÁFICO 30), que dominava o alto da duna. Pela orientação com que é definida nos *Arruamentos* de 1814, nascente-poente, apercebemo-nos que a abertura desta rua inaugurou um outro sentido, na definição morfológica desta zona. Nesse ano, apareceu, pela primeira vez, separada da rua que lhe deu origem, a do Fieiro, da qual recebeu alguns edifícios do lado poente e também pelo menos um do lado nascente[90], o que permite concluir que estamos na presença da

[87] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.^{os} 707, 387, 498, 588 e 775.

[88] O que demonstra que de facto, a poente, a Rua da Caverneira era muito pouco extensa - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 619.

[89] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 668.

[90] Do lado nascente da Rua do Fieiro (sul-norte) recebeu a última casa (a de Manuel José Milhazes) e anexou mais quatro pertencentes ao início do lado poente (os armazéns de José da Nova, Manuel António de Sousa, Manuel Martins Morim e José Felix Pereira), e possivelmente outros três armazéns deste mesmo lado (o que não podemos assegurar devido à mudança de proprietário), o que nos confirma a sua dupla

primeira rua que corta de forma ortogonal o sentido linear norte-sul dos arruamentos principais, criando-se assim uma serventia a partir da Rua da Areia[91] para a praia. A sua dupla orientação, que com início a nascente, atinge o areal a poente[92] e inflecte depois para sul, mantém-se até ao ano de 1828. Nessa data assume exclusivamente o seu traçado paralelo ao mar[93], passando a nova Travessa do Fieiro, de sentido nascente-poente, a substituir o fragmento inicial da Rua da Caverneira.

A Rua da Caverneira é marcada por uma tendência de aumento do número de construções; recebendo 4 edifícios novos entre 1814 e 1832, atingiu neste ano um total de 12. Como podemos verificar para o ano de 1828[94], existe uma alternância destes com os espaços vazios, sejam chãos de areia ou os quintais pertencentes à Rua do Fieiro.

Na **Travessa do Fieiro**[95] (GRÁFICO 29) dominavam do lado sul, os portais das casas do topo norte das Ruas do Fieiro e da Caverneira, frente aos quais se levantaram igualmente portas de acesso aos quintais da Rua da Bandeira e diversos armazéns pertencentes a esta mesma rua[96], num total que evoluiu de 7 para 9. São estas construções de apoio, levantadas nas traseiras das casas da Rua da Bandeira, que, a partir de 1828, deram a esta via uma existência em separado da Rua da Caverneira;

---

orientação - cf. A.M.P.V., *Livros de Arruamentos,* mços. 51 e 51A, lvs. de 1810 e 1814.

[91] Identificamos a "trabeça que vay da Rua da Areia para o mar", e que que servia de limite sul a uma morada de casas da Rua da Fortaleza, como sendo o topo nascente da Rua da Caverneira - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 365, de 1809.

[92] Um documento de compra refere-se a "huas cazas terrias ou armazem citas na Rua da Cabarneira" que "forão feitas e construidas em terra de area solta marinha" e confrontam do norte com a casa dos vendedores na Rua da Bandeira, "do poente com o armazem", "do nascente com a quingosta ou caminho que vai da Rua da Bandeira para a Rua da Cabarneira e do sul com areia solta da mesma rua" - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 472, de 1814.

[93] É a actual Rua da Caverneira, entre o topo poente da Rua do Cego do Maio e a Casa dos Pescadores.

[94] QUADRO 7.

[95] Hoje designada por Rua do Cego do Maio, estende-se da Rua 31 de Janeiro à Rua da Caverneira.

[96] QUADRO 7.

trata-se de uma realidade também observável nesta última rua e que lhes retira a função habitacional.

À medida que se adensou o crescimento para sul e poente, tornou-se necessário proceder à abertura de travessas de orientação perpendicular às vias principais e ao mar, confirmando-se assim que o prolongamento destas ruas e a ocupação dos terrenos vazios tornava mais difícil a circulação, sem a abertura de eixos que definissem o percurso. Muitas eram simples serventias de carácter particular[97], outras eram caminhos do domínio público. Mas todos eles eram estreitas vielas, que por vezes não passavam de apertados corredores entre as paredes laterais das casas e os muros dos quintais. O seu traçado rectilíneo foi o resultado directo da marcação prévia dos lotes mas, por outro lado, era favorável à boa circulação dos pescadores transportando os varais e os mastros das suas embarcações para o quintal da casa[98]. São muitas as informações que dispomos sobre a existência de carreiros que, partindo das ruas mais interiores (Ferreiros, Trás-os-Quintais e Areia), atravessavam os outros arruamentos em direcção à praia; aparecem quase sempre descritos como "caminho que vai para o mar"[99], o que facilmente se compreende pela importância que este tinha (e tem) na vida da comunidade estabelecida nesta zona.

A Igreja de N.ª S.ª da Lapa, como ponto terminal de muitos percursos, acabou por funcionar não só como pólo ordenador do crescimento paralelo ao mar, mas ainda como razão da abertura de outros caminhos transversais que para aí convergiam; o que indicia a existência do "caminho" e "pontilhão por onde se vai da Rua dos Ferreiros desta mesma para a Capella de Nossa Senhora da Lapa"[100].

---

[97] Por exemplo, o pescador João Francisco Contrão possuia "hua pequena quingosta pella parte do norte que hé pertença das ditas cazas" onde vivia, na Rua dos Ferreiros - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 462.

[98] OLIVEIRA, E. Veiga de; GALHANO - *Ob. cit.*, p. 10 e nota 24 na p. 38.

[99] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 132, 212, 315, 324, 387, 403, 569, 610, 707 e 763.

[100] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 721 e 845. Talvez se possa relacionar este caminho com o que hoje corresponde ao topo poente da Rua do Coronel Oudinot, fronteiro à Igreja de N.ª S.ª da Lapa.

Foi com a criação destes percursos, dos quais a Rua da Caverneira / Travessa do Fieiro e a Travessa da Caverneira[101] se assumiram como os de maior importância, porque possuiam construção própria, que o desenho urbano deste bairro, assente numa grelha ortogonal, adquiriu a sua máxima expressão.

Em simultâneo, com o avanço da urbanização em direcção à borda de água, edificando-se casas cada vez mais próximo do mar e criando-se travessas para facilitar o acesso à praia, o sentido de expansão para sul tornou-se bastante significativo neste período. É visível na continuação do crescimento das ruas existentes, como a dos Ferreiros, a da S.ª da Lapa e a do Fieiro, mas tem particular significado o desmembramento do topo sul da Rua da Areia (a partir do Largo da Igreja) que, a partir de 1814[102], passou a constituir a **Rua da Poça da Barca** (GRÁFICO 24), com 18 casas.

Esta rua, que já em 1796, aparecia com a designação de Rua da Poça da Barca, recebeu até 1832, sete novas construções, continuando a tendência da expansão em direcção a sul e mantendo uma preferência pela ocupação do lado direito (sul-norte), pois as casas desta rua faziam confrontação pelo poente com "area solta" e pelo nascente com "o ribeiro que vem da Poça da Barca"[103].

Pelos finais do período em estudo, assistiu-se no sítio da Poça da Barca a subemprazamentos de lotes "de terreno de area solta, fronteira ao mar, entre a Capella de Nossa Senhora d'Assumpção, e o destricto de Villa do Conde", para se "edificarem cazas para comôdo, e albergue da multiplicidade de pessoas que tem crescido"[104]. O

[101] A única referência que temos da Travessa da Caverneira, onde em 1835 foi vendida "uma morada de cazas terreas e pertenças que servem d'armazem", confinantes do norte com a travessa, do nascente com casas, do sul com terreno e do poente "com areia dos varaes", leva-nos a pensar que se trata da actual Rua do Fieiro (na planta de suporte tem o nome de Rua da Caverneira) - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 922.

[102] Embora, desde 1772, se encontrem referências a esta rua - cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIV, 1975, n.º 2, p. 299.

[103] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 137 e 391. Embora os *Arruamentos,* a partir de 1814, não distingam os dois bordos das ruas, podemos comprovar essa preferência através da observação da planta de suporte que, mesmo sendo bastante posterior (1901), demonstra essa permanência no tipo de ocupação aqui existente.

[104] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 786, de 1828.

edifício religioso deixou de ser o baluarte que assinalava o fim da povoação, na medida em que as casas o ultrapassaram, alinhando-se de forma paralela ao mar em direcção a Vila do Conde. Se à segunda metade do século XVIII coube a tarefa da conquista, ordenação e ocupação das areias entre os Ferreiros e a Caverneira, entrado o século XIX tornou-se imprescindível preencher de forma mais compacta os areais do Fieiro e ocupar o lugar da Poça da Barca.

Um melhor entendimento do acréscimo da actividade construtiva nesta zona litoral e, por conseguinte da sua expansão urbanística, é-nos dado pelas escrituras de compra de chãos de areia e de pedidos de dinheiro às confrarias e irmandades para essas aquisições e para a construção das casas[105]. Quanto às primeiras, que organizámos no Quadro 10, permitem definir alguns dos aspectos morfológicos desta zona, e que já forão abordados, e ainda comprovar que todo o período considerado foi dominado pelo processo de intensificação da ocupação do areal fronteiro à enseada.

O bairro sul comunicava, directamente pela praia ou através da Rua da Fortaleza e também pela Rua da Bandeira, com a **zona envolvente do "Castelo"**. Em redor do edifício de carácter militar e do curso do Esteiro, próximo da praia da Ribeira, onde se fazia a lota e tinha assento o estaleiro de construção naval, assistiu-se, por todo o período, a uma intensa ocupação do solo. Para além de se articular com os outros espaços da povoação, este sítio disfrutava de uma óptima localização, junto ao porto de

[105] No processo de fomento da habitação destaca-se o papel assumido pela Santa Casa da Misericórdia no apoio às pessoas mais carenciadas, disponibilizando parte das suas rendas para empréstimos (ao juro da lei) do dinheiro para a compra de terrenos e habitações - cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 319, 331, 334, 354, 355, 363, 423, 661 e 766, entre muitos outros; AMORIM, Manuel - *Como a antiga Matriz passou a Igreja da Misericórdia e depois foi demolida em 1910,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 23 de Março de 1983, p. 1. A Irmandade de N.ª S.ª da Assunção desempenhou uma função muito importante, proporcionando esse auxílio à classe piscatória; assim como a de N.ª S.ª das Dores, as Confrarias das Almas, do Santíssimo Sacramento e de N.ª S.ª do Rosário junto da população em geral - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 309, 310, 311, 373, 359, 398, 597 e 727, entre muitos outros.

abrigo, ao mesmo tempo que se abria para sul e para norte, zonas privilegiadas de urbanização; além de que pela Rua da Ponte comunicava com o núcleo antigo. Aqui deu-se um intenso (talvez se possa mesmo considerar o mais significativo) aumento da construção. Acotovelavam-se os armazéns em redor do Castelo e voltados para o curso de água, nas Ruas da Fortaleza, da Bandeira, do Esteiro, da Ponte e nas traseiras da Rua Nova da Junqueira.

A **Rua da Fortaleza** (GRÁFICO 32) que, no seu caminhar para ocidente, desembocava no lado nascente do castelo, ficou marcada entre 1792 e 1832 por uma linha de crescimento contínuo e acentuado. A sua extensão era bastante maior do que na actualidade[106], como se depreende a partir das casas edificadas em lotes que tinham a frente voltada para a Rua da Ponte e as traseiras para a da Fortaleza e também a partir da existência dos portais que, pertencendo à Praça do Pelourinho e à Rua de Trás-os-Quintais, se abriam na Rua da Fortaleza[107], o que pressupõe que a rua se estendia ao topo nascente do actual Largo Elísio da Nova.

Por outro lado, tendo em atenção que algumas das casas do lado direito (nascente-poente) se localizavam "junto ao castello"[108], a rua prolongava-se igualmente para poente, contornando e envolvendo com edificações de madeira o fosso do edifício militar. Ao longo do período, denota-se um nítido aumento destes armazéns ou "cazas de pau" que, edificados junto ao fosso, em chão "da explanada do castello", foram progressivamente circundando a Fortaleza por todos os lados[109]. Assim o podemos concluir, com base nas confrontações apresentadas em documentos de compra de barracas. A rua estendia-se por este e nordeste do Castelo: "hua barraca de madeira",

[106] Hoje encontra-se compreendida entre a Rua do Tenente Veiga Leal e a Rua do Dr. António Silveira (que era a antiga Rua da Bandeira).

[107] QUADRO 7.

[108] Esta expressão é constante nos *Livros de Arruamentos* a partir de 1796.

[109] Ap. Doc., A.D P., docs. n.^{os} 618, 653, 701, 820, 878 e 887. É nos inícios de Oitocentos que se iniciou esta apropriação das areias junto à contra-muralha e ao fosso do Castelo.

confinante pelo norte "com outra barraca", "do nascente com o quintal das cazas de Francisco de Oliveira Senra e do sul com hua barraca do mesmo, e do poente com a rua publica e Fortaleza"[110]. Mesmo as barracas edificadas pelo norte continuavam a fazer parte da Rua da Fortaleza, como se depreende da seguinte descrição: "hum armazem de taboado cito na Rua da Fortaleza incostado ao foço do Castello", "que confronta pello nascente com outra barraca", pelo "norte com o caminho que vai para a praia", pelo "sul com o foço do castello" e pelo "puhente com outra barraca"[111]. Pelo sul da Fortaleza, as construções foram igualmente avançando pela areia, à medida que escasseava o espaço livre: "hum armazem de taboado debaixo da esplanada do Castello", confinante "pello norte com o foço", pelo "nascente com armazem", pelo "sul com a rua que vai para a praia" e pelo "puhente com o armazem"[112].

A apropriação das areias junto à contra-muralha exterior e ao fosso do Castelo, iniciada nos princípios de Oitocentos, prolongou-se por toda a centúria[113].

O lado direito da rua, devido ao prolongamento referido, aparecia como o mais densamente construído, onde se levantaram 11 novas casas até 1810; nos quintais destas moradas, que se estendiam até ao leito do Esteiro[114], edificavam-se por vezes pequenas construções de apoio com rampas de acesso ao curso de água[115]. Ao longo

[110] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 463, de 1813. Este troço viário a nascente do Castelo era, por vezes, designado "Rua do Castelo" - cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. IX, n.º 1, 1970, p. 100.

[111] Ap. Doc., A.D.P. doc. n.º 829, de 1830. O alinhamento de construções a norte do Castelo originou a formação da actual Rua da Ribeira.

[112] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 834, de 1830.

[113] Na planta do "Projecto de melhoramentos no bairro do Castelo d'esta Villa", de 1893, observa-se que toda a área circundante do edifício militar estava ocupada com construções, excepto pela parte mais poente, onde não era autorizada a edificação - cf. BARBOSA, Jorge - *Art. cit.*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. IX, n.º 1, 1970, p. 98 e fig. 48.

[114] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 186, 590, 688, 799 e 929.

[115] Na compra de uma casa, efectuada em 1822, esclarece-se que a propriedade tem "quintal e posse no poço, e no fim do quintal huma cazinha de pedra ou armazem no fim deste huma rampa por onde se vay para o regato que vem da Possa da Barca, e de Coelheiro" - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 644.

deste, e pelo fundo dos quintais, formou-se um caminho, como se deduz da localização de uma morada de casas que "partem do norte com a rua ou trabessa por tras da Rua da Fortaleza" e do sul com a dita artéria[116].

O casario do lado esquerdo ou sul, que no mesmo período aumentou 4 casas, tinha uma expressão menor, que se compreende pela alternância destas com alguns portões, relativos um à Rua da S.ª da Lapa e os restantes sete à Rua da Bandeira[117]. É deste lado que se podiam encontrar os poucos terrenos livres[118]. Antes da abertura desta última rua, os quintais das casas da Rua da Fortaleza eram bastante compridos, chegando até à Rua do Fieiro[119]. Os lotes que constituiam este alinhamento sul estendiam-se, pois, entre dois arruamentos, a um pertencia a fachada da casa, ao outro o portão do quintal ou um armazém.

De 1814 em diante prosseguiu o desenvolvimento ascendente que, no geral, caracteriza a Rua da Fortaleza já que, ao passar de 41 para 76 casas entre 1792 e 1832, demonstra o maior crescimento registado, num total de 35 novas edificações.

Para além do aumento das artérias que tinham existência confirmada desde meados do século XVIII, o nosso período de estudo ficou marcado pela criação de novos arruamentos numa zona que se distinguia com a grande dinâmica implementada pelo comércio e salga do pescado.

Proporcionando novos espaços para a construção, ao mesmo tempo que estabeleceu o prolongamento da malha urbana entre a Rua da Fortaleza e as ruas do bairro sul, surgiu a partir de 1814 a **Rua da Bandeira** (GRÁFICO 31). É um eixo de sentido nascente-poente que, arrancando a meio da Rua da Fortaleza[120], se abria em direcção à

[116] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 298, de 1806.

[117] QUADRO 7.

[118] QUADRO 10.

[119] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 68 e 319.

[120] Na planta de suporte, a Rua da Bandeira aparece com uma extensão maior, principiando na Rua do Pelourinho (actual Rua do Dr. Sousa Campos), ou seja engloba as actuais Ruas do Eng.º Duarte Pacheco e

praia e, por isso, de traçado paralelo à Travessa do Fieiro (Rua da Caverneira). Entre estas duas artérias era possível a circulação através de uma "quingosta ou caminho que vai da Rua da Bandeira para a Rua da Cabarneira"[121] e que se desenhava entre as construções e muros dos quintais. Os lotes criados entre os dois arruamentos tinham duas frentes, sendo abundantes os armazéns e portões das casas da Bandeira virados para a Travessa; também com a Rua da Fortaleza, como já referimos, se manteve esta duplicidade de ocupação, onde vários portões permitiam a ligação dos quintais da Bandeira com o espaço público[122].

De 1814 a 1832 poucas alterações se registaram no volume de construção da Rua da Bandeira.

Contemporânea da criação da Rua da Bandeira, a **Rua do Esteiro** (GRÁFICO 33) resultou do desmembramento do topo ocidental da Rua da Ponte. Embora apenas em 1814 apareça nos *Arruamentos,* já pelo menos em 1801 tinha existência confirmada[123]. O seu traçado (nascente-poente) acompanhava de certa forma o curso do Esteiro e era paralelo à Rua Nova da Junqueira. No quarteirão compreendido entre estas duas artérias prevalecia a organização espacial de lotes profundos que edificavam a fachada principal das casas na mais importante Rua Nova da Junqueira e as traseiras, com uma função de armazém ou simplesmente por onde se acedia ao portão do quintal, abriam-se para um arruamento secundário e para as águas do Esteiro.

Pelo lado sul, encontramos a mesma realidade, visível nas habitações e cancelas que são da Rua da Fortaleza[124], que lhe ficava paralela. No topo mais ocidental deste alinhamento, o casario apresentava-se confinante "pelo nascente com o Rio do Esteiro,

---

do Dr. António Silveira.

[121] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 472, de 1814. Encontramos também a referência a uma "trabeça que vai para a Senhora da Lapa" - A.D.P., doc. n.º 538, de 1817.

[122] QUADRO 7 e Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 559, 561, 675 e 698.

[123] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 226.

[124] QUADRO 7.

e do poente com a praya do mar" ou com outras construções que se foram levantando na areia[125]. Entre estas casas e a Fortaleza abria-se "o caminho que vai para a praia" e conduzia ao "estaleiro das embarcaçoins"[126].

Pelo que foi descrito, constatamos que a Rua do Esteiro aproximava a sua vocação da já abordada Rua de Trás-os-Quintais, ou seja, limitava-se a desempenhar um papel secundário na malha urbana, recebendo as traseiras e os armazéns das habitações que lhe voltavam as costas e lhe recusavam as frontarias, que se implantavam voltadas para o mar e para a Rua da Junqueira.

No entanto, a sua existência e crescimento resultou da maior importância que foi adquirindo a Rua Nova da Junqueira e que tinha nas suas traseiras viradas a sul um prolongamento das casas que se iam levantando. A partir de 1827 definiu-se um ritmo de crescimento bastante acentuado; com 19 construções neste ano, chegou às 32 em 1832. A explicação desta realidade passa certamente por novos critérios utilizados pelos Louvados na elaboração da listagem dos *Arruamentos,* na medida em que este aumento é resultado de um decréscimo de construções na Rua Nova da Junqueira, que passaram a ser contabilizadas na Rua do Esteiro.

A **Rua da Ponte** (GRÁFICO 35), elemento essencial na definição urbanística desta zona litoral da Vila, pela função que lhe pertencia de proporcionar a ligação à praia da Ribeira, e que foi a razão da sua abertura, passou neste período por várias transformações. O seu percurso[127] iniciava-se no largo onde estava o Pelourinho, passava pelo terreiro de S. Roque ou Praça da Junqueira e estendia-se até à Fortaleza, de onde se alcançava a praia. Duas pontes faziam parte desse percurso, uma sobre o

[125] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 440, 463 e 650.

[126] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.^{os} 565 e 572, de 1818.

[127] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 135, 220, 414 e 425.

regato das Trempes estava à entrada do largo de S. Roque[128] e a outra lançava-se sobre o Esteiro frente à porta do Castelo.

Era bastante acentuada a diferença do volume de construção que formava cada um dos seus bordos. O lado direito (nascente-poente), onde entre 1793 e 1795 se acrescentaram sete casas, manteve-se relativamente estável até 1810, com as suas 18 edificações. Este lado encontrava-se urbanizado na sua parte mais a nascente[129], sendo depois interrompido pela passagem do regato das Trempes e pelo arranque da Rua Nova da Junqueira, a que se seguia a presença da Capela de S. Roque e das construções pertencentes aos quintais da Rua Nova da Junqueira[130]. A partir de 1814, não podemos, porém, perceber se de facto novas construções se levantaram neste alinhamento norte.

É do lado contrário que se verificou um ritmo forte de crescimento: de 1793 a 1810 recebeu 18 novas casas, que assim passaram a somar 50. E era também neste alinhamento que, ao longo de todo o período, se podiam encontrar espaços baldios e lavradios (com milho) [131], intercalados com o casario. As casas do início desta banda estendiam os seus terrenos até à Rua da Fortaleza e confrontavam também com as águas do regato das Trempes[132]; à medida que se avançava para poente, o limite sul

[128] Esta primeira ponte deu origem à designação de "Rua da Ponte da Junqueira" - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 38.

[129] Pode-se comprovar esta afirmação se considerarmos a morada do cirurgião Filipe José Carneiro que é, em 1792, a penúltima do lado direito e em 1828 (sendo a contagem iniciada pelo lado esquerdo, do nascente para o poente) mantém a mesma posição; reparando que as suas propriedades são confinantes com a Rua das Trempes, para onde se abrem os portais da sua casa situada na Rua da Ponte, percebemos que, pelo menos até 1810, o lado esquerdo só tem construção até ao início da Rua Nova da Junqueira - cf. QUADROS 5 e 7.

[130] As moradas que formam o início do lado esquerdo da Rua Nova da Junqueira (nascente-poente) apresentam os seus armazéns nas traseiras ou casas térreas virados para a Rua da Ponte - cf. QUADRO 7 e Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 267, 502, 801 e 913.

[131] QUADROS 5 e 7 e Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 541 e 576.

[132] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 59, 646, 605

dos terrenos passava a ser feito pelas águas do Esteiro[133]. Ao longo do curso deste foi-se formando um caminho denominado "rua detras da Rua da Ponte"[134] que nos apareceu pela primeira vez no ano de 1822.

Sobre a ponte existente em frente ao Castelo, e prolongando assim o alinhamento da rua, foram-se fazendo edifícios, como se depreende da escritura de compra de "huma morada de cazas terrias que servem de armazeins", "citas em sima da ponte" e que confrontam pelo norte com a Rua da Ponte e pelo sul com o regato do Esteiro[135]. Somos levados a pensar que o espaço fronteiro à entrada da Fortaleza se apresentava relativamente livre de construções, pelas confrontações de "huma morada de cazas terreas citas na Rua da Ponte do castello", que pelo norte davam para a dita rua, pelo nascente tinham outra casa, pelo sul "o rio Esteiro" e pelo poente "o terreno denominado horta do Castello"[136].

Do total de 68 casas que formavam esta rua em 1810, restavam em 1814 menos de metade, ou seja 32; é que, e como já foi referido, a partir do seu topo ocidental criou-se a Rua do Esteiro, ao mesmo tempo que, na direcção contrária se formava o Terreiro do Pelourinho com casas antes integradas na Rua da Ponte.

À **Rua Nova da Junqueira** (GRÁFICO 36), cujo traçado acompanhava pelo norte o leito do Esteiro, coube desde cedo o importante papel de ligação entre a zona de S. Roque com a Senra e as areias da Areosa e Regouça. O seu percurso iniciava-se junto à Capela de S. Roque e, já próximo da praia (no actual Largo Dr. David Alves), inflectia para sudeste (pela actual Rua do Paredão), permitindo que algumas moradas de casas se construissem "defronte da praya do mar"[137]. Era aproximadamente no ponto dessa

[133] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 425, 600, 574 e 576.

[134] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 647.

[135] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 679, de 1823; A.M.P.V., A., doc. n.º 33.

[136] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 425, de 1812.

[137] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 523.

inflexão que vinha desembocar a Rua da Senra e de onde arrancava a Rua da Areosa, que era afinal o prolongamento da Rua da Junqueira em direcção ao areal, a norte.

A ocupação mais intensa que se constata no lado esquerdo (nascente-poente) resultou da criação de lotes delimitados a sul pelo Esteiro[138], o que fez com que as casas crescessem também para as traseiras através da construção de armazéns para a salga e negócio do peixe no fundo dos quintais[139], voltados para o regato e, posteriormente, para a Rua do Esteiro.

As vantagens trazidas pela proximidade da água fizeram com que a Rua Nova da Junqueira fosse muito procurada pelos contratadores de pescado ao longo de todo o período abordado, confirmando uma tendência que vinha de tempos anteriores. Em 1818, Bernardo José da Silva, Capitão de Milícias de Vila do Conde, comprou "hum pedaço de terreno no fundo" do quintal de Ana Rosa Saricas "que lança sobre o Esteiro", onde pretendia construir um armazém. Como também a vendedora "uza de benefeciar pescados, e sardinha", contrataram-se para que "se fizesse o armazem tambem em terra do dito quintal [da vendedora], para ficar unido ao armazem delle outorgante" e "nelle todo fazerem beneficiar pescado, e sardinha em sociedade". As obras ficaram a cargo do Capitão e no final "fezerão entre si contas pellas folhas de pedreiros carpinteiros trolhas madeiras e mais recibos", emportando a empreitada em 129$400 réis[140].

[138] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 218, 219, 304, 395, 461, 551, 730, 754, 852 e 863.

[139] Veja-se o exemplo de "hua morada de cazas sobradadas citas na Rua Nova da Junqueira com seu quintal, e posse no posso, com hum armazem no fim do quintal junto ao rio do Esteiro" - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 466, 547, 754 e 875. É vulgar nos Livros de Arruamentos aparecer a expressão "caza e armazem no Esteiro" e também armazéns na Rua da Ponte, obedecendo ao esquema das duas frentes - cf. QUADRO 7. Em 1808, o contratador de pescado José de Sousa Guerra comprou umas "cazas sobradadas e hua piquena terre no fim do quintal com todas as suas pertenças entradas e logradoiros" que pelo poente estavam encostadas a outra casa sua e davam "do sul com a Rua da Ponte e do norte com a Rua da Junqueira" - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 346, 722, 739, 813 e 885.

[140] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 560. O Capitão comprou em 1823 a casa da sua sócia - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 680.

Temos assim que a banda meridional revelava uma densidade de construção que ultrapassava as sessenta casas (de 1792 a 1810), ao mesmo tempo que não ficou marcada por qualquer aumento, enquanto o lado contrário, com 26 casas em 1792, cresceu continuamente, recebendo 10 novas habitações até 1810.

O percurso da rua avançava para poente até atingir o areal, como nos deixa perceber a localização de "hua morada de cazas terreas sitas no fim da Rua Nova da Junqueira junto ao paredam do mar" e à "calçada que desce do paredam para o Esteiro"[141]. Ainda neste topo, mas do lado contrário o casario apresentava-se confinante com a Rua da Junqueira e com a Rua da Areosa, como se pode comprovar através de "huma morada de cazas terreas com seu quintal" que, situadas na Rua da Areosa, "confrontão da parte do norte com a dita rua, do sul com a Rua da Junqueira que vay para o mar", do puente com o mar, do nascente com cazas"[142]. A banda de construções que formava este alinhamento ocidental-norte era mais extensa que a que lhe ficava a sul, pois "huma morada de cazas terres com seu quintal", confrontavam pelo "sul com a Rua Nova da Junqueira" e eram "fronteiras ao paredão do mar", tendo pelo nascente outra morada e pelo poente um quintal[143]. A partir de 1782, como vamos ver, passaram estes edifícios a serem contabilizados na Rua da Areosa.

Se a partir de 1814 deixamos de poder fazer esta distinção entre os dois bordos da rua, fica-nos porém o registo de um crescimento acentuado (sobretudo a partir de 1819) que, no global, se caracterizou pela passagem de 89 para 109 casas, entre 1792 e 1827. A quebra registada no ano seguinte ficou a dever-se ao facto dos edifícios desaparecidos terem passado para a Rua do Esteiro.

[141] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 269 e 272.

[142] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 54 e 595. Estas moradas situadas muito próximo da praia atingiram preços de venda muito altos.

[143] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 880, de 1833.

Apesar do grande volume construído que definia o perfil da rua, vislumbrava-se entre o casario a existência de espaços por urbanizar[144]. Assim, do lado sul contavam-se três leiras em 1792, que em 1828 se reduziram a uma, o que significa que foram cedendo lugar à construção; do outro lado desenrolou-se neste período um processo de ocupação dos terrenos com novas casas[145], permanecendo em 1828, apenas um, sem edificações. As construções levantadas pelo norte possuiam compridos quintais que confinavam com o Campo do Agro[146], que se estendia até à Senra e Vila Velha.

Relativamente próximo do Largo de S. Roque, e no alinhamento norte da rua, interrompia-se a banda construída para se dar lugar à "Rua Travessa da Junqueira" que conduzia pela Rua dos Engeitados à Vila Velha. A urbanização do lado poente deste pequeno troço viário foi-se fazendo ao longo dos anos 1798 e 1799, resultando na construção de seis casas[147]. Em 1833 apareceu-nos esta artéria designada como a "rua nova que vai para a Rua dos Ingeitados"[148].

Do lado contrário existia uma "quingosta que vai dar ao mar"[149], possivelmente correspondente à actual Rua do Cais Novo.

Vimos já que em determinado ponto do seu curso, a Rua Nova da Junqueira bifurcava-se, continuando pelo sul com a mesma denominação e pelo norte criando-se a Rua da Areosa que se projectava até ao norte do local onde desaguava o Esteiro e onde se implantou o paredão.

Foi esta zona da **Areosa** privilegiada em termos de urbanização nas primeiras décadas do século XIX. Marcada desde meados de Setecentos pela instalação da

[144] QUADROS 5 e 7.

[145] Através de subemprazamentos em terras pertencentes ao Casal da Vila Velha, cujo Senhorio era a Casa da Praça, representada por Manuel Carlos de Guimarães Bravo de Sousa e sua mulher, D. Ana Rosa de Almeida Fugaça - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 163, 174, 197, 198, 199, 245, 246, 320.

[146] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 321, 322, 552 e 567.

[147] Em terrenos pertencentes à referida Casa da Praça - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 167, 168, 172, 173, 189, 190, 191, 192, 197,

[148] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 886.

comunidade piscatória, numa proximidade como o areal e o estaleiro de construção naval da Regouça, assumiu na primeira metade da centúria seguinte a continuação desse processo, ao mesmo tempo que foi procurada pela ainda insipiente clientela balnear, juntamente com as vizinhas Ruas Nova da Junqueira e da Senra. Facto significativo e que irá ter amplas repercursões ao nível do desenvolvimento urbanístico.

A **Rua da Areosa** (GRÁFICO 38), formada em 1782[150], a partir do casario que contava na parte mais ocidental do lado direito da Rua Nova da Junqueira, deu continuidade à urbanização que esta artéria fomentou, assumindo inicialmente um sentido nascente-poente e inflectindo depois para norte, urbanizando as areias da Areosa.

Tendo em atenção a orientação atribuída nos *Arruamentos,* do sul para o norte, e a herança recebida da Rua Nova da Junqueira[151], percebemos que o arranque do lado esquerdo da Rua da Areosa era formado pelas casas que confrontavam pelo sul com a Rua Nova da Junqueira. O que podemos comprovar com o exemplo de uma "morada de cazas sobradadas com seu quintal", "que partem do nascente com cazas", "do norte com a Rua publica da Areoza do puente com cazas" e "do sul com a Rua Nova da Junqueira"[152]. Estendia-se esta banda até bem perto do mar, como se pode ver por "hum terreno de areia cito na dita Rua da Arioza", que "parte pelo sul com o paredão",

---

[149] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 748.

[150] É neste ano que aparece pela primeira vez separada da Rua Nova da Junqueira, embora se possam recuar para 1731 as referências à sua existência - cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia...,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VII, n.º 2, 1968, p. 224.

[151] Repare-se que as 36 casas que em 1782 desapareceram do lado direito da Rua Nova da Junqueira (que de 47 edifícios, passou a ter 11) foram, nesse ano, contabilizadas na Rua da Areosa, formando 4 o lado direito e 32 o lado esquerdo - cf. ARAÚJO, Agostinho - *Ob. cit.,* pp. 29-30.

[152] Vejam-se no Ap. Doc., A.D.P., os docs. n.^{os} 207, 54, 595. Em 1811, o negociante António Luís Monteiro comprou da propriedade composta por "hua morada de cazas sobradadas com seu quintal, e no fim do mesmo huma caza de taboado que faz frente para a Rua Nova da Junqueira", sendo confrontante "pela parte do norte com a Rua d'Arioza" e "pelo sul com a Rua Nova da Junqueira", a dita casa de madeira; no ano seguinte comprou a outra casa - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 417 e 428.

pelo nascente com um quintal, pelo poente com "areia solta e pelo norte com cazas"[153]. Pelo lado contrário, levantaram-se algumas casas que ficavam fronteiras pelo sul à rua pública[154].

Continuava de seguida o casario da Rua da Areosa numa implantação de forma paralela ao mar[155], formando uma banda contínua com alguma expressão que, devido ao desenvolvimento que alcançou, se alastrava pelo Termo de Barcelos[156]. Levantadas sobre lotes compridos de terreno arenoso, as casas, "confrontantes para o mar", podiam ter as traseiras e quintais encostados a outras construções, formando-se assim pelo nascente um outro arruamento paralelo, de sentido sul-norte. Entre os dois abriram-se carreiros que davam "sahida para o mar"[157].

Com o incremento da actividade construtiva, esse incipiente caminho a nascente transformou-se na Rua do Norte, sendo definidos lotes com duas frente que permitiam a existência de moradas de casas que "confrontão com a Rua do Norte" e tendo outras no fundo do seu quintal de modo "que confrontão com a Rua da Arioza"[158].

Se o lado direito (sul-norte) da Rua da Areosa tinha pouca expressão, sem ultrapassar as seis casas (até 1810), é o lado esquerdo, que recebeu 32 dos edifícios antes pertencentes à Rua Nova da Junqueira, que registou um comprimento significativo e algum aumento, ao passar de 33 para 39 casas, entre 1792 e 1810. Das 45 habitações que formavam a via em 1810, apenas 20 aí permanecem em 1814, tendo as outras dado origem à já indicada Rua do Norte. Entre os anos de 1814 e 1827 houve

[153] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 438, de 1813.

[154] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 252.

[155] Formaram estes edifícios frente ao mar o lado nascente do actual Passeio Alegre - cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia...,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VII, n.º 2, 1968, p. 223.

[156] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 713: venda de "huma morada de cazas terrias" localizadas na "Rua da Arioza do termo de Barcellos que confrontão pello nascente com a Rua do Norte".

[157] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 263, 294 e 422.

[158] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 747, de 1826.

algum crescimento, com três novas casas construídas. Em 1828, novo desmembramento marcou a rua, com a criação da Travessa da Areosa.

A **Rua do Norte**[159] (GRÁFICO 37), incluída pela primeira vez nos *Arruamentos* no ano de 1814, apresentava-se como resultante do desmembramento do topo norte da Rua da Areosa, entrando como esta pelo Termo de Barcelos. Este novo arruamento, de orientação sul-norte, constituiu-se a partir da anexação de um total de 25 casas à referida rua, 18 pertencentes ao lado esquerdo e 7 ao lado contrário. Vimos já que entre as duas vias se marcaram lotes compridos, sendo muitas vezes as casas confinantes pelo poente com a Rua da Areosa e pelo nascente com a Rua do Norte[160]. Sabemos ainda que pela banda nascente existiam construções, talvez as que pertenceram ao lado direiro da Rua da Areosa, que pelas traseiras davam para campos[161].

Ao longo do período considerado não se verificou qualquer oscilação no número de edifícios que compunham a Rua do Norte. Embora à primeira vista possa parecer estranho, compreende-se este facto se atendermos a que, ao entrar pela terra de Barcelos, as casas aí levantadas não pagavam a décima para a Póvoa e por isso não eram registadas nos *Arruamentos* desta vila.

No entanto podemos fazer uma ideia da actividade de urbanização que marcou a zona mais a norte da povoação, através de escrituras de compra de terrenos e de empréstimo de dinheiro lavradas nos tabeliães da Póvoa. São estes documentos[162] que demonstram ter havido, ao longo do período, uma expansão urbana no litoral norte, nas Ruas da Regouça (a poente da Rua da Areosa)[163], Salgueira, Areosa e Norte, da parte

[159] Recebeu a designação de Rua de António Graça em 1909, em substituição da primitiva.

[160] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 713, 747 e 899.,

[161] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 890, de 1833.

[162] Quadro 10 e Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 157, 334, 451, 535, 582, 607, 612, 627, 671, 735, 827, 868 e 876.

[163] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 123.

de Barcelos, que não estavam dentro dos limites do termo mas só dos da freguesia da Vila.

A partir do ano de 1828 surge-nos separada da Rua da Areosa a **Travessa da Areosa**[164] (GRÁFICO 39), com um total de 13 edificações. Repare-se que ao ser desmembrada da rua que lhe deu origem, deixou esta com apenas 11 casas.

Pelos nomes dos proprietários, demarcamos esta travessa como formada no seu lado esquerdo (nascente-poente) por casas que davam também para Rua Nova da Junqueira e no lado contrário por edifícios do topo sul da Rua da Areosa, onde vinha dar ainda um portal da Rua do Norte[165]. É assim que, de alinhamento paralelo ao topo poente da Rua Nova Nova da Junqueira, se apresentava esta travessa como sendo o primitivo arranque da Rua da Areosa. Até 1832 manteve as mesmas 13 construções.

A **Rua da Senra** (GRÁFICO 40), de percurso prolongado, conduzia da Junqueira e Areosa ao arrabalde da Vila Velha por entre o casario e os campos. O lado direito (poente-nascente) foi aquele que registou maior índice de ocupação, com mais de 40 edificações, embora só tenha recebido um acréscimo de três casas entre 1792 e 1807; neste ano, 14 dos edifícios passaram a contar para a Rua dos Engeitados. Os quintais desta banda eram extensos, confinando com outros pertencentes à Rua dos Engeitados; poderiam ainda, e junto ao arranque sul, confrontar com a Rua Nova da Junqueira[166].

Por outro lado, foi a correnteza contrária que mais cresceu até 1810, passando de 24 para 34 casas, dando à rua um número equivalente de edifícios nos dois lados. Nesta rua podemos encontrar algumas propriedades lavradias, algumas ocupadas com o cultivo de milho e a presença de casas de lavoura[167].

---

[164] Corresponde à actual Rua dos Cafés.

[165] QUADRO 7 e Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 796 e 880.

[166] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 684, 733, 915 e 497.

[167] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 771, 855, 866 e 902; QUADROS 5 e 7.

Depois de 1814, o sentido da evolução desta rua passou pelo acrescentamento de 6 construções até 1832. Junto ao topo nascente passou a confluir a Rua da Silveira[168], com existência a partir de 1808.

A importância da abertura da **Rua dos Engeitados** (GRÁFICO 41) encontra-se no facto de permitir a ligação entre a Vila Velha e a Rua Nova da Junqueira, desembocando sensivelmente a meio desta. Antes dos Louvados, que no ano de 1807 procederam à cobrança da décima, lhe darem o estatuto de rua[169], a existência deste carreiro encontra-se confirmada desde o século XVI, o que atesta o papel que um pequeno caminho entre campos[170] , tinha como ligação para a zona da Vila Velha.

Verificamos que até 1832 este arruamento, de 14 edificações, teve um crescimento muito moderado, apenas com duas novas casas, além de que, ao ser por vezes tratada como a "quingosta que vem da Villa Velha para a Rua Nova da Junqueira"[171] demonstra o seu aspecto pouco urbanizado.

O seu percurso definia-se entre espaços livres de construções, ou seja, às poucas casas que possuia juntavam-se campos, quintais e hortas[172]. A presença destas áreas reservadas para a horticultura tinha um peso significativo na medida em que os *Arruamentos* os referem com frequência e, num significado de maior alcance, essa realidade ficou marcada na toponímia ao receber o nome de Rua das Hortas. A abertura deste arruamento foi o primeiro momento para a urbanização da zona ampla delimitada pelas Ruas da Senra e Nova da Junqueira.

[168] O portal de uma das duas casas que formam a Rua da Silveira abre para a Rua da Senra - cf. QUADRO 7.

[169] Embora as referências datem pelo menos do ano de 1790 - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 11.

[170] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 482.

[171] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 481.

[172] A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mç. 51, lv. de 1807; QUADRO 7; Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 482.

1.3 - O NOVO ESPAÇO DE LIGAÇÃO

A comunicação entre a área litoral e o centro antigo adquiriu uma nova dignidade com a urbanização de um espaço especialmente concebido para essa função, ao mesmo tempo que se criavam as bases para uma maior articulação e integração como um todo das duas zonas atrás descritas.

A **Praça Nova do Almada** (GRÁFICO 21) foi aberta para norte do eixo chamado Calçada, ocupando campos sem edificações. A urbanização da Praça contou com 17 casas, antes integradas na Rua de S. Sebastião, ou antes na Rua da Calçada. Desde cedo percebemos que a documentação trata de forma indistinta Rua da Calçada e Rua de S. Sebastião, quando remete para o conjunto edificado na banda sul da Praça, como se pode comprovar com a seguinte explicação: a "Rua da Calssada que hé no Campo della; ainda que noutro decumento de decima se trate pella Rua de Sam Sebastião"[173].

Encontramos referências que nos remetem para o ano de 1791[174] a existência de construção na Rua da Calçada que, como já vimos, desde o século XVI se assumiu como um eixo fundamental no conjunto da malha urbana.

O casario constituía um alinhamento linear de orientação nascente-poente que, iniciado pelo já analisado Terreiro de S. Sebastião, continuava pela Rua da Calçada/Praça Nova do Almada e terminava na Praça do Pelourinho. Com expressão enquanto "Praça" desde 1814, recebeu mais um edifício a partir do ano de 1828.

A Praça era mais urbanizada no seu lado sul-nascente, pois na sua parte terminal existiam portões de acesso a campos e cortinhas lavradias[175]. Pelas traseiras do casario, além dos quintais, com figueiras e canas, e dos lameiros, estendiam-se os vastos campos dos lugares dos Favais e Galé, atravessados pelos "arcos da agoa

[173] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.^{os} 16, 21 e 292.

[174] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 39. Jorge Barbosa esclarece que a Calçada passou a designar-se "rua" desde o segundo quartel do século XVIII, quando aí se edificaram as primeiras casas - cf. *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VIII, n.º 2, 1969, p. 257.

[175] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 917 e 926; QUADRO 7.

publica" e pelo regato dos Favais e formados pelas leiras dos Cardos e campo do Prado[176].

Na fronteira norte da Praça Nova edificaram-se os novos Paços do Concelho que continuaram rodeados por campos lavradios, o chamado "Cortelho das Trempes" e a "Cortinha da Lagoinha" que se estendia até ao sítio da Junqueira[177]. A praça com as Casas da Câmara constituíu-se como uma nova realidade assente na criação de um novo centro cívico.

A poente, formou-se a **Praça do Pelourinho** (GRÁFICO 22) que, também como a anterior, só se destacou da Rua da Ponte, na opinião dos louvados que cobraram a décima, a partir de 1814, muito embora desde 1792 nos apareça citada na documentação[178].

Foi formada com 12 habitações do topo nascente da Rua da Ponte. Importante núcleo de convergência de arruamentos, desenvolveu-se bastante até 1832, com a construção de mais 4 novas casas. Os edifícios alternavam com portões pertencentes a construções das Ruas dos Ferreiros e da Ponte e a campos[179].

Desta Praça partia para sul a Rua dos Ferreiros, ficando na esquina as "cazas terrias com seu quintal" pertencentes ao ferreiro Jozé Ruibal, que confrontavam "pello nascente com a Rua dos Ferreiros" e "do norte com a Praça do Pelourinho"[180]. De traçado paralelo, e recebendo as traseiras das habitações dos Ferreiros, corria "a rua que vai do Pelourinho" ou "da Ponte para Tras dos Quintais", denominada mais tarde Travessa ou **Rua do Pelourinho**[181]. Para poente entrava-se na Rua da Ponte e para nascente abria-se a Praça Nova. A separar esta da Praça do Pelourinho estava a

[176] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 376, 826, 126, 279, 292, 348, 350, 434 e 452.

[177] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 364, 196 e 286.

[178] Se em 1791 ainda se indicava o "sitio do Pelourinho", já no ano seguinte era mencionada como praça - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 38, 61 e 67.

[179] QUADRO 7.

[180] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 703.

imponente casa[182] de José Vicente Ribeiro de Queirós e a ligação fazia-se, pelo norte das casas, através da "travessa que da sahida à mesma Praça para o Pellourinho"[183].

Mais um elemento que nos permite comprovar a dinâmica urbana que marcou a zona entre o Pelourinho e S. Roque foi a abertura da **Rua das Trempes** (GRÁFICO 33). Contabilizada com 2 casas nos *Arruamentos* de 1828, em 1832 apresentava já 5 edifícios.

Seguia este caminho a par do regato das Trempes, entre campos e pelas traseiras dos Novos Paços, até à Rua da Amadinha. Em 1788 era já dada como "a quingosta das Trempes que vem do Bohido para a Junqueira" e em 1811 havia pelo menos "hua morada de cazas terrias citas na Rua das Trempes"[184].

Descritas as diferentes zonas que formavam o núcleo urbano podemos concluir que estamos na presença de três tipos diferentes de organização espacial pautadas por ritmos de crescimento diferenciado. A partir da análise da totalidade dos gráficos verificamos que ao longo do período abordado a Vila, tomada no seu conjunto, prolongou os seus arruamentos e as construções, passando de um volume aproximado de 790 casas para 1068.

A zona alta e antiga ficou marcada por um crescimento moderado, sem sobressaltos, em continuação da tendência que marcou igualmente a segunda metade do século XVIII[185], excepção feita à Rua de S. Sebastião que, por razões já apontadas,

---

[181] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 141, 142, 690, 903 e 908.

[182] BARBOSA, Viriato - *A Póvoa de Varzim (Ensaio da História desta Vila)*, 2.ª ed., Póvoa de Varzim, 1972, p. 97.

[183] *Um documento curiosissimo ácêrca da medição a que oficialmente se procedeu para rasgar a Praça do Almada.* Anotado e publicado por Bernardino Faria, in "A Povoa de Varzim", n.º 13, 2.º ano, 1913, p. 2.

[184] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 196 e 399.

[185] Ao longo da segunda parte do século de Setecentos, as ruas do bairro antigo pouco cresceram, destacando-se nesse processo a Rua de S. Sebastião, que passou de 39 para 53 edifícios, a da Amadinha que cresceu de 18 para 21, enquanto todas as restantes sofreram um aumento igual ou inferior a duas casas - cf. Araújo, Agostinho - *Ob. cit.*, quadro I.

foi nesse período pautada por altos índices de desenvolvimento. O núcleo original da povoação registava uma intensa ocupação, visível na quantidade significativa de construções; no entanto, os seus 236 edifícios apenas subiram para 248, correspondendo a 30 % e 23 % do total edificado.

Foi na zona litoral (excluindo a Senra e Engeitados) que se deu a expansão urbanística que caracterizou o período e que se saldou num crescimento de 485 para 693 casas, respectivamente 61 % e 65 % do volume construído. É, no entanto, uma contagem que peca por defeito, na medida em que não abrange toda a construção feita no Termo de Barcelos. Destacaram-se neste processo as Ruas dos Ferreiros, Nova da Junqueira e da Fortaleza, que receberam, respectivamente, mais 25, 20 e 35 novas construções.

A área central do aglomerado, à volta do Pelourinho e Praça Nova, que começou a ter expressão pelos inícios de Oitocentos, registava 39 construções em 1832, ou seja 4 % do total, parte das quais foram, como explicamos, anexadas ao núcleo antigo.

Quanto aos arruamentos da Senra, Engeitados e Silveira, tomados em conjunto pelo seu percurso rural, em 1792 tinham 69 casas (só na Rua da Senra), que correspondiam a 9 %, e 88 habitações em 1832, equivalentes a 8 % do total dos edifícios da Vila.

Sintetizando, podemos afirmar que o extraordinário desenvolvimento urbano deu-se junto ao litoral: para sul, em direcção à Igreja da Senhora da Lapa e Poça da Barca; em redor da Fortaleza e na Junqueira; e para norte, paralelamente ao mar, na zona da Areosa. Era, sem dúvida, toda esta franja litoral que condensava o maior número de habitações e que passou então a ter uma definitiva superioridade no conjunto do povoado. Apercebemo-nos que aos próprios habitantes da época não era estranha a percepção da fase de crescimento que, pela década de vinte, estava a marcar a Vila, os quais entendiam que as áreas privilegiadas para "se idificar cazas em aumento da

povoação e Villa", face à "multiplicidade de pessoas que tem crescido", eram de feição litoral: o Fieiro e a Poça da Barca[186].

A segunda metade do século XVIII foi, como documentou Agostinho Araújo, marcada por um intenso crescimento urbano do litoral que, na continuidade de um processo de raízes longínquas, deu início à inversão da "relação de forças entre a parte alta e antiga da povoação e a ribeirinha ou de povoamento mais recente"[187], como resposta às novas necessidades trazidas por um crescimento demográfico resultante da afirmação da actividade piscatória. Podemos ver que coube à primeira metade de Oitocentos o acentuar desse processo, revelador da vocação piscatória da povoação e dando resposta às necessidades daí resultantes, ao mesmo tempo que se ensaiaram as primeiras experiências da moda dos banhos, actividades voltadas para o mar e que definitivamente transferiram o peso do conjunto habitado e os elementos de decisão política e carácter cívico para a parte baixa do território.

Pelos inícios da década de trinta do século XIX, no núcleo antigo encontravam-se definidas as linhas ordenadoras do casario e preenchida grande parte da área, enquanto na zona litoral ficaram desenhadas, e em parte ocupadas, as linhas de expansão (PLANTAS 1 e 2).

Poderemos assim propor um modelo de urbanização para caracterizar os quarenta e cinco anos tratados assente na intensificação da ocupação do solo nas zonas de raíz mais antiga e na criação de novas linhas orientadoras da urbanização, onde ainda não existiam ou eram muito incipientes, como o bairro norte da Areosa e a Praça do Almada.

O surto de crescimento urbano (GRÁFICO 43) esteve directamente relacionado com uma conjuntura socioeconómica favorável, que fez com que a malha urbana se adensasse e alastrasse para as áreas livres, impulsionada pelo acréscimo populacional dentro da classe piscatória, numa confirmação de que "o aumento demográfico

[186] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 668.

[187] ARAÚJO, Agostinho - *Ob. cit.*, p. 20.

acompanha e provoca o desenvolvimento urbanístico"[188]. Para além do adensar da malha urbana, com a ocupação progressiva dos espaços livres, ao longo do período deu-se ainda o crescimento em altura das construções.

Desde a última década de Setecentos deparamos com a existência de um vasto e complexo programa de obras públicas, apoiado pelo Corregedor Almada, e que resultou das necessidades surgidas com a dinâmica urbanística que marcou a segunda metade do século XVIII, ao mesmo tempo que serviu de suporte para expansão coeva, concretizado em intervenções profundas ao nível das infra-estruturas e também na melhoria do quadro urbano, através de trabalhos de calcetamento, beneficiação de pontes, limpeza e ordenação do espaço público. Esses trabalhos, analizados adiante, são simultaneamente a comprovação e o suporte da expansão urbanística.

2 - Os lugares rústicos do termo

O núcleo urbano propriamente dito, tal como acabamos de descrever e analisar, deixava de fora a realidade espacial que os *Arruamentos* e *Maneios* designam por "lugares rústicos"[189] e que nós consideramos como os arrabaldes e aldeias que existiam na sua periferia (Planta 1). A distinção assim estabelecida baseia-se, essencialmente, no critério da proximidade face ao centro urbano. Assim os arrabaldes podiam ser considerados como prolongamentos imediatos da malha urbana através das principais ruas que penetravam nos espaços rústicos, como o caso do Coelheiro, do Pinheiro, dos

[188] Santos, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana,* in "Revista de História", n.º 1, Porto, INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 287. Gráficos 1 e 43.

[189] Reunimos nos Quadros 6 e 8 as informações retiradas dos *Livros de Arruamentos* dos anos de 1792 e 1828 e no Quadro 11 a evolução do total de casas e propriedades entre 1792 e 1832, a intervalos de cinco anos.

Fiéis de Deus ou da Vila Velha; enquanto as aldeias ficavam muito afastadas do centro da Vila, nalguns casos junto aos limites do termo e, por vezes, prolongando-se pelo território de Vila do Conde e de Barcelos.

Exercendo um forte domínio sobre a área rural envolvente, o centro da Vila dependia fortemente dela, tanto para o abastecimento de água, produtos alimentares e matérias primas (madeira, pedra e barro) bem como para pasto dos animais ou recrutamento de mão-de-obra. Por várias vezes a administração municipal recusou pedidos de particulares para emprazamento de terrenos na Gandra por ser este lugar de grande utilidade pública, "por não terem o povo e moradores desta Villa e suas vezinhanças como tambem os lavradores outro algum montado nem baldio que lhes possa servir de lugradouro não só para os gados e mais animais mas tambem por não terem outro citio onde possão tirar pedra barro e saibro para os seus edefiçios"[190].

Era vulgar os arrabaldes das cidades e vilas serem o local de residência de um conjunto de trabalhadores que viviam dos serviços prestados ao núcleo urbano: trolhas, pedreiros, jornaleiros ou moleiros. Embora nesta época não fosse situação vulgar os habitantes dos arrabaldes trabalharem diariamente no núcleo urbano (excepção feita àqueles que lhe ficavam próximo), a ele recorriam como centro de serviços e utilizavam os seus mercados e feiras para escoamento dos produtos.

Podemos recuar para o século XVII ou mesmo XVI[191] o aparecimento de algumas das áreas de povoamento situadas nas imediações, aproveitando de certas vantagens dos sítios, como nascentes, ribeiros ou encruzilhadas de caminhos. Muitas vezes, eram os antigos caminhos aferentes que serviam de orientação à implantação das construções.

[190] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 8. A.M.P.V., Actas de Vereação, maço 17, livro de 1800-1807, fls. 76v-82.

[191] Tendo presente a intenção de esboçar o quadro espacial para o século XVIII e inícios do seguinte, não foi nossa preocupação apresentar relativamente a cada um dos lugares as referências sobre a sua antiguidade. Sobre este assunto vd. o trabalho de Jorge BARBOSA - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* publicado no Bol. Cult. "Póvoa de Varzim".

Em 1736, quatro foram as "aldeyas" que o Dr. Leandro Rodrigues[192] considerou ao fazer a descrição da Póvoa: Vila Velha, Giesteira, Casal do Monte e Regufe. Todas elas ficavam, na época, relativamente afastadas do centro urbano e a tocar os limites do termo poveiro. Cerca de vinte anos mais tarde, Veiga Leal na sua *Noticia da Villa da Póvoa de Varzim* acrescentou três novos lugares: Gandra, Coelheiro e Moninhas; o Tenente da Fortaleza distinguiu como "arrabaldes" a Vila Velha e o Coelheiro pelo seu carácter de proximidade com o centro urbano, do qual distavam "um pequeno tiro d'espingarda", e englobou todos os restantes na denominação de "aldeias"[193].

Teria sido esse factor de maior proximidade que o levou a não fazer qualquer referência a Fiéis de Deus, Mouta, Pinheiro ou Fonte do Ruivo, a que se poderá acrescentar o facto dos três primeiros se encontrarem já arruados[194]? Poderemos ainda avançar que teria sido pela razão de não existirem aí habitações, como informa o *Livro de Arruamentos* de 1763, que apenas indica uma casa no Pinheiro e na Fonte do Ruivo e nenhuma nos outros dois lugares. Pela mesma fonte de 1763, sabemos que também na Vila Velha e em Casal do Monte não havia casas e, no entanto, Veiga Leal refere esses lugares, mas nestes dois casos as habitações existentes ficavam fora do termo da Póvoa, em Barcelos e em Vila do Conde, e por isso não eram arroladas.

O *Livro de Arruamentos* de 1763 fornece-nos o rol dos lugares onde existiam à data edificações e/ou propriedades rústicas. Assim, já esta fonte se refere a Fiéis de Deus, Fonte do Ruivo, Mouta e Pinheiro. Para justificar a ausência do lugar das Moninhas, consideramos a hipótese das suas propriedades terem sido contabilizadas no lugar da Mouta ou no dos Fiéis de Deus. Pelos *Arruamentos* de 1832, à listagem dos lugares só foram acrescentados mais dois nomes: a Portela e os Favais.

---

[192] *Noticia do Doutor Leandro Rodrigues* [1736]. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa - *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 272.

[193] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758*, p. 312.

[194] Cf. ARAÚJO, Agostinho - *Ob. cit.*, p. 17.

Reunimos no quadro seguinte as informações retiradas das notícias de Leandro Rodrigues (1736) e Veiga Leal (1758) e dos *Livros de Arruamentos* de 1763 (o mais antigo) e 1832 (o último para o período cronológico considerado) com o objectivo de melhor se apreender o sentido do crescimento.

LUGARES RÚSTICOS ENTRE 1736 E 1832			
1736	**1758**	**1763**	**1832**
Vila Velha	Vila Velha	Vila Velha	Vila Velha
Giesteira	Giesteira	Giesteira	Giesteira
Casal do Monte	Casal do Monte	Casal do Monte	Casal do Monte
Regufe	Regufe	Regufe	Regufe
	Gandra	Gandra	Gandra
	Coelheiro	Coelheiro	Coelheiro
	Moninhas	(?)	Moninhas
		Mouta	-
		Fiéis de Deus	Fiéis de Deus
		Pinheiro	Pinheiro
		Fonte do Ruivo	Fonte do Ruivo
			Portela
			Favais
total = **4**	Total = **7**	total = **10**	total = **12**

Como conclusão imediata retirada da leitura do quadro, e mesmo tendo presentes as questões e reservas quanto à exactidão dos dados fornecidos, é notório o crescimento da povoação para as suas áreas envolventes, isto é, a ocupação da área periurbana e a criação de uma espécie de cintura formada por pequenos focos de povoamento.

Mas facilmente se pode concluir que esta listagem peca por defeito, pois outros lugares, tais como Mourões, Mariadeira, Carrazedo[195], Sardão[196], "Rocio do Ourado"[197], Varge[198], Salvador[199] ou Penalves, tinham já existência confirmada por variada documentação[200] mas, no entanto, deviam antes ser entendidos como topónimos secundários e as suas propriedades contabilizadas junto das do lugar que lhes ficava

[195] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.º 632 e 644.

[196] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.º 253, 260 e 505.

[197] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 182, 183, 187.

[198] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 375.

[199] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 13.

[200] Tal como Assentos Paroquiais, Actas de Vereações ou Foros - cf. Barbosa, Jorge – *Art. cit.*

mais próximo[201]. Quanto à Portela e aos Favais tinham habitações muito anteriores a 1832.

Entre os vários "lugares rústicos", como são denominados nos *Arruamentos*, havia algumas diferenças, para além do factor de distância face ao centro da Vila. Alguns, preferencialmente afastados do centro urbano, apresentavam um povoamento disperso, composto pelos casais agrícolas[202] que eram formados pela casa de habitação, instalações para o gado e guarda das alfaias e géneros, horta, pomar e terras de cultivo e, por vezes, pinhais e bouças. As construções serviam unicamente para residência e apoio à exploração agrícola, sendo providas quase sempre de um poço. As ligações entre os casais e para fora do lugar eram feitas por caminhos de terra que serpenteavam por entre os campos, por onde passava, com frequência, o gado para as pastagens.

Temos assim a **Portela** e as **Moninhas** que, com existência assinalada nos *Arruamentos* apenas desde 1814, possuiam, respectivamente, duas e três casas; a **Giesteira**, aldeia populosa situada no limite com Barcelos, duplicou as seis habitações entre 1792 e 1814; a **Gandra**[203], também localizada no extremo do termo, recebeu oito casas novas entre 1792 e 1828, ficando nesse ano com 18 habitações; **Casal do Monte** e **Regufe**, na fronteira com território de Vila do Conde[204], apenas tinham no termo poveiro, respectivamente, duas e cinco casas.

Nos casos da Giesteira, Gandra, Casal do Monte e Regufe os números retirados dos *Arruamentos* não correspondem à realidade, pecando por defeito, na medida em que o povoamento se dissipava além dos limites do termo da Póvoa.

---

[201] Hipótese defendida por Agostinho Araújo - *Ob. cit.*, p. 17.

[202] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.º 175, 178, 443, 562 e 930.

[203] Desde finais do século XVII, a Câmara da Póvoa iniciou o processo de venda de terrenos maninhos do Coelheiro e Gandra para custear as despesas da questão sobre os limites do termo que tinha com a Câmara de Barcelos - cf. AMORIM, Manuel - *A Póvoa Antiga...*, p. 26, nota 67.

[204] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.º 175 e 900.

Temos ainda de referir os topónimos "Póvoa" e "Subúrbios"; o primeiro, com uma casa e algumas propriedades rústicas, deixa de existir em 1828, enquanto no segundo se contou uma propriedade a partir desse ano. Pela sequência com que os vários lugares surgem na listagem da décima, deveriam estes localizar-se nas próximidades de Regufe e Favais, ou seja, na zona sudoeste do termo.

Mas se nos lugares apontados o carácter de ruralidade era dominante, pela paisagem que os cercava, pela fraca densidade populacional e pela distribuição dispersa do *habitat,* noutros podia encontrar-se pequenos arruamentos ou, por vezes, uma única rua que correspondia ao prolongamento da malha urbana e ao longo da qual se dispunham as casas. Sendo embora estreitas vias, por vezes tinham dois alinhamentos de casas que faziam frente. Temos assim que considerar os Fiéis de Deus, o Pinheiro, a Mouta e a Vila Velha que, situados próximo do núcleo urbano, se apresentavam arruados[205].

O lugar da **Mouta**, assim como a rua com o mesmo nome, deixaram, a partir de 1814, de ter expressão nos *Arruamentos;* as casas aí situadas (uma apenas no lugar e duas na rua) passaram a ser contabilizadas na Rua de S. Pedro, que lhe ficava próximo. Era este sítio atravessado pelo regato da Mouta.

O crescimento significativo que marcou o lugar do **Pinheiro**, ou melhor, a rua do Pinheiro, deve ser relacionado com a função que esta artéria desempenhava na ligação entre a Rua da Praça e os Fiéis de Deus com o Coelheiro. Das duas habitações que existiam em 1792 cresceram para o número de dez em 1832.

Nos **Fiéis de Deus** podiam-se encontrar poucas habitações, apenas mais uma a partir de 1807 que assim passaram a ser três. Sabemos porém, que em 1808, nos terrenos junto ao "caminho que vay do lugar dos Fieis de Deos para a Portella" se

[205] Veiga Leal referiu-se à Rua dos Fiéis de Deus e à Rua do Pinheiro - *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758,* p. 310.

fizeram subemprazamentos para a edificação de "mais cazas e hortas o que he em aumento da povoação"[206].

Ao arrabalde da **Vila Velha**, situado a norte e repartido por território da Póvoa e de Barcelos, tinha-se acesso, a partir da zona da Junqueira, através da Rua dos Engeitados ou pela extensa Rua da Senra. Esta artéria apresentava-se urbanizada no seu limite inferior mas à medida que avançava para nascente atravessava, de forma tortuosa, por entre campos, formando a Rua da Vila Velha, já assim denominada em 1785[207]. Do núcleo da Madre de Deus seguia-se pela rua com o mesmo nome, Rua da Amadinha e Cangosta ou Rua da Silveira.

Em 1792, contavam-se apenas três casas neste lugar e em 1828 cinco; números que não correspondiam à realidade. A explicação para aí se encontrarem tão poucas casas, encontra-se no facto da delimitação do termo da Póvoa com Barcelos, estabelecida em 1707, colocar as casas e propriedades deste arrabalde sob jurisdição barcelense, ficando só uma pequena parte no termo poveiro. Os moradores, no entanto, pertenciam à freguesia religiosa da Póvoa.

A Vila Velha apresentava-se como um núcleo de *habitat* mais ou menos concentrado à volta do chamado "terreiro da aldeia" e em comunicação com a praia pelo "caminho que vem do mar"[208]. As habitações seriam, na sua maioria, "cazas terres" com sua horta e poço. Em redor, pelo meio das terras de cultivo, dispersavam-se os casais, constituídos por casas, cortes e eiras.

Próximo do aglomerado habitacional, nos campos a sul, corria o regato da Vila Velha que, junto da Igreja da Misericórdia, se ultrapassava pela Ponte da Vila Velha[209], e uma fonte, a Fonte da Moura[210], situada a nascente do lugar.

---

[206] Ap. Dpc., A.D.P., doc. n.º 349.

[207] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIX, n.º 1, 1980, p. 98.

[208] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 188, 454 e 631; Quadros 6 e 7. O caminho que levava à praia deveria ser aproximadamente pelo percurso da actual Rua Elias Garcia.

[209] BARBOSA, Jorge - *Art. cit.*, p. 85.

Pela escritura de emprazamento[211] do Casal "cito e chamado da Villa Velha", feita em 1807 por Manuel Carlos de Guimarães Bravo de Sousa, Senhor da Casa da Praça, ao lavrador José Gomes Rodrigues (do Poço), temos acesso a uma descrição bastante pormenorizada do que seria a estrutura de um vasto casal agrícola e o aspecto do lugar da Vila Velha pelos inícios do século XIX.

Quanto às estruturas arquitectónicas, eram formadas pelo "eirado novo cituado no meio do campo que antigamente se chamava das Vitas aonde estão hoje as cazas e vivenda[212] deste cazal que tem sua entrada de portas fronhas junto aos *marcos do termo* e tem dentro hua corrente de cazas terres para cortes de gado para a parte do norte e para o poente hum alpendre e para o sul outra caza que serve de celeiros e para o lado do nascente tem a eira de pedra e caza torre", possuia também um "poço de agoa". Pelas instalações de apoio à actividade agrícola, aposentos para o gado e pela tipologia da habitação (casa torre), tratava-se de um casal importante, como também se confirma pela extensão vastíssima das suas propriedades.

Para sul das habitações estendia-se o Campo do Ribeiro[213], formado por hortas, terra lavradia, mato e lameiro. Como o próprio nome indica, o campo era atravessado pelo já referido regato e tinha a particularidade de ter "hum penedo nascido e nelle impressas as pegadas da imagem de Nossa Senhora da Conceição que alli aparecera como consta por tradição"[214]. Continuando para sul, ficava no Campo do Padrão[215] a leira "chamada do Crozeiro"[216], terra lavradia, confrontante a nascente com a Capela de

---

[210] BARBOSA,, Jorge - *Art. cit.*, p. 86. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º

[211] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 308.

[212] Esta construção deu origem à casa de lavoura da Família Trovão (José do Poço) que ficava à face da Rua Leonardo Coimbra; foi demolida na década de 80 deste século (é visível na planta de suporte).

[213] Corresponde aos terrenos para norte do actual Palácio da Justiça.

[214] Sobre esta lenda vd. GONÇALVES, Flávio - *Um templo desaparecido: a antiga Igreja Matriz (depois igreja da Misericórdia),* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. III, n.º 2, 1964, pp. 201-266.

[215] Corresponde ao quarteirão compreendido entre o Largo das Dores e a Rua da Silveira.

[216] O cruzeiro deveria fazer parte da Via Sacra existente nas imediações da Capela de Nossa Senhora das Dores.

Nossa Senhora das Dores e a poente com "o caminho da Silveira que vai para a Villa Velha".

Para norte do conjunto habitacional do casal, estendia-se a Cortinha das Almas, remetendo para uma provável existência de um nicho de alminhas[217], o que era vulgar em cruzamentos de caminhos. Daqui seguia o "caminho d'aldeia", o arruamento que atravessava o povoado em direcção a Aver-o-Mar[218]. Este terreno confrontava a norte com o "terreiro d'aldeia" ou "terreiro do cruzeiro d'aldeia", que nos sugere uma zona onde haveria uma maior concentração de casas, agrupadas à volta de um espaço livre e central.

As propriedades continuavam em direcção a poente, surgindo assim o "eirado de sima aonde estava o asento deste cazal antes de o mudarem para a Cortinha das Vitas". Este terreno ficava junto ao caminho que vai em direcção ao mar[219]. Continuando nessa direcção, surgia a Agra da Salgueira e depois as propriedades iam-se sucedendo, campos, leiras, bouças, cortinhas, cortadas por alguns caminhos, como a "estrada que vem de Ablomar para a Villa", paralela ao mar.

Voltando a nascente, a "boiça chamada de Baixo ou do Corgo" fazia limite com a "cangosta que vai para Barreiros"; junto ficava a Agra da Igreja e a "Cortinha que hoje se chama da Fonte", "cita junto da fonte da mesma aldeia de Villa Velha" e da "Cangosta" ou caminho da Fonte, nas proximidades da Igreja da Misericórdia.

Os territórios deste vasto casal estendiam-se até à Junqueira, onde estava o "campo chamado do Agro no citio da Junqueira", confrontante com a Rua dos Engeitados e com as casas da Rua da Junqueira.

Conhecemos ainda em pormenor "o meio casal da Villa Velha" pertencente ao lavrador António Martins da Agra. Era composto por "cazas terreas, e sobradadas,

[217] Podemos hoje encontrar um nicho de almas no antigo lugar da Vila Velha.

[218] Actual Rua de Camilo.

[219] Deveria ser aproximadamente pelo percurso da actual Rua Elias Garcia.

cozinha, cortes de gado", eira, poço e terrenos lavradios. Confrontavam as construções deste casal, a nascente com José Gomes do Poço e a norte com José Rodrigues Rosmaninho. Entre as propriedades, contavam-se a Cortinha da Fontainha; a Cortinha da Misericórdia, "pegada a Igreja" e confrontante pelo nascente com o caminho público; os campos chamados Nabal e Corgo situados junto ao caminho para Cadilhe; a Cortinha da Portela onde corria, pelo sul, o regato da Portela; entre outras terras. O território deste casal estendia-se pela Senra e incluia os campo do Agro e da Silveira[220].

Em território pertencente ao Termo de Barcelos, localizava-se o casal de José Rodrigues Rosmaninho, constituído por "cazas torres com duas sallas com seus quartos e varanda" e uma construção térrea anexa. Da casa acedia-se ao terreiro através de uma "escada de pedra"; à volta encontrava-se a eira, a horta, o poço e terra lavradia com videiras[221].

O Lugar do **Coelheiro**, arrabalde muito populoso já nos meados do século XVIII[222], apresentava-se arruado, com as casas agrupadas à volta do largo do Cruzeiro, onde se erguia a Capela do Senhor do Cruzeiro[223], e do caminho que levava à Fonte da Bica. Prolongava-se o arruamento e as construções ao longo da estrada que seguia para Vila do Conde por Salvador[224] e Penalves. Entre as balizas cronológicas apontadas, aumentou de 54 para 65 edifícios. Aí se encontrava a maior concentração de moinhos existente no termo da Póvoa[225].

O factor de proximidade não trazia sempre uma forte urbanização, pois por vezes predominava o aspecto rural, com poucas habitações ou mesmo nenhuma, como no lugar da **Fonte do Ruibo**. Pensamos ter sido essa a razão que levou, a determinada

[220] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 847.

[221] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 737.

[222] Em 1763 tinha 45 casas - cf. ARAÚJO, Agostinho - *Ob. cit.*, p. 32, Quadro I.

[223] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 409, de 1811.

[224] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 271.

[225] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 444; Quadros 6 e 8.

altura, os louvados da décima deixarem de o considerar para efeitos de cobrança. Nos **Favais**, onde os *Arruamentos* não acusam a existência de casas, havia moinhos mas também algumas habitações junto dos mesmos.

Nos lugares rústicos dominava a cultura dos cereais e praticava-se uma intensa policultura. Os GRÁFICOS 49 e 50[226] mostram-nos que embora os seus habitantes fossem maioritariamente lavradores e seareiros, havia alguma diversidade de ofícios, como carpinteiros, pedreiros, jornaleiros, almocreves, moleiros, sendo ainda possível encontrar um Oficial do Juízo, um alfaiate, um vendeiro ou um tamanqueiro fora do centro urbano.

As gentes do Coelheiro não estavam unicamente vocacionados para o trabalho da terra, pois aí residiam pescadores e argaceiros desde, pelo menos, os meados de Setecentos[227]. Era por excelência o lugar onde se punha em prática a vocação agro-marítima[228] dos habitantes poveiros, num aproveitamento simultâneo das possibilidades da terra e do mar. Em Regufe, pelos finais do século XVIII, habitavam igualmente pescadores e argaceiros, enquanto na Gandra e Coelheiro, entrada a centúria seguinte, se podiam encontrar entre os moradores, alguns marinheiros.

Os lugares do termo acompanharam, de certa forma, o desenvolvimento urbano da Vila, destacando-se[229] a Vila Velha, o Pinheiro, o Coelheiro, a Gandra e a Gesteira como aqueles onde se acrescentaram mais construções ao longo do período tratado.

---

[226] Gráficos 49 e 50: *Distribuição das profissões nos lugares rústicos em 1792 e em 1828.*

[227] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. IX, n.º 2, 1970, p. 89.

[228] BARBOSA, Viriato - *Ob. cit.*, p. 39; OLIVEIRA, E. Veiga de; GALHANO, Fernando - *Casas de pescadores da Póvoa de Varzim*, p. 35, nota 15.

[229] Quadro 11.

CAPÍTULO V

O QUADRO URBANO

Enquanto complemento dos aspectos da expansão urbanística abordados no capítulo anterior, propomo-nos avançar na caracterização da paisagem urbana, numa aproximação ao conjunto construído, à sua ocupação em termos sócio-profissionais, à especificidade dos espaços de circulação e aos elementos pontuadores da paisagem.

Procuramos perceber como se distribuiam pelo espaço urbanizado as casas térreas e sobradadas que formavam o cenário de cada uma das várias zonas distintas da Vila. Uma caracterização sócio-profissional é sempre um dado importante para a reconstituição da paisagem urbana e complementar da percepção da evolução urbanística. O entendimento da ocupação humana do espaço físico, através da análise das profissões, permite chegar a uma caracterização social do espaço urbano e definir as zonas de habitação, numa mais completa compreensão da vida da povoação. A visão da distribuição dos ofícios, das lojas, dos locais de abastecimento e de residência pela malha urbana possibilita uma aproximação do que seria a vivência quotidiana dos habitantes, em termos do percurso entre a casa e o local de trabalho e para a satisfação das suas necessidades de abastecimento de produtos e serviços essenciais. Para além de que a fixação de determinadas profissões num dado local pode ser a razão directa do seu crescimento urbano.

As formas construídas - casas, igrejas, fortaleza e edifícios públicos - articulam-se com as áreas de circulação e livres de edificações. Depois de breves referências ao casario e ao destaque assumido pelas construções públicas, iremos de seguida abordar, de forma mais pormenorizada, outros elementos estruturantes da malha urbana, como as pontes e os moinhos.

Resultantes das condições de intensificação da ocupação urbana, vários foram os problemas ligados à ordenação do espaço público e às condições de higiene - nas habitações e quintais, nos ribeiros e nas ruas - que as autoridades camarárias procuraram resolver através de legislação adequada e vigilância sobre o seu

cumprimento.

1 - O CONJUNTO EDIFICADO

Vista do mar, a povoação exibia um conjunto edificado pautado por uma certa homogeneidade, formado pelo casario térreo que bordava a enseada, envolvia a fortaleza e se prolongava para norte. Algumas construções mais altas, com pelo menos dois pisos, elevavam-se acima da maioria dos telhados; pelos inícios do segundo quartel de Oitocentos era nas Ruas Nova da Junqueira, da Ponte, da Fortaleza, da Bandeira e do Norte que sobressaiam esses edifícios, assim como no núcleo antigo que, por estar num plano mais alto, se avistava do mar.

Sobrelevadas ao casario e contrastando com o cenário de fundo, as torres das Igrejas Matriz e das Dores eram pontos que se destacavam no cenário urbano e que, por isso mesmo, funcionavam como orientação para quem circulava na Vila ou para quem dela se acercava por mar ou por terra. O limite sul da povoação esteve durante algumas décadas radicado na Igreja da Lapa mas cedo se afirmou este edifício como pólo de atracção da urbanização e rapidamente se viu ultrapassado pela continuação da banda de casas. Os anos trinta implantaram na zona alta o novo hospital, edifício de volumetria notável, que passou a ser igualmente um ponto de destaque e uma orientação dentro do conjunto do povoado.

1.1 - O CASARIO

A abordagem que pretendemos fazer para o conjunto construído existente nas várias ruas concerne unicamente à distinção quanto ao tipo de casa. Mais não é do que uma visão limitada da arquitectura, tomada apenas, e só, como volume na paisagem

urbana. Utilizamos como fonte os *Livros de Arruamentos*[1] que nos fornecem informações assentes na distinção entre "casas térreas" e "sobradadas ou torres"[2], sendo estas entendidas como edifícios com rés-do-chão e pelo menos um andar ou sobrado. Uma das limitações da fonte prende-se com o facto de, ao integrar na classificação "sobradada" todas as casas com dois pisos ou mais, não nos fornecer dados precisos sobre o número de pisos que formavam uma casa torre ou de sobrado.

A Póvoa de finais do século XVIII e inícios do seguinte era dominada pelo casario térreo[3], o qual significava 82% e 80% do edificado, respectivamente em 1792 e em 1828. As casas sobradadas alcançaram uma maior representatividade entre as duas datas, ao passarem de 18% para 20%. Embora com pouca expressividade (à qual colocamos a nossa ressalva), verificamos que, em 1828, as casas de dois andares correspondiam a 0,2% do conjunto construído. No entanto, se pelos *Arruamentos* sabemos que existiam duas casas com dois andares, pela documentação notarial chegamos à constatação de um maior número deste tipo.

Se as ruas que constituiam a malha urbana se apresentavam diferentes em termos de traçado, também pelo seu perfil[4], se tornavam distintas. Algumas receberam, desde cedo, construções de sobrado: quase todas as que formavam o núcleo da Matriz e as mais antigas da zona litoral, destacando-se, entre estas, as Ruas da Junqueira, da Ponte, da Areosa, da Senra e dos Ferreiros como aquelas onde existiam mais casas de andar. Porém, é já entrado o século XIX, que se detecta a proliferação das casas sobradadas nas Ruas da Areia, da Bandeira, da Fortaleza e do Norte; quanto à Travessa da Areosa, os seus edifícios estavam antes integrados na Rua da Areosa. As

[1] Trabalhamos sobre os dados referentes aos anos de 1792 e 1828, apresentados nos QUADROS 5 e 7 e nos GRÁFICOS 46, 47 e 48.

[2] A designação de casa sobradada e casa torre aparece na fonte aplicada indistintamente ao mesmo edifício.

[3] GRÁFICOS 46.a e 46.b: *Casas térreas e sobradadas em 1792 e em 1828.*

[4] GRÁFICOS 47 e 48: *Distribuição das casas térreas e sobradadas na malha urbana em 1792 e em 1828.*

casas de andar tinham um peso significativo na Praça Nova do Almada e na do Pelourinho.

Embora a globalidade do edificado que formava a Vila fosse, ao longo de todo o período, predominantemente horizontal e sem grande expressão volumétrica, constata-se que a expansão urbanística que caracterizou esta época passou não só pela ocupação dos espaços livres com novas construções, e consequentemente pelo crescimento das ruas, mas também pelo aumento dos edifícios em altura, como se pode observar no centro antigo[5].

No **núcleo antigo** encontramos uma malha urbana organizada em quarteirões de pequenas dimensões, quadrangulares ou rectangulares, com as casas dispostas ao longo das ruas envolventes, por vezes intercalando com espaços livres que constituiam também o interior dos quarteirões. Esse miolo era ocupado pelos quintais[6], onde existia o poço doméstico e a pia (que podiam ser de uso comum a vários vizinhos), a horta e algumas edificações pequenas que, não raras vezes, funcionavam como cozinha. Neste bairro, a ocupação do solo era mais intensa e as casas sobradadas tinham um peso significativo, embora não fossem predominantes. As edificações de sobrado, que em 1792 correspondiam a 35% do total de casas aí existente, passaram a representar 37% em 1828.

Mas, como se observa nos GRÁFICOS 46 e 47, em quase todos os arruamentos a paisagem dominante era a do casario térreo, excepto nas Ruas de S. Pedro e da Quingosta e no Terreiro de S. Sebastião onde, em 1828, os edifícios de andar eram equivalentes aos de um só piso. Na Rua da Madre de Deus, de curto comprimento, predominaram ao longo de todo o período as habitações de sobrado. A Rua Nova, muito populosa, era a mais opulenta, com muitas casas sobradadas. No Terreiro existia uma

[5] Nas Ruas da Quingosta, do Monte e do Cidral algumas casas térreas foram acrescentadas com sobrado - cf. GRÁFICOS 47e 48.

[6] Entre outros, cf. no Ap. Doc., A.D.P., os docs. n.^{os} 20, 350, 407, 428, 431, 510, 524, 525 e 705.

casa de dois andares. As referências a "cazas altas" (nas Ruas Nova e de S. Sebastião)[7] encontradas na documentação notarial levam-nos a questionar se não se tratariam também de edifícios de dois andares.

O bairro antigo possuia os testemunhos de uma arquitectura doméstica, ainda hoje existente, levantada ao longo da segunda metade de Setecentos por abastados proprietários. Na esquina da Rua da Consolação com a de S. Sebastião ergueu-se a casa Coentrão[8] (FIG. 9); na Rua Nova, a casa dos Carneiro da Grã-Magriço (FIG. 10) foi melhorada e acrescentada[9]; na Rua da Praça, o Capitão Francisco Leite Ferreira[10] edificou a sua residência, anexando-lhe a Capela de S. Sebastião (FIGS. 11 E 12) antes de 1770[11] (transferida a invocação da Capela do Terreiro de S. Sebastião). São edifícios de dois pisos, de volumetria horizontal, onde o granito é o material usado no emolduramento dos vãos, nas cornijas, frisos, pilastras e cunhais. As casas dos Carneiros e do Capitão Leite Ferreira apresentam janelas de sacada sobre modilhões, ao nível do primeiro andar e janelas de peitoril, no andar térreo.

Na Rua Nova tinha o Reitor da Freguesia a sua residência que nos Arruamentos de 1762 é descrita como "caza de hum andar do Cabido de Braga em que mora o Reverendo Reytor"[12].

---

[7] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 779 e 784.

[8] Mandada edificar pelo lavrador Manuel Francisco Coentrão ou pelo seu filho José Francisco Ribeiro Coentrão, nos inícios do último terço do século - cf. BARBOSA, Fernando - *As memórias do Padre Coentrão,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, p. 208.

[9] O fidalgo Manuel Carneiro da Grã-Magriço fez importantes obras de reconstrução na sua casa no 3.º quartel do século XVIII - cf. SILVA, Manuel - *A Velha Póvoa de Varzim (Subsídios para a História local). I - A Casa dos Carneiros,* Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1933, p. 2.

[10] Sobre a participação do Capitão das Ordenanças na vida local e administração municipal vd. AMORIM, Manuel - *O capitão Francisco Leite Ferreira,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 17 de Setembro de 1997, pp. 1 e 8.

[11] BARBOSA, Fernando - *Chafariz e Cruzeiro de S. Sebastião,* in "Ala-Arriba", de 14 de Maio de 1955.

[12] BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIII, n.º 1, 1974, p. 104.

Ao analisarmos, a partir dos GRÁFICOS 48, 49 e 50[13], a ocupação desta zona em termos sócio-profissionais, constatamos que no núcleo da Matriz existia a maioria das lojas[14] e oficinas, com grande oferta de produtos e serviços: ferreiros, carpinteiros, pedreiros, padeiros, alfaiates, sapateiros e tamanqueiros, barbeiros, negociantes, marchantes, cirurgiões[15] e mestres[16].

Os que ocupavam cargos públicos, os tabeliães e os homens de leis[17] preferiam as Ruas da Praça[18], Nova[19], Amadinha[20], de S. Sebastião[21] e da Madre de Deus[22], em 1792, e do Monte[23] em 1828. Também os clérigos[24] habitavam, em 1792, pela Rua Nova (onde possuiam grande património)[25], de S. Sebastião, do Cidral e da Madre de Deus; em 1828 apenas conhecemos um padre na Rua Nova.

---

[13] Utilizamos como fontes os *Livros de Arruamentos* e os *Livros de Maneios* que nos informam sobre uma percentagem significativa da população. O GRÁFICO 49 mostra a distribuição da classe piscatória pelas várias ruas que formavam a Vila em 1792 e em 1828. Os GRÁFICOS 50 e 51 apresentam a repartição das restantes profissões na malha urbana nos mesmos anos.

[14] QUADRO 7.

[15] Em 1792, na Rua do Monte vivia Custódio José Carneiro e na Rua da Madre de Deus, Francisco José Dias; em 1828, na Rua da Praça, Félix António Pereira da Silva; na Rua Nova, José Pedro Carneiro e na Rua da Amadinha, João José da Silva Porto,

[16] Tomás Martins Mouta, "mestre de primeiras letras", vivia em 1828 na Rua da Madre de Deus. Conhecemos ainda o nome de Manuel Garcês Rodrigues, professor de gramática latina, e morador, em 1808, na Rua de S. Pedro e em 1809 na Rua do Cidral - cf. A.M.P.V., Livros de Arruamentos, mç. 51, lvs. de 1808 e 1809.

[17] Em 1792, na Rua do Cidral, o Bacharel Manuel José da Silva Cruz.

[18] O Capião das Ordenanças, Francisco Leite Ferreira.

[19] O Juiz de Fora, António Sarmento Pimentel.

[20] Luís José dos Santos Porto, escrivão da Câmara.

[21] Francisco José de Araújo, Alcaide; Fernando António Monteiro Salgado, "tabalião do publico".

[22] Em 1792, José Jerónimo Lopes de Paiva, escrivão da Câmara; em 1828, Joaquim José Leite, "escrivão serventuario".

[23] O Apontador das Obras Públicas, Manuel José da Silva Porto e o "escrivão proprietario", José de Castro Guimarães.

[24] Muitos mais clérigos se podiam encontrar na Vila, para além daqueles que são registados nos *Arruamentos,* como se comprova através da documentação de carácter notarial - cf. Ap. Doc., A.D.P.

[25] Em 1792, eram proprietários na Rua Nova os padres Filipe de Carvalho Salgado, Domingos Inácio da Silva, Manuel Baptista de Faria e Luís António da Silva; em 1828 aí vivia o Reitor da freguesia, Rev. Vicente Fernandes da Silva.

Muitos eram os vendeiros e taberneiros com estabelecimentos nas Ruas da Consolação, da Praça (apenas em 1792), da Madre de Deus, dos Gaios, de S. Sebastião e do Boído; a que se juntaram as ruas da Quingosta, da Amadinha, do Cidral e o Terreiro de S. Sebastião, em 1828.

A par da Rua da Senra, próxima da Vila Velha, os lavradores instalaram-se nos arruamentos do bairro antigo que conduziam aos arrabaldes, de preferência as Ruas da Praça, de S. Pedro e de S. Sebastião.

Os ofícios ligados à construção civil condensavam-se igualmente no bairro da Matriz: pedreiros, caiadores e pintores.

A intensificação do povoamento litoral não irradiou os profissionais ligados ao mar da parte antiga da Vila. De facto, não deixamos de ter pescadores a residir nas Ruas da Consolação, do Cidral, da Quingosta e do Boído, ao longo de todo o período, sendo as Ruas Nova e da Amadinha as mais ocupadas ainda em 1828. A Rua de S. Sebastião, onde em 1792 moravam 15 pescadores, viu esses trabalhadores procurarem outros locais. Encontramos ainda cordoeiros nas Ruas do Monte, Nova, da Quingosta, da Amadinha e do Boído e alguns marinheiros (em 1828) nas Ruas Nova e da Amadinha.

As Ruas de S. Sebastião e Nova destacavam-se em 1792 como aquelas onde se instalaram as mais variadas profissões; a que se juntou também a Rua da Amadinha em 1828.

Nas **Praças Nova do Almada** e **do Pelourinho** as habitações de andar assumiam um certo destaque no conjunto edificado, quase próximo dos 50% em 1828, sendo equivalentes às térreas na Praça Nova e um pouco menos na Praça do Pelourinho. Em termos de ocupação, abundavam as vendas e tabernas, ao lado do barbeiro, do ferrador, do alfaiate, do negociante e dos carpinteiros.

No **bairro sul**, fruto de uma urbanização mais recente e planeada, as casas dispunham-se de forma linear ao longo das ruas, intercalando por vezes com terrenos

loteados sem edificação e formando compridos quarteirões. O loteamento assentava em parcelas estreitas e profundas compreendidas entre dois arruamentos, onde a casa ocupava uma parte e o restante servia de quintal, normalmente com piso de areia solta e confinante com a rua das traseiras. À medida que aumentou a necessidade de espaços para construir, os quarteirões foram sendo delimitados por bandas de casas, reservando-se o interior para quintais, aos quais se acedia, por vezes, através de servidões ou carreiros paralelos às paredes das habitações.

Os dois alinhamentos que faziam frente eram marcadas por uma grande homogeneidade tipológica e volumétrica. Dominavam as casa térreas, representando 97% no ano de 1792 e 96% em 1828. Nas Ruas dos Ferreiros podiam-se encontrar em 1792 cinco casas de andar, na Rua da Areia duas e na Rua do Fieiro (S.ª da Lapa) apenas uma. Para 1828 não temos grandes alterações a assinalar, apenas um crescimento de três casas de sobrado na Rua da Areia e uma nas Ruas de Trás-os-Quintais e S.ª da Lapa. As novas ruas, que foram sendo abertas quer para sul (Rua da Poça da Barca), quer para poente (Rua do Fieiro), eram marginadas em exclusivo por construções térreas. Nos arruamentos mais exteriores da malha urbana, ou transversais aos principais, as construções estavam vocacionadas para a função de armazém; assim acontecia na Rua da Caverneira e na Travessa do Fieiro.

Definia-se este bairro pelo traçado rectilíneo das ruas e pela massa quase indiferenciada de casas térreas[26] dispostas em correnteza, ritmadas pelos vãos da porta e janela ou normalmente só da porta. Nas frontarias havia a ausência de motivos ornamentais. O branco da caiação, sobre o chão de areia branca, contava com a animação dos telhados vermelhos e das portas pintadas de vermelhão sobre o fundo do

[26] Estudadas por E. Veiga de Oliveira e F. Galhano que as descreveram como térreas, baixas e pequenas, com telhado de telha caleira, de duas águas desiguais, sendo a das traseiras a mais comprida, de fachada nua e pobre geralmente caiada de branco. A porta, de uma só folha e com um postigo largo com portada e sem vidros, era pintada de vermelhão ou cores mais vivas - cf. *Casas de pescadores da Póvoa de Varzim,* Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1957, pp. 13-14.

azul do céu e do mar. Predominava o carácter de modéstia das habitações[27], ao qual se poderá aplicar o princípio, definido por Bruno Zévi, de uma arquitectura profundamente "submetida às condições materiais, económicas e sociais"[28].

A casa reflectia, na dimensão limitada da sua fachada, a pequenez do espaço interior, organizado de forma elementar, tendo no único piso dois compartimentos, a sala (e quarto) e a cozinha[29]. O quintal[30] era o prolongamento do espaço da habitação assumindo uma grande importância na vivência quotidiana destas comunidades piscatórias. Podia ser "murado de parede de pedra" e com um portão no fundo do terreno ou simplesmente baldio; por vezes estendia-se pela praia. Ao espaço do quintal, onde se levantavam, por vezes, pequenas construções de apoio, cabia as funções de armazém dos apetrechos da pesca, de receber as tinas para a salmoura da sardinha, as redes e o peixe a secar; era por excelência a área de trabalho, em complemento da rua. Aí se localizava o poço doméstico e a pia de pedra para a lavagem da roupa. O uso comunitário dos poços e pias existentes nos quintais[31] era frequente.

Para uma aproximação ao ambiente que rodeava e caracterizava o bairro sul onde estava instalada em exclusivo a comunidade piscatória deixou-nos Raúl Brandão, as seguintes palavras: "(...) como vivem estes homens? Agrupam-se no extremo sul da povoação. Roupas a secar, casebres com uma porta e uma janela, e alguns só com uma porta e um postigo aberto na porta. Trapos, velhas redes, raias escaladas ao sol enfiadas num pau. Ao lado apodrecem barcos e estende-se o sargaço. As mulheres escorrem salmoura e por toda a parte há restos de sardinha e filharada"[32].

---

[27] Como se pode comprovar pelo valor baixo da contribuição predial - cf. QUADROS 5 e 7.

[28] ZÉVI, Bruno - *Arquitectura in nuce. Uma definição de arquitectura,* Lisboa, Edições 70, 1979, p. 36.

[29] OLIVEIRA, Francisco Veiga de; GALHANO, Fernando - *Ob. cit.*, p. 14.

[30] Ap. Doc., A.D.P., entre muitos outros, os docs. n.^{os} 13, 25, 29, 32, 42, 44, 49, 62, 159, 165, 193, 223, 233, 327, 369, 397, 450, 458, 521, 598, 602, 768 e 918.

[31] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 13, 689, 822

[32] BRANDÃO, Raúl - *O Pescador,* in "Guia de Portugal. Entre Douro e Minho. I - Douro Litoral" (Póvoa de Varzim), 3.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 687.

Sendo as ruas do litoral (compreendidas entre a Poça da Barca e a Areosa) as que demonstravam uma maior concentração populacional, eram elas que, pelo carácter piscatório da povoação, apareciam claramente dominadas pelos pescadores. Entre 1792 e 1828 aumentou o número dos que se instalaram nesta zona porque, e como já esclarecemos, a faixa costeira foi a área escolhida para residência da crescente comunidade piscatória. No bairro sul destacavam-se as Ruas dos Ferreiros, da Areia, da S.ª da Lapa e do Fieiro. A primeira revela, nas duas datas, o índice de ocupação mais alto. As Ruas da Poça da Barca e de Trás-os-Quintais, porque mais pequenas, eram habitadas por menos gente, enquanto à Travessa do Fieiro e Rua da Caverneira não cabia a função habitacional.

Outras profissões tinham, em 1792, alguma representatividade neste bairro, como os argaceiros e os muitos vendeiros/taberneiros. Em 1828, manteve-se uma forte presença dos vendeiros/taberneiros, a par dos marinheiros e carpinteiros (da Ribeira). A Rua dos Ferreiros ficou sempre marcada por uma grande variedade de profissões, onde se podiam encontrar o ferrador, o padeiro, o alfaiate, o pintor e os cordoeiros, para além das outras mencionadas. Na Rua da S.ª da Lapa residia, em 1828, o único padre que encontramos na parte baixa da Vila.

A Rua dos Ferreiros corresponde ao exemplo exclusivo de uma actividade profissional inscrita na toponímia. No entanto, no período em questão, apenas habitava nesse arruamento o ferreiro José Ruibal que tinha a sua casa na esquina do Largo do Pelourinho.

Quando se avançava um pouco para norte e se alcançava a **zona do "Castelo"** o cenário tornava-se diferente. O edifício militar estava, como já referimos, praticamente rodeado de construções térreas de madeira, com função residencial ou comercial, assim como a própria ponte do Castelo. Muitos eram, de facto, os edifícios que à volta da Fortaleza, nas ruas circundantes, nas margens do Esteiro ou no fundo dos quintais

serviam em exclusivo de armazéns, ligados à actividade da salga e comércio do pescado; podiam ser edificações de "taboado", cobertas com telha[33], ou de pedra. Eram apelidados de "armazeins de fabrica ou de negociação" onde existiam as tinas para as salmouras e se armazenava o sal[34]. Apercebemo-nos que a alternância de casas de taboado com outras de alvenaria era uma constante dando a estas ruas um aspecto misto.

Apresentava-se como uma zona muito dinâmica, devido à presença dos contratadores e salgadores de peixe com os seus armazéns e lojas; encontrava-se de facto aqui a maior concentração de contratadores, regateiros e almocreves, a par dos muitos carpinteiros (da Ribeira) e vendeiros/taberneiros. As Ruas da Ponte e da Fortaleza (esta apenas em 1828) eram em termos profissionais diversificadas, onde o cirurgião[35], boticário, estalajadeiro, ferrador, pedreiro e pintor conviviam com os alfaiates, marinheiros e os outros ofícios já referidos. Os pescadores ocupavam também as Ruas da Bandeira e da Fortaleza, embora aqui já não fossem, em 1828, a profissão mais representativa. Praticamente desapareceram da Rua da Ponte em 1828, sendo nesse ano os únicos trabalhadores a residir na Rua do Esteiro.

O peso económico das gentes ligadas ao negócio da salga pode comprovar-se com a existência de bastantes casas com sobrado nas ruas envolventes do Castelo, no ano de 1828: nove na Rua da Bandeira, dez na Rua da Fortaleza, doze na Rua da Ponte e uma na Rua do Esteiro. No total, tinham um peso de 20% nesta data, enquanto em 1792 não passavam dos 16%.

A zona da **Junqueira** e **Areosa** ficou marcada, ao longo do período, por uma

[33] E. Veiga de OLIVEIRA e Fernando GALHANO viram muitas destas barracas que nos descrevem como feitas em táboas de pinho pintadas a vermelhão, apoiadas num sôco de pedras, quase sempre sem janela, com porta de postigo à frente; tinham beiral baixo, em telha caleira - *Ob. cit.*, pp. 11-12.

[34] Ap. Doc., A.D.P., entre muitos outros, os docs. n.^{os} 4, 381, 386, 560, 570, 578, 618, 644, 657, 676, 679, 680, 701, 715, 754, 812, 820, 833, 834, 860, 878, 885,887, 922 e 928.

[35] Filipe José Carneiro.

grande expansão que passou pelo afirmar de uma vocação balnear e comercial, principalmente na primeira rua e pela instalação da comunidade pescatória em toda a zona. Acompanhou este dinamismo a progressiva transformação tipológica das habitações, sendo que as simples casas térreas fizeram-se acompanhar desde cedo de edifícios sobradados. Já em 1792, nas Ruas da Junqueira e Areosa, 25% das construções apresentavam sobrado, o que correspondia à existência de 24 e 8 casas, respectivamente, em cada uma das ruas. Em 1828, a Rua da Junqueira tinha 29 casas de dois pisos, uma das quais de dois andares, a Rua do Norte 11 e as Rua e Travessa da Areosa tinham 8; no total significavam 32% das habitações.

Esta zona, próxima da praia ou mesmo fronteira ao mar, ficou neste período marcada por uma tendência de crescimento em altura dos edifícios. Para além da única casa que os *Arruamentos* referem como tendo dois andares, sabemos que outras habitações com essas características se podiam encontrar na mesma Rua da Junqueira ou na vizinha Rua da Areosa. Em 1826, o pescador Francisco José Milhazes hipotecou a sua morada de casas "torres de dous andares citas na Rua da Arioza"; na Rua da Junqueira, para além do prédio de dois andares pertencente ao fidalgo Gaspar Leite de Azevedo (indicado nos *Arruamentos*), havia ainda "huma morada de cazas altas" que foi adquirida, em 1828, por João Gonçalves Capelão[36].

A Rua da Junqueira patenteava uma intensa ocupação de pescadores que a coloca entre os arruamentos preferidos por esta classe, ao lado dos Ferreiros, Areia e Senra. Entre as balizas cronológicas apontadas, essa presença tornou-se mais intensa, ao mesmo tempo que se instalaram na rua novas profissões como ferreiros, padeiros, sapateiros, marinheiros, negociantes e contratadores de peixe, acompanhados pelo barbeio, almocreve e pelo Alcaide[37]. Mantiveram sempre presença os vendeiros/taberneiros, os alfaiates e os carpinteiros. Constituía, em 1828, o arruamento

[36] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 746, 776 e 863.

da zona litoral onde dominava um esquema tipológico que reservava o rés-do-chão para as actividades comerciais - lojas (ou "logeas") e tabernas - sendo sobrepujado por um segundo piso habitacional; o arrendamento era nalguns casos independente. Nesta artéria concentravam-se as lojas, tendas, tavernas e botequins, que tinham ainda forte presença nas Ruas dos Ferreiros e da Ponte.

Na continuidade da Rua da Junqueira, pela Travessa e Rua da Areosa e pela Rua do Norte predominava a comunidade piscatória, tendo algum peso, em 1792, os argaceiros e grande representação, em 1828, os vendeiros/taberneiros. Particular relevo deve ser dado ao facto de a Rua do Norte ter sido a escolhida, em 1828, pelo Juiz de Fora, Vicente Ferreira Novais, para sua residência. Até então os magistrados habitavam sempre no centro antigo, nas Ruas da Praça, da Amadinha ou Nova.

Nas Ruas dos **Engeitados** e da **Senra**, que rasgavam os campos em direcção ao lugar da Vila Velha, predominava o casario térreo. Apenas na Rua da Senra se levantaram seis casas casas de sobrado, já existentes em 1792. A Rua da Senra, com grande ocupação de pescadores, era também uma das preferidas dos lavradores. O alfaiate e o argaceiro que aí moravam em 1792 foram substituídos pelos cordoeiros, ferreiro e carpinteiro; em 1828, podiam-se também encontrar várias vendas e tabernas. Quanto à Rua dos Engeitados, era em exclusivo ocupada por trabalhadores do mar; entre os pescadores, encontrava-se um cordoeiro.

A Vila aparecia claramente dividida entre duas zonas. Uma, ribeirinha, era o centro comercial do pescado, residência por excelência dos homens ligados ao mar, onde uma vocação comercial começava a despontar e o conjunto edificado mostrava alguma vontade de afirmação. A outra, zona alta e interior, era mais diversificada em termos profissionais mas começou nesta época a perder parte do seu estatuto, devido a deslocação do poder político para uma nova zona e à dinâmica das actividades

[37] João Bernardo Alves.

comerciais do pescado e ascensão social dos negociantes.

1.2 - As construções de carácter civil e religioso

Os edifícios públicos - de carácter civil, militar ou religioso - pela sua individualidade, salientam-se sempre do contexto de qualquer paisagem[38]. São construções que se destacam do conjunto do casario e se impõem no tecido urbano, quase sempre pelo seu volume e programa arquitectónico, contribuindo para a definição e caracterização dos espaços das ruas e praças[39]. A Póvoa de Varzim, modesta povoação piscatória, não exibia edifícios de arquitectura de grande qualidade.

No bairro antigo, junto à praça e à Câmara, levantou-se a nova **Igreja Matriz** (Fig. 13) entre 1743 e 1757[40], a grande obra religiosa que marcou o século. Reflexo do crescimento populacional encetado na primeira metade de Setecentos, a primitiva paroquial foi substituída por um templo mais espaçoso. A imponente volumetria do edifício traduz um vasto espaço interior de nave única e coberto por abóbada de berço, com transepto saliente e ampla capela-mor, animado pela presença de majestosos retábulos. Uma espacialidade que representa um programa tipológico característico da época Setecentista, com decoração de sentido rococó trazida pelo risco de André Soares e pelo entalhe de Matias de Lis de Miranda e douramento de José da Mota

---

[38] Lynch, Kevin - *A imagem da cidade*, Lisboa, Ed. 70, 1989, pp. 90-95.

[39] "La ville est parsemée d'un grand nombre de bâtiments qui se distinguent par leur aspect, leur nature (symbolique ou idéologique) et leur fonction: ce sont tous les édifices publics. (...) ils constituent les points particuliers, lieux d'exception ou de différence dans le tissu. Ces bâtiments jouent un rôle à deux niveaux: au niveau de la ville, ils constituent une partie de la structure; localement, par leur singularité et leur programme particulier, ils entretiennent des rapports nouveaux avec la rue, l'îlot, la parcelle" - Veyrenche, Michel; Panerai, Philippe - *Structures urbaines,* in "Elements d'analyse urbaine", Bruxelas, A.A.M. Ed., 1980, p. 158.

[40] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758, por Francisco Felix Henriques da Veiga Leal.* Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa , *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, pp. 313-315; Gonçalves, Flávio - *A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim (Notas históricas, arqueológicas e artísticas),* in "Idea Nova", Póvoa de Varzim, de 27 de Dezembro de 1947 e 7 de Fevereiro de 1948.

Manso[41].

Na fachada, flanqueada pelas torres, a animação encontra-se na utilização dos frontões interrompidos e curvos, volutas e remate de linhas ondulantes; o portal, ladeado por pilastras, é encimado por um frontão que se interrompe para receber as armas reais. Na continuidade do eixo vertical que parte do portal segue-se um nicho com a imagem de N.ª S.ª da Conceição, rematado por frontão curvilíneo partido.

O mestre pedreiro Manuel Fernandes da Silva, da cidade de Braga, arrematou a empreitada da nova matriz em 1742 pelo preço de 8770$000 réis. Tendo falecido sem ver a obra finalizada, em 1753 ajustou-se a sua conclusão com os mestres pedreiros Domingos da Costa e José Fernandes Lucas, de Vilar do Pinheiro, e João Moreira, de Santa Cruz do Bispo[42]. De carácter sóbrio, documenta um gosto barroquizante, introduzido na Póvoa pelo risco do mestre pedreiro-arquitecto Manuel Fernandes da Silva[43].

Fronteiros estavam os **Antigos Paços do Concelho** (FIG. 14). A edificação quinhentista foi substituida por um novo edifício levantado em 1713 pelo mestre pedreiro João Francisco, de Terroso, que pela obra de pedraria e carpintaria levou 428$000 réis[44]. De base quadrilonga e telhado de quatro águas, recuperava o esquema da

[41] GONÇALVES, Flávio - *Os retábulos de talha da igreja Matriz da Póvoa de Varzim,* in "Museu", Porto, 2.ª série, n.º 8, 1964, pp. 39-63; Idem - *José da Mota Manso e o douramento e pintura da talha da Matriz da Póvoa de Varzim,* in "O Tripeiro", 6.ª série, ano V, Porto, 1965, pp. 197-200; SMITH, Robert C. - *Matias de Lis de Miranda em Braga e na Póvoa de Varzim (Novos elementos para o estudo da talha poveira),* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. X, n.º 1, 1971, pp. 5-28.

[42] As obras de conclusão do edifício custaram 1999$500 réis. Em 1754, Inácio Pereira, mestre rebocar de Perosinho, concelho de Gaia, assumiu "a obra das abobedas e goarnecimento de dentro e de fora da dita igreja", por 340$000 réis - cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho - *A obra de pedraria da actual Igreja Matriz da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. IV, n.º 1, 1965, pp. 25-36; Idem - *A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim. Duas nótulas,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. V, n.º 1, 1966, pp. 119-125.

[43] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga (1693-1751),* Porto, 1996 (Col. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão - 4), pp. 152-153.

[44] A obra ficou por um preço elevado quando comparado com outras empreitadas de arquitectura civil executadas na mesma época na Vila - cf. AMORIM, Manuel - *Os Antigos Paços do Concelho da Póvoa de*

arcaria térrea composta por cinco arcos, dois dos quais laterais. Entre as duas janelas de peitoril do andar nobre surgiam, salientes, as armas reais. O granito aparecia ainda a desenhar a arcaria, nos cunhais, no rodapé e na cornija "em papo de rola". Adossada pelo exterior à parede lateral norte, a escadaria de pedra rematada por modilhão conduzia ao segundo piso onde havia duas salas para as sessões camarárias. No cimo da escada estava o imprescindível campanário. Os compartimentos na parte traseira do rés-do-chão tinham as funções de cadeia e açougue público.

Completava-se a Praça Velha com a quinhentista **Capela da Madre de Deus**.

A **Igreja da Misericórdia** (FIGS. 16 E 17) constituia parte do cenário do lugar do Monte (FIG. 18), entre a Matriz e a Vila Velha. As intervenções de gosto rococó efectuadas no edifício, logo que o templo passou para a posse da Irmandade, deram-lhe um novo portal e um amplo janelão ladeado por dois nichos. Definiu-se, assim, na frontaria um eixo de leitura vertical, prolongado pelos elementos decorativos que pendiam da cornija e pela cruz. A fachada, delimitada por pilastras e encimada por uma cornija de linhas ondulantes, recebeu em 1795 o acrescento da torre sineira, adossada ao seu lado esquerdo. Nos inícios de Oitocentos, em 1817 reconstruiu-se e ampliou-se a capela-mor[45]. Na fachada sul abriam-se simples janelas rectangulares, duas no corpo e outras duas na capela-mor, e um portal rematado por frontão com volutas e sobrepujado pelas armas e coroa reais[46].

Anexada a nascente da capela-mor encontrava-se a Casa da Mesa e Despacho da Santa Casa da Misericórdia (FIG. 17), construída nos meados do século XVIII.

Varzim, in Bol. Cul. "Póvoa de Varzim", vol. XXX, n.os 1/2, 1993, pp. 15-33. O esquema tipológico adoptado no edifício dos Paços do Concelho de Esposende (1732-1758), com a sua arcaria abrindo para o largo fronteiro, aproxima-se da Casa da Câmara da Póvoa. O edifício, que hoje alberga funções comerciais e residenciais, encontra-se muito descaracterizado e em estado de certo abandono.

[45] A antiga Igreja Matriz passou à posse da Irmandade da Misericórida em 1756; foi demolida em 1910 - cf. GONÇALVES, Flávio - *Um templo desaparecido: a antiga Igreja Matriz (depois igreja da Misericórdia)*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. III, n.º 2, 1964, pp. 201-266.

[46] As armas e coroa encontram-se hoje no Museu Municipal de Etnografia e História.

Formava um corpo rectangular de dois pisos, dominado pelos principios da simplicidade volumétrica e formal. A fachada era ritmada pelos vãos emoldurados em granito; o centro do primeiro andar era marcado por uma sacada.

Ainda na parte alta da vila, a paisagem foi alterada com a **Igreja de Nossa Senhora das Dores** (FIG. 15) que veio substituir a antiga Capela do Senhor Jesus do Monte. O projecto inicial, em que se começou a trabalhar em 1776, avançou com a construção de duas torres na fachada principal. No entanto, em 1805, por razões de segurança, pôs-se em causa a continuação dos trabalhos. Chamado a dar o seu parecer, o arquitecto portuense Joaquim da Costa Lima aconselhou a substituição por uma torre central. Apenas em 1812, depois de consultado outro arquitecto, António José Marinho, de Poiares, se procedeu à edificação da torre[47]. As obras foram lentas e complicadas, arrastando-se por todo o primeiro quartel do século XIX.

Experiência tardia das inovações planimétricas implantadas pelo gosto barroco, a maior importância assumida por este edifício no contexto arquitectónico da Vila reside, de facto, na concretização dum esquema tipológico de planta centralizada, único exemplo na arquitectura religiosa poveira. A linguagem estrutural do barroco combina-se na fachada com ornatos de gosto rococó, como os concheados flamejantes, que lhe dão plasticidade e movimento.

No Terreiro de **S. Sebastião** a seiscentista **Capela** da mesma invocação aí permaneceu até aos inícios do século XIX. Construído o edifício que a substituiu na Rua da Praça, em 1804[48] já se tinha demolido a antiga capela.

---

[47] Instituida a Irmandade de N.ª S.ª das Dores em 1769, rapidamente se desenvolveu a devoção tornando-se necessário edificar um novo templo, o que foi autorizado pelo Arcebispo de Braga em 1776. As capelas à volta da Igreja e a ela encostadas foram construídas na segunda metade do século XIX e ampliadas no primeiro quartel do actual - cf. BARBOSA, Jorge - *Breve história da devoção a Nossa Senhora das Dores na Póvoa de Varzim,* in "Exposição de Arte Sacra e mostra filatélica comemorativas do bicentenário da devoção à Senhora das Dores", Póvoa de Varzim, 1970; Idem - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. X, n.º 1, 1971, pp. 163-171.

[48] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XVIII, n.º 1, 1979, p. 50

A zona litoral ficou marcada por duas construções Setecentistas. Na praia da Ribeira, e substituindo o fortim do século XV, implantou-se, entre 1701 e 1740, a **Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição**[49] (FIG. 23), inserida numa política de defesa do litoral que neste ponto da costa se fazia acompanhar pelos Fortes de S. João Baptista em Esposende e em Vila do Conde, de S. Francisco Xavier, em Matosinhos e de N.ª S.ª das Neves, em Leça da Palmeira. A sua construção ocupou grande parte da primeira metade do século, ocorrendo a a inauguração em 1740. A planta, traçada pelo engenheiro militar Sebastião de Sousa, revela traçado pentagonal, com quatro baluartes e respectivas guaritas ligados por panos de muralha, sendo o quinto ângulo do pentágono, virado ao mar, resultante do encontro dos panos do muro. A fachada principal é rasgada pelo portal de arco de volta perfeita com aduelas aparelhadas, encimado pelo brasão de D. Diogo de Sousa e sobrepujado pelas armas reais entre volutas, pela coroa real e por uma pequena sineira. No interior da praça, edificou-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição, de reduzidas dimensões e arquitectonicamente muito simples.

A edificação da Fortaleza veio acentuar e materializar o eixo que orientou o

[49] Ordenada a sua construção por D. Pedro II, a primeira fase dos trabalhos estendeu-se até 1703, altura em que foi interrompida por falta de verba; estava construída toda a sapata e parte das cortinas exterior e interior da fachada principal. Em 1738, D. João V ordenou a conclusão das obras: "levantaram-se os baluartes e os lanços que faltavam da muralha exterior e interior, cavou-se e defendeu-se o fosso, edificaram-se na parada os quartéis, paióis e capela". Na segunda fase da construção desempenhou um papel de relevo, ao lado do governador das armas do Porto, D. Diogo de Sousa, o tenente Francisco Félix da Veiga Leal, primeiro governador da praça, que relatou na sua *Noticia da Villa da Povoa de Varzim* a evolução da obra com todo o pormenor. Entre 1779 e 1780 foram feitos alguns melhoramentos, com a conclusão dos quartéis e paióis, a fortificação do sistema bélico e o arranjo das instalações dos oficiais e soldados. Em 1821, foram feitas obras indispensáveis para travar a crescente ruína do construção; mas nessa altura já se encontrava fora de serviço todo o armamento. Dez anos mais tarde fizeram-se novas reparações urgentes. No entanto, a fortaleza estava condenada e ao longo do século XIX acentuou-se o estado de decadência. Pelos anos 1850 era dada como nula a importância militar do edifício, que nem servia para defender a vila (por se achar cercado pelas casas da povoação), nem podia defender a enseada (pele insignificância do armamento de que dispunha) - cf. GONÇALVES, Flávio - *A Fortaleza de N.ª S.ª da Conceição,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. II, n.º 2, 1959, pp. 286-307.

crescimento a partir do núcleo da Matriz em direcção à enseada e porto de abrigo das embarcações. À sua volta, concentravam-se as actividades ligadas à construção naval e à venda de pescado.

Mais a sul, no areal do Facho, na década de 70 inicou-se a construção da **Igreja de N.ª S.ª da Lapa**[50] (FIG. 24) que, balizando a entrada no porto, anunciava a chegada a terra ou a entrega ao mar. A obra da "Capela do Facho" foi contratada com o mestre pedreiro José Lopes pelo preço de 330$000 réis, respeitante apenas à edificação da capela-mor, a qual achando-se finalizada em 1772 foi prontamente benzida a 15 de Agosto. Foi necessário esperar pelos anos de 1799-1800 para a construção de uma barraca de madeira que serviu de corpo da igreja, a que se acrescentou em 1811 um campanário também de taboado para o sino. Apenas em 1813 se deu início às obras do corpo da igreja e em 1825 se começou a trabalhar na torre[51].

Originariamente não passava de um modesto edifício, de nave única, pouco se identificando com a imagem actual[52]. A fachada, levantada para nascente, é rematada por frontão triangular preenchido com as armas reais (o brasão de D. Maria I).

---

[50] A devoção a N.ª S.ª da Lapa teve início na ermida de S. Roque, onde foi erecta em 1761 a "Confraria de Nossa Senhora da Lapa, Amparo dos Homens do Mar". Em 1770, contraíu a Confraria algumas dívidas para proceder à edificação de templo próprio e requereu (em Agosto) ao Arcebispo de Braga a respectiva licença para erigir junto à praia, no lugar do "Facho", uma capela; a licença foi concedida rapidamente (em Dezembro) e as obras iniciaram-se de imediato, no mesmo mês. A Confraria de N.ª S.ª da Lapa foi transferida para este templo, recebendo, em 1791, o título de Irmandade de N.ª S.ª da Assunção. - cf. COSTA, Martins da - *Irmandades e Confrarias da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XVII, 1978, n.º 1, pp. 51-54; Idem - *Real Irmandade de Nossa Senhora da Assunção da Póvoa de Varzim (esboço histórico),* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.º 1, 1990, pp. 160-164; vol. XXX, n.os 1/2, 1993, pp. 207-210.

[51] O contrato com o mestre José Lopes foi feito a 10 de Junho de 1770. Em 1772 apenas estava levantada a capela-mor da que viria a ser a Igreja da Lapa. A edificação do corpo da igreja arrastou-se por longo período de tempo e em 1837 ainda se trabalhava na torre - cf. COSTA, Martins da - *Real Irmandade...,* pp. 163-164; vol. XXX, n.os 1/2, 1993, pp. 207-210.

[52] Pelos meados do século XIX, a igreja acusava reduzidas dimensões para albergar a numerosa comunidade piscatória. Assim, em 1846, Bento Martins, mestre pedreiro de Vila do Conde, arrematou a obra para a reconstrução da capela mor e farol e, em 1849, José Fernandes Beiriz, também de Vila do Conde, arrematou a empreitada de "uma sacristia e Caza de Mesa e mais obras" - cf. FREITAS, Eugénio A.

Além de acentuar o movimento expansionista para sul (FIG. 25), era o pólo religioso das gentes ribeirinhas e um símbolo do carácter de entreajuda da comunidade piscatória; juntamente com a Capela de S. Roque é a materialização arquitectónica da religiosidade das gentes do mar.

São exemplares que documentam o panorama da arquitectura de carácter erudito, marcado pela ausência de grandes traças, porém acompanhando as tendências da época.

2 - OS ESPAÇOS VIÁRIOS: RUAS E PRAÇAS

2.1 - LOCAIS DE CIRCULAÇÃO E DE PERMANÊNCIA

As vias públicas exibem-se como elementos preponderantes da paisagem urbana, com funções de estruturação e definição do espaço. À rua pertence a dupla função de canalizar a circulação e de estruturar o parcelamento do solo[53]. Ruas e praças apresentam-se carregadas de vivência do quotidiano das populações; por elas circulavam peões, animais e carros de tracção, mas também aí se permanecia, em conversa ou em trabalho, quantas vezes sentado à soleira da porta das habitações... O espaço público assume-se como o palco gigantesco, aberto e acessível a todos, dos mais importantes acontecimentos festivos e comemorativos da vida local. As ruas, "prontas e limpas como hé de costume"[54], recebiam as procissões e enchiam-se de gente a assistir a que se juntavam aqueles que das varandas e janelas das casas, adornadas com os devidos enfeites, contemplavam o espectáculo e faziam parte do

da Cunha e - *Dois documentos para a história da igreja de Nossa Senhora da Lapa,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. III, n.º 1, 1964, pp. 19-27.

[53] BARDET, Gaston - *L'urbanisme,* 2.ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1975 (Col. "Que sais-je?", n.º 187), p. 32.

cenário. Na organização da festa do "Corpus Christi" no ano de 1834 ordenou a administração municipal "que os moradores das Ruas da Madre de Deus, Nova, São Sebastião e Consolação por onde costuma passar esta porcissão, tenhão as suas testadas varridas, e cobertas de flores ou hervas cheirozas, e as jenellas guarnecidas com colchas"; assim como seria de evitar deixar porcos pelas ruas pois passariam a pertencer à edilidade. O não cumprimento do estabelecido acarretava uma multa de quinhentos réis[55]. A procissão do Corpo de Deus, organizada pela Câmara, contava com a participação dos variados ofícios mecânicos que lhe davam o tom garrido, barulhento e animado mais próprio de um evento de carácter profano. A que a população assistia satisfeita...

À porta de suas casas, já na rua, muitos eram aqueles que aí se instalavam para realizar as suas tarefas, como o tratar das redes e do peixe. Pelas ruas circulavam vendedores a apregoar a mercadoria, homens e mulheres na ida à fonte ou ao mercado, pescadores na sua labuta... Por essa vivência, em Portugal a rua é "o elemento que aparece sempre em todas as descrições literárias e históricas como o palco aonde se desenrolam as cenas marcantes da vida pública", assumindo esse papel com maior primazia que as praças[56].

O traçado e a fisionomia das ruas e praças dependem de uma multiplicidade de factores, resultando, por vezes, de uma vontade executada num determinado momento ou, na maior parte dos casos, do processo de crescimento mais ou menos lento dum aglomerado.

No quadro urbano de finais de Setecentos algumas artérias assumiam um papel de relevo como meios de comunicação entre as várias partes da Vila (PLANTA 2). Quem chegasse vindo de Guimarães, Barcelos, Esposende ou Vila do Conde (pelo caminho do

[54] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 17.

[55] A.M.P.V., Actas de Vereações, maço 18, livro de 1826-1835, fl. 144.

Coelheiro), dava entrada na Póvoa pelo núcleo da Matriz. A Rua Nova, continuada pela da Calçada, apresentava-se como a principal via de ligação com a zona mais baixa do povoado, embora também a Rua de S. Sebastião desempenhasse uma importante função para os que vinham de Vila do Conde e para os residentes no lugar do Coelheiro. Na zona mais baixa, destacavam-se as Ruas da Ponte e da Junqueira que comunicavam com a praia e a Rua dos Ferreiros que funcionava como estrada para Vila do Conde.

O P.e Martins Gesteira deixou-nos uma descrição das ruas da Póvoa que, embora posterior ao nosso período de estudo, nos permite, com a devida distânciação, assinalar algumas semelhanças. Possuia a Vila, pelos meados do século XIX ruas "um pouco estreitas, e pela maior parte tortas, porem quasi todas bem calçadas; e o pouco declive que tem, as torna sugeitas a bastantes lamas no inverno"[57]. Pelo recuo temporal que temos que fazer até ao período compreendido entre os finais do século XVIII e os anos 30 do seguinte, certamente que os aspectos focados, relativos à largura, ao alinhamento e à presença de lamas nas ruas, seriam mais acentuados. Repare-se no facto de haver referência ao bom pavimento das vias, aspecto que nos pareceu ser uma preocupação constante da edilidade no período que estudamos, como referiremos de seguida.

A estreiteza e o perfil tortuoso dos arruamentos seriam mais notórios no núcleo antigo, enquanto na zona costeira as ruas exibiam um traçado rectilíneo, mantendo porém dimensões relativamente acanhadas.

---

[56] TUDELA, José - *As Praças e Largos de Lisboa (Esboço para uma sistematização caracterológica)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1977, p. 2.

[57] GESTEIRA, José Joaquim Martins - *Memorias Historicas da Villa da Povoa de Varzim*, Porto, Typographia de J. J. Gonçalves Basto, 1851, p. 28. Jorge BARBOSA, nas *Emendas inéditas do P.e José Joaquim Martins Gesteira às suas "Memorias Historicas da Villa da Povoa de Varzim"*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. V,

2.2 - O CALCETAMENTO E ALINHAMENTO DAS VIAS

Na caracterização fisionómica da paisagem da Póvoa de finais do século XVIII e inícios do XIX, o granito tinha uma presença mais ou menos forte. Era aplicado numa arquitectura menos modesta em cunhais e cornijas, vergas e soleiras, colunas e modilhões, escadas e alpendres e ainda em pavimentos de ruas e em pontes. O emprego desta pedra estende-se à região setentrional do País onde é mais abundante, "mercê das condições naturais e da multissecular técnica de trabalhar a pedra dos nossos canteiros, o Norte de Portugal tem, desde os castros, às nossas casas e igrejas, uma *civilização de granito*, que é também ilustrada pelas calçadas e pontes"[58]. Apercebemo-nos que nos bairros acentuadamente piscatórios do sul e norte, inerente ao tipo de solo (de areia) e às próprias características da arquitectura que marcou essas zonas (e reflexo das condições socioeconómicas da classe que aí se estabeleceu) o granito estava praticamente ausente dos elementos arquitectónicos e das pavimentações. O calcetamento das ruas era substituído pelo piso de areia solta.

Dos diversos arruamentos que constituiam a malha urbana, alguns, mais espaçosos e importantes, teriam certamente um pavimento pétreo, ou melhor, eram as calçadas, outros, mais modestos nas suas dimensões[59] e nas suas funções, não passavam de ruas de terra batida ou de areia solta. A importância da rua por vezes buscava-se na imponência das construções que a delimitavam e que lhe davam, nalguns casos, a sua dignificação. Pensamos concretamente nos exemplos da Rua Nova ou na Rua da Praça. No núcleo antigo, deveria constar o pavimento pétreo em diversos arruamentos, pelo menos nos mais importantes e movimentados, porém, para

n.º 1, 1966, retifica a indicação de que as ruas da Vila eram na sua maior parte tortas, "tendo algumas bem alinhadas" (p. 8).

[58] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Caminhos Medievais no Norte de Portugal,* in "Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago. Itinerários Portugueses, Xunta de Galicia / Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995, p. 341.

além da Rua Nova, sabemos apenas da existência da "calçada da Rua dos Gaios" que, apesar de ser uma estreita artéria, por ela circulavam carros[60].

Não é difícil imaginar o que seria percorrer os arruamentos de terra batida nos tempos chuvosos do Inverno, quando à lama se juntavam os dejectos dos animais que transitavam pela Vila, quer conduzindo carros de transporte de mercadorias, quer deslocando-se em direcção aos seus pastos; ou suportar as nuvens de poeira e os odores que a secura do Verão proporcionava. Cenário existente pelos meados da primeira parte do século XIX, quando ainda "algumas das ruas desta Villa se achavão incapazes de [se] tranzitar por ellas com aguas, e lamas no tempo de Inverno"[61]; imagine-se então como seria em tempos mais recuados e menos afectados pelos princípios de higiene pública. É afinal a realidade que dominava nos núcleos urbanos portugueses, como, por exemplo, na cidade de Bragança[62].

Desde o século XVI na Póvoa existiria pelo menos uma via com calcetamento[63]. Assim o depreendemos da designação atribuída ao caminho que ligava o incipiente núcleo urbano à zona ribeirinha da Junqueira e Ribeira - era a chamada "Calçada"[64]. Já para os inícios do século XVIII, consequência do alargamento do espaço urbano, várias seriam as ruas que possuiam o piso empedrado. Em 1713, o Senado da Câmara, atento

---

[59] O único dado concreto que possuimos relativo à largura de um arruamento é referente à Rua da Ponte e atribui-lhe cerca de 7,9 m - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 755, de 1826.

[60] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 63, de 1828.

[61] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 18, de 1825.

[62] RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura,* vol. I, Bragança, Junta de Freguesia da Sé, 1997, pp. 57-58.

[63] Sobre os primeiros trabalhos de calcetamento realizados no País, em Lisboa, Évora e Porto, cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana,* Lisboa, 1974, p. 92; AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel - *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista),* sep. da "Revista de História", vol. IV, Porto, 1985; GONÇALVES, Iria - *Uma Realização Urbanística Medieval: o Calcetamento da Rua Nova de Lisboa,* in "Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão", Col. "Artes / História", Lisboa, Vega, 1995, pp. 102-113.

[64] No Capítulo I abordamos as suas funções.

à necessidade de dotar o povoado com alguns melhoramentos ao nível das infra-estruturas, firmou contrato, entre outras obras públicas, para fazer as "pontes e calçadas da Junqueira"[65]. Deve tratar-se do calcetamento da recentemente aberta Rua Nova da Junqueira, cuja mais antiga referência data dos finais do século anterior (1694)[66] e que desde cedo se assumiu como um precioso eixo condutor aos areais da Areosa e ao mar.

O desenvolvimento da Vila, que passava em grande medida pela intensificação do comércio do pescado, atraía um cada vez maior número de pessoas de fora da terra. Pelas suas ruas transitavam os carros que levavam os carregamentos de peixe para os mercados do interior e para as aldeias vizinhas. E seriam muitos certamente, como ficou registado em fontes diversas. O intenso movimento que se verificava contribuia para a dinamização da actividade comercial e para a animação do espaço urbano. Mas deixava também marcas de desgaste e desconcerto nas vias públicas. O volume dos carregamentos que aqui vinham fazer os carros de fora do termo aumentou de forma considerável na transição para a época Oitocentista. E os danos não se fizeram esperar, apressando-se por sua vez os moradores a apresentar as suas queixas à edilidade, apontando a ruína de calçadas e pontes pela contínua passagem dos carros com pesados carretos.

Para seu próprio interesse, competia à Câmara garantir o bom estado das ruas

[65] Nesse ano de 1713, Antonio Moreira, da freguesia de S. Salvador de Moreira (ou Macieira?) da Maia, "tinha rematado em praça publiqua diante do Doutor Corregedor Provedor da cidade do Porto as obras das calçadas fomte e pontes tudo desta Villa em preço e quantia de coatro centos e sincoenta e outo mil reis tudo a sua custa feito e acabado na forma dos apontamentos e plantas que se lhe emtregaram". Especifica a escritura tratar-se da "ponte da igreja e pontes e calçadas da Junqueira e fonte da biqua". Obrigava-se o arrematante a ter tudo pronto "demtro de quinze mezes compridos e acabados" e a empreitada, desde o "arranjar pedra caregala e fazella", era "tudo a sua custa" - *"Fiança e abonaçam que da Antonio Moreira da aldeia de Real freg.ª de Macieira Conc.º da Maia as obras e calçadas pontes e fontes da biqua tudo desta Villa da Povoa de Varzim"*, publicado in *Documentos avulsos sobre a Póvoa de Varzim no século XVIII*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XVII, n.º 1, 1990, pp. 326-328.

[66] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XII, n.º 2, 1973, p. 208.

que formavam a malha urbana e dos caminhos[67] que saiam da Vila, assim como das pontes existentes. Era uma forma de incentivar as ligações comerciais com as terras circunvizinhas, facilitando as comunicações, ao mesmo tempo que se procurava criar melhores condições para aqueles que aqui habitavam, permitindo-lhes usufruir de um espaço público mais ordenado e limpo. A pavimentação das ruas era uma importante medida de higiene urbana[68] largamente difundida ao longo do século XVIII.

Sendo necessário conseguir dinheiro para suportar os encargos desses arranjos, nada melhor que a utilização dos lucros arrecadados com a cobrança de multas variadas[69]. Outra medida, largamente implementada em todo o período, concerne a criação de impostos específicos que incidiam sobre os carros que, de fora da Vila, aqui vinham buscar produtos. Assim se impôs aos carros e bestas que viessem à Póvoa carregar pescado para vender noutras localidades o pagamento "por cada hua besta cento e vinte reiz e por cada hum carro duzentos reis para as calssadas da mesma Villa"[70], caso não trouxessem produtos para o abastecimento da povoação.

Em 1800, pela falta de verbas que a Câmara possuia para suportar diversas despesas, entre as quais as obras públicas do arranjo do pavimento, procurou-se

---

[67] Fazia parte das obrigações camarárias zelar pela boa conservação das estradas e pontes dentro da área de sua administração. No entanto nem sempre se cumpriam tais deveres, de modo que em 1825 foi enviado a cada Câmara um aviso tornando-a "estritamente responsavel, no seu respectivo destricto, pela conservação das estradas, pontes, plantaçoens de arvores, e mais obras", obrigando-se a comunicar à Intendência das Obras Públicas os danos que não se conseguiu evitar, para que esta pudesse intervir - cf. Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 19: *"Registo de hum Avizo do Secretario de Estado dos Negocios do Reino sobre estradas, pontes, plantas, e obras publicas"*.

[68] HAROUEL, Jean-Louis - *Histoire de l'urbanisme,* Paris, Presses Universitaires de France, 1981 (Col. "Que sais-je?"), p. 51.

[69] Podemos exemplicar o que foi referido. Assim, em 1796, ao vendeiro José Joaquim de Araújo, da Rua da Calçada, foi aplicada uma multa no valor de cinco mil réis que seriam "apelicados para as calssadas e ruas desta Villa". Quem não fizesse o uso autorizado da água da Fonte da Boca (uso estritamente doméstico) pagaria uma multa de seis mil réis, "aplicados para as calçadas e reparos desta Villa" - A.M.P.V., Actas de Vereação, mç. 16, lv. de 1791-99, acta de 21 de Julho, fl. 91v; Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 15.

[70] *"Rezisto de hua Provizão do Dezembargo do Passo para haver feira nesta Villa"*, de 1783 - A.M.P.V, Registos Gerais, mç. 37, lv. 228, fl. 73v.

aumentar a "portaje desta Villa", pagando "cada carro vinte reis e de cada carga de besta maior des reis e sendo menor sinco reis, e de cada costas tres tres reis", sendo o dinheiro para o concerto das "calssadas e ruas desta mesma Villa"[71].

A Provisão de D. Pedro, datada de 1826, incide sobre a mesma matéria, decretando que "todos os carros de fora do termo da Villa da Povoa de Varzim que forem a dita Villa a carregarem argaços e estrumes paguem por cada ves a quantia de vinte reis"[72], sendo o produto desse imposto utilizado para a reparação e conservação das calçadas. Note-se que, se antes se limitava a saída do principal produto do comércio da Vila (o pescado), agora passou-se a incidir sobre as pesadas cargas de sargaço e estrume. Pela frequência com que se faziam esses abastecimentos, sem dúvida que muito danificavam as vias públicas, que a Câmara há pouco "tinha feito calçar" (no ano anterior), como esclarecedoramente refere a Provisão: "diariamente se arruinavão as mesmas calçadas pela multidão de carros de fora do termo que de continuo ali ião". O lançamento de impostos sobre os carros e a utilização dos lucros a favor das calçadas é afinal uma ocorrência com algum paralelismo noutras localidades[73].

As despesas com estas obras públicas deveriam ser avultadas pois em 1825 foi

[71] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 12.

[72] Ainda eram afectados os "carros que carregarem, ou conduzirem outros quaesquer effeitos, ou atravessarem qualquer das ditas ruas" pagando "por cada ves des reis" - Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 20: *"Registo da Provizão da contribuição aos carros"*.

[73] Refira-se, a título comparativo, o imposto lançado na cidade de Braga, pelos meados do século XVIII, sobre os carros ferrados que por ali faziam caminho sem descarregarem mercadoria. Foi uma medida criada para combater os danos que estes causavam nas calçadas da cidade, por onde passavam sem descarregar ou carregar produtos, em nada beneficiando a urbe com a sua passagem - cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII)*, in "Revista da Faculdade de Letras - História", II série, vol. II, Porto, 1985, p. 150. Atente-se ainda no imposto a favor das calçadas lançado pelo município de Vila do Conde sobre as caravelas que entravam sem carga no porto da vila e aí carregavam mercadoria; tal ocorrência verificou-se pelo menos durante a segunda metade do século XVII - cf. SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar Martins; OSSWALD, Helena, et al. - *O Arquivo Municipal de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal, 1991, pp. 78-79.

autorizado pelo Corregedor da Comarca a aplicação dos dinheiros das sisas[74] no concerto de ruas, caminhos, pontes e fontes da Vila. Privilegiaram-se algumas artérias que compreendiam "hum pedasso da Rua Nova para ser ladrilhado, e a Rua da Ponte ladrilhada em toda a sua competente largura reparando as pontes della de forma que se possão andar por ella carros, e bestas, bem como na Rua Nova da Junqueira hum pedasso que va intestar no ladrilho do paredão do mar"[75].

Compreende-se que a atenção da edilidade se direccione, em especial, para as ruas indicadas; é que de facto, pela função que desempenhavam, eram as mais relevantes no conjunto da malha urbana, constituíndo importantes eixos dinâmicos. A Rua Nova, no centro do povoado, punha em contacto o bairro da Matriz com a Praça Nova, de onde se passava, através da Rua do Pelourinho, à Rua da Ponte. Este arruamento, marcado por uma animada actividade comercial relacionada com o peixe, conduzia à zona da Fortaleza e à Praia do Pescado. Na Rua Nova da Junqueira, os armazéns de salga e os seus negociantes, imprimiam-lhe um intenso movimento, além de que por ela se atingia o logradouro da Areosa. Era do maior interesse para a administração municipal garantir uma boa circulação de carros e bestas pelas ruas referidas, de forma a incentivar o escoamento do pescado para os mercados exteriores à Vila. Tratava-se de assegurar a manutenção do eixo de circulação entre o núcleo antigo, passando pela nova praça (centro cívico-político), em direcção à orla costeira.

Em 1828, as intervenções nos espaços de circulação afectaram a Rua dos

[74] Já antes desta data se utilizou dinheiro proveniente das sisas para obras nas calçadas, como se deduz do documento datado de 1804 no qual informa o Corregedor Almada que "o Depozitario do cofre das sizas, e bens de raiz da Villa da Povoa de Varzim Joze Francisco Ribeiro Contram tem pago do mesmo cofre pellos sobejos das mesmas sizas a quantia de oito contos quatro mil e sincoenta e nove reis" para obras diversas, entre as quais se contam as das "calçadas das ruas publicas" - Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 5: *"Registo de hum precatorio"*.

[75] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 18: *"Registo da licença para se fazerem as ruas desta Villa pelos sobejos das sizas"*. Dois documentos de 1824 registam que muitas das ruas da Vila se encontravam "por calçar, e as que o forão estão a maior parte percizando de conserto" - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 47 e 46.

Ferreiros, a Rua do Norte e de novo a Rua Nova da Junqueira. Dois anos mais tarde ainda se trabalhava no "ladrilho" da Rua da Junqueira e previa-se continuar com o da Rua da Ponte[76].

Aos habitantes da Vila competia colaborarem no arranjo das vias. Esclarecendo melhor, diga-se que a participação se limitava apenas aos lavradores[77] possuidores de carros de bois que satisfaziam o carregamento de materiais para os arranjos, como a pedra extraída das pedreiras da Gandra.

A constante atenção posta na manutenção das calçadas leva-nos a concluir, por um lado, que se tratava de obras mal executadas e deficientes e, por outro, que estavam sujeitas a um intenso desgaste exigindo assim permanentes restauros. Pelas informações que possuimos, consideramos que os trabalhos de calcetamento incidiam sobre as artérias principais e mais movimentadas.

Desde finais do século XVIII, a par de uma maior consciência urbana, perceptível nas obras de calcetamento, que se traduzem na maior limpeza e melhor circulação, denotam-se preocupações que se prendem com o ordenamento do espaço urbano, visíveis no cuidado posto no alinhamento de ruas e construções.

O Edital produzido em 1795[78] é bastante esclarecedor desses princípios, ao impôr a obrigatoriedade da consulta ao executivo sobre a construção ou reedificação (desde

[76] Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.os 61, 65 e 66.

[77] Situação verificável noutras localidades como em Braga, onde os lavradores contribuiam com serviços para a Câmara e cidade; todos os anos carregavam pedra para as calçadas e ruas da cidade - cf. CAPELA, José Viriato - *Braga, um Município Fidalgo - As lutas pelo controle da Câmara entre 1750 e 1810,* in "Arqueologia do Estado. I.as Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII", Lisboa, História & Crítica, 1988, p. 187, nota 9. Também os lavradores do Termo do Porto estavam obrigados a fazer carretos de pedras nos seus carros para o arranjo das calçadas da cidade ou das estradas públicas do termo - cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *Paços de Ferreira na Idade Moderna,* sep. de "Paços de Ferreira - Estudos Monográficos", 1986, p. 15.

[78] Ap. Doc. A.M.P.V., B, doc. n.º 3, de 14 de Dezembro: *"Registo de hum Edital".* O desrespeito pelo estabelecido acarretava uma multa de seis mil réis que seriam aplicados para as obras públicas da Vila. O Edital resultou das decisões aprovadas nas sessões camarárias de 30 de Setembro e de 12 de Dezembro de 1795 - Ap. Doc. A.M.P.V., A, docs. n.os 2 e 3.

os alicerces) de edifícios ou muros situados "em ruas publicas ou estradas". Pretendia-se que a Câmara, depois de inteirada do teor das obras, passasse a respectiva autorização; era afinal uma medida que visava combater situações de desalinhamento como se explica no Edital, "pois excessiva, e abozivamente se tem descordiado a boa regulação e direção das ruas e seus prespectos, e tomado terra do publico, excedendo os lemites das particulares balizas com damno publico". Exemplifiquemos com as obras realizadas nas casas de José Luís Capelão, na Rua de S. Sebastião, que tomaram à via pública cerca de doze palmos "com que se estereitava a mesma rua". A nova construção "faz hua grande quina e sahimento na rua com que a faz dezigual e dezforme" e por isso, depois de feita a vistoria, ficou o dono obrigado a proceder à demolição e reposição do anterior alinhamento no prazo de três dias[79].

Às preocupações de índole estética e funcional que o referido Edital espelha, junta-se a vontade de controlar situações de indevida apropriação de espaço público[80] sem dar conhecimento às autoridades municipais. Situação que ocorria com bastante frequência, quer no espaço urbano[81], quer na zona rural[82], e que revertia "em prejuizo do bem publico e do aumento dos logradouros dos gados e dos caminhos publicos e do

[79] Ap. Doc. A.M.P.V., A, doc. n.º 5, de 1796.

[80] A abertura de uma simples janela, caso não respeitasse as normas estabelecidas, poderia também ser embargada pela Câmara. Foi o que aconteceu com a obra que o mercador António José da Silva da Rua da Praça andava a fazer, em 1797. Consistia a empreitada na abertura de "hua janella de peitoril" que dava "sobre o adro da Igreja Matris" e, como tal, ia "contra todo o direito ecleziastico e sevil" - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 7.

[81] Veja-se, a título de exemplo, as obras que fez sem licença Manuel Joaquim dos Santos numas barracas "emsima do paredão ". Feita a vistoria, mandou a Câmara demolir o acrescento e pagar uma multa der oitocentos réis - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 26.

[82] A título exemplificativo, observemos um caso levado à reunião camarária de 22 de Dezembro de 1795: Custódio Moreira, pedreiro morador no lugar da Gandra "tinha alargado junto as cazas que fez na mesma testa da Gandera hua grande porção de terra tapada de parede do sul (...) o dito Custodio Moreira fizera a dita alargada no terreno publico havia menos de anno (...)". Depois da vistoria, ocorrida a 28 de Abril de 1796, à propriedade citada, à de António José, pedreiro, e ainda à de António José, todos da Gandra, ficaram os ditos proprietários obrigados a reporem os antigos alinhamentos - A.M.P.V., Actas de Vereações, mç. 16, lv. de 1791-99, fls. 69v-70 e 78-78v. Cf. ainda Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 13.

bem comum de todos os moradores e tambem dos direitos reaes porque ajuntão as tomadias a outras propriedades debaixo do mesmo titulo"[83].

Podemos concluir que o referido Edital, ou as renovações que lhe foram feitas, eram relativamente acatadas pelos habitantes. Assim, em 1817 explicam dois vizinhos moradores na Rua da Fortaleza que em "observancia da ley que determina o cordiamento das ruas fizeram crescer as suas barracas, ou armazens a regular a direitura da mesma"[84]. No mesmo ano foram recusados dois pedidos de obras na mesma Rua da Fortaleza "pelos prejuizos observados nas vistorias" realizadas[85].

Num requerimento feito à Câmara em 1821, o requerente, P.e Francisco Leite Pereira, morador na Praça Nova de Almada, informa que necessita de fazer obras na sua morada de casas, cuja "fronteira das mesmas [se encontra] aruinada e por essa rezão lhe he necessario reidificalla de novo desde os aleçerces". Por "lhe ser percizo levantar as soleiras das mesmas [portas] e como na forma dos acordáons deste Senado o não pode fazer sem se lhe dar o devido cordiamento", solicita que lhe seja indicado o alinhamento a respeitar[86].

Noutras situações os moradores, por iniciativa própria, faziam o alinhamento de quintais[87] e muros, pedindo depois a respectiva vistoria à Câmara. Casos houve em que partiu do próprio orgão municipal a iniciativa de juntar a determinada propriedade particular uma parcela de terreno público para obter um melhor alinhamento. Foi o que ocorreu com Francisco de Oliveira Senra, proprietário de uma morada de casas na Rua

[83] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 3, acta camarária de 12 de Dezembro de 1795.

[84] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 536. Cf. Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 39.

[85] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 31.

[86] Ap. Doc., A.M.P.V., C, doc. n.º 2.

[87] Refira-se o exemplo de um casal de pescadores, moradores na Rua da Areia (topo sul), que tinham alargado o seu quintal (de areia) para nascente com o objectivo de "cordiarem com outros quintais de outros moradores na parte do norte e incanarem as agoas do regato da Possa da Barca" que corria pelo fundo do quintal; pedem à Câmara que proceda à necessária vistoria e estabeleça o valor do foro a pagar pela "alargada" - cf. Ap. Doc., A.M.P.V., C, doc. n.º 1.

da Fortaleza, a quem a edilidade "unira a hum seu quintal hum bocado de terreno para melhor alinhar a sua propriedade"[88]. O aforamento de parcelas de terreno tinha que ter a confirmação régia[89].

Certos pedidos de aforamentos eram recusados por serem prejudiciais ao interesse público. Temos o exemplo do pedido de ocupação de uma parcela de terreno na Rua da Fortaleza que foi negado porque se situava "a veira da praia" e como esta era "pequena e estreita para o servisso dos barcos e secadouro das redes" todo o espaço aí existente deveria ser conservado desempedido para o uso da pescaria, "a qual por ser muita se achava estreitada e com percizão de mais territorio"[90].

Conhecemos uma intervenção no espaço viário da Rua da Ponte, no ano de 1829, consolidada num contrato notarial entre o Senado e o proprietário de uma morada de casas cita na dita rua, Manuel José da Silva Porto. As orientações que presidiram a obra estão claramente expressas no documento; tratava-se de "demolir parte da caza sita ao pé [da Capela] de Sam Roque para alinharem a Rua da Ponte"[91], assumindo a Câmara os prejuízos causados ao proprietário e claro as despesas de tal operação. Três anos antes algumas beneficiações[92] foram realizadas na mesma rua e largo de S. Roque que passaram por realinhamentos de uma fachada e de um muro de campo, pautadas pela mesma visão de organização da circulação nos espaços viários.

Às preocupações de carácter funcional, relacionadas com a boa circulação e com a higiene do espaço público, que se prendem com interesses comerciais e também com

[88] Ap. Doc. A.M.P.V., B, doc. n.º 14, de 1825: *"Registo da Provizão de hum terreno reunido ao de Francisco de Oliveira Senra"*. Pelo acrescento, ficava o proprietário obrigado a pagar anualmente dez réis de foro.

[89] Podemos comprovar com o exemplo da Provisão que veio confirmar o pedido de Gaspar Leite de Azevedo e autorizar o aforamento de um terreno na Rua da Junqueira, junto ao paredão - Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 12.

[90] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 32.

[91] Ap. doc., A.D.P., doc. n.º 797: *"Contracto que fas o Sennado da Camara desta Villa com Manoel Joze da Silva Porto desta mesma: em 30 de Janeiro de 1829"*. A indemnização paga ao proprietário orçou os cem mil réis.

uma nova mentalidade mais atenta à defesa da saúde pública, juntavam-se outras de sentido estético que se depreendem da vontade de dignificar ou embelezar certas zonas do espaço urbano.

2.3 - Os passeios

À existência do piso calcetado juntava-se muitas vezes a presença de passeios. Novidade irradiada de Inglaterra e com aplicação nas capitais europeias, como Paris (1781)[93], encontra-se em Portugal, em cidades como Lisboa e Porto[94], pelos anos oitenta de Setecentos. Com uma função determinada e reflexo do evoluir de uma sociedade, os passeios tinham grande importância no conjunto do tecido urbano.

Pelos finais desse século já a Póvoa de Varzim ostentava alguns passeios. A sua construção pressume-se anterior a 1794, pois nesse ano são referidos os "paseios publicos e que de novo estão feitos"[95].

Os dados concretos que possuímos sobre a sua localização na paisagem urbana da Póvoa são escassos. Apenas sabemos que a Praça Nova do Almada possuia pelos inícios dos anos vinte um "novo paçeio ou calçada"[96] no seu lado sul, que era o que se encontrava marginado por casas. No ano de 1826, integrado nas obras realizadas no largo e ponte de S. Roque, pretendeu-se "mudar o passeio que vai para a Rua Nova da Junqueira pelo pé da Capella de Sam Roque" e refazê-lo numa extensão de 41,8m e ainda fazer "o passeio da esquina de Miguel da Costa Calheiros, the a porta de Antonio

---

[92] Ap. doc., A.D.P., doc. n.º 755; tratamos este documento em pormenor a propósito da ponte de S. Roque.

[93] Lavedan, Pierre; Hugueney, Jeanne; Henrat, Philippe - *L'Urbanisme a l'Époque Moderne. XVI.e - XVIII.e siècles,* Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982, pp. 76-77.

[94] França, José-Augusto - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo,* Lisboa, Bertrand Ed., 1983, p. 325. No Porto devido às influências trazidas pela comunidade britânica instalada na cidade os passeios datam a sua existência do ano de 1786 - cf. Ferreira-Alves, J. Jaime B. - *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas,* vol. I, Porto, 1988, p. 258.

[95] Ap. Doc. A.M.P.V., A, doc. n.º 1 e B, doc. n.º 1.

[96] Ap. Doc., A.M.P.V., C, doc. n.º 2.

Joze Alves da largura de oito palmos[97] [1,76 m] tudo a esquadria fechada de pico miudo, assentada a cal, e saibro"[98].

Era uma preocupação constante do executivo camarário manter o seu bom estado de conservação. Daí as regras impostas a carreteiros e condutores de animais e carros e aos moradores confrontantes com os ditos passeios. Ficou expressamente proibído pela legislação camarária de 1794, a circulação "com bestas carregadas ou sem carga por sima dos paseios publicos que de novo se achão feitos" e sobre eles estava vedado "descarregar lenhas ou outros quaisquer generos", excepto quando se destinassem a ser transportadas para o interior das próprias casas, mas teriam de ser descarregados fora dos ditos passeios. Proibia-se ainda aos moradores de manterem à porta de suas casas lenhas, pedras ou barros, salvo se se destinassem a qualquer obra no edifício, "a qual finda mandarão por o dito paseio com toda a limpeza"[99].

2.4 - As praças

Espaços privilegiados para o exercício da cidadania, são entendidas como o centros vitais de qualquer aglomerado. As praças assumem funções dinamizadoras do tecido urbano ao serem o palco escolhido para a realização da feira, da festa e da resolução de assuntos do domínio público (por exemplo, arrematações ou aviso de editais). A dinâmica que lhes é inerente consubstancializa-se na presença de construções simbólicas no seu redor, a catedral ou a igreja e os paços do concelho, a que se juntam normalmente arquitecturas domésticas de construção cuidada. A época barroca encarregou-se de acentuar o poder evocador e o papel importantíssimo da praça no conjunto urbano, que lhe advém do carácter representativo da arquitectura que

[97] O palmo é uma antiga unidade de medida de comprimento equivalente a 0,22m.

[98] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 755.

[99] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 1, acta da vereação de 28 de Maio de 1794; A.M.P.V., B, doc. n.º 1: *"Rezisto do idital da Camera sobre as iconumias de bem comum do publico"*, afixado a 4 de Junho do mesmo ano; A.M.P.V., A, doc. n.º 40: acta da vereação de 30 de Agosto de 1823.

a envolve e lhe delimita o espaço[100].

Em Portugal, o conceito de praça como *forum,* local por excelência da vida pública urbana, não teve a mesma força que na vizinha Espanha. Assim o entende José Tudela, ao justificar a criação da "Plaza Maior" por razões de clima e de espaço territorial que em Portugal deram origem à "rua comercial, tortuosa e estreita, que por vezes se expande formando largos"[101]. Praças, largos ou terreiros, pelo seu perfil e área, distinguem-se do traçado linear que caracteriza as ruas. Os primeiros impõem-se como o local por excelência para "a paragem", enquanto às ruas se liga primordialmente "a circulação".

Aos modelos eruditos de um urbanismo racionalizado[102], de formatos geométricos regulares, opõe-se a existência da praça, ou melhor do *largo* ou *terreiro* , como espaço mais ou menos amplo, mas sem qualquer rigor de desenho nem plano arquitectónico de fachadas. Resultado de um crescimento natural do tecido urbano e não respondendo a nenhuma planificação prévia, o seu desenvolvimento pode estar ligado a elementos pontuadores da paisagem urbana, como pelourinhos ou cruzeiros. Estes, ao contrário de estátuas ou fontes que adornam o centro da praça e que faziam parte do projecto inicial ou aí foram colocadas posteriormente, são tidos como presença primeira e geradora do espaço circundante. Por vezes, os alargamentos de ruas em certos lugares, por necessidades de desafogo[103], deram origem à criação de um largo, marcado pela forma irregular e pela diversidade de tamanhos. Temos assim a existência de largos

[100] PAHL, J. - *La Place Publique du Moyen Âge à l'Époque du Baroque,* in "Culture", V, n.º 4, s/l, 1978, p. 11.

[101] TUDELA, José - *Ob. cit.,* p. 1.

[102] Referimo-nos, por exemplo, à Praça do Comércio, programa de "Place Royale", definida por um esquema de arcarias regulares e arco de triunfo enquadrando a estátua equestre de D. José - cf. FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa: urbanismo e arquitectura,* Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 46. De forma idêntica surgiu a solução da "Praça Maior", nomedamente no Porto - cf. MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse - *Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIII.e siècle,* in "Colóquio Artes", n.º 8, 2.ª série, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 37.

[103] TUDELA, José - *Ob. cit.,* p. 2.

tradicionais e de praças planificadas.

Na Póvoa de Varzim, podemos descortinar as duas situações distintas. Uma concerne a abertura planificada da Praça Nova (que será abordada noutro capítulo), a outra passa pela existência de vários largos ou terreiros (designados na toponímia por praças) que surgiram do desenvolvimento natural da malha urbana. Um caso intermédio diz respeito à reorganização intencional do Largo de S. Roque, com novos alinhamentos de fachadas e arranjo do pavimento, intervenção municipal que já descrevemos. Assim, pelos finais do século XVIII, alguns espaços mais desafogados faziam parte do esquema urbano da Vila, quase sempre ligados a funções comerciais.

A **praça do mercado**, a mais antiga e geradora do povoado quinhentista, acolheu desde cedo a função comercial[104], patente no mercado e açougue público. Composta por vasta área compreendida entre a Casa da Câmara e a Igreja Matriz, foi por vezes chamada de Praça da Igreja[105]. Apresentava-se maior do que o cruzamento que hoje encontramos no seu lugar, pois abarcava o jardim da residência em frente aos Paços do Concelho (FIG. 8) e o adro da igreja não se encontrava demarcado como na actualidade (FIG. 13), criando-se um espaço desafogado de formato mais ou menos quadrangular.

As opções arquitectónicas assumidas no edifício da Câmara (FIG. 14) dotaram a praça com uma arcaria - protecção contra o sol e a chuva - de certa forma complementada pela solução adoptada na casa que lhe fica fronteira, mas longe de qualquer modelo previamente concebido. Pólo privilegiado da vida pública do povoado, acolheu a realização do mercado e da feira franca, a formação das procissões no adro da Matriz, os ajuntamentos à saída da missa; aí se deslocavam os que iam à Câmara ou ao açougue que estava no piso térreo dos Paços; e ainda aqueles que frequentavam a

[104] Embora neste caso não estejamos na presença de uma praça de origem medieval, à qual se pode, como esclarece Lewis Mumford, atribuir o sinónimo de mercado, entendemo-la como o primeiro local na Vila de carácter profundamente funcional, onde se comerciava - cf. MUMFORD, Lewis - *A Cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas,* S. Paulo, 1982, p. 334.

[105] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 489, de 1815.

Capela da Madre de Deus; aí se procedia à arrematação de bens e contratos de obras que iam a praça pública; era também no rés-do-chão do edifício camarário que estava instalada a cadeia. A este recinto chegavam, pelos arruamentos que levavam às saídas da Vila, os forasteiros vindos das cidades e vilas de Braga, Guimarães, Famalicão, Barcelos e Vila do Conde. Pela característica movimentação que se ligava às actividades comerciais e à frequência do templo paroquial, podemos sem dificuldade imaginar a agitação diária que marcava esta praça.

A sua projecção como centro cívico, político e económico foi transferida pelos inícios do século XIX, com a mudança da sede do poder municipal, para a Praça Nova do Almada.

Na descida em direcção à orla litoral, na confluência das Ruas Nova, da Amadinha e de S. Sebastião, encontrava-se o **terreiro de S. Sebastião**. A designação toponímica provém da existência da Capela e do cruzeiro paroquial de S. Sebastião. Erguido pelos inícios do século XVII[106], o cruzeiro, colocado como elemento central do eixo viário, originou a criação de um pequeno largo ou terreiro já existente pelos meados do século XVIII. No entanto, apenas aparece destacado da Rua de S. Sebastião, nos *Livros de Arruamentos,* a partir de 1814, sendo designado até 1816 por "Rua do Terreiro de S. Sebastião". A explicação encontra-se no facto de, inicialmente, apenas se encontrar urbanizado o seu lado esquerdo, no sentido nascente-poente, ou seja na continuação da Rua de S. Sebastião. Entre as fachadas que davam para o largo contava-se a da Capela que seria transferida para a Rua da Praça.

Continuando o percurso a partir do terreiro de S. Sebastião pela Calçada e Praça Nova chegava-se à **Praça do Pelourinho**. É a partir de 1814 que os *Livros de Arruamentos* a referem, inicialmente com a denominação de "Rua da Praça do

[106] Fernando Barbosa datou-o de 1618 - cf. *Chafariz e Cruzeiro de S. Sebastião,* in "Ala-Arriba", Póvoa de Varzim, de 14 de Maio de 1955.

Pelourinho". Nesta praça, também chamada "da Junqueira"[107], desembocava a Rua dos Ferreiros, o que lhe trazia certamente muito movimento, devido a esta rua, além de muito populosa ser a estrada para Vila do Conde. A praça do Pelourinho foi desde sempre marcada por uma intensa dinâmica comercial, local escolhido para residência de importantes negociantes e de um dos mais distintos ferreiros, José Ruibal.

Colocado no centro de um espaço mais ou menos amplo, o pelourinho constituia-se como referência ao olhar para quem descia em direcção à Junqueira e, pela sua forma, destacava-se do conjunto do edificado. Cremos poder afirmar que o pelourinho[108] manuelino, símbolo da liberdade municipal e local de execução da justiça, marcou a organização do tecido nesta parte da zona da Junqueira.

Elementos notáveis como pontuadores da paisagem urbana, pela sua verticalidade e centralidade, pelourinho e cruzeiro constituiam pontos de referência marcantes para os habitantes e geradores do desenvolvimento urbanístico.

O **Largo de S. Roque** correspondia à zona fronteira à Capela com o mesmo nome. Atribuímos-lhe uma forma triangular ao visioná-lo compreendido entre a Rua da Ponte, que delimitava o lado sul e continuava para nascente, a Capela que criava o lado poente e a Rua da Junqueira que formava o limite norte. Espaço mais de passagem do que de permanência, a ele acedia quem vinha da Praça do Pelourinho através da ponte sobre o ribeiro das Trempes. Desempenhava este largo um papel fundamental na questão das acessibilidades à Ribeira. As preocupações municipais de carácter funcional e estético que atingiram este largo serão abordadas quando falarmos da ponte de S. Roque.

[107] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 87 de 1793.

[108] Dos elementos constitutivos do pelourinho manuelino apenas resta a esfera armilar. Apeado do Largo do Pelourinho nos meados do século XIX, alegando-se as dificuldades que causava à circulação, passou por várias andanças até que, na primeira metade deste século, foi reconstruído no local onde hoje se encontra, sobre pedestal e coluna de feição Oitocentista - cf. GONÇALVES, Flávio - *O Pelourinho,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. II, n.º 1, 1959, pp. 147-155.

3 - Os ribeiros. As pontes e os moinhos

Na área ocupada pelo casco urbano da Póvoa de Varzim vários cursos de água corriam a céu aberto (hoje encontram-se encanados), provenientes de nascentes situadas nos lugares rústicos (Planta 1). Dos maiores ribeiros destacam-se o que nascia em Beiriz e vinha pela Giesteira, Moninhas, Portela, Moita, Amadinha, descia pelas Trempes e continuava pelo fundo dos quintais das casas do lado sul da Rua da Ponte; o que corria da Mariadeira, pelo Coelheiro, Favais e Galé, cruzando a Rua dos Ferreiros e de Trás-os-Quintais; o que procedia de Regufe pelo Carrezedo e Favais e desaguava no regato da Poça da Barca; este vinha desde a Poça da Barca, paralelo à Rua dos Ferreiros, confrontando com os quintais das casas desta rua e da Rua da Areia[109]. Juntavam-se[110] aproximadamente no local hoje ocupado pelo Largo Elísio da Nova e topo nascente da Rua do Tenente Valadim e aí desembocavam no Esteiro.

Esta linha de água, com significativo caudal, representava uma divisória na vivência da comunidade, separando duas zonas. Daí o grande significado patente nas pontes que o atravessavam. Pelo seu maior caudal e pela proximidade do mar, cauzava alguns problemas aos habitantes das ruas circundantes. No Inverno, tempo das cheias, o nível do Esteiro subia muito devido à junção das águas dos regatos que ali desaguavam com o nível mais alto das marés[111].

Às águas que serpenteavam pelo povoado recorria a população para a execução de diversificadas tarefas do quotidiano. As mulheres lavavam a roupa nesse imenso lavadouro público, principalmente na zona das Trempes (passou esta prática para a

[109] O ribeiro da Poça da Barca é indicado como "o regato que vem do caminho que vai para a Villa do Conde" - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 29, 717 e 721.

[110] Na venda de uma casa da Rua da Fortaleza indica-se que no fundo do quintal havia "huma rampa por onde se vay para o regato que vem da Possa da Barca, e de Coelheiro" - Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 644; A.M.P.V., A, doc. n.º 33.

[111] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 34.

toponímia, pois a Rua das Lavadeiras foi feita sobre o encanamento do ribeiro das Trempes) e dos Favais. Os pescadores serviam-se delas para enxugarem as redes e os "contratadores" para estriparem o peixe. As suas margens ofereciam uma boa implantação para as hortas, como se verificou junto ao regato da Amadinha. Aí existiam espaços murados reservados para a horticultura, libertos de construções e que possuiam normalmente o seu poço[112].

Próximo do leito dos ribeiros edificaram-se **moinhos** que recebiam da água a energia para fazer girar a mó e transformar o grão em farinha. Nos finais do século XVIII encontravam-se em plena laboração nalgumas zonas da Vila e arredores. Na propriedade de Francisco da Costa Calheiros, sita na Rua do Monte, junto ao rio da Amadinha existiam "moinhos de agoa e de bento". No quintal de umas casas na Rua Nova havia, em 1792, "hum muinho de agoa" que funcionava com o caudal do mesmo rio[113]. No lugar do Coelheiro, próximo do curso do ribeiro que vinha da Mariadeira para os Favais, localizavam-se vários moinhos de água e de vento. Aproveitando as águas desse mesmo regato na sua passagem pelo lugar dos Favais, aí se edificaram mais alguns exemplares[114]. Edificações ligadas aos meios de produção, os moinhos, e principalmente os que funcionavam pela energia eólica, destavam-se do conjunto do casario e impunham-se como notáveis elementos diferenciadores da paisagem.

Sobre os regatos teve de actuar a legislação camarária procurando garantir a limpeza das suas águas, contra as práticas correntes dos contratadores de peixe que para lá lançavam as tripas e sangue dos animais e as salmouras, tornando a água

[112] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 169 e 183.

[113] A.M.P.V., Livros de Arruamentos de 1792 a 1832 e Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 53. São as duas azenhas assinaladas na PLANTA 2.

[114] Os do lugar do Coelheiro pertenciam quase todos a seareiros - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.os 34, 87, 419, 444, 566 e 632; A.M.P.V., Livros de Arruamentos de 1792 a 1832. Os moinhos dos Favais são visíveis na PLANTA 2.

imprópria para a limpeza das redes[115]. Foi necessário a administração municipal estabelecer zonas próprias para "as lavajes tanto dos peixes como tambem das redes nos rios ou regatos que correm por emtre esta Villa" e, "atendendo o não poderem exzerser ambas as ditas fabricas em cumum pello dano que se pode seguir a fabrica das redes sendo misturada com os peixes", delimitaram-se áreas específicas para cada uma das actividades. Desde o sítio da Amadinha até à ponte frente ao Castelo os pescadores seriam os donos das águas para a lavagem das suas redes e do Castelo ao mar pertencia aos contratadores de pescado. Ficou bem assente que nunca os "fabricantes" dos peixes "em ninhum cazo poderão exceder para sima, e para o dito fim mais de sinco ou seis varas e só nos mezes de Dezembro Janeiro, e Fevereiro (...) por ser tempo em que o mar não deixa em si lavar os ditos peixes por sua inquietação"[116]. Pelo rigor que esta medida pretendeu estabelecer, parece-nos incidir sobre uma questão que seria fonte de constantes e complicados conflitos, a que certamente, atendendo às partes envolvidas, não faltariam cenas com alguma violência física e verbal.

Era da competência da Câmara fiscalizar o escoamento das águas dos regatos para evitar inundações nas ruas, prejudiciais à boa circulação, e que acontecia com bastante frequência. Quando necessário, detectavam a origem do problema e procuravam resolvê-lo, mandando quase sempre desfazer ou concertar os açudes que paravam as águas. A situação mais grave era provocada pelo regato dos Favais que corria nos campos a sul da Praça Nova do Almada. No Inverno, a água transbordava o leito e alcançava as casas da Praça Nova provocando danos nas habitações, ao mesmo tempo que estragava a rua e "impedia a pazaje della"[117]. No percurso que fazia pelos campos a sul da Praça, o ribeiro dos Favais apresentava significativo caudal pois tinha-

[115] Ap. Doc. A.M.P.V., B, doc. n.º 1: Edital de 1794.

[116] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 6, acta da vereação de 29 de Abril de 1797.

[117] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 9, acta da vereação de 12 de Novembro de 1799.

se unido o regato que vinha da Gandra e Mariadeira com o de Carrezedo, isto "contra a forma antiga", que era "as mesmas agoas devedidas por diferentes madrias se separavão hua parte pella da Calçada e a outra parte pella Quingosta dos Favais". Como corriam "pello mesmo regato da Calçada todas as agoas antes separadas", acabavam por sair do leito e alcançavam facilmente as casas da Praça Nova[118]. A solução passou por repor a antiga divisão das águas.

Para ultrapassar os regatos, construiram-se pontes[119] que proporcionavam a comunicação entre as várias ruas e lugares da povoação. Essas construções, quase todas de pedraria, destacavam-se do conjunto edificado da paisagem urbana, quer pela sua forma distinta das demais edificações, quer pela sua função absolutamente necessária ao bom desenrolar da vida local quotidiana. Definindo fisicamente a imagem do aglomerado, entendemos, e partilhando a ideia de Kevin Lynch[120], que as pontes, cujo "uso implica a sua distinção e evidência, em relação a uma quantidade enorme de outros elementos", são componentes marcantes da paisagem urbana, com a qual aparecem intimamente ligados e numa posição de contraste com o cenário de fundo.

De todas as pontes da Vila, algumas foram tão importantes que a sua existência

[118] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 16, acta da vereação de 30 de Janeiro de 1804.

[119] Para o ano de 1849 um documento intitulado "Mappa das pontes existentes nesta freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Villa da Povoa de Varzim" contabiliza a existência de doze pontes e indica para cada uma a denominação, localização, natureza da construção (madeira ou pedra), número de arcos, estado de conservação e nome do ribeiro que atravessa. Vejamos então as pontes existentes nos meados do século XIX: na Rua do Monte com dois arcos quadrados, nas ruas da Silveira e da Ponte com um arco redondo; as três pontes são de pedra e atravessam o regato vindo da Portela; na Rua dos Ferreiros com um arco quadrado, na Rua de Trás-os-Quintais com três arcos quadrados; na Rua do Pelourinho com um arco quadrado; na Rua da Areia com três arcos quadrados; todas em pedra, atravessam o ribeiro dos Favais. Fronteira à entrada para o Castelo estava uma ponte de pedra de três arcos quadrados (que se iriam reconstruir em redondo) e próximo do paredão, na Rua da Ribeira, existia uma ponte de madeira com rampas de pedra, formada por um único arco quadrado. Mais dois exemplares, em pedra e com um só arco quadrado, estavam um na Vila Velha (regato da Vila Velha) e outro no Ramalhão (regato do Ramalhão). Na zona sul, sobre o ribeiro da Poça da Barca, na travessa da Lapa existia uma ponte de pedra com três arcos - cf. BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XVII, n.º 1, 1978, fig. 18, entre as pp. 106 e 107.

ficou para sempre estampada na designação toponímica, como é o caso da Rua da Ponte. Na zona baixa e alagadiça da Junqueira, atravessada pelos três citados regatos e pelo Esteiro, desde cedo se construiram pontes para permitir a continuidade de circulação até à praia da Ribeira.

A construção de uma ponte, pela importância que produzia no desenrolar da vida local, era pautada como obra pública e portanto assegurada pelos dinheiros do município. No ano de 1713, constituiu o Senado um contrato[121] para a factura "das obras de pedraria" das pontes da Junqueira. Relacionamos estas obras com a construção da ponte em frente à Capela de S. Roque e permanecemos com a dúvida se também se trataria da edificação da ponte fronteira ao Castelo.

As pontes da Rua da Ponte[122] - uma no largo de S. Roque, frente à capela, e outra fronteira à Fortaleza - eram as que maior importância assumiam na circulação, ao fazer a ligação para a zona ribeirinha. Era sobre estas que a edilidade exercia maior vigilância[123] e procedia a reparos mais frequentes.

Em 1824, o estado das pontes e ruas da Vila não era o melhor. Os arruamentos pediam obras de pavimentação e as pontes necessitavam de reparações urgentes pois "se se lhe não acudir em breve tempo se tornarão intranzitaveis"[124]. A situação devia ser de facto grave, dado que no ano seguinte se determinou que "pelas sobras das sizas" se realizassem obras na Rua da Ponte que contemplavam reparações das "pontes della de forma que se possão andar por ella carros, e bestas"[125]. O seguimento que teve esta

---

[120] LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*, pp. 59 e 90-91.

[121] Já referimos este contrato a propósito das obras das calçadas da Junqueira - cf. nota 65.

[122] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XVII, 1978, n.º 1, p. 106.

[123] Em 1810 "constando a esta Camara que alguas pescadeiras abrião possas ao pé dos licerses das pontes o que era prejudicial as mesmas pela ruina que daqui se lhe pode seguir" proibiram tal conduta debaixo da pena de mil réis e seis dias de cadeia - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 28.

[124] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 47.

[125] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 18, de 22 de Novembro de 1825: *"Registo da licença para se fazerem as ruas desta Villa pelos sobejos das sizas"*. Um Avizo com data de 3 de Dezembro do mesmo ano

autorização relacionámo-lo com o contrato realizado a 23 de Setembro do ano seguinte para a obra da **ponte de S. Roque**. Quanto à chamada Ponte do Castelo não localizámos qualquer notícia que nos aponte uma intervenção mais ou menos contemporânea da que afectou a ponte de S. Roque.

Certo é que em 1826 se deu a maior intervenção na Rua da Ponte/Largo de S. Roque. O fornecimento da pedra de esquadria e os seus carretos para as obras do "pontilhão do regato" foi ajustado com o mestre Manuel José Gavina de Vila do Conde pelo preço total de 156$000 réis[126]. Feita a entrega do material, a empreitada da "obra da nova ponte ao pe de Sam Roque"[127] foi contratada por 748$500 réis com o mestre pedreiro desta Vila António José de Santa Cruz e englobava a reconstrução da ponte e o arranjo da zona envolvente, compreendendo rampas de acesso, calçadas e passeios. Pelos apontamentos contidos na escritura notarial, sabemos que a obra, feita de pedraria, se compunha de um único arco abatido ou escarção ("escarçano"), "todo feito de esquadria" e com 18 palmos (3,9 m) "de vivo". A ponte teria a mesma largura da rua (7,9 m), o piso ladrilhado "d'esquadria a junta fechada" por uma extensão de 9,6 m e os encontros[128], com 2,6 m, seriam feitos de "pedraria grossa", cal e saibro. O resguardo ou parapeito de 80 cm de altura e 4,8 m de comprimento merecia um tratamento especial

---

responsabiliza as Câmaras pela conservação de diversas obras públicas, entre as quais se contam as pontes - Ap. Doc. A.M.P.V., B, doc. n.º 19: *"Registo de hum Avizo do Secretario de Estado dos Negocios do Reino sobre estradas, pontes, plantas, e obras publicas".*

[126] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 743: *"Contracto que fas o Illustrissimo Sennado desta Villa, com Manoel Joze Gabina mestre pedreiro de Villa do Conde; em 8 de Maio de 1826".* O mestre ficou obrigado a garantir o fornecimento de quinze braças de "lageado para ladrilho", a 4 200 réis cada braça, e ainda quinze braças "da mais esquadria que consta do apontamento, a seis mil e duzentos reis", até meados do mês de Junho do dito ano. As testemunhas deste contrato foram dois mestres pedreiros da Póvoa, Manuel Alves e José João de Miranda.

[127] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 755: *"Contracto que fas o Sennado da Camara desta Vila com Antonio Joze de Santa Cruz mestre pedreiro desta mesma em 23 de Setembro de 1826".*

[128] Encontros = apoios ou maciços laterais de abóbadas, arcos, tabuleiros de pontes, para efeitos de segurança - cf. RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura,* 2.ª ed.revista, Coimbra, Quimera, 1996, p. 118.

na sua construção, sendo "feito de esquadria lavrada, e bem attestada por fora, e por dentro, e oitavada no sobreleito, com seus gatos de ferro nas juntas" e constituído apenas por três blocos de pedra.

O acesso à ponte era feito através de duas rampas abertas para norte, "para servidão do publico". Estavam também contemplados os arranjos das calçadas, feitas de pedra grossa e dura para resistirem ao tráfego de carros de tracção animal: uma para nascente, com 11 m de extensão e 2,6 m de largura; outra, em direcção a poente, com um comprimento de 80 braças[129]. Sofreram ainda intervenção o passeio que conduzia à Rua Nova da Junqueira, junto à Capela de S. Roque, que foi refeito e um outro, que lhe ficaria fronteiro foi feito com uma largura de 1,7 m.

O arranjo da área envolvente da ponte compreendeu as demolições da frontaria de um casa construída sobre a ponte e a sua reedificação[130] em novo e recuado alinhamento e da parede do Campo da Lagoa para se criar um novo enfiamento.

Em 1829, mandava a Vereação que se desfizesse um "açude que se acha ao sul da ponte nova da Rua da Ponte", devido aos danos que provoca na referida ponte, "fazendo subir o entulho", e aos prejuizos que acarretava para a saúde pública "por fazer preza a agoa que nos tempos quentes" provoca maus cheiros[131].

A "**Ponte do Castello**" formava um largo ou "rocio" com a largura suficiente para receber construções destinadas a habitação ou armazém de sal[132].

No lugar da Mata ou Vila Velha, a nascente da Igreja da Misericórdia, existia a **ponte da Igreja**, sobre o regato da Vila Velha. Obra de pedraria, foi contratada a sua factura pelo Senado em 1713[133], apresentando pelos meados do século XIX um arco

[129] Medida antiga equivalente a 2,2 metros.

[130] Recuada cerca de 5,5 m, a frontaria da casa seria refeita e "rebucada, com sua beirada de tilhado feita a cal" - cf. Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 755.

[131] Citado por BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIV, n.º 2, 1975, p. 303.

[132] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 33.

[133] Cf. nota 65.

quadrado[134]. Seria essa a forma inicial? Sofreu obras de reconstrução ou aumento? São questões para as quais não possuímos elementos esclarecedores.

Na zona dos Ferreiros/Galé a "**Ponte do Impeno**" permitia atravessar o regato dos Favais. Assinalada a sua existência em 1849[135], como uma construção de pedra com um arco quadrado, aparece referenciada no ano de 1799 como "a ponte que se chama do Magar da Rua dos Ferreiros"[136]. Nada mais poderemos acrescentar sobre a data da sua construção, a sua forma e as obras que sofreu.

Ao sul da povoação e sobre o regato da Poça da Barca, havia um "pontilhão por onde se vai da Rua dos Ferreiros desta mesma para a Capella de Nossa Senhora da Lapa", numa zona onde dominavam os campos[137]. Em 1849, esta ponte é assinalada como construção de pedra formada por três arcos[138]. Não dispomos de mais dados sobre esta ponte próxima da Igreja da Lapa.

4 - Os logradouros: a Praia da Ribeira e os areais da Areosa e da Caverneira

A crescente comunidade piscatória ou simplesmente "a pescaria", como é referênciada nas fontes coevas, necessitava de amplos espaços para recolher os barcos, secar as redes e velames e armazenar os apetrechos da pesca. Os extensos areais que pelos finais de Setecentos separavam a Vila do mar, para além de servirem as funções citadas, funcionavam ainda como área de circulação que punha rapidamente em contacto o bairro norte com a zona da Fortaleza e a Igreja da Senhora da Lapa.

[134] Cf. nota 119.

[135] Cf. nota 119.

[136] Ap. Doc. A.M.P.V., A, doc. n.º 9, acta da vereação de 12 de Novembro de 1799.

[137] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 845, de 1831.

[138] Cf. nota 119.

Apercebemo-nos, que ao longo do período tratado, a necessidade do espaço do areal e a disputa pela sua utilização se tornou uma das questões mais "quentes" entre os pescadores, representados pela Irmandade de N.ª S.ª da Assunção, e as autoridades camarárias. Quando, pelos anos trinta do século XIX, se considerava que todo o terreno "que se acha valdio a borda mar é muito necessario para a seca das redes, abrigo das embarcações, e seca dos panos e mais utencilios" e "ser ja muito escaço o que existe"[139] livre, tratava-se da consequência natural do grande crescimento da frota pesqueira poveira (GRÁFICO 2).

A **Praia da Ribeira**, entre o paredão e a Caverneira, era por excelência o local de comércio, onde acorriam fabricantes e negociantes de pescado, regateiros e almocreves, quer da terra, quer de fora, que transformavam a praia num cenário muito movimentado, completado com a actividade que caracterizava os muitos armazéns existentes nas ruas próximas. Era junto à foz do Esteiro, pelo sul do paredão, que se realizava a feira do peixe[140]. Em frente à Fortaleza davam entrada as embarcações, que nessas areias eram varadas, misturando-se os pescadores com aqueles que acorriam a assistir à sua chegada e os que por lá trabalhavam nas actividades da construção naval. Era uma enseada, afinal, semelhante a tantas outras das povoações piscatórias, onde a "terra era uma cómoda retaguarda, quase só a Praia da Ribeira onde os pescadores e os barcos se confundem na mesma saudade de partida"[141].

Pelo ano de 1807 procuraram os pescadores, através da Irmandade de N.ª S.ª da Assunção, obter junto das autoridades camarárias a transferência dos estaleiros para outra zona, fazendo apelo à "grande nessessidade que tinhão de lugar livre para poderem por as suas embarcaçois livres do mar por ser a praia desta Villa hua costa

[139] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 70, acta da vereação de 20 de Março de 1835.

[140] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 21, de 1807.

[141] SILVA, Raquel Henriques da - *Cascais*, Lisboa, Ed. Presença, 1988 (Col. "Cidades e Vilas de Portugal"), p. 9.

brava e ser o numaro das embarcaçois grande"[142]. Como os estaleiros precisavam de muito espaço para os cascos dos barcos e madeiras para a construção, pouca área restava livre para a recolha das embarcações da pescaria, aprestos das mesmas e seca das velas. Procedeu a Câmara de imediato à vistoria e demarcação da área para uso dos pescadores.

Ficou então determinado que a norte do paredão, na **Areosa**, se reservasse "metade do terreno de area [areia] livre para os pescadores lançarem seus panos e lhe servirem de seca" e guardarem os apetrechos dos seus barcos, sendo vedada a instalação de estaleiros e varais para a seca das redes, "vista a grande nessesidade que havia daquella servidão dos pescadores". Ficavam os moradores das redondezas com o resto do terreno até ao limite do termo da Póvoa para secarem as suas redes. O lugradouro da Areosa estava destinado à seca de velame e guarda dos apetrechos dos barcos, enquanto a Praia da Ribeira ficou reservada para "acomodaçois tanto das lanchas e bateis como dos petreixos dos seus uzos", mudando-se os estaleiros para a "parte do sul do Castello", ou seja para a **Caverneira**[143] (compreendida entre a Fortaleza e a Igreja de N.ª S.ª da Lapa). Foi "o citio e lugar da Caberneira" escolhido para se trabalhar na construção das embarcações "por ser praia livre e com as mesmas sircunstancias que tinhão nos outros estaleiros livre dos prejuizos que cauzavão aos pescadores"[144].

Algumas alterações quanto ao uso destes espaços viriam a ter lugar pelos anos vinte. A Provisão de D. João VI, de 1825[145], autorizou a Câmara a arrendar aos pescadores "os varaes na area [areia] para enchugamentos das suas redes", atendendo a que se obtinha assim algum rendimento para o cofre municipal, ao mesmo tempo que

[142] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 18, acta da vereação de 1 de Agosto de 1807.

[143] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 21, acta da vereação de 6 de Agosto de 1807. Em 1810 foram confirmadas as determinações deste Acordão - A.M.P.V., A, doc. n.º 29.

[144] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 18, acta da vereação de 1 de Agosto de 1807.

se evitavam "rixas entre os pescadores". O processo desenrolava-se da forma habitual, em praça pública, com afixação prévia de editais, tendo cada arrendamento a validade de um ano.

Pelos meados da década de trinta, pediram os pescadores mais espaço para estenderem os varais da seca das redes pois o que lhes pertencia não era suficiente, levando "muita pescaria" a "secar suas redes no sentro e vezinhanças desta Villa em campos para isso alugados"[146]. Para os varais foram, então, destinadas trinta e duas varas a contar das fachadas da Rua da Areosa, deixando-se o restante areal disponível para a "seca dos panos das embarcações e despejos de seus petrechos" e ainda para estaleiro "de qualquer embarcação de coberta que se queira construir". Também a Caverneira seria ocupada com alguns varais[147].

Como forma de disciplinar a ocupação das areias e defender os interesses da classe piscatória, suporte da economia local, as autoridades municipais exerciam forte vigilância sobre os argaceiros que, não raras vezes, ocupavam abuzivamente terrenos concedidos aos pescadores para estenderem os sargaços. Quando tal acontecia pagavam as multas determinadas[148].

5 - A HIGIENE DO ESPAÇO PÚBLICO

Numa povoação dominada pelas actividades económicas relacionadas com a captura, tratamento e venda do pescado os reflexos nos domínios da limpeza e higiene dos espaços púbicos seriam forçosamente notórios. As constantes tentativas de regular

[145] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 17.

[146] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 70, acta da vereação de 20 de Março de 1835.

[147] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 922.

[148] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 35, acta da vereação de 27 de Maio de 1820.

a situação pelas disposições estabelecidas nas Ordenações do Reino[149], demonstra por parte da autarquia certa atenção a uma questão pertinente, ao mesmo tempo que reflete a falta de cumprimento por parte da população.

Nos quintais e armazéns dos negociantes e salgadores de pescado permaneciam, por largos períodos de tempo, o sangue e entranhas dos peixes a apodrecer nas "estrumeiras", originando terríveis cheiros e criando óptimas condições para a propagação de epidemias. Eram práticas habituais o lançamento de águas salmouradas, tripas e cabeças de peixe para a rua e para os regatos que atravessavam a Vila. Graves danos resultavam desta situação, não só para o asseio do espaço público, mas ainda, e de modo muito profundo, afectavam a saúde pública os cheiros pestilentos de águas e restos pobres dos animais, principalmente com o calor do verão.

A gravidade da situação está bem explícita num Edital de 1794 que refere as "tantas malignas que actualmente padese esta Villa e tem padecido ha muntos annos nascida em grande parte talves da falta de limpeza"[150]. Esse documento procurou minorar a situação proibindo a existência nas casas, armazéns e quintais de buracos ou boeiros que conduzissem para a via pública "agoas fetidas e sordives das labagens e estrumeiras". Também os estrumes formados pelas entranhas e sangue dos peixes não podiam permanecer dentro da Vila por mais tempo do que dois dias no Verão e três no Inverno, sendo vedado o seu transporte para fora da povoação entre o nascer e o pôr do sol. Evitava-se assim que esses lixos, "feitos das emtranhas dos pescados e agoas currutas" e que cauzavam "grande fetido"[151], circulassem durante o dia, debaixo da exposição solar, e procurava-se também não os expor ao contacto mais directo com os

[149] A este propósito cf., a título exemplificativo, a situação traçada para Bragança in RODRIGUES, Luís Alexandre - *Ob. cit.*, pp. 58-60.

[150] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 1, de 4 de Junho de 1794: *"Rezisto do idital da Camera sobre as iconumias de bem comum do publico"*. Este edital resultou da reunião camarária de 28 de Maio do mesmo ano - cf. Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 1.

[151] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 2 e B, doc. n.º 3.

habitantes.

Em 1807, ficou proibido aos regateiros e fabricantes de peixe terem "dentro do seu quintal ou testada colocada algua estromeira" e passaram a poder transportar os estrumes para fora da Vila no prazo de dez dias no Inverno e cinco dias no Verão[152].

Foi preocupação constante do edilidade combater "os mais [maus] xeiros das estromeiras e depozitos que fazião os regateiros desta Villa pella pouca limpeza e aceio com que fabricavão os peixes e a sardinha" através da criação de respectiva legislação, da vigilância sobre o seu cumprimento e da aplicação das multas necessárias. Constituia esta matéria um assunto da maior importância por ser "um obijeto tão perneçioso a saude e ao publico de que se tem cauzado tantos danos e molestias"[153].

Para os quintais eram lançadas através de canos as águas pluviais que se acumulavam nos telhados, assim como eram armazenados nas estrumeiras todo o tipo de lixos[154]. Sendo zonas privadas, porque delimitadas da rua com muros, contribuiam, de forma acentuada, para a criação de maus cheiros no espaço público.

Embora marcadamente de carácter piscatório, a povoação de inícios de Oitocentos estava ainda imbuída duma profunda marca de ruralidade, perceptível nos muitos campos e lameiros que conviviam com o casario, nos arruamentos de terra e na presença de animais pelas ruas. A legislação produzida com o sentido de implantar a limpeza dos espaços viários abarcou esta questão ao proibir a livre circulação de cães sem açaime e de porcos sem arganel e ainda a permanência de "animais prezos" à porta das casas[155].

A cada morador competia a manutenção do asseio frente à sua casa, não tendo animais, nem lixos, pedras, barros ou outros materiais no passeio fronteiro à sua

[152] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 20.

[153] Ap. Doc., A.M.P.V., A., doc. n.º 17.

[154] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 225, 238 e 243.

[155] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 25 e B, doc. n.º 1.

morada, excepto se destinados à realização de obras, findas as quais tudo deveria ficar limpo, sob pena de mil réis pagos com cadeia[156].

A boa circulação por ruas e caminhos passava pelo escoamento das águas, as quais juntamente com a terra formavam lamas e tornavam intransitáveis certos percursos. Como a Vila era cortada por diversos regatos, este assunto assumia-se como muito importante para a administração camarária, a qual procurava, depois de receber queixas ou efectuar vistorias, legislar sobre a matéria com o objectivo de minorar os danos públicos. Assim, por vezes edificavam-se "açudes que fazem em corar, e reprezar as agoas, e mais incomodos as passagens", pois se serviam para regar os campos também impediam "com agoas e lamas os caminhos publicos". Quem os tivesse feito era obrigado a demoli-los no espaço de oito dias a contar da afixação do Edital de 14 de Dezembro de 1795[157]. Os donos dos campos eram obrigados a dar o devido escoamento às águas dos seus terrenos para que não empossassem nas estradas e caminhos públicos e prejudicassem a passagem[158].

[156] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 1.

[157] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 3, acta camarária de 12 de Dezembro de 1795 e B, doc. n.º 3: *"Registo de hum edital"*.

[158] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 16.

CAPÍTULO VI

AS OBRAS PÚBLICAS

1 - A Provisão de 1791 e as obras a realizar

A intervenção de Reinaldo Oudinot

As obras públicas levadas a cabo ao longo do período tratado abarcaram vários campos. Por um lado, foram sendo realizados, de forma mais ou menos sistemática, trabalhos de calcetamento das vias, arranjo e construção de pontes, colocação de passeios e ordenamento do espaço público (abordados na capítulo anterior); por outro lado, em consequência da Provisão Régia de 1791[1], dotou-se a Vila com profundas melhorias ao nível das infra-estruturas e equipamentos urbanos. O hospital, nascido no segundo quartel do século XIX, veio completar os equipamentos necessários a uma Vila em crescimento. São estas obras que vamos abordar neste capítulo.

Nasceu tal intervenção da vontade dos moradores em verem resolvidos os principais problemas da vivência urbana, o que originou uma petição enviada ao monarca. Mas foi o acolhimento e interesse manifestado pelo poder central que deu continuidade ao processo, resultando na Provisão passada a 21 de Fevereiro por D. Maria I, a autorização para a realização das obras.

O alcance da edificação do **aqueduto** para abastecimento de água, do novo edifício para as funções de **Casa da Câmara e Aposentadoria**, da abertura da **Praça Nova** para mercado e centro cívico e da criação do **paredão** para abrigo da enseada, ainda hoje podem ser perfeitamente compreensíveis e perceptíveis numa vivência de inícios do século XIX. Embora o aqueduto tenha há muito perdido a razão da sua existência, o paredão representou a base para o arranque do actual cais norte, enquanto a Casa da Câmara e a Praça do Almada continuam a ter o protagonismo merecido no tecido urbano e na vida da cidade.

[1] Silva, Manuel - *Antecedentes históricos do porto de abrigo poveiro,* in "Idea Nova", de 1 de Dezembro de 1934 a 12 de Janeiro de 1935. Transcrito in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. II, n.º 2, 1959, pp. 238-240;

Corolário da prosperidade económica, crescimento demográfico e expansão urbanística que caracterizaram a segunda metade do século XVIII[2], as grandes obras que a Vila pedia teriam necessariamente que concernir o campo das infra-estruturas urbanas, de modo a proporcionarem melhorias significativas ao conjunto da população e fornecerem as condições para o seu futuro desenvolvimento.

Obras de iniciativa régia, suportadas pelos dinheiros da Coroa através das rendas das sisas, foram iniciadas e acompanhadas pelo Corregedor da Comarca do Porto, Francisco de Almada e Mendonça[3] que por vezes se fazia deslocar à Vila para ver de perto o andamento dos trabalhos.

Refere a Provisão a intervenção do Engenheiro Reinaldo Oudinot na concepção das obras e na feitura do orçamento correspondente. Ordenou D. Maria I que "depois das observaçoens do Tinente Coronel Reynaldo Audijnott" e "dos exames e averiguaçoes" a que procedeu o Corregedor Francisco de Almada, "tudo" fosse executado "na conformidade da planta designada pello dito Tenente Coronel"[4]. Flávio Gonçalves concluiu assim que teriam saído do risco de Oudinot o delineamento para todas as obras indicadas no Aviso Régio[5].

Reinaldo Oudinot era um dos vários engenheiros militares estrangeiros que exerciam actividade em Portugal na segunda metade de Setecentos[6]. De nacionalidade

---

GONÇALVES, Flávio - *Artistas estrangeiros em Portugal. II - Reinaldo Oudinot na Póvoa de Varzim,* in "Brotéria", vol. XLVII, n.º 6, 1948 (este autor publica a Provisão na íntegra).

[2] ARAÚJO, Agostinho - *O desenvolvimento urbano da Póvoa de Varzim na segunda metade do século XVIII,* sep. do Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", 1979. GRÁFICOS 1, 2 e 43.

[3] Debaixo da inspecção do Corregedor Almada realizaram-se diversas obras fora da cidade do Porto: a nova igreja de Valongo, as pontes sobre o rio Ave, em Vila do Conde e Santo Tirso, a ponte de Rio Tinto e as obras da Póvoa - cf. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas,* vol. I, Porto, 1988, p. 45.

[4] GONÇALVES, Flávio - *Art. cit.,* p. 585.

[5] GONÇALVES, Flávio - *Art. cit.,* p. 586.

[6] O governo do Marquês de Pombal deu particular enfâse aos trabalhos de engenharia urbanística, portuária, hidráulica e de minas, para os quais foi fundamental a acção dos engenheiros vindos para o Reino, por influência do Conde de Lippe - cf. MENDES, Gabriel - *Cartografia portuguesa do Marquês de*

francesa, desconhecemos a data em que se fixou no nosso País, mas em 1766 desempenhava funções de ajudante de infantaria, com exercício de engenheiro[7].

Em Portugal, começou por executar levantamentos cartográficos, de que conhecemos o mapa dos terrenos junto ao Tejo (1768)[8], que fez como colaborador de Guilherme Elsden[9]. Mais tarde o seu nome aparece relacionado com importantes obras de hidráulica que se estavam a efectuar pelo País, das quais nos deixou alguns projectos: o mapa da Foz do Douro "e das obras projectadas por Ordem de S. Mag.de para a abertura, e para a defeza da Barra" (sem data)[10] e a planta das obras da barra do Douro (1791/97)[11]. Foi ainda o responsável pelos trabalhos na foz do Rio Lis e na foz do rio Vouga[12], onde trabalhava em 1802[13]. Pelos serviços que vinha desempenhando foi-

Pombal a Filipe Folque (1750-1900). O Património Histórico Cartográfico do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982 (Catálogo), s/ n.º p. Cf. MOREIRA, Rafael - *Engenharia militar,* in "Dicionário da Arte Barroca em Portugal", Lisboa, 1989, pp. 155-156; NONNEL, Anni Gunther - *Arquitectos e engenheiros na época de D. João V - O Aqueduto das Águas Livres,* in "Actas do I Congresso Internacional do Barroco", II vol., Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp. 131-138.

[7] VITERBO, Sousa - *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes,* vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988 (ed. fac-similada), p. 233.

[8] *Cartografia portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque (1750-1900)...,* espécie n.º 24 do catálogo. Oudinot tinha então a patente de Capitão.

[9] De nacionalidade inglesa, trabalhou em Portugal nos edifícios da Universidade de Coimbra, onde demonstrou um gosto pela linguagem neoclássica. Sobre o seu papel como director das obras da Universidade e introdutor no Neoclassicismo vd. FRANCO, Matilde Pessoa de F. Sousa - *"Riscos das obras da Universidade de Coimbra". O valioso Album da Reforma Pombalina,* Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983; CRAVEIRO, Lurdes - *Guilherme Elsden e a introdução do Neoclassicismo em Portugal,* in "IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte", Coimbra, 1988. Elsden é apontado também como introdutor do neogótico, que desenvolveu nos túmulos delineados para o Mosteiro de Alcobaça, sendo-lhe atribuído, dentro da mesma filiação estilística, o risco para o Palacete de Monserrate - cf. ANACLETO, Regina - *Os Protagonistas das Arquitecturas Neomedievais,* in "O Neomanuelino ou a Reinvenção da Arquitectura dos Descobrimentos", Lisboa, 1994, pp. 106 e 183-187; Idem - *Arquitectura Neomedieval Portuguesa,* Lisboa, Museu Calouste Gulbenkian, 1996, p. 6.

[10] *Cartografia portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque (1750-1900)...,* espécie n.º 76 do catálogo. Aparece já como Tenente Coronel.

[11] *Ibidem,* espécie n.º 77 do catálogo.

[12] Ap. Doc., A.H.M., doc. n.º 3.

lhe concedido em 1803 o posto de Brigadeiro do Real Corpo de Engenharia.

Em 1804, apresentando 38 anos de serviço prestado ao Estado, Oudinot foi para a Ilha da Madeira[14], com a função de reparar os estragos causados por um aluvião e prevenir futuras situações idênticas. Aí faleceu no ano de 1807[15], sem estar a obra concluída[16].

Oudinot não desenvolveu a sua actividade apenas no campo da engenharia, pois a ele se atribui o risco para o Quartel do Segundo Regimento ou de Santo Ovídio[17], que constitui a face norte da actual Praça da República, sendo da sua autoria o projecto

---

[13] NEVES, Francisco Ferreira - *Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro,* in "Arquivo do Distrito de Aveiro", vol. 22, Aveiro, 1956, pp. 276-278; AMORIM, Inês - *Cartografia antiga da cidade.* Texto de apoio à Exposição "Cartografia Antiga da Cidade de Aveiro", Aveiro, Câmara Municipal / Centro Cultural e de Congressos, 1997, p. 5

[14] Por aviso de 14 de Dezembro de 1803. Numa carta datada de 24 de Janeiro de 1804, refere Oudinot o seu desagrado pela circunstância de ter de se fazer deslocar para a ilha nas seguintes palavras: "vou afrontar perigos na epoca da vida em que se deve conceder o descanço, muito mais aquem trabalhou tanto e tão utilmente para o Estado", e que trabalha ainda porque "lhe restão algumas forsas". Alude ainda às constantes deslocações que lhe consumiam o ordenado - Ap. Doc., A.H.M., doc. n.º 1. Noutra carta do mesmo ano esclarece que tinha na altura 38 anos de serviço, nunca interrompidos - A.H.M., Processo de Reinaldo Oudinot, caixa 3604, doc. s/ n.º.

[15] "Em os dez dias do mez de Fevereiro de mil oito centos e sete annos falleceu com todos os sacramentos de bem morrer Rainaldo Oudinot, Brigadeiro dos Exercitos de Sua Alteza Real, cazado com Dona Vicencia do Carmo Locateli (...) sepultou-se na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo" - A.D.F., Secção do Registo Civil, Sé, lv. O-19, n.º 85, fl. 261; Ap. Doc., A.H.M., doc. n.º 2.
Deixou três filhos. João Reinaldo Oudinot, nascido em Setembro de 1807(após a morte da pai), seguiu a carreira militar - Ap. Doc., A.H.M., docs. n.^{os} 4, 5 e 6. A filha Maria Francisca de Paula Oudinot casou com o engenheiro Luís Gomes de Carvalho. Este hábil engenheiro hidráulico e militar havia colaborado com Oudinot em diversas empresas, tendo-lhe sucedido nas obras das barras de Aveiro e no Porto - cf. RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura,* Bragança, Junta de Freguesia da Sé, 1997, pp. 591 e 593.

[16] Todos os trabalhos realizados por Oudinot ao serviço de Portugal foram muito apreciados, principalmente a intervenção na Ilha da Madeira - Ap. Doc., A.H.M., doc. n.º 6.

[17] FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no século XIX,* vol. I, Lisboa, Bertrand, 1966, p. 59; PINTO, Maria Helena Mendes - *Francisco José de Paiva - Ensamblador e Arquitecto do Porto, 1744-1824,* Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1973, p. 46; a execução da obra do Quartel, iniciada em 1793, foi entregue a Teodoro de Sousa Maldonado.

para a Real Casa Pia do Porto[18] e o projecto (não realizado) para o Cais da Ribeira, que englobava o arranjo da praça e a criação de uma nova envolvente arquitectónica[19].

Encontrando-se no Porto desde 1789[20], a trabalhar nas obras da barra do Douro, ter-se-á certamente deslocado à Póvoa para observações no local e posterior realização da referida planta.

Indica ainda a Provisão de 1791 que sempre que necessário poderia o Corregedor enviar à Vila "algum dos ingenheiros que se achão no serviço de Sua Magestade na cidade do Porto, e ao architeto da cidade Theodoro de Souza Maldonado"[21], para fazerem o acompanhamento técnico dos trabalhos. Maldonado[22] teria tido alguma participação da condução da obra, especialmente do edifício da Câmara? Não nos forneceu a documentação consultada qualquer referência sobre a vinda de engenheiros ou arquitectos à Póvoa.

Dada a permissão régia[23], de imediato (em Agosto)[24] se deu andamento aos trabalhos de captação de água no lugar do Coelheiro e extracção de pedra no lugar da

[18] Da sua execução ficou responsável Teodoro de Sousa Maldonado - cf. FERREIRA-ALVES, J. Jaime B. - *Ob. cit.*, p. 266.

[19] "Planta/Projecto de novas serventias e praças da Ribeira da Cidade do Porto" (1797), por Reynaldo Oudinot, Coronel do real Corpo dos Engenheiros - cf. MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse - *Quatre Phases de l'Urbanisation de Porto au XVIII^e siècle,* in "Colóquio-Artes", n.º 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 46.

[20] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Ob. cit.*, pp. 284-285.

[21] GONÇALVES, Flávio - *Art. cit.*, p. 586.

[22] Teodoro de Sousa Maldonado, nomeado arquitecto da cidade em 1792, foi o autor da Planta Geográfica da Barra da Cidade do Porto (1789). Sobre a sua actividade vd. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Ob. cit.*, pp. 286-287; *O Porto Antigo. Projectos para a Cidade (sécs. XVIII-XIX),* Porto, Casa do Infante, 1984 (Roteiro da Exposição).

[23] A sequência das obras respeitou o determinado na Provisão Régia e confirmado por Despacho do Corregedor com data de 1 de Agosto de 1791 - cf. SILVA, Manuel - *Art. cit.*, pp. 240-241.

[24] A 17 de Agosto, o Corregedor Almada inaugurou a abertura dos poços para captação de água no lugar do Coelheiro e as obras do aqueduto - cf. AMORIM, Manuel - *A 1.ª Festa da Assunção da Póvoa de Varzim (13-14-15 de Agosto de 1791),* in "O Comércio da Póvoa de Varzim", n.º 31, de 10 de Agosto de 1978.

Gandra para a edificação do aqueduto[25]. Em 1793 continuava a erguer-se o aqueduto e iniciou-se a abertura da Praça Nova d'Almada e a obra da "caldeira da barra"[26]. A construção das "cazas da cadeia da Praça Nova de Almada" teve início em 1795[27].

O orçamento feito por Oudinot apontou para os 24 700$000, autorizando o Aviso Régio "que se despenda o que necessario for da soma de vinte e sete contos trezentos e dois mil e quinhentos sincoenta e trez reis" que estavam disponíveis no cofre das sisas[28]. Avisos Régios de 1795, 1796 e 1804 mandam prosseguir os trabalhos, dando permissão ao Corregedor para retirar o dinheiro necessário do dito cofre[29].

No ano de 1801[30], o dinheiro empregado nas obras públicas da Vila somava os vinte e sete contos, quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis réis. Tinha tal quantia sido destinada ao aqueduto, Casa da Câmara, paredão e conserto da Igreja Matriz. No ano de 1804[31] a despesa atingiu o valor de oito contos, quatro mil e cincoenta e nove réis, utilizado nas obras do aqueduto, do paredão, beneficiação do pavimento das ruas e calçadas e reparos na Igreja Matriz. Tinha-se ultrapassado o

[25] A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n.º 63, *Diário das Reais Obras da Vila da Póvoa de Varzim (de 1791 a 1796)*, fl. 4v.

[26] A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n.º 63, *Diário das Reais Obras da Vila da Póvoa de Varzim (de 1791 a 1796)*, fl. 180.

[27] A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n.º 63, *Diário das Reais Obras da Vila da Póvoa de Varzim (de 1791 a 1796)*, fl. 275v.

[28] Esclarece também a ordem régia que "ainda que a metade da dita importancia dos sobejos das sizas que se acha no cofre esteja destinada para a Ponte de Coimbra Sua Magestade ordena que toda ella se aplique para as obras asima ditas da Povoa de Varzim rezervando para a dita aplicação da ponte, e obras que a ella conduzem a importancia de vinte e nove contos trezentos e dezesseis mil nove centos e settenta reis que (...) forão removidos do cofre da Povoa de Varzim para o herario onde se conservão em deposito, e de que a metade pertencia a dita ponte" - cf. SILVA, Manuel - *Art. cit.*, p. 239; Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 4.

[29] SILVA, Manuel - *Art. cit.*, pp. 240-241.

[30] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 4: "*Registo de hum precatorio que mandou lançar o Doutor Contador da Real Fazenda da Comarca do Porto*".

[31] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 5: "*Registo de hum precatorio*".

orçamento previsto e ainda os trabalhos estavam por concluir[32], faltando a importantissima obra do paredão.

Pelas segunda e terceira décadas de Oitocentos, os dinheiros andariam repartidos entre a conclusão do paredão e a criação do hospital provisório e posteriormente do edifício próprio para esse fim.

Do segundo período das obras, conhecemos o nome de dois homens que exerceram o cargo de Apontador das Obras Públicas. Manuel José da Silva Porto[33] que o ocupou por vários anos e Joaquim José de Sant'Ana. Este foi nomeado administrador de "hum aqueduto de agoas publicas" (com a função de "abrir, fexar, e zelar"), de "hum grande paredão feito para abrigo das embarcaçoens" e das Casas do Concelho. Pelo ordenado diário de seiscentos réis, comprometia-se a participar às autoridades camarárias "todas as compusturas e reparos necessarios"[34].

2 - O ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Elemento primordial, a água é o requisito indispensável para a satisfação das múltiplas necessidades do quotidiano: matar a sede de homens e animais, preparação

[32] Ao longo do período em estudo, foram muitas as dificuldades financeiras que marcaram a administração local, principalmente durante a terceira década de Oitocentos. Escasseavam as verbas para a necessária manutenção das fontes e pontes, para o calcetamento das ruas, para as obras na Igreja Matriz, para a conclusão do paredão e ainda para melhorar o abstecimento de água. Como tal, das várias vezes que foi solicitada a comparticipação financeira da Vila para, através dos excedentes das sisas, auxiliar obras noutras localidades, como por exemplo a ponte de Santo Tirso, obras públicas em Vila do Conde ou ainda para os Expostos da Roda do Porto, a resposta aludia à penúria do cofre municipal, pois era a Câmara da Póvoa considerada "a mais pobre do Reino" - Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.^{os} 46, 47 e 48, actas das vereações de 27 de Julho e 10 de Setembro de 1824 e 11 de Março de 1825.

[33] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 13, de 17 de Agosto de 1824: "*Registo do Avizo de Manoel Joze da Silva Porto para administrador das obras*".

[34] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 21, de 8 de Outubro de 1827: "*Provizão de Joaquim Joze de Santa Anna para administrador das obras*"; A.M.P.V., A, doc. n.º 60, acta da vereação de 24 de Novembro de 1827.

dos alimentos, lavagem do corpo, das redes da pesca e da roupa. É ainda indispensável para combater os incêndios. Sendo a Póvoa uma povoação piscatória, a água era "de muita maior necessidade para ella do que a outra qualquer que a iguale em população em virtude da maior abundância que se exige deste liquido para se fazerem as tintas com que se encascão as redes" e ainda para "a lavagem dos aprestos da pescaria"[35].

Antes da edificação do aqueduto que abastecia o tanque da Praça Nova, a água escasseava no centro do povoado. A pia ou lavadouro do Boído (PLANTA 2) era a única saída de água no núcleo urbano, mas não era potável, servindo apenas para lavar. As fontes encontravam-se espalhadas pelos arrabaldes[36], onde recorria a população que não possuía poço doméstico.

2.1 - O AQUEDUTO E O TANQUE

A Provisão de 1791 dotou a Vila com uma importante e inexistente infraestrutura que viria a fornecer o abastecimento de água ao centro da povoação: o aqueduto que transportava a água da Fonte do Ruivo à Praça do Almada (PLANTA 2).

O significado do aqueduto deve ser intimamente relacionado com o crescimento urbano que marcou a segunda metade de Setecentos, como necessidade daí imanada, e por outro lado, entendido como parte do apetrechamento fundamental que preparava a Vila para a continuidade do processo expansionista. A realização desta obra no campo dos equipamentos urbanos enquadra-se nas concepções urbanísticas que, ao

[35] Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.os 47 e 48, actas das vereações de 10 de Setembro de 1824 e de 11 de Março de 1825.

[36] Como explica Guy LEMEUNIER, era pouco frequente que a água brotasse dentro do perímetro habitado e, quando tal acontecia, raramente era suficiente para cobrir as necessidades da população - cf. *El tiempo de las fuentes*, in "Arquitectura del Agua. Fuentes públicas de la provincia de Sevilla", Sevilla, Diputación de Sevilla, 1995, p. 13.

longo do século XVIII, se vinham difundindo pela Europa[37], tendo em Portugal levado à construção do magnífico aqueduto das Águas Livres. No Porto, o aumento da rede de distribuição de água através de novos aquedutos, fontes e chafarizes foi uma das preocupações no domínio das obras púbicas entre 1787 e 1804[38].

O aqueduto, embora longe da grandeza de outros trabalhos hidráulicos, como os aquedutos de Aveiro e Setúbal (séculos XV-XVI), Évora e Coimbra (séc. XVI) ou Elvas (sécs. XVI-XVII), apresenta-se como uma construção de granito de altura moderada, formada por arcos de volta perfeita, com o intradorso de aduelas regulares, assentes em pilares prismáticos. Talvez tenha sido o aqueduto de Vila do Conde[39] (séc. XVIII), com os seus arcos de volta perfeita assentes em pilares quadrangulares, que forneceu o modelo mais directo para a obra da Póvoa; as semelhanças com o aqueduto do Sardão, em Vila Nova de Gaia, são também visíveis. Embora elevado a uma menor altura, o aqueduto da Póvoa utiliza a mesma linguagem formal, a que não terá sido alheia, certamente, a proximidade espacial e também temporal entre as duas construções.

A água procedente da mina do Coelheiro circulava em calhas de pedra até à Fonte do Ruivo (a sul da linha férrea)[40], donde arrancava o aqueduto que, avançando em linha oblíqua, atravessava os campos por detrás da Rua da Calçada e terminava junto às casas. A água seguia em calhas de pedra até ao tanque. Hoje escondido, era na época da sua construção um elemento pontuador da paisagem, implantado nos campos dos

---

[37] O abastecimento das cidades em água constituiu uma questão primordial na França do século XVIII - cf. HAROUEL, Jean-Louis - *Histoire de l'urbanisme,* Paris, Presses Universitaires de France, 1981, (Col. "Que sais-je?"), p. 53.

[38] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Ob. cit.*, pp. 255-257.

[39] Levantado entre 1704 e 1714, nele tiveram intervenção o engenheiro militar Manuel Pinto de Vila Lobos e o mestre pedreiro Domingos Lopes - cf. FREITAS, Eugénio de A. da Cunha e - *O aqueduto de Santa Clara de Vila do Conde,* in "Vila do Conde - Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", n.º 2, 1961, pp. 25-34; LEÃO, Manuel - *Domingos Lopes, artista e empresário,* in "Museu", IV série, n.º 5, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1996, pp. 99-100.

[40] Quando, em 1877, se abriu esta via Póvoa-Famalicão demoliram-se alguns dos arcos do aqueduto, já então fora de uso.

Favais. Os "arcos da agoa publica"[41] eram importantes referências do cenário da Vila, junto ao núcleo antigo.

Como o aqueduto necessitava de permanentes cuidados, a Câmara nomeava o responsável pela sua manutenção, tendo ocupado tal cargo Joaquim José de Sant'Ana, como já referimos. Sabemos que, em 1816, foram gastos mil quatrocentos e cinco réis no "concerto e retoque dos acdutos"[42].

O aqueduto trazia a água para o centro da área urbana onde, no espaço mais nobre da Vila - a Praça Nova, o **tanque público** a oferecia à população. Refere-se a documentação aos "arcos que conduzem a agua ao tanque publico desta Villa"[43], mas qual seria a localização precisa desse tanque?

Data do ano de 1819, a escritura da compra do terreno onde se pretendia fazer a obra do chafariz. Refere o documento[44] que "no Decreto por que sua Magestade mandou fazer varias obras nesta Villa [Provisão de 1791] se detreminou tambem que se eregice hum chafariz ou fonte na Praça Nova d'Almada". Para tal, comprou a Câmara a D. Ana Umbelina de Barbosa um terreno cito "na frente da Praça" (no topo nascente), fazendo esquina com a Rua ou Largo de S. Sebastião, "para nelle se edeficar a dita fonte pelo risco que lhe foy mostrado".

Apenas alguns anos mais tarde, em 1823[45] se começou a pensar em transferir o tanque para o terreno comprado para esse efeito em 1819. Mas transferir de onde? Se inicialmente considerámos a hipótese da água ter sido conduzida ao pátio, no interior do

[41] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 126 (de 1795), 279 e 670.

[42] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 30, acta da vereação de 10 de Julho.

[43] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 670.

[44] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 601: *"Escritura de compra que faz o Procurador da Camara desta Villa a D. Anna Umbelina de Barboza viuva desta mesma em 13 de Setembro de 1819".* Custou o terreno cem mil réis.

[45] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc n.º 39, acta da vereação de 11 de Março de 1823.

edifício da Câmara, onde existiria o "rezisto das aguas publicas"[46], logo nos apercebemos que o aqueduto terminava num tanque e que esse deveria ter a sua colocação original na Rua da Calçada[47]. No contrato[48] que fez o executivo camarário com o mestre pedreiro António Pinto para a transferência do "tanque da agua desta Villa para outro lugar mais proprio", indica-se como razões, o facto de "este se achar aruinado e em lugar inproprio privando a paçagem publica da rua mais ferquente desta Villa". A Rua da Calçada respondia em pleno à qualificação de artéria mais movimentada da povoação.

O mestre pedreiro orçou a empreitada em 163$000 réis, comprometendo-se a fazê-la "na forma do risco e acrecimos declarados nos apontamentos" pelo tempo máximo de três meses. Edificou-se assim o novo tanque (PLANTA 2) em 1823, mas no ano seguinte, o então apelidado de "pequeno tanque no campo intitulado Praça Nova d'Almada "não garantia já um suficiente abastecimento da povoação, principalmente na época dos banhos, sendo que carecia a Vila "de mais abundancia d'agua"[49].

Segundo Fernando Barbosa, quando em 1855[50] se procedeu a alterações no chafariz de S. Sebastião, as peças existentes eram as mandadas levantar pela Provisão de 1791. No entanto, nada nos esclareceu quanto à forma da obra. Talvez não passasse de uma fonte de mergulho ou chafurdo, já que é referenciada como tanque.

Importa esclarecer que o chafariz indicado pela Provisão de 1791 para se construir

---

[46] BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim" vol. X, n.º 2, 1971, p. 277.

[47] Na reunião camarária onde se tratou da mudança do tanque, concedeu-se autorização a alguns moradores da Rua da Calçada para quando quizessem reedificarem as suas casas, "alinhando a rua". Talvez tinha sido a deslocação do tanque a razão de tais obras - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 39.

[48] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 673: *"Escritura de contrato que fas o Senado da Camera desta Villa com Antonio Pinto mestre pedreiro de Villa do Conde em 20 de Junho de 1823".*

[49] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 47, acta da vereação de 10 de Setembro de 1824; cf. BARBOSA, Fernando - *Chafariz e Cruzeiro de S. Sebastião,* in "Ala-Arriba", Póvoa de Varzim, de 14 de Maio de 1955.

[50] Idem - *Ibidem.*

"nomeyo" da Praça Nova teria afinal de esperar pelos anos sessenta do século XIX[51] para a sua execução.

2.2 - As fontes

Lugar imbuído de um carácter quase mágico, assume-se frequentemente como sítio de referência, a que não é alheia, na maioria dos casos, a posição de centralidade que ocupa no tecido urbano, gerando e/ou adornando[52] praças e jardins. Lugar poético e espaço de sociabilidade, a fonte é lugar de labuta e de descanso, espaço de encontro e de conversa. Pedro A. Cantero alude ao tríplice valor - funcional, simbólico e ornamental[53] - que as fontes representavam no passado. Ao seu redor desenrolava-se, de forma intensa, a vida local, contando com a presença da água para o seu desenvolvimento económico. O abastecimento doméstico de água, feito através da ida à fonte quando não se dispunha do poço particular, era normalmente uma tarefa feminina.

No lugar do Coelheiro encontrava-se uma importante fonte, a nascente da **Bica**. A existência da água foi certamente a razão para o desenvolvimento urbano daquele arrabalde que tinha o privilégio de possuir a primeira fonte de água potável onde, até à construção do aqueduto, a população da Vila se ia abastecer.

A utilização da água da Fonte da Bica deveria unicamente contemplar os usos domésticos, ficando proibido o seu gasto na rega dos campos e na lavagem da roupa[54], confirmando-se que a Vila, mesmo com o aqueduto, se debatia com problemas de

---

[51] O projecto para a edificação de um mercado na parte poente da Praça do Almada, datado de 1868, coloca, finalmente, no centro desse espaço, o chafariz previsto pela Provisão de D. Maria I. É a peça de ferro fundido hoje colocada no jardim a sul da Capela de N.ª S.ª das Dores.

[52] "La fuente creó frecuentemente la plaza, pero también, a partir del Renacimiento, la plaza se enriqueció con fuentes públicas que acentuaban la sociabilidad del lugar y la dignificaban por su simbolismo y ornato" - Cantero, Pedro A. - *Introducción,* in "Arquitectura del Agua. Fuentes públicas de la provincia de Sevilla", p. 8.

[53] Idem - *Ibidem,* p. 7.

abastecimento de água.

Em 1713, celebrou a Câmara o contrato com o mestre pedreiro António Moreira, da Maia, para a execução de várias obras de pedraria nesta Vila, entre as quais se contava a da "fonte da biqua"[55]. Sobre o alcance dessa obra nada sabemos. O Tenente Veiga Leal não nos esclarece quanto ao seu aspecto, refere apenas que dela brotava a "agua mais leve e mais pura que ha em terra de Beira Mar; da abundancia d'agua de que se provê todo o numeroso povo do corpo da Villa, e d'estes arrabaldes sem que nunca secasse"[56].

A fonte sofreu, nos finais do século XVIII, por iniciativa do Corregedor Francisco de Almada e Mendonça, obras de reconstrução[57] que lhe deram a feição que chegou até nós. Construção de granito, compõem-se de um tanque com chão lageado e uma parede rematada por frontão triangular contendo, no seu interior, um pequeno nicho (FIG. 26); enquadra-se no tipo da fonte de chafurdo.

Embora segundo a tradição nesta fonte nunca escasseou a água, em 1803 fizeram-se ouvir "repetidos clamores do povo pella falta dagoa que padecia na Fonte publica chamada da Vica de Coelheiro falta athe aqui não esprimentada". Não passava do resultado da abertura de um poço, "novamente feito e de prezente mais afundado", num campo vizinho, "asima da mesma fonte". Feita a vistoria pelo Senado e determinado o motivo de tal situação, que se traduzia num "grave prejuizo do publico pella falta desta agoa", foi o proprietário do poço notificado para proceder ao seu tapamento no prazo de três dias, sob pena de seis mil réis[58]. Como competia às

[54] A multa a cobrar a quem desrespeitasse a norma era de seis mil réis - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 15, acta da vereação de 22 de Outubro de 1803.

[55] Já mencionámos este contrato a propósito das obras das pontes da Junqueira - cf. Capítulo V, nota 65.

[56] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758,* por Francisco Felix Henriques da Veiga Leal. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa , *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, 1958, pp. 332-333.

[57] FARIA, Bernardino - *A Fonte da Bica,* in "A Povoa de Varzim", n.º 16, 2.º ano, 15 de Junho de 1913, p. 5.

[58] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 14, acta da vereação de 15 de Outubro de 1803.

autoridades zelarem pela qualidade da água, aproveitaram a dita vistoria para mandarem retirar uma pia de pedra que se encontrava junto a um poço, ao sul da fonte. O motivo era a proximidade em relação à fonte, já que sendo costume lavar-se "na mesma dita pia com agoa do posso", seria "prezumivel pasarem para a dita fonte alguas particulas de emondisse e corrução"[59], tornando a água menos própria para consumo.

Seria importante o caminho que conduzia à fonte do Coelheiro, feito de "calçada de pedra", e por vezes chamado de "estrada que vay para a fonte publica"[60]; da sua manutenção estavam encarregues os moradores.

A Fonte da Bica sofreu obras de limpeza e restauro[61] e encontra-se hoje rodeada por um amplo espaço lageado e ajardinado, liberto de construções.

Parte da água procedente da mina do Coelheiro foi conduzida, em calhas de pedra, até à **Fonte do Ruivo**[62], implantada, numa construção de cantaria, no lugar dos Favais[63], de onde seguia pelo aqueduto. Deveria ser movimentada esta bica, de modo a justificar a "calçada" que "junto a fonte" se mandou fazer, em 1828, para permitir o "bom tranzito do povo"[64]. Da Fonte do Ruivo, seguindo em aqueduto e calhas de cantaria, a água atingia o centro da povoação.

---

[59] Tinha o proprietário três dias para cumprir o determinado, debaixo da pena de três mil réis - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 14.

[60] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 14; A.D.P., doc. n.º 97.

[61] No presente ano de 1997, os serviços de Arqueologia da Câmara Municipal empreenderam trabalhos de limpeza e consolidação das cantarias da Fonte da Bica e arranjo da área envolvente. Cada vez mais é urgente implementar essas acções de salvaguarda do património, como aponta Alfredo Sánchez Monteseirín (Presidente de la Diputación de Sevilla): "Las fuentes públicas son, sin duda, uno de los bienes patrimoniales de la arquitectura rural com una mayor raíz popular, integradas en la vida de nuestros pueblos y en la historia que han ido haciendo sus hombres y mujeres. Sin embargo son también dentro de nuestro patrimonio de arquitectura rural uno de los elementos que necesitan medidas urgentes de renovación y conservación" - cf. *Presentación,* in "Arquitectura del Agua. Fuentes...", p. 5.

[62] Corria a água pelos campos até à Fonte do Ruivo: "terra valdia por onde corre a agoa que vem da fonte" - Ap. Doc., A.D.P., docs. n.^{os} 34 e 138.

[63] Em local posteriormente ocupado pela linha férrea Póvoa-Famalicão, o que obrigou à sua demolição em 1877 - cf. FARIA, Bernardino - *A mina do Coelheiro. Obra do Dr. Almada,* in "A Póvoa de Varzim", n.º 12, 2.º ano, 1912, pp. 5-6.

Quem habitava no lugar da Vila Velha abastecia-se na **Fonte da Moura**, também designada pelo nome do sítio onde se localizava[65]. Da sua edificação nada se sabe, mas nos meados do século XVIII[66] já era visível junto ao caminho que levava do casario da Vila Velha à estrada para Barreiros. Quase sempre junto às fontes existiam caminhos, os que levavam até lá ou os que passando pela fonte, seguiam para outros destinos. Era o chamado "caminho da fonte"[67]. Quanto ao aspecto que a Fonte da Moura teria antes de 1854[68], quando foi beneficiada, continua por esclarecer.

No centro da Vila, na Praça Nova do Almada existia, pelo menos desde os finais do século XVII, uma pia e fonte, conhecida por fonte do **Boído**, da "qual se serve ho povo de agoa limpa"[69]. Os "dous tanques para lavadouro de panos"[70] que se fizeram pelos anos vinte do século XIX foram edificados no local desta fonte.

A localização das fontes mencionadas encontra-se visível nas PLANTAS 1 e 2.

Em 1825, autorizou o Corregedor da Comarca a utilização das sobras das sisas para obras públicas na Vila, contemplando-se a par do calcetamento de ruas e beneficiação de caminhos, a manutenção das pontes e das fontes[71]. Não conseguimos, porém, saber de nenhuma intervenção nas fontes resultante de tal autorização.

Como "elemento essencial do conforto humano"[72], a fonte necessitava de

---

[64] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 62, acta da vereação de 23 de Fevereiro.

[65] Era a "Fonte da Villa Velha" - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 13.

[66] *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758...*, p. 320.

[67] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 312.

[68] Procedeu-se à sua demolição para a abertura da Rua Dr. Leonardo Coimbra em 1915 - cf. LANDOLT, João - *A Fonte da Moura*, in "A Povoa de Varzim", n.º 3, 6.º ano, 1916, p. 21.

[69] BARBOSA, Jorge - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VIII, n.º 1, 1969, p. 43. É uma das fonte citadas por Veiga Leal - cf. *Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758...*, p. 333.

[70] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 45, acta da vereação de 7 de Julho de 1824. Numa planta de 1883, na esquina da Rua do Boído com a Praça do Almada vê-se o lavadouro público - cf. BARBOSA, Jorge - *Art. cit.*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VIII, n.º 1, 1969, p. 43.

[71] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 18, de 22 de Novembro de 1825: "*Registo da licença para se fazerem as ruas desta Villa pelos sobejos das sizas*".

[72] LEMEUNIER, Guy - *Art. cit.*, p. 13.

vigilância permanente para garantir o bom estado da construção, a acessibilidade ao local e, principalmente, a pureza das águas. A limpeza das fontes públicas era assegurada pelos moradores, sob ordens camarárias[73]. Em 1825 o mestre pedreiro Manuel Alves foi nomeado para o cargo de guarda das águas públicas, com a obrigação de limpar mensalmente os lavadouros da Praça Nova, de Carrezedo e o tanque e fazer a manutenção do aqueduto[74]. Em 1830, o mesmo mestre foi contratado pelo Senado da Câmara para proceder à limpeza, sempre que necessária, das fontes, tanques, aqueduto e rios de lavar pela quantia de nove mil e seiscentos réis[75].

Como o fornecimento público de água ao centro urbano era deficiente, numerosos eram os **poços**[76] existentes nos quintais das casas para completarem os recursos colectivos. Abundavam em toda a zona urbana, do litoral ao núcleo antigo, não deixando porém de ser uma solução limitada, dado que pelo Verão normalmente secavam[77]. Acompanhados da pia de pedra, muitas vezes eram de uso comum a vários vizinhos[78]. Abrir e empedrar um poço era empreitada que, na primeira década do século XIX, andava à volta dos catorze mil réis[79].

---

[73] *Actas das Vereações da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim no ano de 1791.* Anotadas e publicadas por João Marques, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. VI, 1967, n.º 1, pp. 143-144. Em 1803, Manuel Gomes de Lima, morador no Coelheiro, foi intimado para "na formidade da sua obrigação fazer o caminho que vai para a fonte e o asude por onde passa a agoa que não haja de innudar a mesma fonte" da Bica, no prazo de um mês e sob pena de seis mil réis - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 14, acta da vereação de 15 de Outubro.

[74] Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.os 49 e 56, actas das vereações de 4 de Maio de 1825 e de 16 de Fevereiro de 1826.

[75] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 64, acta da vereação de 23 de Janeiro de 1830. Limpar uma fonte custava em 1834 seiscentos réis - Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 68, acta da vereação de 27 de Maio.

[76] Possuimos o conhecimento de uma realidade fragmentada extraída dos Notariais que nos dá a existência de uma grande quantidade de poços no núcleo urbano e na zona rural - cf. no Ap. Doc., A.D.P., entre muitos outros, os docs. n.os 8, 13, 14, 19, 20, 21, 25, 41, 43, 46, 47, 49, 50, 69, 79, 86, 97, 103, 113, 118, 136, 144, 152, 174, 175, 178, 188, 195, 231, 294, 306, 369, 373, 377, 524, 563, 594, 596.

[77] FARIA, Bernardino - *A Fonte da Bica,* p. 5; Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 689.

[78] Como exemplo cf. Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 13 e 689.

3 - O PAREDÃO

Presenteada com "hum porto de enseada, em que antigamente entravão, e sahião navios"[80], a Vila soube aproveitá-lo para fazer crescer uma comunidade piscatória. Até aos finais do século XVIII, o porto de abrigo natural não recebeu qualquer edificação para protecção, ao contrário do que se passava nas terras vizinhas, pelo menos em Vila do Conde, onde no século XVI, pela dimensões do comércio marítimo, o porto foi melhorado.

Apresentada como obra de absoluta necessidade na petição feita pelos moradores à raínha D. Maria I, a concretização do cais para abrigo da enseada foi difícil e muito lenta, arrastando-se por todo o período tratado neste trabalho e prolongando-se mesmo para além dele.

Mandava a ordem régia que se fizesse uma caldeira para abrigo dos barcos "cercada por hum caes que defenda da violencia dos temporaes"; que seria aberta com a extensão e no local indicado na planta[81].

Poderemos ligar Reinaldo Oudinot ao projecto para a barra da Póvoa? De suma importância são as realizações no campo da hidráulica em que Oudinot esteve envolvido: as barras do Porto e Aveiro, a foz do rio Liz. O seu nome é também indicado como o autor, em 1800, do projecto para a barra de Vila do Conde[82], ao qual não se deu seguimento. Interessante é reparar que as obras da barra do Douro foram autorizadas no ano anterior às da Póvoa, sendo nomeado por D. Maria I para "dirigir, e fazer executar o plano que tenho approvado (...) o Tenente Coronel de Infantaria com

---

[79] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 356.

[80] COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portugueza, e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal,* tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 409.

[81] SILVA, Manuel - *Antecedentes históricos...*, p. 239.

[82] LOUREIRO, Adolfo - *Os portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, cit. in *O pôrto e a barra de Vila do Conde,* in "Vila do Conde", n.º 6, ano I, Janeiro de 1929, p. 88.

exercicio de Engenheiro Raynaldo Oudinot"[83]. Uma proximidade temporal e geográfica que, completadas com a alusão ao nome de Oudinot contida na Provisão e com a sua experiência na área da hidráulica, o apontam como o autor dos trabalhos na Póvoa.

Era, seguindo a ordem dos artigos da Provisão, a última das realizações a fazer, tendo-se iniciado em 1793. Dos dinheiros saídos do cofre das sisas em 1801 e 1804[84], parte tinha sido gasta com o paredão.

Pelo ano de 1806, chegou à Vila uma ordem emanada do Governador das Justiças que mandava que se fizesse da obra do paredão apenas aquela parte que se conseguisse tirar "fora da agua neste resto de Verão". Teria de ser feita com prudência, "de modo que os mares do Inverno não lhe prejudiquem", sendo que o resto se concluiria mais tarde[85].

Por esta altura, encontrava-se na Póvoa, instalado na Aposentadoria que funcionava no edifício da Câmara, o Brigadeiro Custódio José Vilas Boas[86]. Tratar-se-ia do engenheiro militar e hidráulico Custódio José Gomes de Vilas Boas[87] ou de seu tio, Brigadeiro de Artilharia? No ano de 1806 o engenheiro procedeu a averiguações em Barcelos[88], o que nos leva a apontar para a sua deslocação à Póvoa. Assim sendo, a presença deste engenheiro, responsável pela execução dos portos de Esposende (1795) e Viana do Castelo (1805), estaria relacionada com a obra do paredão da Póvoa.

---

[83] MAIA, Sebastião Oliveira - *Onde o rio acaba e a Foz do Douro começa,* Porto, Ed. O Progresso da Foz, 1988, p. 176.

[84] Ap. Doc., A.M.P.V, B, docs. n.^{os} 4 e 5.

[85] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 6, de 10 de Setembro: "*Registo de huma ordem vinda do Governador das Justiças*".

[86] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 22.

[87] Sobre a actividade de Custódio José Gomes de Vilas Boas vd. NEIVA, Manuel A. Penteado - *Subsídios para a história do porto fluvial de Esposende no século XIX,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 127-140; AMÂNDIO, Bernardino - *O engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e os portos de mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805,* Viana do Castelo, ed. dos "Amigos do Mar", 1994.

[88] AMÂNDIO, Bernardino - *Ob. cit,* p. 19.

Que outra razão o teria atraído à Vila e feito instalar na Aposentadoria reservada aos Corregedores da Comarca? Provavelmente necessitariam as obras do acompanhamento de um perito em hidráulica. Oudinot encontrava-se na Madeira e Vilas Boas tinha acabado de realizar a empreitada da barra de Viana do Castelo.

A partir dessa data os trabalhos tiveram andamento, pois dois anos mais tarde saiam do cofre das sisas 1 784$509 réis para o paredão. Por aviso de 1812 ficaria encarregue da inspecção das obras da Vila (que se reduziam então ao cais) o Corregedor José Teixeira de Sousa; ainda em 1816 se arrastavam os trabalhos[89]. Trabalhava-se a ritmo lento e com muitas dificuldades financeiras devido ao desvio de verbas para a criação de um hospital provisório a funcionar desde 1811 no edifício da Câmara.

Teria de se esperar até ao ano de 1821, quando a formação de uma Comissão incumbida de expor às Cortes os problemas mais graves de cada povoação, defendeu a "concessão do hospital, a reforma do paredão e as águas publicas tão necessárias"[90] como os mais urgentes melhoramentos. O relatório elaborado pela Comissão contém o parecer de José António Alves Anjo, participante activo na vida e administração locais, que esclarece que seria necessário concluir o paredão fechando-o "em circulo de esquadria na ponta da parte do mar, bem como pelos lados, e por sima, para a sua conservação para offucturo (...)". Deveria a empreitada arrancar com "huma pronta providencia antes que as enfloencias do mar deramem a pedra do paredão pelas praias, empossebelitando o desenbarque"[91].

Quando nos anos vinte do século XIX se entrou na segunda fase das obras, a "grande porção do paredão septemtrional" que se tinha executado do projecto encontrava-se em estado de ruína, estando "quaze cortado pelo mar junto da terra por

[89] SILVA, Manuel - *Art. cit.*, p. 243.

[90] SILVA, Manuel - *Art. cit.*, pp. 246-247.

[91] Idem - *Ibidem.*

terem parado as obras delle"[92]. Em 1822, tendo sido posta a lanços a "rematação da obra da ruina do paredão", não apareceram interessados[93]. No ano seguinte, chegou à Câmara a ordem para que "proceda immediatamente na obra e reparos necessarios", sob inspecção do Corregedor da Comarca e direcção do executivo camarário, e a faça concluir "com a maior brevidade possivel". Alves Anjo foi nomeado para administrar a obra[94].

Tratou a Câmara de entregar a execução da obra. O fornecimento da pedra foi contratado com António José Vieira, o "Couçourado" e os carretos da mesma com Manuel José Gavina, ambos pedreiros de Vila do Conde[95]. Trabalhou-se com tanto afinco[96] a partir dessa data que, em 1824, o cofre das sisas se encontrava "esgotado com as despezas que se fizerão com os reparos da paredão das praias desta Villa"[97]. No ano seguinte, o ritmo dos trabalhos estava a abrandar e "não se tem concluido em razão de não haverem sobras" dos dinheiros das sisas, estando a Câmara "na espera de que as haja para se continuar nesta tam necessaria obra"[98]. Foi quando chegou a ordem do Corregedor José Joaquim Rodrigues de Bastos para se "continuar nas obras publicas do concerto do paredão" sob sua inspecção[99], que os trabalhos avançaram.

Foram imediatamente indicados Manuel José da Silva Porto para o cargo de

---

[92] SILVA, Manuel - *Art. cit.*, p. 247.

[93] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 37, acta da vereação de 26 de Fevereiro.

[94] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 11, de 5 de Novembro: "*Registo de hum officio do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino que manda fazer a obra do paredão*"; A.M.P.V., A, doc. n.º 41, acta da vereação de 23 de Novembro.

[95] A pedra de esquadria e o carreto para junto da obra ficou pelo custo de nove mil réis a braça - Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.^{os} 42, 43 e 44, actas das vereações de 2, 10 e 13 de Dezembro de 1823; A.D.P., doc. n.º 681: *"Escritura de contrato que fas o Senado desta Villa com os mestres pedreiros Antonio Jozé Vieira por apelido o Couçourado e Manoel Joze Gavina ambos de Villa do Conde em 13 de Dezembro de 1823".*

[96] SILVA, Manuel - *Art. cit.*, pp. 248-249.

[97] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 47, acta da vereação de 10 de Setembro.

[98] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 48, acta da vereação de 11 de Março de 1825.

[99] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 16, de 22 de Agosto: "*Registo da ordem da Correição da Comarca para continuarem as obras publicas do paredão*"; A.M.P.V., A, doc. n.º 50, acta da vereação de 27 de Agosto.

Apontador das Obras Públicas do Paredão e Manuel Alves para mestre pedreiro da dita obra; escolheram-se também o ferreiro e carpinteiro[100]. Por novo contrato, foi acordado com o mestre Manuel José Gavina, o fornecimento de mais pedra e carretos destinada à "esquina" ou "ovado do remate do fim" do cais[101]. No ano seguinte, João Gomes Salgueiro, mestre pedreiro de Beiriz, comprometia-se a fornecer a pedra para a conclusão e remate da obra[102].

Esta segunda fase da obra foi contemporânea da intervenção feita na barra de Vila do Conde[103].

O paredão avançava em direcção ao mar acompanhando o curso do Esteiro. Pelo final da Rua Nova da Junqueira, uma calçada, ou rampa de pedra, permitia descer do cais para o curso de água[104]. Confrontando com a zona da Areosa, onde se começaram a instalar os primeiros adeptos da prática dos banhos de mar, ao paredão estaria reservada uma outra função: a de passeio público[105].

[100] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 51, acta da vereação de 31 de Agosto de 1825.

[101] Cada braça de pedra foi contratada por seis mil, trezentos e cinquenta réis - Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.os 52, 53, 54, actas das vereações de 29 de Outubro, 9 e 16 de Novembro.; A.D.P., doc. n.º 732: *"Escritura de contracto que fas o Sennado da Camara desta Villa, com Manoel Joze Gabina de Villa do Conde, em 16 de Novembro de 1825".*

[102] Ap. Doc., A.D.P., docs. n.os 744 e 745: *Contracto que fas o Illustrissimo Sennado desta Villa, com João Gomes Salgueiro da freguezia de Veris, em 17 de Maio de 1826".*

[103] Em 1822, D. João VI autorizou o financiamento das obras na barra de Vila do Conde - cf. SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar Martins; OSSWALD, Helena, et al. - *O Arquivo Municipal de Vila do Conde,* Vila do Conde, Câmara Municipal, 1991, p. 212.

[104] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 276.

[105] Data dos meados do século XIX o seguinte testemunho: "(...) e nós sahimos, e fomos sentar-nos no paredão. Era uma das mais bellas noutes do mez de Setembro, e grande parte dos banhistas já se achavam lá reunidos" - D'AZEVEDO, D. João; CUNHA, António Pereira da; PINHEIRO, João Machado - *Passeios na Póvoa,* Porto, Typographia do Nacional, 1850, p. 18.

4 - A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E ARQUITECTÓNICA

Ao conjunto formado pelo espaço da praça e pelo imóvel levantado num dos seus lados deveremos necessariamente atribuir uma ampla dimensão urbanística de sentido inovador para a Vila e que acarreta as vertentes social, cívica, económica e política. A sua localização resultou da necessidade de resolver a ligação entre os dois núcleos urbanos - o consolidado centro antigo e a mais moderna e dinâmica zona litoral -, obedecendo a sua concepção aos modernos conceitos de intervenção urbana, assentes na ideia de organização do tecido de forma ordenada, por oposição ao crescimento espontâneo e empírico.

No campo da arquitectura e do urbanismo, a realização deste projecto demonstra a prosperidade económica da Vila, a que se acrescenta o sentido de novidade trazido pela intervenção urbanística planeada de raíz e materializada num edifício de valores neoclássicos. No seu conjunto, a Praça Nova encerrava em si todo um valor estético e simbólico que mais não é do que um dos muitos fins a que as praças dão resposta[106].

Vemos, com alguma semelhança, a organização ortogonal ensaiada na zona litoral sul e a abertura da Praça Nova; ambas procuraram uma ocupação do espaço assente nos princípios da organização racional do tecido urbano. Mas, se no primeiro caso o reticulado resultou da adaptação às condições naturais fornecidas pela linha da costa e pelos cursos de água, a Praça encerra em sido modernas concepções de intervenção urbanística.

4.1 - A PRAÇA NOVA DO ALMADA

Aberta no Campo da Calçada[107], a Praça Nova (FIG. 27), pensada para acolher

[106] MORRIS, A. E. J. - *Historia de la forma urbana - desde sus orígenes hasta la Revolucion Industrial*, 3.ª edição, Barcelona, Gustavo Gili, 1991, (Col. "Arquitectura/ Perspectivas"), p. 181.

[107] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 18, de 1790.

múlltiplas funções, é um modelo organizativo da malha urbana. Mandava a Provisão que "no Campo da Calssada se construa huma Praça ampla para os mercados e outros logradouros da povoação e que nella se construão as obras com cazas alpendroadas, arvores, e hum chafariz nomeyo"[108]. Os requisitos do chafariz e mercados ir-se-iam repetir no projecto saído do risco de Oudinot para as novas Praças da Ribeira do Porto, em 1797.

Iniciaram-se os trabalhos de abertura da praça em 1793[109]. Tornou-se no novo centro económico da Vila, para onde foram canalizadas as feiras e mercados, o que implica e acarreta sempre a vivência social e lúdica do espaço. Vocacionado para o convívio e encontro, foi favorecida pelo resguardo oferecido pelas arcadas da Câmara. A função política foi-lhe dada pelo novo edifício levantado para Paços do Concelho e ocupado em 1807.

Quanto às funções económicas, decidiu-se que a partir do ano de 1800 "senão possa comprar nem vender lenha nem outro qualquer genero de viveres sem que seja na Prassa Nova desta Villa aonde devem todos ser postos a venda para ahi serem comprados por quem quizer"[110]. Quando, no mesmo ano, pediram os moradores ao rei que lhes concedesse "huma feira de anno de bestas e mais generos" no mês de Agosto, esclareceram que seria muito vantajoso para "maior aumento desta Vila e povoação della por ter hum bom citio, para a dita feira e haver as comodidades nessesarias para os mesmos feirantes"[111]. Tratava-se, sem dúvida, de um nítida alusão à Praça Nova. Posteriormente, em 1834, procedeu-se à tranferência da "feira da louça, e da erva, para a Praça Nova do Almada"[112].

---

[108] GONÇALVES, Flávio - *Artistas estrangeiros...*, p. 585.

[109] Entre 1793 e 1794 havia-se comprado os terrenos pelo preço de 715$035 réis - cf. BARBOSA, Viriato - *A Póvoa de Varzim (Ensaio da história desta Vila)*, 2.ª ed., Póvoa de Varzim, 1972, p. 78.

[110] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 10, acta da vereação de 5 de Abril.

[111] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 11, acta da vereação de 6 de Setembro.

[112] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 69, acta da vereação de 23 de Dezembro.

Longe da monumentalidade dos grandes projectos urbanos que integravam um vasto programa arquitectónico e que, ao longo do século XVIII, vinham sendo ensaiados e experimentados nas praças de Lisboa, Porto, Vila Real de Santo António, Braga ou outras localidades, a Praça Nova do Almada não deverá ser entendida como obra isolada e de periferia, mas encaixada numa linha que a filia no espírito das realizações do urbanismo das Luzes.

Por longo tempo após a abertura da praça, o conjunto edificado, excluíndo a Câmara e as cavalariças[113] que lhe davam apoio, encontrava-se no lado meridional. A reminiscência rural dos campos da Calçada era ainda uma realidade, como vimos no Capítulo IV. Mas, sem dúvida que poderemos afirmar que a Praça Nova, devido à tranferência das funções centrais, se tornou no coração do aglomerado, centralidade e importância urbana que ainda hoje a caracteriza.

4.2 - A CASA DA CÂMARA

O edifício (FIG. 28), um dos mais significativos do panorama arquitectónico da Póvoa de Varzim, e que ainda hoje podemos observar, integra-se nos princípios do neoclassicismo, com o seu carácter sólido, severo e um tanto ou quanto arcaizante[114]. Foi edificado para acolher as funções de sede do poder municipal e para servir como Aposentadoria para os Corregedores da Comarca[115].

[113] As cavalariças situavam-se a poente da Câmara e eram formadas "com principios de parede de pedra cunhaes e pilares da mesma e mais resto de madeiras e cobertas com seu telhado" - *Auto de medição, pegação e confrontação feita na Praça Nova do Almada d'esta Villa, e pertenças da mesma, a que mandou proceder o Dr. Juiz de Fora do Tombo d'esta mesma.* Anotado e publicado por Bernardino Faria - *Um documento curiosissimo ácerca da medição a que oficialmente se procedeu para rasgar a Praça do Almada*, in "A Povoa de Varzim", n.º 13, 2.º ano, 1913, p. 3.

[114] GOITIA, Fernando Chueca - *Neoclasicismo,* in "Historia de la arquitectura occidental", vol. IX, Madrid, Dossat, 1994, p. 2.

[115] Ap. Doc., A.M.P.V., A, doc. n.º 22, acta da vereação de 24 de Dezembro de 1807.

Com projecto atribuído a Oudinot e realizado entre 1790-91[116], é uma imponente construção que se filia num gosto classicizante radicado na arquitectura portuense e impulsionado por José Champalimaud de Nussane, José Francisco de Paiva e pelo próprio Oudinot, entre outros, como convergência dos estilos pombalino e neopalladiano praticados pelos arquitectos da Junta das Obras Públicas[117].

A Casa da Feitoria Inglesa do Porto (1785-90), com os seus "arcos em rústico", é indicada como a mais directa influência na Câmara da Póvoa[118], na linha de uma genealogia criada pelo Hospital de Santo António, desenhado pelo inglês John Carr[119], obra que, de imediato, marcou a produção arquitectónica da cidade, principalmente a de cariz civil[120]. Mas outras construções ou projectos da arquitectura portuense coeva inserem-se na mesma linha estilística, de feição neoclássica. Vejam-se os desenhos de Francisco Pinheiro da Cunha para a fachada poente da Praça da Ribeira, de Oudinot para a mesma praça (1797)[121], de José Francisco de Paiva para um palácio na Quinta das Virtudes (não executado)[122] e o Palácio dos Morais e Castro (Palácio dos Carrancas, 1795-1805), atribuído a este último arquitecto[123]. A que se acrescentam os já citados exemplares de linguagem neoclássica da autoria de Oudinot, a Real Casa Pia, obra "de

[116] GONÇALVES, Flávio - *Art. cit.*, pp. 585 e 588; Idem - *Um século de arquitectura e talha no noroeste de Portugal (1750-150),* Porto, sep. do "Boletim Cultural" da Câmara Municipal do Porto, 1969, p. 165.

[117] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Convento de Santo António da cidade e a arquitectura no Porto na segunda metade do séc. XVIII,* Porto, 1992 (sep. de "Bibliotheca Portucalensis", 2.ª série, n.º 7), p. 83.

[118] GONÇALVES, Flávio - *Um século de arquitectura...*, p. 165.

[119] Sobre o neopalladianismo inglês vd. KOSTOF, Spiro - *Historia de la arquitectura,* vol. 3, Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp. 957-966.

[120] ANACLETO, Regina - *Neoclassicismo e Romantismo,* in "História da Arte em Portugal", vol. 10, Lisboa, Publ. Alfa, 1986, p. 15.

[121] Publicados in MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse - *Art. cit.*, pp. 42 e 46.

[122] Pinto, Maria Helena Mendes - *Ob. cit.*, pp. 66-67.

[123] VIANA, Teresa - *Os Carrancas no Porto. Itinerário de uma família na cidade entre 1700 e 1850,* in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", 2.ª série, vol. 7/8, Porto, 1989-90, p. 296-298.

desenho depurado e seco"[124] e o Quartel de Santo Ovídio.

Ao acompanhamento da obra poderemos ligar Teodoro de Sousa Maldonado, como aconselhava a Provisão de 1791? Tinha sido este arquitecto o responsável pela execução do Quartel de Santo Ovídio, na conformidade do projecto de Oudinot, depois substituído por José Francisco de Paiva. Igual situação ocorreu na edificação da Real Casa Pia[125]. Mas nenhum elemento nos permite inferir da participação de Maldonado.

A tipologia de edifício com andar nobre apoiado em parte numa arcaria de aparelho rusticado, dominado pelos valores da regularidade e clareza[126], corresponde a uma linguagem arquitectónica de teor classicizante que se vinha a impor, como referimos, ao longo da segunda metade do século XVIII na cidade do Porto, intimamente ligada a influências inglesas[127].

De volumetria rectangular, desenvolve-se em dois pisos cobertos com telhado de quatro águas, que permite a existência de águas-furtadas iluminadas por mansardas. A cantaria delimita o corpo através dos cunhais, cornijas e rodapés e separa, através de um friso, os dois andares.

A fachada principal abre-se para a praça com a sua arcada de nove arcos de granito, dois dos quais são laterais, dando origem a um espaço de transição entre o

---

[124] CARDOSO, António - *A Arquitectura e o Urbanismo do Porto Pós-Almadino e os Modelos Franceses e Flamengos,* in "Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa, Universidade Autónoma, 1997, p. 159.

[125] Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B. - *Ob. cit.,* pp. 265-266.

[126] Que o permitem filiar na corrente neoclássica - cf. BENEVOLO, Leonardo - *Introdução à arquitectura,* Lisboa, Edições 70, 1991, p. 203.

[127] GONÇALVES, Flávio - *A arte no Porto na época do Marquês de Pombal,* in "Pombal Revisitado", vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1984, pp.117-118. Cf. ANACLETO, Regina - *A arquitectura neoclássica em Portugal. Breves considerações sobre a sua génese e difusão,* in "Munda", n.º 16, Coimbra, 1988, pp. 3-8. Também em Coimbra, pelo risco do inglês Guilherme Elsden, se utiliza a solução do rés-do-chão com arcadas "em rústico" - cf. FRANCO, Matilde Pessoa de F. Sousa - *Ob. cit.,* p. 45, desenho para o Observatório Astronómico. Em Lisboa, pela via do neoclassicismo romano, o arquitecto Costa e Silva utiliza a arcaria rusticada no Teatro de S. Carlos - cf. FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo,* Lisboa, Bertrand, 1977, pp. 187-188.

edifício e a praça. A massa pétrea é animada pelo aparelho de junta fendida que lhe dá o aspecto rusticado. No andar nobre, os vãos são emoldurados por vergas lisas e sobrepujados por cornijas, sendo o centro assinalado por um eixo vertical marcado pela varanda de balaústres e pelas armas reais colocadas sobre o telhado. Os restantes alçados são marcados pela sobriedade, onde os vãos e o friso horizontal que divide os pisos constituem a única adição às paredes caiadas.

O piso térreo surge recuado, ocupando a restante metade do edifício. Da organização espacial sabemos apenas que neste piso, pelo lado poente, havia dois compartimentos para cadeia pública e tinha o edifício grandes salões, vários quartos, cozinhas e cocheiras[128]. O aceso ao primeiro andar era feito por uma "escada interior de pedra formada em dous lanços" e colocada à direita da entrada. As águas furtadas eram atravessadas por um comprido corredor "com quartos lacteraes em numero de seis com suas respectivas janellas que dão sobre o tilhado" e "nos dous angulos do dito corredor uma janella virada ao poente, e outra ao nascente"[129].

Pelos anos de 1806, antes da inauguração do edifício, já o imóvel desempenhava funções. Não aquelas para fora destinado, mas outras de carácter lúdico: aí se instalou o primeiro teatro que a Póvoa teve, onde se faziam representações na época dos banhos[130].

Aquando da inauguração e mudança do Senado em 1807[131], apresentava-se a Casa da Câmara guarnecida "de tudo o que lhe era necessario tanto de trastes de

[128] *Auto de medição, pegação e confrontação feita na Praça Nova do Almada...*, in "A Povoa de Varzim", n.º 13, 2.º ano, 1913, p. 2.

[129] *Serve este livro para se lançar a descripção geral dos bens proprios do Municipio. Povoa de Varzim, 1.º de Julho de 1850,* cit. por Jorge Barbosa - *Toponímia...*, in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XIX, n.º 1, 1980, pp. 70-71.

[130] Ap. Doc., A.M.P.V., B, docs. n.os 7 e 8.

[131] Depois do edifício ter sido temporariamente ocupado pelo Brigadeiro Custódio Gomes de Vilas Boas, pode o Senado transferir-se para o imóvel a 24 de Dezembro de 1807 - Ap. Doc., A.M.P.V., A, docs. n.os 22 e 23.

madeira como de roupas, louças, prata, cobre, e ferro e tudo o mais que era necessario para hua apozentadoria decente", o que muito se ficou a dever "ao zello do Corregedor e Provedor da Comarca que então servia Francisco de Almada, e Mendonça" e tendo-se gasto "grandes somas de dinheiro"[132]. No entanto, passados dois anos, e devido à má administração de José Jerónimo Lopes de Paiva, não se encontrava "nem o dizimo dos trastes que erão por exestir"[133].

Curta foi a primeira permanência do Senado na sua nova residência. Logo em 1811, por ordem do Corregedor José Teixeira de Sousa, criou-se um hospital provisório nos Paços do Concelho que oferecia as melhores condições de espaço para instalar os doentes e assim se tentar "atalhar o progreço do contagio que "atingia a Vila "com tanta violencia"[134].

Hoje a Casa da Câmara contribui com uma imagem diferente para o cenário citadino devido às sucesivas transformações por que foi passando[135].

5 - O HOSPITAL

O hospital assume uma particular importância para a história da Póvoa de inícios

[132] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 9: "*Registo do regimento para o fabriqueiro administrador e guarda das Cazas da Camera desta Villa*".

[133] Concordou a Câmara em elaborar um regimento que servisse de orientação para quem desempenhasse as funções de administrador e guarda do edifício. Assim, mandava-se ter em atenção todo o recheio, quer o exposto, quer o que se encontrava na "Caza do Depozito"; o edifício deveria ser varrido pelo menos uma vez por semana; as portas e janelas deveriam estar fechadas para não baterem; em caso de serem necessárias obras seria o administrador a participar ao Senado da Câmara, que depois tomaria as devidas providências - Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 9.

[134] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 10.

[135] Logo nos meados do século XIX (1852-53) acrescentou-se a metade posterior do edifício, tornando-o numa construção de planta quadrangular, com pátio central. Nos inícios do século XX, começou por se retirarar as mansardas e substituir o beiral por uma platibanda de granito; depois levantou-se a torre do relógio, forrou-se a fachada com painéis de azulejos de gosto historicista e fez-se uma nova escadaria.

de Oitocentos, reflectindo-se, na necessidade da sua construção, o crescimento demográfico que marcou este período. Levantado ao longo dos anos vinte e trinta do século XIX, era o equipamento que a Vila há muito pedia e efectivamente necessitava.

A obtenção do hospital[136] para a povoação foi um processo muito moroso e complicado, que se desenvolveu num período de instabilidade política e movimentação militar, completado a nível local com os conflitos entre a Irmandade da Misericórdia e a Câmara Municipal.

Desde finais do século XVIII, num cenário de contínuas ameaças de surtos de epidemias, a promoção da criação do hospital foi assumida pela Irmandade da Misericórdia como uma necessidade urgente, já que esta instituição se limitava a socorrer, nas suas casas, os doentes pobres e a ela chegavam inúmeras súplicas para que alterasse a situação.

O primeiro hospital que serviu a Póvoa consistiu uma solução de recurso, numa transformação de parte do novo edifício da Câmara Municipal em enfermaria. Este hospital provisório entrou em funcionamento em Agosto de 1811[137] e perdurou até 1814. As intervenções junto do poder central não deixaram de se continuar a realizar, no sentido de demonstrar a situação de injustiça que a Vila vivia. Enquanto o assunto não se resolvia, em 1822 o edifício da Câmara voltou a ser transformado em hospital provisório, instalando-se uma enfermaria nas águas-furtadas. Ao mesmo tempo, garantia-se o financiamento para se dar início aos trabalhos através da imposição de um

[136] Todo o processo desenvolvido junto do poder central para a obtenção do hospital, assim como a história da construção encontram-se tratados por Manuel AMORIM - *O Caderno de Alves Anjo (1822-1830). Subsídios para a história do nosso hospital,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXV, n.º 2, 1987, pp. 239-353.

[137] Ap. Doc., A.M.P.V., B, doc. n.º 10.

real no vinho e na carne vendidos a retalho[138], o que não foi de imediato acatado pela população, sempre mergulhada em dificuldades financeiras.

Entretanto, dava-se início a uma construção de madeira e pedra, que ficou conhecida como "Hospital Interino". A obra de pedraria foi contratada com o mestre Manuel José Gavina, de Vila do Conde, a 13 de Outubro de 1822, pelo preço de 320$000 réis; no ano seguinte foram introduzidas alterações ao contrato devido aos acréscimos da obra, que se refletiram também no preço[139]. Parece, ao que se sabe, que essa obra ficou por concluir, estando ainda por apurar as razões de tal facto.

Por Provisão de 1826, D. Pedro IV autorizou a construção do novo edifício, "conforme a planta que esta acompanha assignada por Joaquim da Costa Lima e Sam Paio"[140]. Nomeado em 1822 arquitecto da cidade do Porto, Joaquim da Costa Lima[141] deixou o seu nome ligado ao edifício do Palácio dos Carrancas[142] e a vários projectos de índole urbanística[143]. A sua ligação com a Vila da Póva já se tinha verificado em 1805, quando ao arquitecto foi pedido um parecer sobre a construção das torres da Igreja de N.ª S.ª das Dores.

A obra, incluindo o mobiliário, foi orçamentada em 16 910$360 reis. O local escolhido para a construção ficava junto à Igreja da Misericórdia, a nascente da Casa da Mesa e Despacho, em local arejado como defendiam as modernas concepções urbanísticas.

---

[138] Ap. Doc., A.D.P., doc. n.º 709; Situação idêntica à que se verificou na construção do hospital de Viseu - cf. SILVA, José Sidónio M. da - *O edifício do "Hospital Novo" de Viseu - 1793,* in "Beira Alta", vol. 54, fascs. 3-4, Viseu, Assembleia Distrital, 1995, pp. 85-87.

[139] Ap. Doc., A.D.P, docs. n.os 655 e 665.

[140] A Provisão encontra-se publicada in AMORIM, Manuel - *Art. cit.,* pp. 323-326.

[141] Trabalhara com Jonh Whitehead na Casa da Feitoria Ingesa e copiara as plantas que John Carr fizera para o Hospital se Santo António; ao seu nome ligam-se os edifícios dos Armazéns Sandemann e a Capela de St. James - cf. VIANA, Teresa - *Art. cit.,* p. 296, nota 18.

[142] Teria completado o projecto inicial de José Francisco de Paiva - cf. Idem - *Ibidem,* p. 298.

As obras começaram de imediato, tendo-se contratado, em Maio de 1826, o fornecimento da pedra com o mestre pedreiro de Vila do Conde, António da Silva Gabina. Seguiram-se novos contratos para fornecimento da pedraria e carretos da mesma com vários mestres pedreiros de Vila do Conde e de Beiriz.

A inauguração só foi possível, quase dez anos depois de iniciadas as obras, no dia 29 de Julho de 1835.

O edifício corresponde a um volume rectangular, com rés-do-chão e primeiro andar. Possuia um mirante na parte central assente no entablamento e com três janelas de sacada voltadas para a frente (onde estavam instaladas duas enfermarias para o sexo feminino, repartidas em camaratas). Ao nível térreo, era composto por cinco portas e dez janelas de peitoril; no primeiro piso, cinco portas com sacada e dez janelas ritmavam o alçado. A decoração estava ausente, apenas dois remates pétreos, de tipo de fogaréus, acentuavam a verticalidade dos cunhais de granito. Longe da magestade de outros hospitais levantados na transição do século, como o Hospital de Viseu, que se destaca pela sua "imponente sobriedade neoclássica"[144], o edifício da Póvoa impõe-se pela grandeza do projecto para a época e pela posição assumida no conjunto urbano.

O espaço interior seria formado por duas enfermarias de 50 camas, duas salas para convalescência, aposentos para o administrador, enfermeiros e cozinheira, ficando as latrinas fora do edifício.

Pelos finais do século XIX, recebeu o edifício o segundo andar.

[143] Da sua autoria são os projectos para fonte da Rua das Oliveiras, para a abertura da Rua D. Pedro V e para a continuação da Rua da Boavista - cf. *O Porto Antigo. Projectos para a Cidade (sécs. XVIII-XIX), Catálogo.*

[144] SILVA, José Sidónio M. da - *Art. cit.*, p. 94.

CONCLUSÃO

O acentuado crescimento demográfico e económico, apoiado na actividade piscatória que, na segunda metade do século XVIII, marcou a Póvoa de Varzim teve os seus reflexos no campo da expansão urbanística e levou os moradores a pedirem ao monarca a melhoria do quadro urbano. D. Maria I, por Provisão de 21 de Fevereiro de 1791, autorizou a realização de abrangentes obras públicas que viriam a dotar a vila com as infra-estruturas vitais para o seu desenvolvimento futuro: canalização de águas através da edificação de um aqueduto, construção de um paredão para abrigo dos barcos, abertura de um novo centro urbano que iria funcionar como espaço de ligação entre a zona antiga e a zona ribeirinha, complementado com árvores, chafariz e praça para mercados e onde se levantou o novo edifício dos Paços do Concelho, expressão monumental da vitalidade da Vila.

Como vimos, o dinamismo urbano ensaiado na segunda metade de Setecentos prolongou-se pelo período compreendido entre 1791 e 1836, apoiado no incremento das actividades da pesca e da salga do pescado. A Póvoa assumiu-se como um importante centro de captura e salga ao nível do País, abastecedor de todo o Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beiras e Galiza. Tal conjuntura económica foi acompanhada pelo aumento demográfico e refletiu-se vincadamente no alargamento da malha urbana.

Junto ao litoral sul, deu-se continuidade ao processo de ocupação das areias fronteiras à enseada, segundo um esquema de padrão morfológico rectilíneo. Prolongaram-se as ruas existentes para sul e rasgaram-se outras mais próximas do mar que lhes ficavam paralelas; abriram-se travessas perpendiculares para permitir o acesso à praia. Era a necessária expansão consequente do aumento da comunidade piscatória e vocacionada para a apropriação das areias fronteiras à enseada. Casas térreas, baixas e acanhadas, com amplos quintais, dispunham-se, frente a frente, formando compridos arruamentos.

A zona envolvente da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição tornou-se o

centro do comércio e salga do pescado, onde proliferavam os armazéns dos contratadores e "beneficiadores", aproveitando a proximidade com as águas do Esteiro. Na Rua Nova da Junqueira, pescadores, negociantes de peixe, vendeiros e veraneantes começaram nesta época a imprimir à artéria a animação que a tornaria numa das mais importantes da Vila.

Iniciou-se neste período o prolongamento da Vila para norte, entrando pelo território pertencente ao termo de Barcelos. A Areosa viu crescer o alinhamento de casas frente ao mar, onde pescadores e banhistas ensaiavam uma possível convivência.

Enquanto a zona costeira se tornou o pólo dinâmico da Vila, o centro antigo continuava a deter os mais significativos exemplares da arquitectura religiosa e civil, embora se verifique neste período uma atracção pelo litoral por parte de alguns dos mais distintos ocupantes, como o Juiz de Fora.

Concluímos que a concretização das obras públicas autorizadas pela Provisão de 1791 permitiu inverter, e de forma marcadamente duradoura, a relação de forças entre os dois núcleos que formavam a povoação: o centro cívico-político antigo e a zona litoral de povoamento mais recente. Se as obras do aqueduto, praça e Câmara ocuparam a última década de Setecentos e a primeira do século XIX, a empreitada do paredão arrastar-se-ia até ao final dos anos vinte, lado a lado com a construção do hospital. Como obras implementadas pelo poder central, sob a inspecção do Corregedor da Comarca do Porto, não ficariam totalmente alheadas das principais preocupações da época, em termos de concepção urbanística e dos valores arquitectónicos vigentes. A Praça Nova surge imponente, espaçosa e regular, à altura de receber um edifício para Paços do Concelho onde se introduziu, pelo risco de Reinaldo Oudinot, a linguagem do neoclassicismo.

Apercebemo-nos que a par das "grandes" obras públicas, e sempre com

condições financeiras deficientes, houve uma preocupação constante por parte da edilidade em proceder a intervenções no espaço urbano, visando a melhoria das condições de circulação, higiene e fruição da Vila. Denotam-se ao longo deste período preocupações de ordenamento urbanístico, patentes no alinhamento de construções e na criação de passeios, acompanhadas pela ampliação da rede de ruas e seu calcetamento, construção de pontes e legislação das questões da higiene pública.

Procurámos alcançar a visão do que foi o crescimento de uma vila de pescadores onde, excepção feita ao projecto a que obedeceu a Praça Nova, o urbanismo se definiu pela sujeição às condições naturais - linha da costa e cursos de água - resultando em determinadas zonas, e por isso mesmo, num esquema regular, vinculado às práticas da classe piscatória, à qual veio fornecer os espaços de habitação.

Permitiu-nos este trabalho percepcionar que as transformações e modernizações que a Provisão proporcionou no domínio dos equipamentos essenciais - paredão, aqueduto e novos Paços do Concelho, a que se juntou, mais tarde, o hospital - foram acompanhadas pela expansão urbanística e suportadas pelo aumento populacional e pela afirmação económica da Vila no panorama nacional. A Póvoa balnear da segunda metade de Oitocentos surgiu, podemos assim afirmá-lo, fruto das mudanças operadas entre a década de noventa do século XVIII e os anos trinta do século XIX.

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DISTRITAL DO FUNCHAL

Secção de Registo Civil, Funchal, freguesia da Sé, livro O-19, n.º 85.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Núcleo Notarial, Póvoa de Varzim:

1.º Cartório, 2.ª série - livros 73 a 97 (1790 a 1835);

2.º Cartório (Rates), 1.ª série - livros 77 a 84 (1791 a 1800);

3.º Cartório, 2.ª série - livros 67 a 95 (1794 a 1834).

Provedoria da Comarca do Porto:

livro n.º 63 - *Diário das Reais Obras da Vila da Póvoa de Varzim 1791-1796;*

livro n.º 66 - *Diário das Reais Obras da Vila da Póvoa de Varzim 1796-1806;*

livro n.º 77 - *Diário das Reais Obras da Vila da Póvoa de Varzim 1806-1821.*

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Processo individual de Reinaldo Oudinot - Cx 3604

ARQUIVO MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM

Actas de Vereações:

maço 16: livro de1791-1799;

maço 17: livro de 1800-1807 e livro de 1807-1818;

maço 18: livro de 1818-1826 , livro de 1826-1835 e livro de 1835-1838.

Copiador dos Mapas:

maço 202: livro de1856.

Livros de Arruamentos:

maço 49: livros de 1788, 1792, 1793, 1794, 1795;

maço 50: livros de 1796, 1797, 1799, 1801, 1802, 1803;

maço 51: livros de 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810;

maço 51A: livros de 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824;

maço 51B: livros de 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830;

maço 51C: livros de 1831, 1832.

Livros de Maneios:

maço 29: livros de 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796;

maço 30: livros de 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805;

maço 31: livros de 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1815, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822;

maço 32: 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833.

Registos Gerais:

maço 37: livro 228 (1776-90), livro 229 (1790-1820), livro 230 (1795-1810);

maço 38: livro 231 (1810-27), livro 232 (1826-41), livro 233 (1827).

FONTES IMPRESSAS

Actas das Vereações da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim no ano de 1791. Introdução de João Marques, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. VI, n.º 1, Câmara Municipal, 1967, pp. 137-158.

A População de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique. Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Centro Cultural Português, 1970.

Auto de medição, pegação e confrontação feita na Praça Nova do Almada d'esta villa, e pertenças da mesma, a que mandou proceder o Dr. Juiz de Fora do Tombo d'esta mesma. Anotado e publicado por Bernardino Faria, *Um documento curiosissimo ácêrca da medição a que oficialmente se procedeu para rasgar a Praça do Almada,* in "A Povoa de Varzim", n.º 12, 2.º ano, 1913, p. 2 e n.º 13, 2.º ano, 1913, pp. 1-4.

Documentos avulsos sobre a Póvoa de Varzim no século XVIII. Recolhidos por Flávio Gonçalves, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.^{os} 1/2, 1990, pp. 307-328 e 585-607; vol. XXVIII, n.º 1, 1991, pp. 227-252; vol. XXIX, n.^{os} 1/2, 1992, pp. 371-395, vol. XXX, n.^{os} 1/2, 1993, pp. 455-492.

Documentos Historicos da Povoa de Varzim. Testamento do Capitão Antonio Cardia e sua filha Monica Cardia de Macedo; anno de 1678, in "A Independencia" anno XI, n.^{os} 518, 519, 520 e 522, de 14, 21 e 28 de Fevereiro e 13 de Março de 1892.

Geografia e Economia da Província do Minho nos Fins do Século XVIII - Plano de Descrição e Subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas. Recolhidos, anotados e publicados por António Cruz, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.

Noticia do Doutor Leandro Rodrigues [1736]. Publicada, com preâmbulo e notas de Manuel Silva, por Fernando Barbosa, *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, Câmara Municipal, 1958, pp. 270-281.

Noticia da villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758, por Francisco Félix Henriques da Veiga Leal. Transcrita e prefaciada por Fernando Barbosa, *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, Câmara Municipal, 1958 pp. 306-340.

Subsídios para a história da Estatística em Portugal. II - Taboas Topograficas e Estatisticas de todas as comarcas de Portugal, e das terras de cada hum em ordem alfabetica, com a povoação existente no anno de 1801, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1948 (ed. fac-similada).

Vila do Conde. Memórias Paroquiais de 1758. Transcritas por Eugénio da Cunha e Freitas, in "Vila do Conde - Boletim Cultural da Câmara Municipal", Nova Série, n.º 2, 1988.

X Recenseamento Geral da População Portuguesa, no Continente e Ilhas Adjacentes. Tomo I, vol. 1.º, Prédios e Fogos; População - Dados Rectrospectivos, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1964.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de – *Introdução ao estudo da História e Património locais*, Coimbra, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol . XI, n.º 1, Câmara Municipal, 1972, pp. 5-34.

- *Caminhos Medievais no Norte de Portugal,* in "Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago. Itinerários Portugueses", Xunta de Galicia / Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995, pp. 337-356.

ALVES, Jorge Fernandes - *A pesca e os pescadores do litoral portuense em 1868,* in "Revista da Faculdade de Letras - História", II série, vol. VIII, Porto, Universidade do Porto, 1991, pp. 151-184.

- *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista,* Porto, ed. Autor, 1994.

AMÂNDIO, Bernardino - *Os estaleiros navais de Esposende e Fão nos séculos XIX e XX,* Esposende, 1989;

- *O Engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e os portos de Mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805,* Viana do Castelo, "Amigos do Mar", 1994.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel - *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista),* Porto, Universidade do Porto, 1985 (sep. da "Revista de História",vol. VI).

AMORIM, Inês (introdução e estudo crítico de) - *Descrição da Comarca da Feira - 1801, feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro,* in "Revista da Faculdade de Letras - História", II série, vol. XI, Porto, Universidade do Porto, 1994, pp. 228-285.

- *Cartografia Antiga da Cidade.* Texto de apoio à exposição "Cartografia Antiga da Cidade de Aveiro", Câmara Municipal / Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, 1997.

AMORIM, Manuel - *As delimitações da vila e termo da Póvoa de Varzim no século XVIII,* in "O Comércio da Póvoa de Varzim", de 30 de Setembro e 7, 14, 21 e 28 de Outubro de 1976.

- *Uma cidade nova com profundas raízes no tempo,* in "O Primeiro de Janeiro", de 31 de Janeiro de 1978.

- *A 1.ª festa da Assunção na Póvoa de Varzim,* in "O Comércio da Póvoa de Varzim", de 10 de Agosto de 1978.

- *O Fundador da Póvoa,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 24 de Novembro de 1982.

- *Aver-o-Mar e a sua igreja,* Póvoa de Varzim, 1983.

- *Varzim nas Inquirições de 1258,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.os 9, 10, 11, 12 e 13, de 8, 15 e 22 de Dezembro de 1982, 5 e 12 de Janeiro de 1983.

- *Os fundadores da Ermida de S. Roque,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.º 15, de 26 de Janeiro de 1983.

- *Como a antiga Matriz passou a Igreja da Misericórdia e depois foi demolida em 1910,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.º 23, de 23 de Março de 1983.

- *Uma família antiga - os Rodrigues da Silveira,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano I, n.os 34,35, 36, 38 e 41, de 15, 22 e 29 de Junho, 13 de Julho e 3 de Agosto de 1983.

- *A Póvoa Antiga. Dois estudos sobre a Póvoa de Varzim, sécs. X - XVI,* Póvoa de Varzim, 1985.

- *A 1.ª postura municipal,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 116, 20 de Março de 1985.

- *Os nossos antigos mareantes,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 120, de 24 de Abril de 1985.

- *A importância da Capela da Mata na expansão da Póvoa,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano III, n.º 139, de 18 de Setembro de 1985.

- *De como há trezentos e tantos anos se elegia a nossa Câmara,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano IV, n.º 151, de 18 de Dezembro de 1985.

- *A importância das "Agras" na antiga estrutura agrícola,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", ano IV, n.º 153, de 8 de Janeiro de 1986.

- *Uma visita inédita de D. Frei Bartolomeu dos Mártires,* in "Actas do II Encontro sobre História Dominicana - Arquivo Histórico Dominicano Português", vol. III/2, Porto, 1986, pp. 185-193.

- *O Caderno de Alves Anjo (1822-1830) - Subsídios para a história do nosso Hospital,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. XXV, n.º 2, Câmara Municipal, 1987, pp. 239-353.

- *Apontamentos para a história da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Póvoa de Varzim,* in "Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Memória do tricentenário (1686-1986)", Póvoa de Varzim, 1987.

- *Amador Álvares, Piloto da Carreira das Índias,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.º 2, Câmara Municipal, 1990, pp. 337-354.

- *O Mercador António José da Silva,* in "Revista Comemorativa da Associação Comercial da Póvoa de Varzim", Póvoa de Varzim, Associação Comercial, 1982, pp. 25-28.

- *Os Antigos Paços do Concelho da Póvoa de Varzim,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXX, n.os 1/2, Câmara Municipal, 1993, pp. 15-33.

- *O Capitão Francisco Leite Ferreira,* in "O Notícias da Póvoa de Varzim", de 17 de Setembro de 1997.

AMORIM, Maria Norberta Bettencourt - *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800,* Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E., 1980.

- *Subsídios dos registos de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira para um estudo da sociedade vimaranense dos séculos XVII e XVIII,* in "Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada", vol. III, Guimarães, 1981.

- *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias,*Guimarães, ed. de autor, 1982.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira – *Neoclassicismo e Romantismo,* in "História da Arte em Portugal", vol. 10, Lisboa, Publ. Alfa, 1986.

- *A arquitectura neoclássica em Portugal. Breves considerações sobre a sua génese e difusão* s/l, 1988 (sep. da revista "Munda", Coimbra).

- *Os Protagonistas das Arquitecturas Neomedievais,* in "O Neomanuelino ou a Reinvenção da Arquitectura dos Descobrimentos", Lisboa, Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 103-278.

- *Arquitectura Neomedieval Portuguesa. Ciclo de lições promovido pelo Museu Calouste Gulbenkian,* Lisboa, Museu Calouste Gulbenkian, 1996.

ANDRADE, Amélia Aurora Aguiar - *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima,* Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

- *Percursos Vividos, Percursos Conhecidos nos Núcleos Urbanos Medievais,* in *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão,* Lisboa, Vega, 1995, col. "Artes / História", pp. 52-60.

ARAGÃO, António - *O espírito do lugar. A cidade do Funchal,* Lisboa, Pedro Ferreira, 1992.

ARANHA, P. W. de Brito - *Memorias Historico-Estatisticas de Algumas Villas e Povoações de Portugal - Póvoa de Varzim,* 2.ª ed., Lisboa, 1883.

ARAÚJO, Agostinho - *O desenvolvimento urbano da Póvoa de Varzim na segunda metade do século XVIII,* Póvoa de Varzim, 1979 (sep. do Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vols XVII-XVIII).

ARAÚJO, José Sérgio Veloso de - *Memórias sobre Chafarizes, Bicas e outras fontes de Lisboa,* Lisboa, 1851.

ARGAN, Guilio Carlo - *El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros dias,* Buenos Aires, 1980.

- *História da Arte como História da Cidade,* São Paulo, Martins Fontes, 1992.

ARNHEIM, Rudolf – *A dinâmica da forma arquitectónica,* Lisboa, Presença, 1988.

AYMONINO, Carlo - *O significado das cidades,* Lisboa, Presença, 1984.

BACHELARD, Gaston - *La poétique de l'espace,* Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

BALBI, Adrien - *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphéres,* 2 tomos, Paris, Chez Rey et Gravier, 1822.

BANDEIRA, Miguel S. de Melo - *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII,* in "Revista da Faculdade de Letras - Geografia", I série, vol. IX, Porto, 1993.

BARBOSA, Fernando - *Correcções e anotações à História Local,* série de treze artigos in "Idea Nova", de 27 de Abril de 1940 a 15 de Fevereiro de 1941.

- *Chafariz e cruzeiro de S. Sebastião,* in "Ala-Arriba", de 14 de Maio de 1955.

- *As memórias do P.e Coentrão,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. I, n.º 2, Câmara Municipal, 1958.

BARBOSA, I. de Vilhena - *Archivo Pittoresco,* Lisboa, Typ. de Castro e Irmão, 1868.

BARBOSA, Jorge - *Toponímia da Póvoa de Varzim,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. VI, n.º 2 a vol. XIX, n.º 1, Câmara Municipal, 1967-1980.

- *Breve história da devoção a Nossa Senhora das Dores na Póvoa de Varzim,* in "Exposição de Arte Sacra e Mostra Filatélica, comemorativas do bicentenário da devoção à Senhora das Dores", Póvoa de Varzim, 1970.

- *Algumas achegas sobre a importância das pescarias na Póvoa de Varzim, seu trato com a Galiza no primeiro quartel do século XIX,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II (Tecnologia e Economia), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 143-169.

BARBOSA, Viriato - *A Póvoa de Varzim (Ensaio da História desta Vila),* 2.ª edição Póvoa de Varzim, 1972.

BARDET, Gaston - *Fondements du Nouvel Urbanisme,* in "Revista da Faculdade de Engenharia", vol. XIII, n.os 1-3, Porto, 1947, pp. 1-24.

- *L'urbanisme,* Paris, Presses Universitaires de France, 1975 (Col. "Que sais-je?", n.º 187).

BARDET, Jean-Pierre; BOUVIER, Jean; PERROT, Jean-Claude; ROCHE, Daniel; RONCAYYOLO, Marcel - *Une nouvelle histoire des villes (note critique),* in "Annales", 32e année, n.º 6, Paris, Nov.-Déc. 1977, pp. 1237-1254.

BASTO, A. de Magalhães - *A Foz há setenta anos,* Porto, 1939.

BENEVOLO, Leonardo - *Diseño de la ciudad - 4. El arte y la ciudad moderna del siglo XV al XVIII,* México, Gustavo Gili, 1978.

- *História da Cidade,* São Paulo, Perspectiva, 1983.
- *A cidade e o arquitecto,* Lisboa, Edições 70, 1984.
- *As origens da urbanística moderna,* Lisboa, Presença, 1987.
- *Introdução à arquitectura,* Lisboa, Edições 70, 1991.

BERTRAND, Michel Jean e Hieronim LISTOWSKI - *Les places dans la ville. Lectures d'un espace public,* Paris, 1984.

BORGES, José Pedro de Aboim – *Figueira da Foz,* Lisboa, Presença, 1991 (col. "Cidades e Vilas de Portugal").

BORGES, Nelson Correia – *Do barroco ao rococó,* in "História da Arte em Portugal", vol. 9, Lisboa, Publ. Alfa, 1986.

BRANDÃO, Domingos de Pinho - *A obra de Pedraria da Actual Igreja Matriz da Póvoa de Varzim,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. IV, n.º 1, Câmara Municipal, 1965, pp. 25-36.

- *A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim - Duas Nótulas,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. V, n.º 1, Câmara Municipal, 1966, pp. 119-125.

CAPELA, José Viriato - *Braga, um Município Fidalgo - As lutas pelo controle da Câmara entre 1750 e 1810,* in "Arqueologia do Estado. 1.as Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII", Lisboa, História & Crítica, 1988, pp.171-190.

CAMPOS, Ezequiel de - *A urbanização da cidade do Porto nos séculos XVIII e XIX,* in "Civitas", ano V, n.os 1-4, Porto, 1949, pp. 95-131.

CANTERO, Pedro A. – *Arquitectura del agua. Fuentes públicas de la provincia de Sevilla,* Sevilha, Diputación de Sevilla, 1995.

CARDOSO, António – *A Arquitectura e o Urbanismo do Porto Pós-Almadino e os Modelos Franceses e Flamengos,* in "Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo", Lisboa, Universidade Autónoma, 1997, pp. 159-170.

Cartografia Portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque - 1750-1900 (O Património Histórico Cartográfico do Instituto Geográfico e Cadastral), introdução de H. Gabriel Mendes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982 [CAT.].

CASCÃO, Rui – *Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX,* in "Revista de História Económica e Social", n.º 15, Lisboa, Livraria Sá da Costa Ed., 1985, pp. 83-121.

CASTELO-BRANCO, Fernando - *Guimarães nos meados do século XVIII,* in Actas do "Congresso História de Guimarães e sua Colegiada", Guimarães, 1981, pp. 247-249.

CHARRE, Alain - *Art et urbanisme,* Paris, Presses Universitaires de France, 1983 (Col. "Que sais-je?).

CHOAY, Françoise - *L'histoire et la méthode en urbanisme,* in "Annales", 25e année, n.º 4 (Numéro spécial Histoire et Urbanisation), Paris, Armand Colin, Juillet-Aout 1970, pp. 1143-1154.

- *O Urbanismo. Utupias e realidades. Uma Antologia,* São Paulo, Perspectiva, 1992.

CÓNIM, Custódio - *Portugal e a sua População,* vol. I, Lisboa, Publ. Alfa, 1990.

CORREA, António Bonet - *Les places octogonales en Espagne au XVIIIe siècle,* in "Colóquio-Artes", n.º 8, 2.ª série, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 25-29.

- *Morfologia y ciudad. Urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen en España,* Barcelona, Gustavo Gili, 1978.

CORRÊA, Fernando Cecílio Calapez - *A Cidade e o Termo de Lagos no período dos Reis Filipes,* Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1994.

CORREIA, José Eduardo C. Horta - *Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal,* in "Pombal Revisitado", vol. II, Lisboa, Estampa, 1984, pp. 79-88.

- *Urbanismo em Portugal,* in "Dicionário Ilustrado da História de Portugal", Lisboa, Publ. Alfa, 1985.

- *Pragmatismo e utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII,* in "Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.", 1995.

COSTA, Agostinho Rebello da - *Descrição Topográfica e Historica da Cidade do Porto* (1788), 2.ª ed., Porto, 1945.

COSTA, P.e António Carvalho da - *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do famoso reyno de Portugal,* tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

COSTA, Leonor Freire – *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo,* Cascais, Patrimónia Histórica, 1997.

COSTA, Martins da – *Irmandades e Confrarias da Póvoa de Varzim,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. XVII, n.º 1, Câmara Municipal, 1978, pp. 33-67.

- *Real Irmandade de Nossa Senhora da Assunção da Póvoa de Varzim (esboço histórico),* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. XXVII, n.º 1, Câmara Municipal, 1990, pp. 153-199.

CRAVEIRO, Lurdes - *Guilherme Elsden e a introdução do Neoclassicismo em Portugal,* in "IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte", Coimbra, 1988.

CRUZ, Maria Alfreda - *Caminha. Evolução e estrutura da vila da Foz do Minho,* Caminha, 1988 (sep. de "Caminiana", ano IX, n.º 15, Junho de 1988).

CULLEN, Gordon – *Paisagem urbana,* Lisboa, Edições 70, 1988.

DIAS, Pedro - *Evolução do Espaço Urbano de Coimbra,* in "Munda", n.º 2, Coimbra, 1981, pp. 5-11.

D'AZEVEDO, D. João; CUNHA, António Pereira da; PINHEIRO, João Machado – *Passeios na Póvoa,* Porto, Typographia do Nacional, 1850.

DONNE, Marcella Delle - *Teorias sobre a Cidade,* Lisboa, Edições 70, 1990.

DUARTE, Margarida Maria - *As profissões em Vila Nova de Gaia em 1764,* in "Gaya - Actas das Jornadas de História Local e Regional de Vila Nova de Gaia", vol. II, Vila Nona de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, 1984, pp. 303-318.

DUBY, Georges (direc) - *Histoire de la France Urbaine,* vários vols., Paris, Seuil, 1980.

FANGUEIRO, Óscar - *Naufrágios Poveiros, desde o século XVIII,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXV, n.º 2, Câmara Municipal, 1987, pp. 355-391.

FARIA, Bernardino – *A mina do Coelheiro. Obra do Dr. Almada,* in "A Povoa de Varzim", n.º 12, 2.º ano, 1912.

- *A Fonte da Bica,* in "A Povoa de Varzim", n.º 16, 2.º ano, 1913.

- *A Confraria do Santissimo. Investigação histórica desde 1622,* in "A Povoa de Varzim", n.os 17, 18, 19, 22, 2.º ano, 1913; n.º 1, 3.º ano, 1913.

FARIA, Miguel Figueira de – *O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa,* in "Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo", Lisboa, Universidade Autónoma, 1997, pp. 51-96.

FERNANDES, José Alberto Rio – *A Foz entre o rio, o mar e a cidade,* Porto, O Progresso da Foz, 1989.

FERNANDES, José Manuel - *Cidades e Casas da Macaronésia,* Porto, FAUP publicações, 1996.

FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho – *A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto,* in "População e Sociedade – Revista", n.º 1, Porto, CEPFAM (Centro de Estudos da População e da Família), 1995, pp. 177-208.

- *A cidade do Porto na 1.ª metade do século XIX: população e urbanismo,* in "População e Sociedade - Revista", n.º 2, Porto, CEPFAM, 1996, pp. 229-245.

FERRÃO, Bernardo José - *Algumas notas sobre a urbanização de Esposende e do seu concelho,* Esposende, 1982 (sep. do "Boletim Cultural de Esposende", n.º 2).

- *Projecto e transformação urbana do Porto na Época dos Almadas (1758-1813). Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina,* Porto, ESBAP, 1989.

FERRÃO, Leonor – *um motivo arquitectónico emblemático,* in "Actas do I Congresso Internacional do Barroco", vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp. 593-621.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas,* Porto, 1988.

- *O Convento de Santo António da Cidade e a arquitectura no Porto na Segunda metade do séc. XVIII,* Porto, 1992 (sep. de "Bibliotheca Portucalensis", 2.ª série, n.º 7).

- *A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu estudo,* 1995 (sep. da revista "Poligrafia", n.º 4).

- *Os Almadas e o Urbanismo Portuense,* in "Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo", Lisboa, Universidade Autónoma, 1997.

FERREIRA, J. A. Pinto - *A cidade na época em que a iluminação pública de azeite foi substituída pela de gás (Apontamentos para a história da urbanização do Porto nos séculos XVIII e XIX),* in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", n.º 25 (1-2), pp. 312-408.

- *O urbanismo do Porto no século XVIII e seus reflexos no plano económico-social. (Simples achegas para o seu estudo),* in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", Porto, vol. XXVIII, 1965, pp. 598-676.

FERREIRA, João Pedro de Melo - *A paróquia de Pinheiro da Bemposta na 2.ª metade do século XVIII,* in "Revista de Ciências Históricas", vol. III, Porto, Universidade Portucalense, 1988, pp. 253-269.

FERREIRA, Olegário A. Vieira – *A introduçao dos registos paroquiais em Portugal,* in "O Estudo da História", II série, n.^{os} 12-15, II vol., Lisboa, Associação de Professores de História, 1994, pp. 893-910.

FONSECA, Jorge - *Poveiros do século XVI ligados ao comércio ultramarino,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. XXX, n.^{os} 1/2, Câmara Municipal, 1993, pp. 5-13.

FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no século XIX,* 2 vols., Lisboa, Bertrand, 1966.

- *Lisboa Pombalina e o Iluminismo,* 2.ª edição, Lisboa, Bertrand, 1977.

- *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura,* Lisboa, Biblioteca Breve, 1980.

- *A Arte de Oitocentos,* Lisboa, Biblioteca Breve, 1983.

- *Lisboa Pombalina e a estética do Iluminismo,* in "Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo", Lisboa, Universidade Autónoma, 1997, pp. 11-22.

FRANCO, Matilde Pessoa de F. Sousa – *"Riscos das Obras da Universidade de Coimbra". O valioso Album da Reforma Pombalina,* Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *O Aqueduto de Santa Clara de Vila do Conde,* in "Vila do Conde – Boletim Cultural da Câmara Municipal", n.º 2, 1961, pp. 25-34.

- *Dois documentos para a História da Igreja de Nossa Senhora da Lapa,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. III, n.º 1, Câmara Municipal, 1964, pp. 19-27.

- *A Capela de S. Tiago Maior, da Póvoa de Varzim. Alguns documentos para a sua história,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. IX, n.º 1, 1970, pp. 5-21.

GALANTAY, Ervin Y. - *Nuevas ciudades. Dela Antiguidad a nuestros dias,* Barcelona, 1977.

GALHANO, Fernando - *Moinhos e azenhas de Portugal,* Lisboa, S.E.C. / Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, 1978.

GARRETT, Antão de Almeida - *Evolução da Cidade do Porto. A História e a Ocupação do Território,* in "Revista da Faculdade de Engenharia", vol. XIII, n.os 1-3, Porto, 1947, pp. 25-46.

GESTEIRA, José Joaquim Martins - *Memorias Historicas da Villa da Povoa de Varzim,* Porto, Typografia de J. J. Gonçalves Basto, 1851.

GIRÃO, A. de Amorim - *Origens e evolução do urbanismo em Portugal,* in "Revista do Centro de Estudos Demográficos", n.º 1, Lisboa, 1945.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa,* 2.ª edição (correcta e ampliada), Lisboa, Arcádia, 1975.

GOITIA, Fernando Chueca – *Neoclasicismo,* in "Historia de la arquitectura occidental", vol. IX, Madrid, Dossat, 1994.

- *Breve História do Urbanismo,* 4.ª ed., Lisboa, Presença, 1996.

GOMES, José Manuel Flores - *Cividade de Terroso e Vila Mendo. Aspectos da Proto-História e Romanização do Litoral Minhoto,* Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 (Dissertação de Mestrado em Arqueologia).

GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII,* Lisboa, Caminho, 1988.

GONÇALVES, Flávio – *A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim (Notas históricas, arqueológicas e artísticas),* in "Idea Nova", de 27 de Dezembro de 1947 e 7 de Fevereiro de 1948.

- *Artistas estrangeiros em Portugal (Três documentos curiosos). II - Reinaldo Oudinot na Póvoa de Varzim,* in "Brotéria", vol. XLVII, Lisboa, 1948, pp. 583-590.

- *O pelourinho,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. II, n.º 1, Câmara Municipal, 1959, pp. 147-155.

- *A Fortaleza de N.ª S.ª da Conceição,* in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. II, n.º 2, Câmara Municipal, 1959, pp. 286-307.

- *Um templo desaparecido: a antiga Igreja Matriz (depois Igreja da Misericórdia),* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. III, n.º 2, Câmara Municipal, 1964, pp. 201-266.

- *Rocha Peixoto. Nas vésperas do centenário do seu nascimento,* Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1965.

- *Um século de arquitectura e talha no noroeste de Portugal (1750-1850),* Porto, 1969 (sep. do "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", vol. XXXII).

- *Duas Notas Vilacondenses,* "Boletim Cultural do Ginásio Clube Vilacondense", n.º 6, Vila do Conde, 1980.

- *A Arte no Porto na Época do Marquês de Pombal,* in "Pombal Revisitado", vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1984, pp. 101-130.

GONÇALVES, Iria - *Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa,* in *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, (col. "Artes / História"), pp. 102-113.

GOUBERT, Pierre – *Les Villes d'Europe a l'Époque Moderne,* in Actas do Colóquio "O Porto na Época Moderna - III", ("Revista de História", vol. IV), Porto, INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1981, pp. 121-131.

GRAÇA, A. Santos - *O Poveiro,* 3.ª ed., Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1992.

Guia de Portugal. Entre-Douro-e-Minho. I – Douro Litoral, 3.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

GUIDONI, Eurico; MARINO, Angela - *Historia del urbanismo. El siglo XVII,* Madrid, Instituto de Estudios de Administratión Local, 1982.

- *Historia del urbanismo. El siglo XVI,* Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1985.

HANSON, Carl A. - *Economia e Sociedade no Portugal Barroco,* Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1986.

HAROUEL, Jean-Louis - *Histoire de l'urbanisme,* Paris, Presses Universitaires de France, 1990.

HESPANHA, António Manuel - *Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime,* in "Ler História", n.º 8, Lisboa, 1986, pp. 35-60.

KOCH, Wilfred - *Estilos de arquitectura. I e II,* Lisboa, Presença, 1985.

KOSTOF, Spiro – *Historia de la arquitectura,* vol. 3, Madrid, Alianza Editorial, 1988.

KRIER, R. - *L'espace de la ville, théorie et pratique,* Bruxelles, éditions des Archives d'Architecture Moderne, 1980.

LAMAS, José M. Ressano Garcia - *Morfologia urbana e desenho da cidade,* Lisboa, F.C.G. / JNICT, 1993.

LAMEIRA, Francisco I. C. - *Uma perspectiva da Cidade de Faro no século XVIII,* in "Primeiras Jornadas de História Moderna", vol. II, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 625-638.

LANDOLT, Cândido – *Folklore Varzino. Costumes e tradições populares do século XIX,* Póvoa de Varzim, Empresa da "Propaganda" Editora, 1915.

LANDOLT, João – *A Fonte da Moura,* in "A Povoa de Varzim", n.º 3, 6.º ano, 1916.

LAVEDAN, Pierre - *Histoire de l'urbanisme,* Paris, 1959.

- *Projets d'urbanisme a Paris au XVIIIe siècle,* in "Colóquio-Artes", n.º 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 5-10.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne; e HENRAT, Philippe - *L'Urbanisme a L'Époque Moderne. XVI.e - XVIII.e siécles,* Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982.

La Ville - Art et Architecture en Europe 1870-1993, Paris, Centre Georges Pompidou, 1994 [CAT.].

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno, Diccionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias,* Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873-1890.

LEÃO, Manuel – *Domingos Lopes, artista e empresário,* in "Museu", IV série, n.º 5, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1996, pp. 73-107.

LIMA, D. Luis Caetano de - *Geografia Historica,* tomo II, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Silva, 1736.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda - *As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789. Extractos das "Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa",* tomo IV, (1812), Póvoa de Varzim, Livr. e Tip. da Gráfica da Póvoa, 1955 (col. "Estudos Poveiros - 2")

LOMBARDERO, Xaime García – *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto – sua região e Galiza na época moderna – séc. XVII, XVIII,* in "Revista de História", vol. 2, Porto, 1979, pp. 119-147.

LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade,* Lisboa, Edições 70, 1989.

MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII,* Lisboa, Editorial Querco, 1982.

MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: espaço e quotidiano. Lisboa: 1740-1830,* Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

MAIA, Sebastião Oliveira - *Onde o rio acaba e a Foz do Douro começa,* Porto, "O Progresso da Foz", 1988.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse - *Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIIIe siècle,* in "Colóquio-Artes", 2.ª série, n.º 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 35-46.

MANIQUE, António Pedro - *Processos eleitorais e oligarquias municipais nos fins do Antigo Regime,* in "Arqueologia do Estado. I.as Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII", Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 109-120.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal,* 2.ª ed., Lisboa, Ed. Ágora, 1973.

- *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa,* in "Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa", Lisboa, Presença, 1988, pp. 13-42.

- *Cidades Medievais Portuguesas (algumas bases metodológicas gerais),* in "Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa", Lisboa, Presença, 1988, pp. 43-67.

MARQUES, José - *Os Forais da Póvoa de Varzim e de Rates,* Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1991.

MARQUES, José Augusto Maia - *Nota sobre as listas das Companhias de Ordenanças do concelho da Maia. Freguesia de Vilar do Pinheiro (1764-1797),* in "Bol. Cult. do Ginásio Clube Vilacondense", n.^{os} 4/5, Vila do Conde, Dezembro de 1979.

MARQUES, José A. M.; TAVARES, Albérico - *Ritmos de construção civil no Porto do século XVIII (1698-1789),* in Actas do Colóquio "O Porto na Época Moderna - II", "Revista de História", vol. III, Porto, I.N.I.C / Centro de História da Univ. do Porto, 1980, pp. 39-51.

MATTOSO, José (direc.) - *História de Portugal,* vols. IV e V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MOREIRA, Alzira Teixeira Leite Moreira - *A importância da "Décima da Cidade de Lisboa e seu Termo" para a olisipografia,* in "Revista da Biblioteca Nacional", vol. 2, n.º 1, 1982, pp. 9-15.

MOREIRA, Manuel António Fernandes - *A presença de galegos am Viana da Foz do Lima no século XVI,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. III (Povoamento. Administração. Aspectos Sociais), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 65-93.

- *Viana nas suas origens: de póvoa marítima a vila e sede de concelho,* Viana do Castelo, 1993 (sep. de "Estudos Regionais" - Revista de Cultura do Alto Minho, ed. Centro de Estudos Regionais, n.º 12).

MOREIRA, Rafael - *Uma utopia urbanística pombalina: o "Tratado da Ruação" de José de Figueiredo Seixas,* in "Pombal Revisitado", vol. II, Lisboa, Estampa, 1984, pp. 131-144.

MORENO, Humberto Carlos Baquero – *A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho,* in Actas do Seminário "Pescas e Navegações na História de Portugal (séculos XII a XVIII)", "Cadernos Históricos", vol. VI, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1995.

MORRIS, A. E. J. – *Historia de la forma urbana – desde sus orígenes hasta la Revolucion Industrial,* 3.ª ed., Barcelona, Gustavo Gili, 1991 (Col. "Arquitectura / Perspectivas).

MULLER, Werner; VOGEL, Gunther - *Atlas de arquitectura,* vol. 2, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

MUMFORD, Lewis - *A Cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas,* S. Paulo, 1982.

NAGY, Sibil Moholy - *Urbanismo y sociedad. Historia ilustrada de la evolution de la ciudad,* Barcelona, 1970

NAZARETH, José Manuel - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa,* Lisboa, Ed. Presença, 1988.

NAZARETH, José Manuel; SOUSA, Fernando de - *Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII: aspectos sócio-demográficos,* in "Análise Social", n.º 66, Lisboa, 1981.

- *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime - aspectos sócio-demográficos de Coruche,* in "Cadernos da Revista de História Económica e Social", n.º 4, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

- *A demografia portuguesa do Antigo Regime. Samora Correia em 1790,* in "Estudos e documentos do ICS", n.º 17, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1987.

NEIVA, Manuel Albino Penteado - *Subsídios para a história do porto fluvial de Esposende no século XIX,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 127-140.

NEVES, Francisco Ferreira – *Documentos relativos à abertura da actual Barra de Aveiro,* in "Arquivo do Distrito de Aveiro", vol. 22, Aveiro, 1956.

NONELL, Anni Gunther – *Arquitectos e engenheiros na época de D. João V – O Aqueduto das Águas Livres,* in "Actas do I Congresso Internacional do Barroco", II vol., Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp. 133-152.

NORBERG-SCHULZ, Christian - *Arquitectura barroca tardia e rococó,* Madrid, Aguilar, 1973.

- *Architecture baroque et classique,* Paris, 1979.

- *Genius Loci. Paysage-Ambiance-Architecture,* Deuxième édition, Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, 1989.

OLIVEIRA, António de - *A população de Caminha e Valença em 1513,* in "Bracara Augusta", tomo XXX, Braga, 1976.

OLIVEIRA, Aurélio de - *Póvoa de Varzim e os centros de salga na Costa Noroeste nos fins do Século XVIII. O contributo da técnica francesa,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II (Tecnologia e Economia), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 89-123.

- *Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII),* in "Revista da Faculdade de Letras – História", II série, vol. II, Porto, 1985.

OLIVEIRA, Aurélio de Araújo; LOMBARDERO, J. Garcia - *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região - e a Galiza na Época Moderna,* in "Revista de História", Porto, 1979.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto de; MESQUITA, João - *Braga. Evolução da estrutura urbana,* Braga, Câmara Municipal de Braga, 1982.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Casas de pescadores da Póvoa de Varzim,* Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1957.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; ENES, Benjamim - *Actividades agromarítimas em Portugal,* Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1990.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento,* Coimbra, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Geográficos, 1973.

- *Directrizes viárias do desenvolvimento urbano do Porto,* in Actas do Colóquio "O Porto na Época Moderna - II", ("Revista de História", vol. III), Porto, INIC / Centro de História da Univ. do Porto, 1980, pp. 65-71.

O Porto Antigo. Projectos para a cidade (sécs. XVIII-XIX). Exposição, Porto, Casa do Infante, 1984 (Catálogo).

O pôrto e a barra de Vila do Conde in "Vila do Conde", n.º 6 ano I, Janeiro de 1929, pp. 88-89.

PACHECO, Helder - *Porto,* 2.ª ed., Lisboa, Estampa, 1984.

PAHL, J. - *La Place Publique du Moyen Âge à l'Époque du Baroque,* in "Culture", V, n.º 4, s/l, 1978.

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean-Charles; DEMORGON, Marcell; VEYRENCHE, Michel - *Élements d'analyse urbaine,* Bruxeles, A.A.M. Ed., 1980.

PARISET, François-Georges - *Urbanisme et architecture a Bordeaux (1730-1815),* in "Colóquio-Artes", n.º 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 11-16.

PEREIRA, Belarmino - *Casa histórica. Uma hypothese e um alvitre,* in "A Povoa de Varzim", 1.º ano, n.º 16, Póvoa de Varzim, 1912.

- *Habitações urbanas (séculos XVII e XVIII - Póvoa de Varzim),* in "A Povoa de Varzim", 1.º ano, n.º 18, Póvoa de Varzim, 1912.

PEREIRA, João Maria dos Reis - *Antigos valores urbanísticos de Vila do Conde,* in "Vila do Conde - Boletim Cultural da Câmara Municipal", n.º 5, 1964, pp. 53-62.

PEREIRA, José Fernandes (direc.) - *Dicionário da Arte Barroca em Portugal,* Lisboa, Presença, 1989.

PEREIRA, Paulo (direc.) – *História da Arte Portuguesa,* 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

PINTO, Maria Helena Mendes - *Francisco José de Paiva Ensamblador e Arquitecto do Porto. 1744 - 1824,* Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1973.

POÉTE, Marcel - *La ville comme être vivant,* in "Villes & Civilisation Urbaine. XVIIIe -Xxe siécle", Paris, Larousse, 1992.

QUARESMA, António Martins - *Porto Covo - um exemplo de urbanismo das Luzes,* Santiago do Cacém, 1988, (sep. dos "Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana" 2.ª série, II).

RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O Porto e as origens do liberalismo: subsídios e observações,* Porto, 1980.

- (direc.) *História da cidade do Porto,* Porto, Porto Editora, 1994.

REAL, Manuel Luis; TAVARES, Rui - *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto,* in "A cidade em Portugal: onde se vive", in "Povos e Culturas", n.º 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987.

RIBEIRO, Ana Rita Coelho - *Aspectos sociodemográficos da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760),* in "População e Sociedade", Porto, CEPFAM, n.º 1, 1995.

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico,* Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1993.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e arquitecto de Braga (1693-1751),* Porto, 1996 (Col. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão – 4).

RODRIGUES, Henrique - *O espaço geográfico da Ribeira Lima na reforma administrativa de 1832-36,* in "Estudos Regionais", Centro de Estudos Regionais do Alto Minho, n.os 13-14, Dez. 1993, pp. 149-170.

RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura,* Bragança, Junta de freguesia da Sé, 1997.

RODRIGUES, Maria João Madeira - *Tradição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista,* in "Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa", Lisboa, 1979.

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de;, HORÁCIO, Manuel Pereira Bonifácio - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura,* 2.ª edição revista, Coimbra, Quimera, 1996.

RODRIGUES, Teresa - *Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX,* in "Penélope - Fazer e desfazer a História", n.º 13, Lisboa, 1994.

ROSENAU, Helen - *A cidade ideal - Evolução Arquitectónica na Europa,* Lisboa, Presença, 1988.

ROSSA, Walter – *Aqueduto das Águas Livres,* in "Dicionário da História de Lisboa", Lisboa, 1994, pp. 70-73.

- *Modern Age Aqueduts in Portugal,* in "Rassagna", n.º 57, Milão, 1994, pp. 60-63.

ROSSI, Aldo - *Arquitectura da cidade,* Lisboa, 1977.

SALGUEIRO, Teresa Barata - *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana,* Porto, 1992 (Col. "Cidade em Questão", n.º 8).

SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana,* in "Revista de História", n.º 1, Porto, INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1978, pp. 281-349.

SARAIVA, José Mendes da Cunha - *A barra hidrográfica do rio Lis e os trabalhos do engenheiro Reinaldo Oudinot no século XVIII,* Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, VII, 1943.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal,* Vols. VI e VII, Lisboa, Ed. Verbo, 1982 e 1984.

SERRÃO, Joel (direc.) – *Dicionário da História de Portugal,* vários vols., Lisboa, Iniciativas Editores, 1975.

- *Cronologia geral da História de Portugal,* Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- *Da "Regeneração" à República,* Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

SICA, Paolo - *Historia del Urbanismo - El siglo XIX,* Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.
- *Historia del urbanismo - El siglo XVIII,* Madrid, Instituto de Estudios de Administraction Local, 1982.

SILVA, Álvaro Ferreira da – *Família e trabalho doméstico no "hinterland" de Lisboa: Oeiras, 1763-1810,* in "Análise Social", vol. XXIII, Lisboa, 1987.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *As fossas ovóides de Beiriz e a problemática das práticas funerárias no final da Idade do Bronze,* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. III (Povoamento. Administração. Aspectos Sociais), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985.

SILVA, Francisco Ribeiro da - *Paços de Ferreira na Época Moderna,* Paços de Ferreira, 1986 (sep. de "Paços de Ferreira - Estudos Monográficos").

SILVA, Francisco Ribeiro da; CARDOSO, António Maria de Barros - *Intercâmbios comerciais entre o norte de Portugal e a Galiza na viragem do século XVII para o século XVIII,* in "Douro - Estudos e Documentos", n.º 4, 1997, pp. 173-213.

SILVA, Jorge Henrique Pais da - *Importância dos centros históricos das cidades portuguesas,* in "Páginas de História da Arte - estudos e ensaios", vol. II, Lisboa, Estampa, 1986, pp. 19-33.
- *História urbana de Cascais,* in "Páginas de História da Arte - estudos e ensaios", vol. II, Lisboa, Estampa, 1986, pp. 35-44.

SILVA, José Sidónio M. da - *O edifício do "Hospital Novo" de Viseu - 1793,* in "Beira Alta", vol. 54, fascs. 3-4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1995, pp. 77-107.

SILVA, Manuel – *A Guerra Peninsular. Os 40 milhões de cruzados – II,* in "A Povoa de Varzim", n.º 15, 1.º ano, 1912.
- *O uso da praia e a apanha do sargaço,* in "A Povoa de Varzim", n.º 4, 2.º ano, 1912; n.º 7, 2.º ano, 1913; n.º 13, 2.º ano, 1913.

- *Liuz Antonio Alves da Silva,* in "A Povoa de Varzim", n.º 1, 3.º ano, 1913.

- *Os Farias Gaios, Morgados da Madre de Deus,* in "A Povoa de Varzim", 5.º ano, n.os 19-21, 1916.

- *A Evolução d'um Município - Subsídios para a história local,* capº. I a VII, Porto, 1917/1918/1920/1922, separatas dos n.os 22, 25, 34 e 41/44 da *Revista de História*; capº. VIII a XI, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", vol. I, 1958, n.º 1, pp. 11-32.

- *A Velha Póvoa de Varzim (Subsídios para a História local). I – A Casa dos Carneiros,* Póvoa de Varzim, Livraria Povoense – Editora, 1933.

- *Roteiro Setecentista da Póvoa,* in "A Voz da Póvoa", de 21 de Julho de 1938.

- *Do passado ao presente – águas, chafarizes, etc.,* in "A Voz da Póvoa", ano I, n.º 42, de 26 de Janeiro de 1939.

- *Antecedentes históricos do porto de abrigo poveiro,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. II, n.º 2, Câmara Municipal, 1959, pp. 238-251.

SILVA, Raquel Henriques da - *Cascais,* Lisboa, Presença, 1993 (col. "Cidades e Vilas de Portugal").

SIMÕES, Joaquim; COSTA, Martins da - *Memória da instituição da Confraria das Almas da Póvoa de Varzim (Igreja Matriz),* in a "A Voz da Póvoa", de 18 de Setembro de 1986.

SMITH, Robert C. - *Os banhos de mar, na Póvoa de Varzim, no Século XVIII,* in Bol. Cult. "Póvoa de Varzim", vol. IV, n.º 2, Câmara Municipal, 1965, pp. 239-244.

SOARES, Franquelim Neiva - *A primeira visitação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires e as origens de Esposende,* in "Actas do I Encontro sobre História Dominicana - Arquivo Histórico Dominicano Português", vol. II, Porto, 1979, pp. 221-250.

SOUSA, Fernando de - *História da Estatística em Portugal,* Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995.

- *A população portuguesa em finais do século XVIII,* in "População e Sociedade - Revista", n.º 1, Porto, CEPFAM (Centro de Estudos da População e Família), 1995.

- *A população portuguesa nos inícios do século XIX,* in "População e Sociedade - Revista", n.º 2, Porto, CEPFAM (Centro de Estudos da População e Família), 1996, pp. 7-75.

SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar Martins; OSSWALD, Helena; et al. – *O Arquivo Municipal de Vila do Conde,* Vila do Conde, Câmara Municipal, 1991.

TAPIÉ, Victor - *Barroco e Classicismo,* 2 vols., Lisboa, Presença, 1988.

TEIXEIRA, Luís Manuel – *Dicionário Ilustrado de Belas Artes,* Lisboa, Presença, 1985.

TEIXEIRA, Manuel C. - *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes,* in "Análise Social", vol. XXIX (127), Lisboa, 1994, pp. 555-579.

TUDELA, José - *As praças e largos de Lisboa (esboço para uma sistematização caracterológica),* Lisboa, 1977.

VIANA, Teresa – *Os Carrancas no Porto. Itinerário de uma família na Cidade entre 1700 e 1850,* in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", 2.ª série, vol. 7/8, 1989-90, pp. 291-350.

VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pittoresco,* tomo II, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1887, pp. 215-259.

VIÑAS, Xaime García-Lombardeiro; BADÍA, Xoam Carmona - *Tradicion e modernizacion nas pescarias galegas. Artes de pesca e organizacion da produccion (séculos XVIII-XIX),* in Actas do "Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima", vol. II (Tecnologia e Economia), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1985, pp. 27-44.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal,* 3 vols., Lisboa, 1899-1922 (ed. fac-similada, 1988).

ZEVI, Bruno - *Saber ver a arquitectura,* São Paulo, Martins Fontes, 1978.

- *Architectura in Nuce. Uma definição de Arquitectura,* Lisboa, Edições 70, 1986.

ZUNZ, Olivier - *Étude du processus d'urbanisation d'un secteur de Paris: le quartier du Gros-Caillou et son environnement,* in "Annales", 25ª année, n.º 4 (Numéro spécial Histoire et Urbanisation), Paris, Armand Colin, Juillet-Aout 1970, pp. 1024-1065.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO: AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DA PÓVOA DE VARZIM ATÉ AO SÉCULO XVII

1. DOS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO AO SÉCULO XV 2

Os inícios do povoamento e a romanização / "Villa" Euracini / O Foral de D. Dinis / Aspectos económicos / O século XV e a criação da freguesia da Póvoa / A Capela medieval de S. Tiago / Os focos de povoamento.

2. O SÉCULO XVI E O DESPONTAR DO NÚCLEO URBANO 10

O Foral de D. Manuel / População e território / O núcleo urbano embrionário / A Calçada e a Capela de S. Sebastião / A ocupação da área da Junqueira: o Pelourinho e a Capela de S. Roque / Caracterização socioeconómica / O sentido da expansão: definição dum eixo nascente-poente.

3. A CONSOLIDAÇÃO SEISCENTISTA 22

A população / A afirmação do núcleo urbano da Madre de Deus / O lugar do Monte / O sentido da urbanização do litoral / Actividades económicas / O estaleiro naval / A organização da vida religiosa, política e administrativa.

CAPÍTULO II - O SENTIDO DO CRESCIMENTO DO SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO XIX: ESPAÇO E POPULAÇÃO

1. O QUADRO ESPACIAL: DELIMITAÇÃO DO NOVO TERMO 30

A Reforma Administrativa de 1836 / As circunscrições jurisdicionais: o termo do concelho e a freguesia religiosa / O litígio com a Câmara de Barcelos e a Provisão Régia de 1706 / As novas dimensões do termo / As áreas anexadas / A falta de coincidência entre termo e freguesia.

2. O QUADRO DEMOGRÁFICO: O AUMENTO POPULACIONAL 38

As fontes para a demografia histórica / A reconstituição do quadro demográfico para o século XVIII e inícios do XIX / Ritmos de crescimento e taxas médias anuais / A conjuntura na segunda década de Oitocentos / A população da área urbana / Comparação com outras localidades do litoral.

CAPÍTULO III – A CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

1. O QUADRO ECONÓMICO E SOCIAL

1.1 - A actividade piscatória 55

O consumo de pescado / A presença galega na Póvoa / A importância do centro poveiro / Almocreves, "contratadores de pescado", regateiros e vendeiros / Os pescadores / Dados quantitativos: barcos e homens / Embarcações, redes e peixes / O crescimento e a miséria da classe piscatória.

1.2 - A indústria da salga 70

As espécies salgadas e os processos / A organização da produção e o paralelismo com a Galiza / A participação de galegos / Os "fabricantes ou beneficiadores de pescado" / A localização das oficinas da salga / O sal.

1.3 - A construção naval e a cordoaria 75

O estaleiro junto à Fortaleza / A construção de barcos de pesca e de iates / Os estaleiros da Regouça e da Caverneira / Os carpinteiros da Ribeira / A indústria da cordoaria / Os cordoeiros.

1.4 - A agricultura e as actividades agro-marítimas 81

Os ofícios agrícolas / As principais culturas / O prestígio social dos lavradores / A apanha do sargaço: a antiguidade e importância da actividade / Os sargaceiros / Os conflitos com o Governador da Fortaleza: o Edital de 1795 / A pesca do pilado.

1.5 – Artesanato, comércio e serviços 91

O predomínio do negócio do pescado / Tabernas e vendas / O açougue / A venda de pão / Os comerciantes e os artesãos / Estalagens / O mercado e as feiras / As sociedades comerciais para o comércio marítimo: os intervenientes.

1.6 - Os banhos de mar 101

O aparecimento desta prática / Os banhistas / As actividades de lazer: o teatro / O abastecimento das lojas / Os arruamentos preferidos para o arrendamento de casas.

2. A ESTRUTURA SÓCIO-PROFISSIONAL DA POVOAÇÃO 107

Os sectores de actividade: o agrupamento das profissões / A representatividade de cada sector / A hierarquia das profissões.

3. O QUADRO ADMINISTRATIVO E ASPECTOS DA VIDA DA COMUNIDADE

3.1 - A estrutura orgânica municipal 115

Os cargos da governação e administração.

3.2 A vida religiosa 117

A criação da Irmandade da Misericórdia e de novas Confrarias / A 1.ª festa de N.ª S.ª da Assunção a 15 de Agostro de 1791.

CAPÍTULO IV - A EXPANSÃO URBANÍSTICA ENTRE 1791 E 1836

1. A EXPANSÃO URBANÍSTICA ENTRE 1791 E 1836

RECONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO 120

1.1 A consolidação do núcleo antigo 125

Rua da Praça / Rua de S. Pedro / Rua da Mouta / Rua do Monte / Rua Nova / Rua da Quingosta / Rua da Amadinha / Rua da Silveira / Rua do Boído / Terreiro e Rua de S. Sebastião / Rua do Cidral / Rua da Consolação / Rua e Travessa da Madre de Deus / Rua dos Gaios.

1.2 A expansão do litoral – planificação, sentido e ritmo 134

A questão dos aforamentos / Os arruamentos do Bairro Sul / Rua dos Ferreiros / Quingosta dos Favais / Rua da Areia / Rua de Trás-os-Quintais / Rua Nova da Areia / Rua Nova do Fieiro / Rua da Caverneira / Travessa do Fieiro / Rua da Poça da Barca / As ruas da zona do "Castelo" / Rua da Fortaleza / Rua da Bandeira / Rua do Esteiro / Rua da Ponte / Rua Nova da Junqueira / Os arruamentos do litoral norte / Rua da Areosa / Rua do Norte / Travessa da Areosa / Rua da Senra / Rua dos Engeitados.

1.3 O novo espaço de ligação 166

Praça Nova do Almada / Praça e Rua do Pelourinho / Rua das Trempes.

2. OS LUGARES RÚSTICOS DO TERMO 171

Arrabaldes e aldeias / Caracterização dos vários lugares e definição dos ritmos de crescimento / Portela / Moninhas / Giesteira / Gandra / Casal do Monte / Regufe / Mouta / Pinheiro / Fiéis de Deus / Vila Velha / Coelheiro / Aspectos sócio-profissionais.

CAPÍTULO V - O QUADRO URBANO

1. O CONJUNTO EDIFICADO

1.1 - O casario 184

A predominância das casas térreas / O casario do núcleo antigo / A caracterização sócio-profissional do bairro antigo / A zona da Praça do Almada e Pelourinho / O casario do Bairro Sul / A caracterização sócio-profissional deste núcleo / A zona da Fortaleza: construções e actividades profissionais / A Areosa e Junqueira: casario e caracterização sócio-profissional / As Ruas da Senra e dos Engeitados: construções e ocupação dos seus habitantes.

1.2 - As construções de carácter civil e religioso 196

Igreja Matriz / Antigos Paços do Concelho / Capela da Madre de Deus / Igreja da Misericórdia / Casa da Mesa e Despacho da Santa Casa / Igreja de N.ª S.ª das Dores / Capela de S. Sebastião / Fortaleza de N.ª S.ª da Conceição / Igreja de N.ª S.ª da Lapa.

2. Os espaços viários: ruas e praças

2.1- Locais de circulação e de permanência 202

A vivência quotidiana do espaço público / As ruas mais importantes.

2.2 - O calcetamento e alinhamento das vias 205

A "Calçada" / Os trabalhos de calcetamento nos inícios de século XVIII / O tráfego de pescado e os danos causados nas vias / A criação de impostos a favor das calçadas / As obras de 1825 e 1828: Rua Nova, Rua da Ponte, Rua da Junqueira, Rua dos Ferreiros e Rua do Norte / O Edital de 1795 e o alinhamento das construções / A observância do Edital e a vigilância sobre a apropriação do espaço público / O realinhamento da Rua da Ponte.

2.3 - Os passeios 215

A existência de passeios pelos finais do século XVIII / A sua localização na malha urbana / A legislação para a sua preservação: o Edital de 1794.

2.4 - As praças 216

O papel da praça no conjunto urbano: a dinamização do espaço / A praça e o largo / A praça do mercado (Praça Velha) / O Terreiro de S. Sebastião e o cruzeiro paroquial / A Praça do Pelourinho e o pelourinho manuelino / O Largo de S. Roque.

3. Os ribeiros. As pontes e os moinhos 221

Os ribeiros na paisagem da Vila / A utilidade das águas na vida da comunidade / Os moinhos de água e vento: Rua do Monte, Rua Nova, lugar do Coelheiro e dos Favais / A legislação camarária para a limpeza das águas: o Edital de 1794 / O escoamento das águas dos regatos / As pontes / A nova ponte de S. Roque / As pontes do Castelo, da Igreja e do Impeno.

4. Os logradouros: a Praia da Ribeira e os areais da Areosa e da Caverneira 228

A crescente necessidade de espaço para os pescadores / A Praia da Ribeira: a venda do peixe e a recolha das embarcações / A Areosa: a seca do velame e das redes / A Caverneira e o estaleiro.

5. A higiene do espaço público 231

A legislação camarária para os negociantes e salgadores de peixe / A circulação dos animais pelo espaço público / A limpeza dos passeios / O escoamento das águas.

CAPÍTULO VI - AS OBRAS PÚBLICAS

1. A PROVISÃO DE 1791 E AS OBRAS A REALIZAR

A INTERVENÇÃO DE REINALDO OUDINOT 236

O alcance das obras lançadas pela Provisão de 1791 / A intervenção de Reinaldo Oudinot: alguns dados sobre a sua actividade / O andamento dos trabalhos.

2. O ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2.1 - O aqueduto e o tanque 243

A edificação do aqueduto / O transporte da água da mina do Coelheiro à Praça Nova / O tanque público / A mudança do tanque em 1823.

2.2 - As fontes 247

A Fonte da Bica: reconstrução (1791) e manutenção / A Fonte do Ruibo / A Fonte da Moura / Os tanques do Boído / Os poços domésticos.

3. O PAREDÃO 252

O arranque da obra / A possível colaboração do engenheiro Custódio Gomes de Vilas Boas / A segunda fase dos trabalhos nos anos vinte do século XIX.

4. A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E ARQUITECTÓNICA

4.1 - A Praça Nova do Almada 257

4.2 - A Casa da Câmara 259

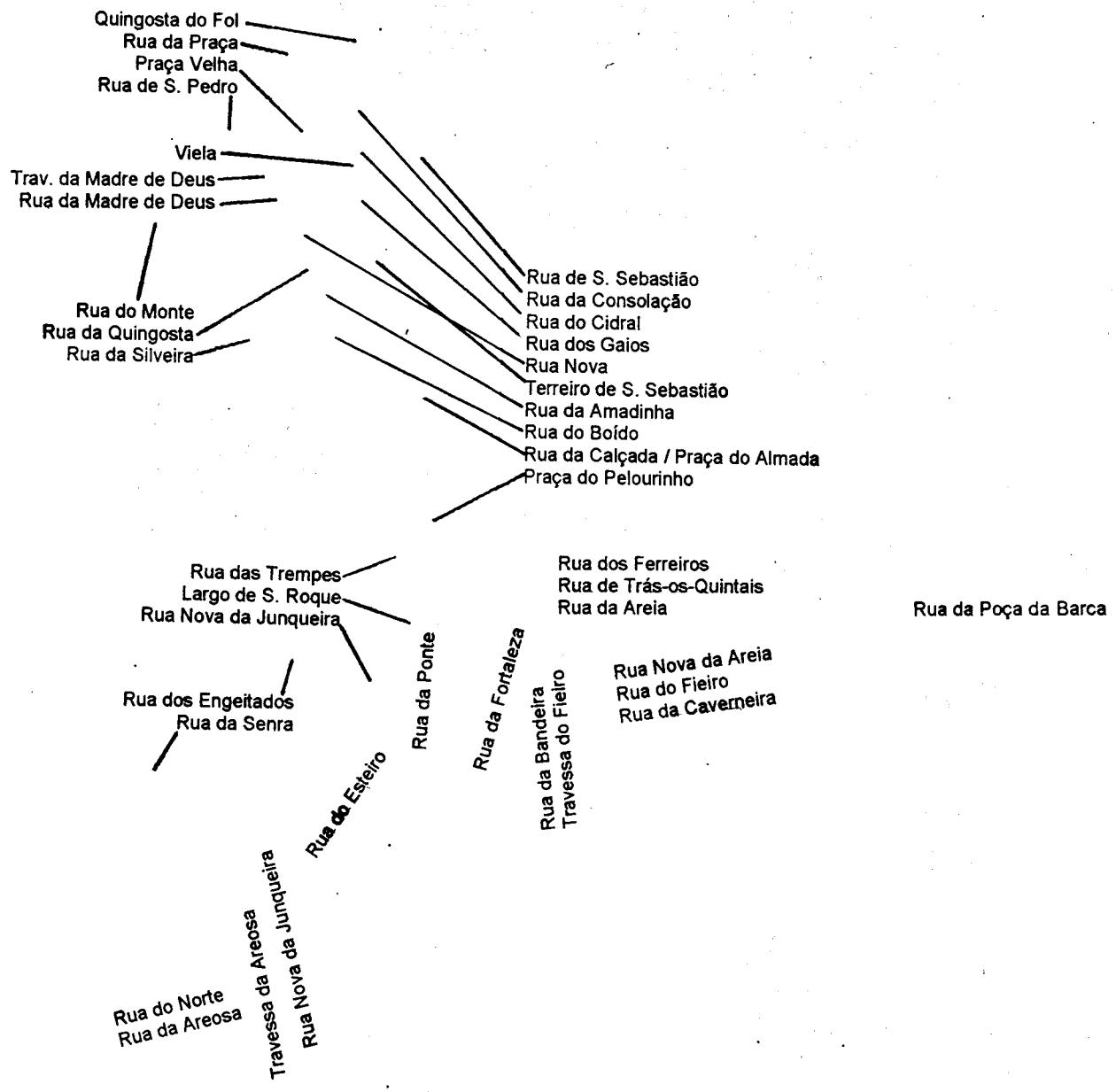
O projecto de Reinaldo Oudinot (?) / A filiação do modelo arquitectónico / Leitura do edifício.

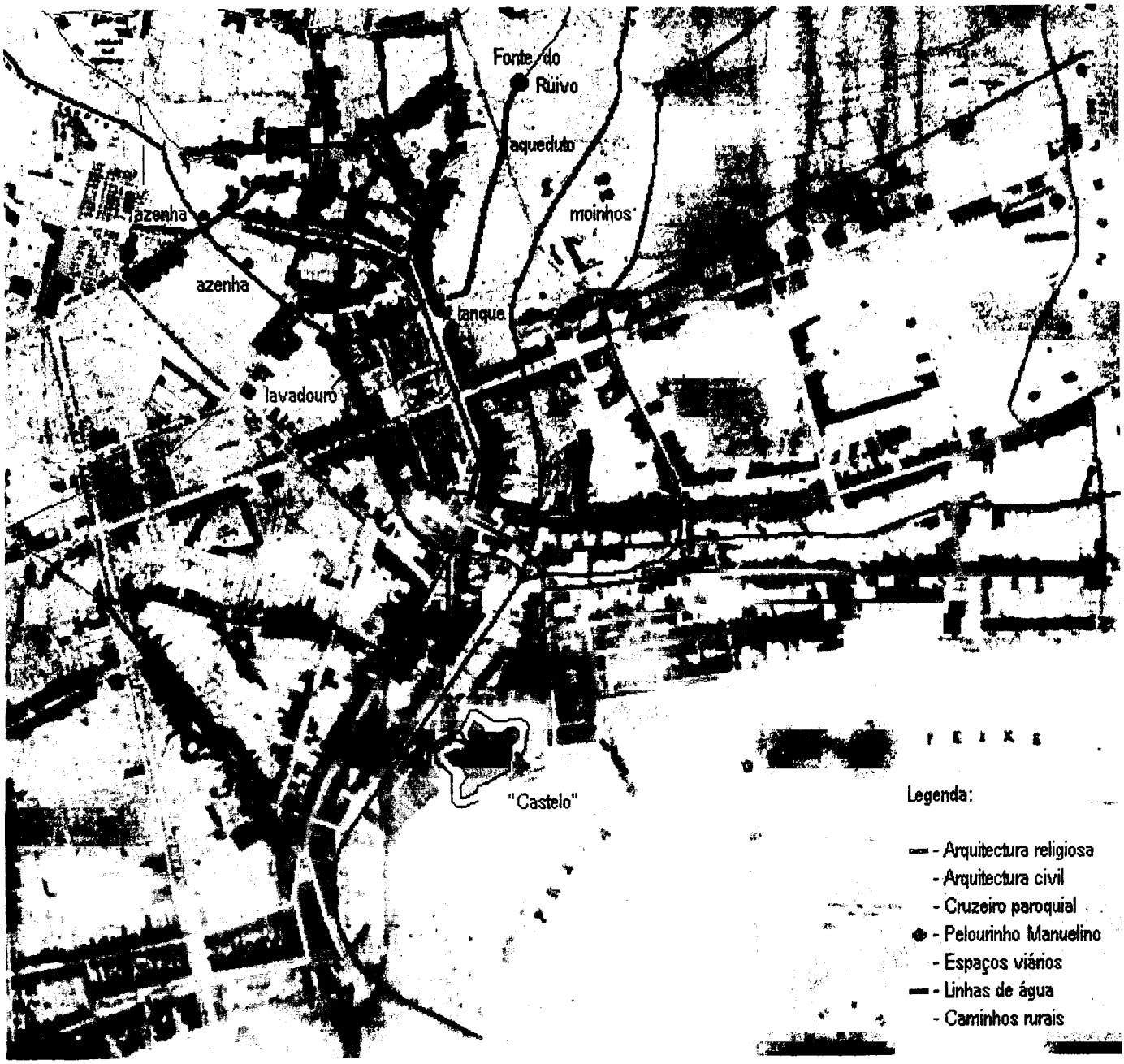
5. O HOSPITAL 263

O processo para a obtenção de um hospital / A edificação provisória / O arquitecto Joaquim da Costa Lima Sampaio / Leitura do edifício.

CONCLUSÃO 268

PLANTA 1 - A VILA DA PÓVOA DE VARZIM E SEU TERMO NOS INÍCIOS DO 2.º QUARTEL DO SÉCULO XIX


Quingosta do Fol
Rua da Praça
Praça Velha
Rua de S. Pedro
Viela
Trav. da Madre de Deus
Rua da Madre de Deus
Rua do Monte
Rua da Quingosta
Rua da Silveira
Rua de S. Sebastião
Rua da Consolação
Rua do Cidral
Rua dos Gaios
Rua Nova
Terreiro de S. Sebastião
Rua da Amadinha
Rua do Boído
Rua da Calçada / Praça do Almada
Praça do Pelourinho
Rua das Trempes
Largo de S. Roque
Rua Nova da Junqueira
Rua dos Engeitados
Rua da Senra
Rua do Esteiro
Rua da Ponte
Rua da Fortaleza
Rua da Bandeira
Travessa do Fieiro
Rua dos Ferreiros
Rua de Trás-os-Quintais
Rua da Areia
Rua Nova da Areia
Rua do Fieiro
Rua da Caverneira
Rua da Poça da Barca
Rua do Norte
Rua da Areosa
Travessa da Areosa
Rua Nova da Junqueira



PLANTA 2 - A ZONA URBANA DA PÓVOA DE VARZIM NOS INÍCIOS DO 2.º QUARTEL DO SÉCULO XIX

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO